ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLV Nº 224 Brasília - DF, quinta-feira, 22 de novembro de 2018 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 21
Ministério da Fazenda 31
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 45
Ministério da Integração Nacional 47
Ministério da Justiça 48
Ministério da Saúde 53
Ministério da Segurança Pública 62
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 64
Ministério das Cidades 68
Ministério das Relações Exteriores 71
Ministério de Minas e Energia 71
Ministério do Desenvolvimento Social 77
Ministério do Meio Ambiente 78
Ministério do Trabalho 78
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 79
Poder Legislativo 83
Poder Judiciário 83
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 92

Esta edição completa do DOU é composta de 99 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.575 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5575 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DAS OPERADORAS DE CELULARES - ACEL
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - ABRAFIX
ADV.(A/S) : CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS (1713/DF)
ADV.(A/S) : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (07383/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Lei 10.513/2015 do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 25.10.2018.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 10.513/2015 DO ESTADO DA PARAÍBA. INSTITUIÇÃO DE OBRIGAÇÃO PARA AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE APRESENTAREM MENSAGEM INFORMATIVA QUANDO OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS REALIZAREM LIGAÇÕES PARA NÚMEROS DE OUTRAS OPERADORAS. ARTIGO 22, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TELECOMUNICAÇÕES. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGO 24, V E VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAPLICÁVEL. USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CUJO REGIME GUARDA DISTINÇÃO COM A FIGURA DO CONSUMIDOR. ARTIGO 175, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO.

1. A competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações (artigo 22, IV, da Constituição Federal) é violada quando lei estadual institui obrigação para as empresas concessionárias de serviços de telecomunicações, ainda que a pretexto de proteger o consumidor ou a saúde dos usuários.

2. A competência concorrente dos estados-membros para dispor sobre direito do consumidor (artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal) não pode conduzir à frustração da teleologia das normas que estabelecem as competências legislativa e administrativa privativas da União para disciplinar o setor de telecomunicações. Precedentes.

3. As figuras do consumidor e do usuário de serviços públicos ostentam regimes jurídicos diversos, por isso que este último, que observa a lógica da solidariedade social (artigo 3º, I, da Constituição Federal), encontra sede específica na cláusula "*direitos dos usuários*", prevista no artigo 175, parágrafo único, II, da Constituição Federal.

4. A Lei 10.513/2015 do Estado da Paraíba, ao instituir a obrigação de as empresas concessionárias de serviços de telecomunicações apresentarem mensagem informativa quando os usuários dos serviços realizarem ligações para números de outras operadoras, viola o artigo 22, IV, da Constituição Federal, configurando inconstitucionalidade formal.

5. Ação direta conhecida e julgada procedente.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.227 **(2)**

ORIGEM : ADI - 40795 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : INSTITUTO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS DO BRASIL - IRTDPJBRASIL
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO (20200/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADEC
ADV.(A/S) : ILAN CHVEID (0118935/RJ) E OUTRO(A/S)

Decisão:O Tribunal, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Impedidos os Ministros Dias Toffoli (Presidente) e Roberto Barroso, ausente, justificadamente. Presidiu o julgamento o Ministro Luiz Fux (Vice-Presidente). Plenário, 25.10.2018.

EMBARGOS declaraTÓRIOS - ACÓRDÃO - VÍCIO - INEXISTÊNCIA. Inexistindo, no acórdão formalizado, qualquer dos vícios que respaldam os embargos de declaração - omissão, contradição, obscuridade e erro material -, impõe-se o desprovimento.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 195 **(3)**

ORIGEM : ADPF - 195 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (28328/DF)
AGDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
AGDO.(A/S) : PREFEITO DE RIO BRANCO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 28.9.2018 a 4.10.2018.

Ementa: AGRAVO INTERNO. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONVERSIBILIDADE EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ERRO GROSSEIRO. IMPOSSIBILIDADE. INÉPCIA CONFIGURADA. NÃO ATENDIMENTO DO ART. 3º, II, DA LEI Nº 9.882/99. IMPUGNAÇÃO A LEIS ESTADUAIS E A DECRETO REGULAMENTAR FEDERAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não pode ser convertida em Ação Direta de Inconstitucionalidade quando decorre de erro grosseiro ou quando apresentar prejuízo à efetividade processual. Precedente: ADPF 314 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 11/12/2014.

2. *In casu*, a inicial da ADPF impugna simultaneamente leis municipais, leis estaduais e decreto regulamentar federal, além de questionar as Leis Estaduais 12.923/2005 de Pernambuco e 3.533/2001 do Rio de Janeiro por supostamente causarem "insegurança jurídica" ante "o teor irretocável" das Leis Municipais nº 17.149/2005 do Recife e 3.820/2004 do Rio de Janeiro, pretendendo verdadeiro controle de leis estaduais em face de legislação municipal, motivo pelo qual a exordial é inepta, não atendendo ao exigido pelo art. 3º, II, da Lei nº 9.882/99.

3. A questão suscitada pelo Requerente, ainda que superados os óbices processuais, sequer configuraria ofensa direta a preceito constitucional, pois cabe ao legislador ordinário, à míngua de regra expressa em contrário na Constituição, a escolha política sobre a melhor forma de realização da atenção prioritária a idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais em estabelecimentos comerciais. Precedente: Rcl 2396 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, julgado em 24/11/2004.

4. A afronta indireta a preceitos constitucionais não autoriza o ajuizamento da ADPF. Precedentes: ADPF 406 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/2016; ADPF 350 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18/11/2016; ADPF 354 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/03/2016.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
MARCELO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR
Secretário
Substituto

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.571, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no País.

§ 1º Nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão, na medida de suas capacidades, cumprir as Diretrizes de que trata este Decreto, observado o disposto no art. 179 da Constituição.

§ 2º As Diretrizes serão implementadas voluntariamente pelas empresas.

§ 3º Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos instituirá o Selo "Empresa e Direitos Humanos", destinado às empresas que voluntariamente implementarem as Diretrizes de que trata este Decreto.

Art. 2º São eixos orientadores das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos:

I - a obrigação do Estado com a proteção dos direitos humanos em atividades empresariais;

II - a responsabilidade das empresas com o respeito aos direitos humanos;

III - o acesso aos mecanismos de reparação e remediação para aqueles que, nesse âmbito, tenham seus direitos afetados; e

IV - a implementação, o monitoramento e a avaliação das Diretrizes.

CAPÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO DO ESTADO COM A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Art. 3º A responsabilidade do Estado com a proteção dos direitos humanos em atividades empresariais será pautada pelas seguintes diretrizes:

I - capacitação de servidores públicos sobre a temática de direitos humanos e empresas, com foco nas responsabilidades da administração pública e das empresas, de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, principalmente ações de:

a) sensibilização e promoção da educação contínua dos recursos humanos da administração pública para o fortalecimento da cultura em direitos humanos; e

b) capacitação dos recursos humanos da administração pública para o tratamento das violações aos direitos humanos em contexto empresarial, de seus riscos e de seus impactos;

II - fortalecimento da consonância entre políticas públicas e proteção dos direitos humanos;

III - aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e de participação social;

IV - implementação de políticas, normas e incentivos à conduta das empresas quanto aos direitos humanos, por meio de:

a) exigência de compromisso público de respeito aos direitos humanos e publicação de relatório anual das empresas;

b) estímulo à prestação de contas sobre os riscos de sua operação aos direitos humanos e exigência de adoção de medidas de prevenção, controle e reparação; e

c) estímulo ao estabelecimento de canais de denúncia para os colaboradores, os fornecedores e a comunidade;

V - prioridade de setores com alto potencial de impacto em direitos humanos, tais como os setores extrativo, de varejo e bens de consumo, de infraestrutura, químico e farmacêutico, entre outros;

VI - desenvolvimento de políticas públicas e realização de alterações no ordenamento jurídico, a fim de:

a) considerar, além dos impactos diretamente gerados pela empresa, os impactos indiretamente gerados pela cadeia de fornecimento;

b) estimular a criação de medidas adicionais de proteção e a elaboração de matriz de priorização de reparações e indenizações para grupos em situação de vulnerabilidade;

VII - estímulo à adoção, por grandes empresas, de procedimentos adequados de dever de vigilância (**due diligence**) em direitos humanos;

VIII - orientação da incorporação dos direitos humanos à gestão de riscos de negócios e de parcerias que venha a estabelecer, de modo a subsidiar processos decisórios;

IX - criação de plataformas e fortalecimento de mecanismos de diálogo entre a administração pública, as empresas e a sociedade civil;

X - integração dos direitos humanos ao investimento social, aos projetos de desenvolvimento sustentável para as comunidades impactadas e às políticas de patrocínio;

XI - garantia de condições de trabalho dignas para seus recursos humanos, por meio de ambiente produtivo, com remuneração adequada e em condições de liberdade, equidade e segurança, com estímulo à observância desse objetivo pelas empresas;

XII - combate à discriminação nas relações de trabalho e promoção da valorização da diversidade;

XIII - promoção e apoio às medidas de inclusão e de não discriminação, com criação de programas de incentivos para contratação de grupos vulneráveis;

XIV - estímulo à negociação permanente sobre as condições de trabalho e a resolução de conflitos, a fim de evitar litígios;

XV - aperfeiçoamento dos programas e das políticas públicas de combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão;

XVI - estímulo à adoção de códigos de condutas em direitos humanos pelas empresas com as quais estabeleça negócios ou atue em parceria, com estímulo do respeito aos direitos humanos nas relações comerciais e de investimentos estatais;

XVII - garantia de posição de negociação equilibrada com a empresa para os grupos em situação de vulnerabilidade, com garantia de suporte técnico e, sempre que possível, apoio da Defensoria Pública do Distrito Federal, dos Estados e da União;

XVIII - priorização de medidas para grupos em situação de vulnerabilidade e situações severas;

XIX - estímulo à criação de comitês permanentes para combate a desastres em contextos empresariais, o qual regulamentará questões sobre:

a) protocolo de emergência e sistemas de alerta;

b) monitoramento de riscos;

c) parâmetros para a resposta e critérios para a reparação de danos, considerado o processo de consulta como condição para a legitimidade da solução; e

XX - monitoramento da recuperação do território impactado por desastre a partir de indicadores capazes de aferir a reparação dos danos nos direitos humanos.

Parágrafo único. As denúncias de que trata a alínea "d" do inciso IV do **caput** serão tratadas por meio de fluxo de atendimento e de resposta públicos e no prazo estabelecido.

CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS COM O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Art. 4º Caberá às empresas o respeito:

I - aos direitos humanos protegidos nos tratados internacionais dos quais o seu Estado de incorporação ou de controle sejam signatários; e

II - aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição.

Art. 5º Caberá, ainda, às empresas:

I - monitorar o respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva vinculada à empresa;

II - divulgar internamente os instrumentos internacionais de responsabilidade social e de direitos humanos, tais como:

a) os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas;

b) as Diretrizes para Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; e

c) as Convenções da Organização Internacional do Trabalho;

III - implementar atividades educativas em direitos humanos para seus recursos humanos e seus colaboradores, com disseminação da legislação nacional e dos parâmetros internacionais, com foco nas normas relevantes para a prática dos indivíduos e os riscos para os direitos humanos;

IV - utilizar mecanismos de educação, de conscientização e de treinamento, tais como cursos, palestras e avaliações de aprendizagem, para que seus dirigentes, empregados, colaboradores, distribuidores, parceiros comerciais e terceiros conheçam os valores, as normas e as políticas da empresa e conheçam seu papel para o sucesso dos programas; e

V - redigir código de conduta publicamente acessível, aprovado pela alta administração da empresa, que conterá os seus engajamentos e as suas políticas de implementação dos direitos humanos na atividade empresarial.

Art. 6º É responsabilidade das empresas não violar os direitos de sua força de trabalho, de seus clientes e das comunidades, mediante o controle de riscos e o dever de enfrentar os impactos adversos em direitos humanos com os quais tenham algum envolvimento e, principalmente:

I - agir de forma cautelosa e preventiva, nos seus ramos de atuação, inclusive em relação às atividades de suas subsidiárias, de entidades sob seu controle direito ou indireto, a fim de não infringir os direitos humanos de seus funcionários, colaboradores, terceiros, clientes, comunidade onde atuam e população em geral;

II - evitar que suas atividades causem, contribuam ou estejam diretamente relacionadas aos impactos negativos sobre direitos humanos e aos danos ambientais e sociais,

III - evitar impactos e danos decorrentes das atividades de suas subsidiárias e de entidades sob seu controle ou vinculação direta ou indireta;

IV - adotar compromisso de respeito aos direitos humanos, aprovado pela alta administração da empresa, no qual trará as ações que realizará, para evitar qualquer grau de envolvimento com danos, para controlar e monitorar riscos a direitos humanos, assim como as expectativas da empresa em relação aos seus parceiros comerciais e funcionários;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

V - garantir que suas políticas, seus códigos de ética e conduta e seus procedimentos operacionais reflitam o compromisso com o respeito aos direitos humanos;

VI - implementar o compromisso político assumido nas áreas da empresa, publicá-lo e mantê-lo atualizado, com destaque, nos sítios eletrônicos e nos canais públicos da empresa e constituir área ou pessoa responsável para acompanhar o seu cumprimento;

VII - promover a consulta livre, prévia e informada das comunidades impactadas pela atividade empresarial;

VIII - criar políticas e incentivos para que seus parceiros comerciais respeitem os direitos humanos, tais como a adoção de critérios e de padrões sociais e ambientais internacionalmente reconhecidos para a seleção e a execução de contratos com terceiros, correspondentes ao tamanho da empresa, à complexidade das operações e aos riscos aos direitos humanos;

IX - comunicar internamente que seus colaboradores estão proibidos de adotarem práticas que violem os direitos humanos, sob pena de sanções internas;

X - orientar os colaboradores, os empregados e as pessoas vinculadas à sociedade empresária a adotarem postura respeitosa, amistosa e em observância aos direitos humanos;

XI - estimular entre fornecedores e terceiros um convívio inclusivo e favorável à diversidade;

XII - dispor de estrutura de governança para assegurar a implementação efetiva dos compromissos e das políticas relativas aos direitos humanos;

XIII - incorporar os direitos humanos na gestão corporativa de risco a fim de subsidiar processos decisórios;

XIV - adotar indicadores específicos para monitorar suas ações em relação aos direitos humanos; e

XV - adotar iniciativas públicas e acessíveis de transparência e divulgação das políticas, do código de conduta e dos mecanismos de governança.

Art. 7º Compete às empresas garantir condições decentes de trabalho, por meio de ambiente produtivo, com remuneração adequada, em condições de liberdade, equidade e segurança, com iniciativas para:

I - manter ambientes e locais de trabalho acessíveis às pessoas com deficiência, mesmo em áreas ou atividades onde não há atendimento ao público, a fim de que tais pessoas encontrem, no ambiente de trabalho, as condições de acessibilidade necessárias ao desenvolvimento pleno de suas atividades;

II - observar os direitos de seus colaboradores de:

a) se associar livremente;

b) afiliar-se a sindicatos de trabalhadores;

c) participar dos conselhos de trabalho;

d) envolver-se em negociações coletivas;

e) receber os benefícios previstos em lei, incluídos os repousos legais; e

f) não exceder a jornada de trabalho legal;

III - manter compromisso com as políticas de erradicação do trabalho análogo à escravidão e garantir ambiente de trabalho saudável e seguro;

IV - não manter relações comerciais ou relações de investimentos, seja de subcontratação, seja de aquisição de bens e serviços, com empresas ou pessoas que violem os direitos humanos;

V - respeitar os direitos de crianças e adolescentes, de forma a incluir, em seus planos de trabalho, assim como exigir de seus fornecedores, empresas coligadas, controladas, subsidiárias e parceiras, ações preventivas e reparatórias para evitar riscos, impactos e violações a direitos de crianças e adolescentes, especialmente as de enfrentamento, erradicação do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes;

VI - avaliar e monitorar os contratos firmados com seus fornecedores de bens e serviços, parceiros e clientes que contenham cláusulas de direitos humanos que impeçam o trabalho infantil ou o trabalho análogo à escravidão;

VII - adotar medidas de prevenção e precaução, para evitar ou minimizar os impactos adversos que as suas atividades podem causar direta ou indiretamente sobre os direitos humanos, a saúde e a segurança de seus empregados; e

VIII - assegurar a aplicação vertical de medidas de prevenção a violações de direitos humanos.

§ 1º A inexistência de certeza científica absoluta não será invocada como argumento para adiar a adoção de medidas para evitar violações aos direitos humanos, à saúde e à segurança dos empregados.

§ 2º As medidas de prevenção e precaução a violações aos direitos humanos serão adotadas em toda a cadeia de produção dos grupos empresariais.

Art. 8º Caberá às empresas combater a discriminação nas relações de trabalho e promover a valorização e o respeito da diversidade em suas áreas e hierarquias, com ênfase em:

I - resguardar a igualdade de salários e de benefícios para cargos e funções com atribuições semelhantes, independentemente de critério de gênero, orientação sexual, étnico-racial, de origem, geracional, religiosa, de aparência física e de deficiência;

II - adotar políticas de metas percentuais crescentes de preenchimento de vagas e de promoção hierárquica para essas pessoas, contempladas a diversidade e a pluralidade, ainda que para o preenchimento dessas vagas seja necessário proporcionar cursos e treinamentos específicos;

III - promover o acesso da juventude à formação para o trabalho em condições adequadas;

IV - respeitar e promover os direitos das pessoas idosas e promover a sua empregabilidade;

V - respeitar e promover os direitos das pessoas com deficiência e garantir a acessibilidade igualitária, a ascensão hierárquica, a sua empregabilidade e a realização da política de cotas;

VI - respeitar e promover o direito de grupos populacionais que tiveram dificuldades de acesso ao emprego em função de práticas discriminatórias;

VII - respeitar e promover os direitos das mulheres para sua plena cidadania, empregabilidade e ascensão hierárquica,

VIII - buscar a erradicação de todas as formas de desigualdade e discriminação;

IX - respeitar a livre orientação sexual, a identidade de gênero e a igualdade de direitos da população de lésbicas, **gays**, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros em âmbito empresarial; e

X - efetivar os direitos sociais, econômicos e culturais das comunidades locais e dos povos tradicionais, respeitadas a sua identidade social e cultural e a sua fonte de subsistência e promover consulta prévia e diálogo constante com a comunidade.

Art. 9º Compete às empresas identificar os riscos de impacto e a violação a direitos humanos no contexto de suas operações, com a adoção de ações de prevenção e de controle adequadas e efetivas e, principalmente:

I - realizar periodicamente procedimentos efetivos de reavaliação em matéria de direitos humanos, para identificar, prevenir, mitigar e prestar contas do risco, do impacto e da violação decorrentes de suas atividades, de suas operações e de suas relações comerciais;

II - desenvolver e aperfeiçoar permanentemente os procedimentos de controle e monitoramento de riscos, impactos e violações e reparar as consequências negativas sobre os direitos humanos que provoquem ou tenham contribuído para provocar;

III - adotar procedimentos para avaliar o respeito aos direitos humanos na cadeia produtiva;

IV - prestar contas com clareza, transparência e lealdade sobre os riscos da operação nos direitos humanos e as medidas adotadas para preveni-los, além dos impactos negativos e dos danos aos direitos humanos que tenham sido causados ou que tenham relação direta com suas operações, seus produtos ou os serviços prestados por meio de suas relações comerciais e das ações de reparação adotadas;

V - informar publicamente as medidas que adotaram no último ciclo para evitar riscos, mitigar impactos negativos aos direitos humanos e prevenir violações, com base em compromisso assumido pela empresa, consideradas as características do negócio e dos territórios impactados por suas operações;

VI - divulgar e identificar publicamente aos seus fornecedores as normas de direitos humanos às quais estejam sujeitos, de modo a possibilitar o controle por parte dos trabalhadores e da sociedade civil, ressalvado o sigilo comercial; e

VII - garantir, sempre que possível a participação das partes interessadas, sobretudo dos indivíduos e das comunidades potencialmente atingidas pelas atividades, no processo de diligência, desde a avaliação de impactos até a prestação de contas das medidas que são adotadas, incluído o processo decisório sobre quais são essas medidas e como elas serão executadas.

Parágrafo único. As empresas que possuírem numerosas entidades em sua esfera de influência, que dificultem a auditoria no âmbito de cada entidade, priorizarão as áreas identificadas como mais sujeitas a riscos de consequências negativas sobre os direitos humanos.

Art. 10. É responsabilidade das empresas estabelecer mecanismos operacionais de denúncia e de reclamação que permitam identificar os riscos e os impactos e reparar as violações, quando couber, em especial:

I - instituir mecanismos de denúncia, apuração e medidas corretivas, assegurados o sigilo e o anonimato aos denunciantes de boa-fé, de modo que tais instrumentos estejam acessíveis a colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade de entorno e sejam transparentes, imparciais e aptos a tratar de questões que envolvam ameaças aos direitos humanos, além de terem fluxos e prazos para a resposta previamente estabelecidos e amplamente divulgados;

II - implementar sistema de gerenciamento de riscos de abusos de direitos humanos, incluídos o gerenciamento de riscos sobre a saúde e a segurança dos empregados, com a identificação dos impactos negativos sobre os direitos humanos, direta ou indiretamente relacionados com a sua atividade;

III - adotar política de comunicação, fiscalização e sanção direcionada aos seus colaboradores e buscar a promoção do respeito aos direitos humanos e à prevenção de riscos e violações;

IV - divulgar os canais internos de denúncia e os canais públicos de denúncias de ofensas a direitos humanos, tais como o Disque 100 e a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, entre outros;

V - adequar a empresa e suas coligadas, controladas, suas subsidiárias, suas parceiras e seus fornecedores às exigências e às proibições legais em relação ao combate à corrupção, aos comportamentos antiéticos e ao assédio moral, dentre outros;

VI - fomentar cultura de ética e de respeito às leis, notadamente aquelas que dizem respeito à lisura do processo de contratação pública, por meio de declarações documentadas da alta administração da empresa aos seus empregados, colaboradores e parceiros e esclarecer os padrões éticos da empresa;

VII - criar e manter:

a) programa de integridade na empresa; e

b) instância responsável pelo programa de integridade a que se refere a alíne "a", dotada de autonomia, imparcialidade, recursos materiais, humanos e financeiros, com possibilidade de acesso direto ao maior nível decisório da empresa e com a atribuição de rever o programa periodicamente;

VIII - estabelecer procedimentos de controle interno e de verificação de aplicabilidade do programa de integridade, inclusive com a apresentação de relatórios frequentes e a publicação de demonstrações financeiras;

IX - instituir processos internos que permitam investigações para atender prontamente às denúncias de comportamentos antiéticos, de forma a garantir que os fatos sejam identificados e averiguados com credibilidade, de forma rigorosa, independente e analítica e que os culpados sejam devidamente responsabilizados, admitidas a advertência e a demissão; e

X - publicar anualmente as ações realizadas para promoção da integridade e controle de corrupção.

Art. 11. É responsabilidade das empresas adotar medidas de garantia de transparência ativa, com divulgação de informações relevantes, de documentos acessíveis às partes interessadas, quanto aos mecanismos de proteção de direitos humanos e de prevenção e de reparação de violações de direitos humanos na cadeia produtiva, com ênfase para:

I - divulgação suplementar periódicas de informações, por meio de informativos anuais que destaquem as ações empresariais realizadas, especialmente quanto:

a) ao sistema de auditoria interna;

b) ao sistema de gestão de risco; e

c) ao cumprimento das normas de proteção de direitos humanos, das normas de prevenção e reparação de possíveis violações de direitos humanos;

II - conscientização dos funcionários acerca das políticas empresariais, por meio de divulgação adequada de informação e de programas de formação contínua, de modo a garantir o acesso à informação e promover a atuação completa no processo produtivo e sem falhas, que resulte em violações aos direitos humanos; e

III - quando solicitado, fornecimento aos consumidores, por meio de acesso rápido e eficaz, sem custos ou encargos desnecessários, de informações referentes à compatibilidade das atividades empresariais, do processo de produção ou do fornecimento de serviços com os direitos humanos.

Art. 12. Compete às empresas adotar iniciativas para a sustentabilidade ambiental, tais como:

I - ter conhecimento dos aspectos e dos impactos ambientais causados por suas atividades, seus produtos e seus serviços;

II - desenvolver programas com objetivos, metas e ações de controle necessárias, vinculadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, suficientes para evitar danos e causar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo, água e utilizar, de forma sustentável, os recursos materiais;

III - divulgar as informações de que trata o inciso I do **caput** de forma transparente, especialmente para grupos diretamente impactados;

IV - utilizar bens e serviços que não gerem resíduos, poluição ou contaminação ou que gerem a menor quantidade de resíduos e efluentes possível;

V - estabelecer programa de gestão de resíduos sólidos que seja socialmente inclusivo e participativo, que vise a não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem, ao tratamento e à disposição final;

VI - considerar a substituição de materiais que resultem em resíduos mais agressivos por materiais ambientalmente mais adequados;

VII - adotar medidas para conferir mais eficiência às operações, a fim de reduzir emissões de gases de efeito estufa, de modo a contribuir com o combate às mudanças climáticas;

VIII - priorizar fontes de energia limpa e controlar e reduzir o consumo de energia elétrica;

IX - priorizar materiais, tecnologias e matérias-primas biossustentáveis de origem local;

X - utilizar produtos recicláveis ou que tenham maior vida útil e menor custo de manutenção do bem ou da obra;

XI - respeitar as singularidades de cada território e o aproveitamento sustentável das potencialidades e recursos locais e regionais; e

XII - incentivar fornecedores, trabalhadores e colaboradores a estabelecer diálogo permanente com as comunidades locais, baseados em uma agenda comum positiva, destinada ao desenvolvimento local sustentável.

CAPÍTULO IV
DO ACESSO A MECANISMOS DE REPARAÇÃO E REMEDIAÇÃO

Art. 13. O Estado manterá mecanismos de denúncia e reparação judiciais e não judiciais existentes e seus obstáculos e lacunas legais, práticos e outros que possam dificultar o acesso aos mecanismos de reparação, de modo a produzir levantamento técnico sobre mecanismos estatais de reparação das violações de direitos humanos relacionadas com empresas, como:

I - elaborar, junto ao Poder Judiciário e a outros atores, levantamento dos mecanismos judiciais e não judiciais existentes e dos entraves existentes em sua realização e realizar levantamento, sistematização e análise de jurisprudência sobre o tema;

II - propor soluções concretas para tornar o sistema estatal de reparação legítimo, acessível, previsível, equitativo, transparente e participativo;

III - incentivar as empresas a desenvolverem mecanismos internos de escuta e denúncia que tenham fluxo e prazo para resposta preestabelecidos e amplamente divulgados;

IV - capacitar sobre a temática de empresas e direitos humanos, juntamente com o Poder Judiciário e os órgãos competentes, os operadores de direitos e os funcionários responsáveis por temas como direitos dos defensores, dos povos indígenas, das minorias étnicas e dos demais grupos vulneráveis, temas ambientais e licenciamento ambiental, demarcação de terras e conflitos agrários e fundiários, entre outros;

V - capacitar recursos humanos e prover assistência e informações, em linguagem clara, para as pessoas que queiram exigir seus direitos a partir do acesso e do uso de mecanismos de denúncia e reparação judiciais e extrajudiciais;

VI - dar conhecimento dos mecanismos de denúncia existentes, tais como o Disque 100, o Ligue 180 e outros, aprimorar tais mecanismos para acolhimento de denúncias relacionadas às violações de direitos humanos em contexto empresarial, que sejam encaminhadas aos órgãos competentes pela apuração e reparação, além de serem sistematizadas, para formação de banco de dados específico sobre violação aos direitos humanos por empresas, que poderá ser acessado para fins de aprimoramento de políticas destinadas à proteção dos direitos humanos;

VII - incentivar a adoção por parte das empresas e a utilização por parte das vítimas, de medidas de reparação como:

a) compensações pecuniárias e não pecuniárias;

b) desculpas públicas;

c) restituição de direitos; e

d) garantias de não repetição;

VIII - promover o desenvolvimento de mecanismos de mediação e de resolução de conflitos entre a administração pública, as comunidades, os cidadãos e as empresas e garantir a transparência, a informação e o apoio técnico necessários, a fim de reduzir a assimetria que possa existir entre a empresa e a vítima de violação ou o cidadão impactado;

IX - estimular amplamente o uso de mecanismos de mediação, de resolução ou de outros processos extrajudiciais e compatíveis com os direitos humanos;

X - aprimorar os mecanismos de fiscalização, por meio da aplicação de critérios de priorização como vulnerabilidade territorial, que abordem aspectos institucionais e geográficos, e denúncias, que considerem a quantidade de denúncias recebidas;

XI - estimular o aprimoramento de mecanismos de priorização de tramitação de processos judiciais que envolvam desastres ambientais e sociais decorrentes da atividade empresarial, em atenção às orientações e aos instrumentos do Escritório para Redução do Risco de Desastre da Organização das Nações Unidas; e

XII - fortalecer as ações de fiscalização na hipótese de infração de direitos trabalhistas e ambientais.

Art. 14. Compete à administração pública incentivar que as empresas estabeleçam ou participem de mecanismos de denúncia e reparação efetivos e eficazes, que permitam propor reclamações e reparar violações dos direitos humanos relacionadas com atividades empresariais, com ênfase para:

I - disponibilizar mecanismos para o monitoramento e a solução de controvérsias de impactos e violações decorrentes de suas atividades ou suas operações, por meio de canais de denúncia à disposição das pessoas e comunidades afetadas;

II - disponibilizar canal de denúncias direto para que as pessoas e as comunidades possam expressar suas preocupações em relação ao impacto adverso dos negócios em seus direitos;

III - facilitar o pedido de informações e o acesso por parte das comunidades atingidas e do entorno e:

a) comprometer-se com o combate aos entraves para produção de provas por parte das vítimas e dos atingidos e contribuir com as investigações;

b) dar clareza e visibilidade à sua estrutura interna e à estrutura do grupo econômico do qual faça parte; e

c) adotar compromissos públicos de não retaliação de comunidades e de pessoas que denunciem violações ou risco de violações de direitos humanos relacionadas com a empresa, considerada a sua dependência econômica;

IV - reparar, de modo integral, as pessoas e as comunidades atingidas.

Art. 15. A reparação integral de que trata o inciso IV do **caput** do art. 14 poderá incluir as seguintes medidas, exemplificativas e passíveis de aplicação, que poderão ser cumulativas:

I - pedido público de desculpas;

II - restituição;

III - reabilitação;

IV - compensações econômicas ou não econômicas;

V - sanções punitivas, como multas, sanções penais ou sanções administrativas; e

VI - medidas de prevenção de novos danos como liminares ou garantias de não repetição.

Parágrafo único. Os procedimentos de reparação serão claros e transparentes em suas etapas, amplamente divulgados para todas as partes interessadas, com garantia da imparcialidade, da equidade de tratamento entre os indivíduos e serem passíveis de monitoramento de sua efetividade a partir de indicadores quantitativos e qualitativos de direitos humanos.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES NACIONAIS SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Art. 16. O Ministério dos Direitos Humanos instituirá o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, com as atribuições de implementar, monitorar e avaliar a execução e o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 17. Caberá ao Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos:

I - elaborar plano de ação anual, com vistas a concretizar as Diretrizes, que será editado em ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos;

II - elaborar estudos com a participação da sociedade civil, das instituições acadêmicas e de outros atores, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas e da legislação e à adoção de planos destinados à proteção e à promoção do respeito aos direitos humanos pelas empresas;

III - conduzir os processos de consulta pública para aprimoramento das Diretrizes e formalização dos planos de trabalho;

IV - propor ações referenciais em direitos humanos para subsidiar a atuação das empresas estatais e privadas;

V - promover a articulação entre os órgãos e as entidades da administração pública, o setor privado, as instituições acadêmicas e as organizações da sociedade civil para a implementação das Diretrizes;

VI - propor ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos as regulamentações necessárias à execução do disposto nas Diretrizes;

VII - estabelecer indicadores quantitativos e qualitativos para o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação periódicos das Diretrizes; e

VIII - receber reclamações, denúncias e propostas da sociedade civil.

§ 1º O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos será integrado por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério dos Direitos Humanos, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério do Trabalho;

VI - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

VII - Ministério de Minas e Energia;

VIII - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; e

IX - Ministério do Meio Ambiente.

§ 2º O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos será integrado por nove representantes da sociedade civil, paritariamente divididos entre os seguintes setores:

I - terceiro setor;

II - instituições acadêmicas; e

III - setor privado e sindicatos.

§ 3º O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos poderá convidar representantes dos Poderes, dos entes federativos, da sociedade civil e de organizações internacionais e especialistas para participar de suas reuniões.

§ 4º Os representantes de que trata o § 1º serão indicados pelo titular do respectivo órgão e designados em ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos.

§ 5º A participação no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente ou, em caráter extraordinário, por convocação de seu Coordenador ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 7º O quórum para reunião do Comitê será a presença da maioria de seus representantes e o quórum para deliberação será a maioria simples.

§ 8º O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos elaborará e aprovará seu regimento interno para dispor sobre sua organização e seu funcionamento.

§ 9º O Ministério dos Direitos Humanos prestará o apoio técnico e administrativo necessário para o funcionamento do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.

§ 10. O representante que se encontre em localidade distinta da sede do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos participará da reunião preferencialmente por meio virtual ou arcará com os custos de seu deslocamento.

Art. 18. Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos disporá sobre as regras e os procedimentos de seleção das entidades que representaram a sociedade civil no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, observado o disposto no § 2º do art. 17.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

RODRIGO MAIA
Gustavo do Vale Rocha

DECRETO Nº 9.572, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Promulga o Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmado em Brasília, em 24 de abril de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, Considerando que o Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda foi firmado em Brasília, em 24 de abril de 2015;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Protocolo por meio do Decreto Legislativo nº 183, de 11 de dezembro de 2017; e

Considerando que o Protocolo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 10 de janeiro de 2018, nos termos de seu Artigo II;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmado em Brasília, em 24 de abril de 2015, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Protocolo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

RODRIGO MAIA
Aloysio Nunes Ferreira Filho

PROTOCOLO ALTERANDO A CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COREIA DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Coreia,

Desejando alterar a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Seul em 7 de março de 1989 (doravante denominada "a Convenção"),

Acordaram o seguinte:

Artigo I

O Artigo 26 (Troca de Informações) da Convenção será suprimido e substituído pelo seguinte:

"Artigo 26
Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações previsivelmente relevantes para a aplicação das disposições da presente Convenção ou para a administração ou cumprimento da legislação interna relativa aos impostos de qualquer espécie e descrição exigidos por conta dos Estados Contratantes, ou de suas autoridades locais, na medida em que a tributação nela prevista não seja contrária à Convenção. A troca de informações não está limitada pelos Artigos 1 e 2.

2. Quaisquer informações recebidas na forma do parágrafo 1 por um Estado Contratante serão consideradas sigilosas da mesma maneira que as informações obtidas sob a legislação interna desse Estado e serão comunicadas apenas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais judiciais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos referidos no parágrafo 1, da execução ou instauração de processos relativos a infrações concernentes a esses impostos, da apreciação de recursos a eles correspondentes, ou da supervisão das atividades precedentes. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações somente para esses fins. Elas poderão revelar as informações em procedimentos públicos nos tribunais ou em decisões judiciais.

3. Em nenhum caso as disposições dos parágrafos 1 e 2 serão interpretadas no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

a) tomar medidas administrativas contrárias às suas leis e práticas administrativas ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no curso normal de suas práticas administrativas ou na legislação ou no curso normal das práticas administrativas do outro Estado Contratante;

c) fornecer informações que revelariam qualquer segredo negocial, empresarial, industrial, comercial ou profissional, ou processo comercial, ou informações cuja revelação seria contrária à ordem pública (**ordre public**).

4. Se as informações forem solicitadas por um Estado Contratante de acordo com o presente Artigo, o outro Estado Contratante utilizará os meios de que dispõe para obter as informações solicitadas, ainda que esse outro Estado não necessite de tais informações para seus próprios fins fiscais. A obrigação constante do período precedente está sujeita às limitações do parágrafo 3, mas em nenhum caso tais limitações serão interpretadas no sentido de permitir que um Estado Contratante se recuse a prestar as informações somente porque essas informações não sejam de seu interesse no âmbito interno.

5. Em nenhum caso as disposições do parágrafo 3 serão interpretadas no sentido de permitir que um Estado Contratante se recuse a prestar as informações somente porque tais informações são detidas por um banco, outra instituição financeira, mandatário ou pessoa que atue na qualidade de agente ou fiduciário, ou porque estão relacionadas com direitos de participação na propriedade de uma pessoa."

Artigo II

Cada Estado Contratante notificará ao outro o cumprimento dos procedimentos exigidos por sua legislação para a entrada em vigor do presente Protocolo. O Protocolo entrará em vigor na data de recebimento da última dessas notificações e suas disposições terão eficácia a partir da data de entrada em vigor.

Artigo III

O presente Protocolo, que constituirá parte integrante da Convenção, permanecerá em vigor enquanto a Convenção permanecer em vigor e será aplicável enquanto a própria Convenção for aplicável.

EM TESTEMUNHO DO QUE os abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto por seus respectivos Governos, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em duplicata em Brasília, aos 24 dias de abril de 2015, nas línguas portuguesa, coreana e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Joaquim Levy
Ministro de Estado da Fazenda

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COREIA

YUN Byung-se
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 652, de 21 de novembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Colombo, em 6 de dezembro de 2017.

Nº 653, de 21 de novembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Colombo, em 5 de dezembro de 2017.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.831, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VI, da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, c/c o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2018, considerando as disposições da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, o Decreto nº 9.492, de 05 de setembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 54000.103923/2018-89, resolve:

Art. 1º Estabelecer o fluxo interno para tratamento de denúncias no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, com objetivo de dar efetividade às apurações dos fatos denunciados e tornar mais eficiente o processo de detecção de indícios de ilicitude nas práticas, procedimentos, processos, e também prevenir futuras ocorrências de irregularidades, baseado nas regulamentações do Decreto n° 9.492, de 05 de setembro de 2018, e na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Paragrafo único. Entende-se por denúncia qualquer tipo de comunicação de ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes.

Art. 2º O Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria é a Unidade responsável pelo recebimento, exame e encaminhamento das denúncias, que serão tratadas preferencialmente em meio eletrônico, por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) e encaminhadas às Unidades competentes por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Art. 3º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos do disposto no Decreto n° 9.492, de 05 de setembro de 2018, sob pena de responsabilidade do agente público.

Art. 4º A manifestação do usuário poderá ser feita por meio eletrônico, por correspondência convencional ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo e registrada no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) ou encaminhada ao Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria para realização do devido registro no Sistema.

Art. 5º O Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria apresentará resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, e notificarão o usuário de serviço público sobre a decisão administrativa.

§ 1º Recebida a manifestação, o Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria realizará a análise prévia e, se necessário, encaminhará às áreas responsáveis pela adoção das providências necessárias.

§ 2º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário de serviços públicos forem insuficientes para a análise da manifestação, o Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria solicitará ao usuário a complementação de informações, que deverá ser atendida no prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento.

§ 3º Não serão admitidos pedidos de complementação sucessivos, exceto se referentes a situação surgida com a nova documentação ou com as informações apresentadas.

§ 4º A solicitação de complementação de informações suspenderá o prazo previsto no caput, que será retomado a partir da data de resposta do usuário.

§ 5º A falta de complementação da informação pelo usuário de serviços públicos no prazo estabelecido no § 2º acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 6º A denúncia recebida pelo Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria será conhecida na hipótese de conter elementos mínimos descritivos de irregularidade ou indícios que permitam à Autarquia chegar a tais elementos.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, no caso de a denúncia não ser conhecida, exceto na hipótese prevista no § 5º do art. 5º desta Portaria.

Art. 7º As informações que constituírem comunicações de irregularidade, ainda que de origem anônima, serão enviadas às áreas responsáveis para a sua apuração, observada a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

Art. 8º O Incra assegurará a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do usuário de serviços públicos ou do autor da denúncia, nos termos do disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sujeitando-se o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

Art. 9º Quando a denúncia envolver servidor público em exercício no Incra, caberá ao Assessor da Presidência do INCRA responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria identificar se o seu conteúdo está relacionado a possíveis desvios éticos ou a supostas transgressões disciplinares.

§ 1º Identificado que o conteúdo da denúncia se refere a possível desvio ético, a competência para apuração dos fatos será da Comissão de Ética do Incra.

§ 2º Identificado que o conteúdo da denúncia refere-se a possíveis transgressões disciplinares, a competência para apuração dos fatos será da Corregedoria-Geral e das Superintendências Regionais, conforme disposto no Regimento Interno da Autarquia.

§ 3º Identificado que o fato narrado na denúncia foi cometido por agente público no execício de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE a partir do nível 4, caberá ao Assessor da Presidência do Incra responsável pelo atendimento das demandas do Sistema de Ouvidoria informar a existência da denúncia à Ouvidoria-Geral da União, conforme estabelece o § 3º do art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 18 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2018, editada pelo Ouvidor-Geral da União do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Art. 10. A denúncia, ainda que anônima, que envolva agente púbico de outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal, será remetida ao órgão ou entidade competente para sua apuração, observada a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

Art. 11. O fluxo para o tratamento de denúncias consistirá nas seguintes etapas:

I - recepção da denúncia no Sistema Informatizado de Ouvidoria do Poder Executivo (e-OUV) no Portal do Incra na Rede Mundial de Computadores ou sua inserção naquele sistema, caso encaminhada por outro meio;

II - emissão de comprovante de recebimento da denúncia e, na hipótese em que esta tiver sido encaminhada por outro meio, informar ao usuário acerca de sua inserção no Sistema e-OUV;

III - análise prévia da denúncia e verificação da necessidade de obtenção de informações complementares pelo usuário, que as deverá prestar em até 20 (vinte) dias, sendo que, a falta dessa complementação no prazo estabelecido acarretará o arquivamento da denúncia, sem a produção de resposta conclusiva;

IV - decisão de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração ou seu arquivamento;

V - elaboração de resposta conclusiva ao usuário no prazo de 30 (trinta dias) a partir de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa;

VI - ciência ao usuário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.848, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 21 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o Artigo 107, inciso VII, do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 338 de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 do dia seguinte, resolve:

Art. 1º Tornar SEM EFEITO a Portaria/INCRA/P/Nº 1.791, de 12 de novembro de 2018, publicada no DOU nº 221 do dia 19 seguinte, Seção 1, pág. 4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

PORTARIA Nº 1.790, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/n° 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU n° 23 de 01 de fevereiro de 2017, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P nº 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA;

Considerando o constante dos autos do processo nº 54000.185980/2018-78, resolve: resolve:

Art. 1º Reconhecer 175 famílias do Território Quilombola TQ Terra Dura Coqueiral, código SIPRA SE02017014, localizado no município de Capela, Estado de Sergipe.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no artigo 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILSON DOS ANJOS SILVA

PORTARIA Nº 1.798, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/n° 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU n° 23 de 01 de fevereiro de 2017, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P nº 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA;

Considerando o constante dos autos do processo nº 54370.001017/2012-47; resolve:

Art. 1º Reconhecer 250 famílias da Comunidade Quilombola Porto da Areia, código SIPRA SE0217015, localizada no município de Estância, Estado de Sergipe, pertencente ao Território Quilombola Porto Da Areia.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no artigo 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILSON DOS ANJOS SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.019115/2018-87
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Birigui
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BIRIGUI, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019080/2018-86
Interessado: AR ACE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACE - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, vinculada às AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019093/2018-55
Interessado: AR Imagedata
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR IMAGEDATA, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019081/2018-21
Interessado: AR ACE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACED, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019114/2018-32
Interessado: AR Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Conchal
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CONCHAL, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.018979/2018-81
Interessado: AR SC DIGITAL
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR SC DIGITAL, localizada na RUA 1500, SALA 04, ZAIR PILATTI, CENTRO, BALNEÁRIO CAMBORIÚ-SC, vinculada à AC ONLINE RFB e AC VALID RFB.

Processo nº 00100.019141/2018-13
Interessado: AR RFB FUNCIONÁRIOS
DEFIRO o pedido de extinção de PAGR da AR RFB FUNCIONÁRIOS vinculada à AC RFB e nas demais cadeias onde a AR encontra-se credenciada, conforme segue:
Nome da PAGR: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Manaus
Endereço: Rua Emílio Moreira, 470, Bairro Praça 14 de Janeiro, Manaus-AM, CEP: 69020-040

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.016167/2018-00
Interessado: AR COPIAR DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa GR3 PAPELARIA E LIVRARIA LTDA., CNPJ 17.072.702/0001-83 (AR COPIAR DIGITAL), vinculada às AC ONLINE RFB e AC ONLINE BRASIL, com funcionamento no endereço: Av. Julia Freire Nº 1224, Sala B, Expedicionários - Joao Pessoa /PB

Processo nº 00100.019169/2018-42
Interessado: AR KI CERTIFICATION
DEFIRO o pedido de alteração de alteração de endereço de IT da AR KI CERTIFICATION, vinculada à AC CERTIFICA MINAS e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT KI CERTIFICATION
Endereço Anterior: AV PAULISTA, 2001 7 ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO-SP. CEP: 01311-300
Endereço Atual: RUA: SILVIANO BRANDAO, 181, SALA 01, LETRA A, CENTRO, FORMIGA/MG. CEP: 35.570-000

Processo nº 00100.019117/2018-76
Interessado: AR Associação Comercial Industrial de Barueri
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DE BARUERI?, vinculada à AC CERTISIGN RFB.

Processo nº 00100.019024/2018-41
Interessado: AR CERTMIDIA
DEFIRO o pedido de alteração de alteração de endereço de ITS da AR CERTMIDIA, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: ITS BH PRAÇA SETE
Endereço Anterior: Avenida Afonso Pena, 578, Sala 901, Centro, Belo Horizonte-MG
Endereço Atual: Av. Afonso Pena, nº 578, Sala 901 Sala 907 - Centro, Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-001

Processo nº 00100.018824/2018-45
Interessado: AR CCN PE
DEFIRO o pedido de alteração de alteração de endereço de IT da AR CCN PE, vinculada à AC VALID BRASIL e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT CCN PE
Endereço Anterior: AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, N° 1605, SALA 36, BAIRRO NOVO, OLINDA-PE
Endereço Atual: RUA FRANCISCO AMBROSIO DE BARROS LEITE, N° 220, BAIRRO NOVO, OLINDA-PE

Processo nº 00100.018925/2018-16
Interessado: AR GRANDES LAGOS
DEFIRO o pedido de alteração de alteração de nome e endereço de ITS da AR GRANDES LAGOS, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome Anterior da ITS: ITS BORBA-AM
Nome Atual da ITS: ITS CARAUARI-AM
Endereço Anterior: RUA FRANCISCO LIRA, Nº 75B, NOSSA SENHORA DE FATIMA, CARAUARI/AM.
Endereço Atual: RUA SÃO JACOB, N° 663, CENTRO, CARAUARI-AM

Processo nº 00100.018822/2018-56
Interessado: AR CCT
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR CCT, vinculada à AC VALID BRASIL cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT CCT
Endereço Anterior: QUADRA 104 NORTE, RUA NE 11, LOTE 46, S/N, SALA 05, PLANO DIRETOR NORTE - PALMAS - TO
Endereço Atual: Q 104 SUL VENIDA LO 1, N° 5, CONJUNTO 04, LOTE 38, SALA 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO

Processo nº 00100.017599/2018-20
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Pres Venceslau
DEFIRO o pedido de credenciamento da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PRES VENCESLAU, CNPJ 55.563.068/0001-70 (AR Associação Comercial e Industrial de Pres Venceslau), vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Rua Newton Prado, nº 151 - Centro - Presidente Venceslau/SP.

Processo nº 00100.018841/2018-82
Interessado: AR MPMINAS CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR MPMINAS CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018844/2018-16
Interessado: AR Associação Comercial de Industrial de Bariri
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE INDUSTRIAL DE BARIRI, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018846/2018-13
Interessado: AR ACIAS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACIAS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

Processo nº 00100.018658/2018-87
Interessado: AR CERTISAFE
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR CERTISAFE, vinculada à AC LINK RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da ITS: SÃO MIGUEL DO OESTE
Endereço Anterior: RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 1413, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
Endereço Atual: RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 598, SALA 05, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

Processo nº 00100.018526/2018-55
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Novo Horizonte
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVO HORIZONTE, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 666, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 35, Parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, o disposto no Decreto n° 7.133, de 22 de março de 2010, e a Portaria nº 460, de 15 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado das metas globais do nono ciclo de avaliação de desempenho institucional da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, na forma do Anexo.

Art. 2º O ciclo de avaliação teve início no dia 19 de novembro de 2017 e término no dia 18 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

INDICADORES	QUANTITATIVO DE REFERÊNCIA	RESULTADO	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	RESULTADO %
Garantia-Safra	1.016.564	1.086.587	Agricultor Segurado (unidade)	19/11/2017 a 18/11/2018	107%
Crédito Pronaf	1.226.219	1.596.121	Operações (unidade)	19/11/2017 a 18/11/2018	130%

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que conta no Processo nº 21000.052285/2017-91, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 1º, da Instrução Normativa nº 43, de 22 de novembro de 2017, prorrogando para 31 de agosto de 2019, o prazo para conclusão do processo de transição da fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de margarina, de seu registro e de seus respectivos produtos, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA para o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA.

Art. 2º Adotar os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 66, de 11 de setembro de 2003, para fins de simplificação do processo de registro de estabelecimentos, previsto no inciso I, do artigo 2º, da Instrução Normativa nº 43, de 22 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

PORTARIA Nº 1.998, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, o disposto no Parecer nº 00742/2018/CONJUR-MAPA/CGU/AGU e o que consta no Processo SEI nº 21000.004389/2018-70, resolve:

Art. 1º Aprovar o Parecer nº 4/2018/CTBEA/GAB-GM/MAPA, de 07 de novembro de 2018, analisada pela Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal - CTBEA, deste Ministério, instituída pela Portaria nº 905, de 19 de abril de 2017, o qual reconhece o "Manual de Criação e Manejo - Mura - Galo de Combate", considerando as características da raça Mura, descrevendo procedimentos adequados para a criação e manejo destas aves, tendo em conta especificidades inerentes da raça com vistas a atender os princípios que norteiam o bem-estar animal.

Art. 2º O Manual mencionado no art. 1º não autoriza o descumprimento pelo criador das normas constitucionais e legais vigentes, especialmente aquelas que vedam a submissão de animais a tratamento cruel.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.992, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no item 1.4 do Edital nº 48, de 10 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 11 de agosto de 2017, e conforme art. 5º da Portaria nº 231, de 18 de julho de 2017, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União de 19 subsequente, e o que consta do Processo nº 21000.050395/2017-18, resolve:

Tornar sem efeito a portaria SE n° 1.921, de 12 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de novembro de 2018, seção 1, página 27.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 3.949, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições previstas na Portaria SE/MAPA nº 1.631, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU nº 129, de 07 de julho de 2016, na Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve,

Art. 1º Habilitar o Médico Veterinário Francisco Paes Pinheiro Terceiro, CRMV-CE 2910, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no município de Caucaia-CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

PORTARIA Nº 3.951, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições previstas na Portaria SE/MAPA nº 1.631, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU nº 129, de 07 de julho de 2016, na Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve,

Art. 1º Habilitar o Médico Veterinário Elinardo Martins da Silva, CRMV-CE 0970, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Apuiarés-CE, Canindé-CE, Caridade-CE, General Sampaio-CE, Irauçuba-CE, Itapajé-CE, Paramoti-CE, Pentecoste-CE, Tejuçuoca-CE e Umirim-CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 403, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, designado pela Portaria n° 706 de 03/05/2018, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar o médico veterinário, Guilherme Lando Bernardo, inscrito no CRMV/SC Nº 3894, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.006669/2018-27 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164120 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 199 de 07/07/2014.

OSMARINO GHIZONI

PORTARIAS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, designado pela Portaria n° 706 DE 03/05/2018, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Nº 406 - Habilitar a médica veterinária, NIDELE NOGUEIRA SOARES, inscrita no CRMV/SC Nº 4846, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.006698/2018-99 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164166 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 710 de 29/11/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 407 - Habilitar o médico veterinário, LEONARDO DA SILVA BOTTIN, inscrito no CRMV/SC Nº 4981, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.006697/2018-44 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164119 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 510 de 21/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 408 - Habilitar a médica veterinária, GRACIELLA FERNANDA HEREK, inscrita no CRMV/SC Nº 8154, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.001372/2018-75 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164167 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 039 de 08/03/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 409 - Habilitar o médico veterinário, JOEL HENRIQUE WEBER, inscrito no CRMV/SC Nº 4524, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.004300/2018-80 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164115 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 487 de 22/11/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 410 - Habilitar o médico veterinário, JOVIANO SAMUEL DURIGON, inscrito no CRMV/SC Nº 5114, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.002064/2018-67no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164137 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 341 de 30/09/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMARINO GHIZONI

PORTARIA Nº 412, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA - SUBSTITUTO, designado pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, MARIANA LUIZA BONI, inscrita no CRMV/SC Nº 8731, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.006745/2018-02 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164335 do Estado de Santa Catarina.

OSMARINO GHIZONI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 79, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, defere os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	Nº PROTOCOLO
Solanum lycopersicum L.	TRUCKER	21806.000075/2014
Allium cepa L.	DULCIANA	21806.000077/2014
Avena sativa L.	FAEM 007	21806.000155/2014
Glycine max (L.) Merr.	NS7505IPRO	21806.000051/2015
Glycine max (L.) Merr.	FTR 2155 RR	21806.000114/2015
Glycine max (L.) Merr.	INT 5801	21806.000198/2015
Glycine max (L.) Merr.	CD 2857RR	21806.000211/2015
Glycine max (L.) Merr.	FTR 4160 IPRO	21806.000214/2015
Rosa L.	RUICI2763A	21806.000072/2016
Alstroemeria L.	Gagold	21806.000097/2016
Glycine max (L.) Merr.	ST620IPRO	21806.000175/2016
Glycine max (L.) Merr.	DS6716IPRO	21806.000176/2016
Glycine max (L.) Merr.	5857IPRO	21806.000275/2016
Glycine max (L.) Merr.	8688IPRO	21806.000284/2016
Glycine max (L.) Merr.	8406IPRO	21806.000286/2016
Glycine max (L.) Merr.	8162IPRO	21806.000290/2016
Glycine max (L.) Merr.	7045IPRO	21806.000294/2016
Glycine max (L.) Merr.	5993IPRO	21806.000295/2016
Gerbera L.	Prestige	21806.000048/2017
Solanum lycopersicum L.	USSAR	21806.000097/2017
Glycine max (L.) Merr.	BRS 7581RR	21806.000187/2017
Glycine max (L.) Merr.	68I69RSF IPRO	21806.000261/2017
Solanum lycopersicum L.	HM 3888	21806.000015/2018

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.003, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetua a permuta de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS com Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE no âmbito da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, e o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009;

Considerando a Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

Considerando a Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, que alterou os Anexos I, II, IV, V e VIII da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º O Anexo V da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

UNIDADE	QTD	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS / FG / FCPE
(...)			
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
(...)			
Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais	1	Diretor	DAS 101.5
(...)			
Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
(...)			
Diretoria de Administração	1	Diretor	DAS 101.5
(...)			
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
(...)			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA DE FUNDOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CGF nº 122, de 16/11/2018, publicada no DOU nº 221, de 19/11/2018, Seção 1, pág. 135,

Onde se lê:

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo §5º do art. 12 do Anexo da Resolução nº 01 do Funttel, de 20 de março de 2001, considerando a decisão tomada na sua 61ª RO, de 09 de agosto de 2018, resolve:

Leia-se:

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo art. 6º, III, do Anexo da Resolução nº 119 do CGF, de 30 de outubro de 2018, considerando a decisão tomada pelo Conselho Gestor do Funttel na 61ª RO, de 09 de agosto de 2018, resolve:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga aos abaixo indicados autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 9.033 - Processo nº 53516.014605/2018-71: ARTEMINIO BOMBARDELLI, CPF nº 627.564.439-72.

Nº 9.062 - Processo nº 53516.014576/2018-48: CONDOMINIO CATUAI PALLADIUM SHOPPING CENTER - FOZ DO IGUACU, CNPJ nº 24.968.571/0001-82.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 8.743, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53548.001469/2018-82.

Expede autorização à SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25278459001316, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 8.744, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à RIO AGUA CLARA ENERGIA S/A, CNPJ nº 15.743.124/0002-15 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 20 DE NOVEMBRO 2018

Nº 8945, Processo nº 53578.001061/2018-53. Outorga autorização para uso de radiofrequências à E & J COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 97.552.236/0001-72, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 8954, Processo nº 53584.000141/2007-50. Outorga autorização para uso de radiofrequências à ESTAÇÃO VIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA EIRELI, CNPJ nº 09.228.233/0001-10, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

ROZALVO PEREIRA BRAGA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.412, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.044340/2018-13. Expede autorização à VOU COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 30.844.083/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 4 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.449 - Processo nº 53500.045785/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA VANGUARDA DE COMUNICAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 18.239.996/0001-58, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Varginha/MG.

Nº 7.465 - Processo nº 53500.045861/2018-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EVANGELICA TRINDADE, CNPJ/MF nº 59.486.605/0001-87, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jundiaí/SP.

Nº 7.469 - Processo nº 53500.045878/2018-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - CAMPUS DE CONCORDIA, CNPJ/MF nº 83.221.796/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Concórdia/SC.

Nº 7.475 - Processo nº 53500.045912/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ/MF nº 53.268.231/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Osvaldo Cruz/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.541 - Processo nº 53500.041215/2018-43. Expede autorização à FIBRASIL PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 30.749.166/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.542 - Processo nº 53500.044209/2018-48. Expede autorização à JOCINARA MARTINS POZZER, CNPJ/MF nº 09.107.676/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.548 - Processo nº 53500.043099/2018-05. Expede autorização à PALMASNET INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 07.102.765/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.561 - Processo nº 53500.043390/2018-75. Expede autorização à PROREDES INTERNET SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 04.258.921/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.562 - Processo nº 53500.042268/2018-81. Expede autorização à DINAMICA NETWORKS LTDA, CNPJ/MF nº 10.610.849/0001-30, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.563 - Processo nº 53500.045183/2018-55. Expede autorização à FIHTEL - FIBER IN HOME TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 26.312.220/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.564 - Processo nº 53500.043399/2018-86. Expede autorização à MA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 28.316.382/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.648 - Processo nº 53500.044556/2018-71. Expede autorização à MARESSA DENISE DOS SANTOS ALMEIDA, CNPJ/MF nº 26.143.682/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.652 - Processo nº 53500.046841/2018-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Diamantina/MG.

Nº 7.654 - Processo nº 53500.046847/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Iguape/SP.

Nº 7.676 - Processo nº 53500.046943/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Montes Claros/MG.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.827 - Processo nº 53500.046236/2018-55. Expede autorização à LEONARDO LOPES DA SILVA, CNPJ/MF nº 22.591.225/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.839 - Processo nº 53500.046580/2018-44. Expede autorização à CONECTA TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 28.453.618/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.841 - Processo nº 53500.046397/2018-49. Expede autorização à 3ONE TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 20.677.273/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.857, DE 20 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.043971/2018-15. Expede autorização à RELEASE MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 27.995.707/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.866 - Processo nº 53500.047016/2018-49. Expede autorização à SAMUEL FERREIRA SOARES CAMPOS NET, CNPJ/MF nº 23.714.027/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.903 - Processo nº 53500.043964/2018-13. Expede autorização à LEWITEL TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 29.515.763/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.913 - Processo nº 53500.046636/2018-61. Expede autorização à SOTHE INFO-INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 25.529.933/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.928 - Processo nº 53500.047501/2018-12. Expede autorização à LUCINEIDE ALEXANDRE CORDEIRO, CNPJ/MF nº 30.565.850/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.933 - Processo nº 53500.038925/2018-96. Expede autorização à MARIA CREUZA DA SILVA CATENDE, CNPJ/MF nº 17.592.863/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.936 - Processo nº 53500.035737/2018-14. Expede autorização à FSM SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 15.106.169/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.937 - Processo nº 53500.042901/2018-31. Expede autorização à CONECTE FELICI INFORMATICA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.254.350/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.011 - Processo nº 53500.048893/2018-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pilar do Sul/SP.

Nº 8.044 - Processo nº 53500.047901/2018-28. Expede autorização à SPACE NET REDES DE INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 30.929.204/0001-72, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.071 - Processo nº 53500.047895/2018-17. Expede autorização à SARA ONLINE INFORMATICA - EIRELI, CNPJ/MF nº 09.172.836/0002-29, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.074 - Processo nº 53500.039144/2018-19. Expede autorização à MUNDIAL TELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.768.259/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.
Nº 8076 Processo nº 53500.046879/2018-07. Expede autorização à FALEIP TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 26.668.043/0001-33, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.080 - Processo nº 53500.049101/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itapetininga/SP.

Nº 8.081 - Processo nº 53500.049102/2018-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Assis/SP.

Nº 8.083 - Processo nº 53500.049104/2018-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itajobi/SP.

Nº 8.085 - Processo nº 53500.049106/2018-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Andradina/SP.

Nº 8.086 - Processo nº 53500.049107/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ/MF nº 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araraquara/SP.

Nº 8.113 - Processo nº 53500.046593/2018-13. Expede autorização à SGLINKNET RIO TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 09.104.380/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.114 - Processo nº 53500.046210/2018-15. Expede autorização à VIA NET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 27.870.020/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.115 - Processo nº 53500.047281/2018-27. Expede autorização à J. L. PEREIRA, CNPJ/MF nº 13.937.361/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.126 - Processo nº 53500.049218/2018-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOVO INTERIOR COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 01.882.185/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pilar do Sul/SP.

Nº 8.127 - Processo nº 53500.046281/2018-18. Expede autorização à ADRIANO SOUZA DE SANTANA, CNPJ/MF nº 26.807.886/0001-73, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.129, DE 27 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.049270/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Salto/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.131, DE 28 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.049274/2018-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EDUCADORA SANTA TEREZA AM LTDA, CNPJ/MF nº 14.705.305/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ribeira do Pombal/BA.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.140 - Processo nº 53500.049304/2018-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ/MF nº 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Videira/SC.

Nº 8.141 - Processo nº 53500.049305/2018-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ/MF nº 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Canoinhas/SC.

Nº 8.142 - Processo nº 53500.049309/2018-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ/MF nº 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Bento do Sul/SC.

Nº 8.156 - Processo nº 53500.047313/2018-94. Expede autorização à ADM VIVA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/MF nº 27.914.929/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.160 - Processo nº 53500.049372/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ/MF nº 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pomerode/SC.

Nº 8.163 - Processo nº 53500.049391/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ/MF nº 53.268.231/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pacaembu/SP.

Nº 8.164 - Processo nº 53500.049392/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, CNPJ/MF nº 53.268.231/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rosana/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 8.208 - Processo nº 53500.045955/2018-59. Expede autorização à LUIZ GUILHERME FERREIRA 08718813658, CNPJ/MF nº 20.389.842/0001-94, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8212 - Processo nº 53500.047217/2018-46. Expede autorização à A.P.FERREIRA DOS REIS INTERNET, CNPJ/MF nº 30.759.307/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.263, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 53500.046190/2018-74. Expede autorização à CGKRS SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 09.675.429/0001-53, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATOS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.298 - Processo nº 53500.049204/2018-10. Expede autorização à FIBRAVELOZ PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 31.372.265/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.299 - Processo nº 53500.047754/2018-96. Expede autorização à ATEX NET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 31.296.054/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 8.300 - Processo nº 53500.048049/2018-14. Expede autorização à ELIANE CRISTINA FARIA, CNPJ/MF nº 30.473.014/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.946, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza FUNDAÇÃO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 23/11/2018 a 24/11/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

DESPACHO DECISÓRIO Nº 159/SEI/2018

Processo nº 53500.052667/2018-51. Interessado: ASM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME, Clic Rápido Eireli - EPP, EVALDO SOUSA CARVALHO - ME

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES INTERINO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156, inciso I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, examinando os autos do Processo em epígrafe, referente à convocação de proponentes para assinarem o Termo de Autorização para Uso de Radiofrequências ou o Termo para Exploração do Serviço de Telecomunicações associado à outorga de Autorização para Uso de Radiofrequências; CONSIDERANDO que se constatou a ausência da totalidade dos documentos de habilitação das empresas ASM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CLIC RÁPIDO EIRELI - EPP e EVALDO SOUSA CARVALHO - ME, que não possuíam autorização para explorar serviço de telecomunicações de interesse coletivo à época da sessão de abertura, análise e julgamento das Propostas de Preço e de abertura dos Documentos de Habilitação da Licitação, decide:

Tornar sem efeito a convocação constante do Edital de Convocação nº 64/2018, publicado no DOU de 9 de novembro de 2018, pelo Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, para as empresas ASM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 07.149.365/0001-21, CLIC RÁPIDO EIRELI - EPP, CNPJ nº 22.408.805/0001-01, e EVALDO SOUSA CARVALHO - ME, CNPJ nº 01.602.057/0001-23.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-1154/CS-652. Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de instalação de encoder linear. Contratada: CNC Assistência Técnica de Máquinas e Equipamentos Eirelli - CNPJ: 24.868.850/0001-74. Valor total: R$ 48.200,00- Parecer Jurídico 014/2018/LOF/PJG-2/PJ/NUCLEP. Justificativas: Considerando as justificativas técnicas constantes nos autos, conclui-se que a contratação encontra respaldo jurídico no Artigo 30, inciso I da Lei 13.303/2016.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO
Gerente Geral de Compras e Serviços

Em face do parecer favorável da Gerencia Geral Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

MARCIO XIMENES VIRGÍNIO DA SILVA
Diretor Industrial

DESPACHOS

Processo: Contrato C-1231/CB-266. Objeto: Aquisição de 12 acessórios para o equipamento de ultrassom TOFD/PHASED ARRAY adquirido para operar na faixa de espessura de 10mm a 150 mm, modelo OMINISCAN MX2 (Olympus). Contratada: Arotec Indústria e Comércio Ltda - CNPJ: 53.273.215/0001-42. Valor total: R$ 494.922,50- Parecer Jurídico 017/2018/PMB/PJG-2/PJ/NUCLEP. Justificativas: Considerando as justificativas técnicas constantes nos autos, conclui-se que a contratação encontra respaldo jurídico no Artigo 30, inciso I da Lei 13.303/2016.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO
Gerente Geral de Compras e Serviços

Em face do parecer favorável da Gerencia Geral Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

MARCIO XIMENES VIRGÍNIO DA SILVA
Diretor Industrial

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 5.869/SEI, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º, parágrafo único, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão, aprovado pelo Decreto n.º 5.731, de 17 de fevereiro de 2005, o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.053680/2018-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 25.114/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à TVCI TV Comunicações Interativas Ltda, concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná., a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 39 (trinta e nove), em caráter primário, no município de Fortaleza, estado do Ceará, autorização essa outorgada inicialmente à Fundação Boas Novas, nos termos da Portaria nº 1.664 de 26 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHO Nº 1.439/SEI, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo 53500.003974/2018-16, especialmente da Nota Técnica n.º 17575/2018/SEI-MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela RADIO PROGRESSO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sumaré, estado de São Paulo, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, para no mérito, negar-lhe provimento.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.067310/2015	Associação Sócio-Cultural Ibipetuba (Ascib)	RADCOM	Santa Rita de Cássia	BA	Multa	456,93	Alínea "b", inciso I, § 2º, do art. 25 da Portaria nº 4.334/2015	Portaria DECEF n° 5935 de 20/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.067223/2015	Associação Cultural De Santa Margarida	RADCOM	Santa Margarida	MG	Multa	799,63	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998.	Portaria DECEF n° 5942 de 20/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

PORTARIAS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.055237/2015	Associação Cultural De Santa Mariana	RADCOM	Santa Mariana	PR	Multa	799,63	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998	Portaria DECEF n° 6004 de 21/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.059263/2015	Associação Do Desenvolvimento Comunitário	RADCOM	Tenente Portela	RS	Multa	799,63	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998	Portaria DECEF n° 6005 de 21/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.052767/2015	Associação Rádio Comunitária Novo Dia	RADCOM	Faxinal	PR	Multa	799,63	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998	Portaria DECEF n° 6009 de 21/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.053515/2015	Associação Comunitária De Desenvolvimento Cultural E Artístico De Anahy	RADCOM	Anahy	PR	Multa	799,63	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998	Portaria DECEF n° 6012 de 21/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.058124/2015	Associação Cultural, Informativa, De Radiodifusão Comunitária De Itororó	RADCOM	Itororó	BA	Multa	1.599,26	Art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/1998	Portaria DECEF n° 6014 de 21/11/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO

DESPACHO Nº 2.192/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo nº 53000.011008/2014-71, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do SENADO FEDERAL, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, consignatária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Digital, na localidade de Maceió/AL, utilizando o canal 35 D (trinta e cinco - Digital), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DESPACHO Nº 2.193/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo nº 53500.077035/2017-19, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ nº 09.168.704/0001-42, consignatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Coari/AM, utilizando o canal 21 (vinte e um), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DESPACHO Nº 2.194/SEI, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo nº 53000.024038/2013-67, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, consignatária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ourinhos/SP, utilizando o canal 287E (duzentos e oitenta e sete Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 5.220/SEI, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049830/2018-93, resolve:

Art. 1º Consignar à SUL BRASIL - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Paranavaí/PR, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 1.862/SEI, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.076624/2017-75, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 22948/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 08 de dezembro de 2017, da frequência 1570 KHz, outorgada à RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Bela Vista do Paraíso, estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 2.002/SEI, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, incisos II e III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53000.017906/2014-33, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 24055/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de inclusão de canal no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM com coordenadas de instalação prefixadas fora da localidade de outorga, com vista a possibilitar a adaptação de outorga na faixa atual de frequência modulada, interposto pela LB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO VALE LTDA, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Encantado, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.793/SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.036684/2018-36, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE QUINARI DE COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SENADOR GUIOMARD, estado do ACRE, utilizando o canal digital nº 25 (vinte e cinco), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 22330/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.814/SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.051685/2018-19, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SÃO MATEUS DO SUL, estado do PARANÁ, com utilização imediata do canal digital nº 29 (vinte e nove), nos termos da Nota Técnica nº 22450/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.123/SEI, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.066397/2018-51, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da SUL BRASIL RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de BLUMENAU, estado de SANTA CATARINA, utilizando o canal nº 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 24969/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.159/SEI, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.065021/2015-88, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da SUL BRASIL - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de JOINVILLE, estado de SANTA CATARINA, utilizando o canal nº 25 (vinte e cinco), nos termos da Nota Técnica nº 25175/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ASSESSORIA INTERNACIONAL

DESPACHO Nº 448-E, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo n. 01580.040672/2014-41
Projeto: O FANTASISTA
SALIC: 15-5007
Edital nº: 01/2014 - Coprodução Brasil-Argentina
Proponente: Truque Produtora de Cinema TV e Vídeo Ltda.
Despacho: Altere-se o título do projeto de "O FANTASISTA" para "O ÚLTIMO JOGO", conforme informado pela proponente, efetuando-se as atualizações pertinentes

LETÍCIA GODINHO
Assessora Internacional
Substituta

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 727, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

184742 - 32º FITUB - Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau
CNPJ/CPF: 450.451.949-68
Processo: 01400020888201894
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 428.947,90
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a 32a edição FITUB - FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO UNIVERSITÁRIO DE BLUMENAU, que é composto pelas seguintes ações: Espetáculos Selecionados, Espetáculos Convidados, Palco sobre Rodas, Teatro e Escola, Espetáculos da Blumenauense de Teatro, Análises dos Espetáculos, Oficinas, Conversas sobre Teatro, Palestras, Mesas Redondas, Jornada Latino-Americana de Estudos Teatrais, Mostra de Vídeos Rute Zendron e Eventos Especiais. O FITUB prioriza o diálogo entre estudantes as linguagens teatrais produzidas dentro das instituições de ensino, formais e não formais, do Brasil e latino americanas, bem como artistas e comunidade geral.

184747 - Caravana Cultural
CNPJ/CPF: 76.659.820/0001-51
Processo: 01400020893201805
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 799.503,75
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Caravana Cultural propõe a circulação de espetáculos cênicos, com apresentações gratuitas de teatro, bonecos, circo, mímica e musicais para comunidades carentes da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, por meio de um circuito itinerante. A programação trará montagens selecionadas pela curadoria do projeto para diferente faixas etárias e serão apresentadas em estrutura móvel adaptada para as produções.

184727 - Caravana Ecoarte
CNPJ/CPF: 17.810.806/0001-48
Processo: 01400020872201881
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 728.974,40
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Caravana Ecoarte é um projeto de Arte Educação sobre conscientização socioambiental direcionado a crianças e adolescentes de 8 a 15 anos. Serão realizadas 40 apresentações gratuitas em escolas da Rede Pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro. O projeto é dividido em duas partes: um espetáculo musical abordando os 5 R's do Consumo Consciente: Repensar, Recusar, Reduzir, Reciclar e Reutilizar, e em seguida, dinâmicas de Arte Educação que acontecem em um Jogo de Tabuleiro sobre o tema apresentado. Serão realizados registros audiovisuais que estarão disponíveis nas redes sociais do projeto para acompanhar o desenvolvimento das atividades. O trabalho com a arte educação estimula o exercício da cidadania, resgatando e fazendo surgir novos valores capazes de tornar os participantes do projeto mais conscientes do ambiente que os abriga.

184733 - Circuito Cultural de Teatro Infantil
CNPJ/CPF: 13.990.963/0001-21
Processo: 01400020878201859
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.018.580,64
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Circuito Cultural de Teatro Infantil busca realizar uma programação teatral destinada à infância e juventude de forma intensa e diversificada. Este projeto tem como pilar a descentralização e circulação dos bens culturais produzidos no País realizando diversas apresentações teatrais com o objetivo de formação de público.

184768 - Curta cultura com a gente II Edição
Fernanda Costa Franco
CNPJ/CPF: 006.444.358-28
Processo: 01400020940201811
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Aprovado: R$ 527.514,38
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Curta cultura com a gente" pretende dar continuidade no trabalho com portadores de necessidades especiais no Distrito de Vicente de Carvalho (SP) e abrir mais um núcleo na cidade de Araraquara (SP), através das oficinas voltadas ao teatro, dança, música, artes, contação de histórias e capoeira, que contribuirão para o crescimento e interação com o mundo, de 320 crianças, jovens e adultos.

184740 - Desfile carnaval de rua de Porto Alegre - carnaval da resistência.
CNPJ/CPF: 00.710.450/0001-78
Processo: 01400020886201803
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 447.370,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização do desfile de carnaval de rua, na cidade de Porto Alegre em 2019 de onze escolas de Samba. Contratação e montagem da estrutura para a realização dos desfiles tais como aluguel de arquibancadas, banheiros quimicos, camarotes, iluminação, som, segurança e cerca de proteção, assim como pagamento de cachês para as escolas desfilantes.

184734 - FARO DE ARTISTA - PLANO ANUAL
ESPACO CULTURAL E EDUCACIONAL FERNANDO FARO - ECEFF
CNPJ/CPF: 24.172.644/0001-25
Processo: 01400020879201801
Cidade: Batatais - SP;
Valor Aprovado: R$ 280.339,50
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Por meio deste Plano Anual, o Espaço Cultural e Educacional Fernando Faro, através do projeto Faro de Artista, visa despertar na criança e adolescente a iniciação do seu artista interior, estimulando sua criatividade e facilitando seu desenvolvimento através do teatro, música, dança e artes visuais, apresentando uma nova perpectiva de vida por meio das quatro linguagens da arte.

184741 - Guia do cavalheiro para se dar bem no amor, e no crime
CNPJ/CPF: 11.353.239/0001-61
Processo: 01400020887201840
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 7.694.242,81
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Guia do cavalheiro para se dar bem no amor, e no crime" visa a montagem e produção brasileira de um espetáculo de teatro musical do gênero comédia que será uma adaptação da Broadway a ser realizada na capital de São Paulo.

184723 - Mais cultura: Literatura em Bonecos
Leonardo Garcia Goncalves
CNPJ/CPF: 309.054.828-32
Processo: 01400020867201879
Cidade: Atibaia - SP;
Valor Aprovado: R$ 132.704,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto visa a manutençãode atividades de produção e pesquisa na área do teatro de bonecos em meio escolar e teatros e espaços culturais como incentivo à literatura e à leitura. A proposta visa levar apresentações na forma de teatro de bonecos para cidades distintas de modo a propiciar uma ação completa de divulgação da cultura e da literatura nacional e internacional. O projeto prevê ainda a realização de oficinas buscando sempre o estímulo ao conhecimento e à cultura por meio de uma linguagem poética e encantadora que só o teatro de bonecos possui.

184761 - More Project - Plano Anual 2019
MORE PROJECT BRASIL OBRAS SOCIAIS
CNPJ/CPF: 05.222.370/0001-97
Processo: 01400020933201819
Cidade: - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.703.724,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A presente proposta trata basicamente de dois produtos: o plano anual visando a manutenção das atividades culturais gratuitas da instituição sem fins lucrativos MORE PROJECT, localizada em Niterói (RJ), e, compondo este plano, a realização de 05 (cinco) cursos de introdução as linguagens artísticas voltados à formação de crianças, adolescentes e jovens, a saber: Música, Teatro, Dança, Artes Visuais e Cinema.

184743 - Mostra Nacional de Teatro NaLona
Juraci dos Santos Moreira
CNPJ/CPF: 127.879.318-63
Processo: 01400020889201839
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.150.361,19
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização da Mostra Nacional de Teatro NaLona,com apresentação de espetáculos do Brasil e de grupos estrangeiros, oficinas e workshops de forma gratuita e aberta a comunidade

184753 - O HOMEM DA MEIA NOITE
CNPJ/CPF: 11.267.903/0001-50
Processo: 01400020900201861
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 4.959.510,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização de atividades para manutenção do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco O HOMEM DA MEIA NOITE, situado no município de Olinda /PE, para promover, difundir, conservar e preservar um dos maiores ícones do Carnaval, também considerado Patrimônio Vivo pelo Estado de Pernambuco, que atrai cerca de 500.000 pessoas na noite de sábado de zé pereira. As ações de manutenção visam possibilitar atividades formativas na comunidade, apresentações e ações de conservação do Patrimônio Cultural Imaterial, e incentivo às gerações futuras para preservação deste legado que possui 86 anos. Os produtos (Principal e secundários) que compõem o projeto são:O DESFILE do HOMEM DA MEIA NOITE, a EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS das esculturas do Homem da Meia Noite, o PRÊMIO Gigante Cultural,O CATÁLOGO com informações sobre a História e Grife, e a OFICINA sobre Patrimônio Imaterial e elaboração dos itens que irão compor a Grife do Homem da Meia Noite.

184748 - Páscoa em Gramado: Arte e Cultura 2019
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Processo: 01400020894201841
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.067.971,42
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto da Páscoa em Gramado: Arte e Cultura 2019 visa promover a ocupação dos espaços públicos da cidade, além de promover uma programação artística variada. Será montado um palco na Rua Coberta, com apresentações cênicas e contações de histórias aos finais de semana; além da Parada de Páscoa, que ocorrerá na Av. Borges de Medeiros também nos finais de semana, o qual conta com a participação de artistas da região e darão vida a um dos momentos mais mágicos da programação da Páscoa em Gramado. Dessa forma, a Páscoa em Gramado: Arte e Cultura 2019 possibilita a interatividade e diversão para a família, resgatando a cultura e religião através da arte a partir das atrações gratuitas de acesso ao grande público que se faz presente no evento.

184724 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES CASA DE CULTURA MÁRIO QUINTANA
CNPJ/CPF: 90.366.725/0001-90
Processo: 01400020868201813
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.691.014,05
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este plano tem por objetivo contemplar e financiar as atividades de manutenção e programação cultural da Casa de Cultura MarioQuintana, um dos principais centros culturais doRS.Tais atividades visam o fomento à produção e difusão cultural e artística do Rio Grande do Sul e a manutenção da programação e da Casa de Cultura MarioQuintana. Os programas culturais que compoem esse Plano são: Cenas Diversas, A Casa Dança, Cirquintana, Teatro de Rua na Travessa, Interior na Casa, Universidade na Casa, Acalanto, Quindim do Quintana, Música no Jardim e Feste. Como contrapartida a CCMQ oferece as atividades de Formação de Plateia Seminários Produtivos, Seminários de Dramaturgia e Conversas Criativas.

184746 - Recontando Histórias
Victor Dias de freitas
CNPJ/CPF: 228.117.188-42
Processo: 01400020892201852
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.367.209,80
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Recontando Histórias consiste em uma mostra de repertório do Grupo TUIA, contando com espetáculos - um deles será produzido e estreado dentro do projeto - e oficinas. A mostra apresenta os espetáculos "A Verdadeira Mãe da Casa" (produção e estreia), "De Chapéu e Coração, Histórias de Paixão" e "Gingados", bem como as oficinas Nosso Gingado, Teatro Sensível, Teatro Brasileiro e Teatro do Afeto. Todas as propostas dialogam diretamente com a preservação da cultura popular brasileira, através dos múltiplos olhares e possibilidades de recriação de suas manifestações. Nas ações, serão apresentadas e trabalhadas a dança, percussão, contação de histórias, brincadeiras, poesia e estruturas as entremeiam. Com este projeto, buscamos desenvolver práticas que transportam para um lugar entre realidade e ficção: a imaginação. A partir dela e utilizando a cultura popular como base, queremos mostrar o potencial criativo existente em todos nós.

184737 - Zion - O Musical
Adriano Carvalho Mesquita
CNPJ/CPF: 088.382.726-38
Processo: 01400020883201861
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 566.998,08
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização do espetáculode teatro musical Zion - O Musical, em comemoração aos 10 anos da Cia. Pace.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

184755 - CELIO BALONA 80 ANOS DE VIDA E 65 ANOS DE MÚSICA
VEREDAS PRODUCOES EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 00.614.034/0001-76
Processo: 01400020922201821
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 283.041,22
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar uma série de 04 shows para comemorar os 80 anos de vida e 65 anos de carreira do músico Célio Balona, mineiro, nascido em Visconde do Rio Branco. Célio Balona é músico, compositor, arranjador, tecladista e acordeonista. Estudou na Escola de Formação Musical da Polícia Militar de Minas Gerais. Aos 15 anos já atuava como profissional.No ano de 2018 em que comemora seus 80 anos de vida e 65 anos de carreira, com muita vitalidade, nada mais natural do que comemorar com shows no Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte, tendo como convidados grandes companheiros de música instrumental brasileira. A previsão é de realização de 04 shows no Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte.

184763 - Concertos Brasileiros - 2019
ASSOC.DE ASSIST. A CRIANCA E AO ADOLESCENTE CARDIACOS E AOS TRANSPL.DO CORACAO-ACTC
CNPJ/CPF: 00.236.857/0001-05
Processo: 01400020935201808
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 447.261,33
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Na quinta edição, o Projeto "Concertos Brasileiros" se propõe a realizar espetáculos musicais com artistas do segmento instrumental que atuam em diferentes estilos do repertório nacional. O projeto divulgará nossa cultura, por meio de eventos com artistas de alta qualidade, além de arrecadar fundos à ACTC - Casa do Coração (Associação de Assistência à Criança e ao Adolescente Cardíacos e Transplantados do Coração).

184767 - CORAL DO CERRADO EM 2019
Damaris Miguel Sallum de Almeida
CNPJ/CPF: 365.893.226-00
Processo: 01400020939201888
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 240.026,97
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Dar continuidade às atividades artísticas do Coral do Cerrado, para ampliar a diversidade cultural e o acesso à música coral de qualidade, realizando apresentações musicaisabertas ao público, em 04 cidades, com entrada franca.

184722 - I FESTIVAL DA VIOLA INSTRUMENTAL DO NORTE DE MG
CULTURA GLOBAL
CNPJ/CPF: 21.118.996/0001-04
Processo: 01400020866201824
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 253.847,55
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização do primeiro Festival de Viola Instrumental do Norte do Estado de Minas Gerais. As inscrições serão feitas pela Internet e, os 16 (dezesseis) finalistas farão, na região, o festival. Serão 3 (três) dias de festival e, a cada noite, teremos ainda um show âncora, com talentos locais, escolhidos pela curadoria. Os 3 (três) primeiros colocados receberão prêmio em dinheiro.

184750 - Jovens Músicos (6ª Edição)
CNPJ/CPF: 15.024.077/0001-79
Processo: 01400020896201831
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.248.175,50
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Jovens Músicos, na sua 6ª edição, visa promover o fazer artístico musical na vida de crianças e jovens de 7 a 25 anos, com o intuito de democratizar o acesso à cultura na comunidade. Como ferramenta de transformação social, a música é levada para dentro das escolas públicas com concertos didáticos e também são ministradas oficinas gratuitas permanentes, com iniciação musical através de flauta doce, canto coral, violino, flauta transversal, banda rítmica e diferentes instrumentos musicais na sede do projeto e em outras localidades. O projeto mantém

professores de alto nível artístico, integrantes de grandes orquestras brasileiras, oferecendo crescimento cultural e educacional tanto das crianças e dos jovens que participam, quanto da comunidade que acompanha. Por fim, é realizada uma série de eventos, sendo a maioria gratuita e poucos a preços populares, entre concertos sinfônicos, de câmara, masterclasses, entre outros, ao longo do ano.

184726 - Marien Calixte Jazz Music Festival
DANIEL GONCALVES MORELO 09292404725
CNPJ/CPF: 17.221.352/0001-70
Processo: 01400020871201837
Cidade: - ES;
Valor Aprovado: R$ 297.065,34
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Marien Calixte Jazz Music Festival é um festival de música instrumental que reunirá em Vitória, no bairro da Mata da Praia onde Marien viveu seus últimos 20 anos, nomes da música instrumental capixaba e nacional, para uma grande celebração musical de acesso público. Com intervenções musicais pelo bairro, cortejos, shows para o público infantil e adulto, de forma sustentável e criativa, o Festival é uma grande homenagem ao icônico trabalhador cultural que atuou no jornalismo, na rádio, literatura, pintura e na música, especialmente no Jazz, comandando um programa de rádio por 52 anos ininterruptos, chamado "O Som do Jazz" na capital do Espírito Santo. Unindo o bairro e região em um momento de apreciação sonora, engrandecimento cultural, trocas sociais e comunitárias.

184728 - Música no Alto Tietê
Daniel Valeriano da Silva
CNPJ/CPF: 317.412.528-65
Processo: 01400020873201826
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 468.839,25
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A proposta consiste na instituição de um curso de música instrumental para a crianças e jovens na cidade de Itaquaquecetuba - SP. A formação instrumental será de metais e percussão, remetendo às bandas marciais muito comuns na região do Alto Tiête entre os anos 1970 e 1990,que, no entanto, estão sem atividades atualmente.

184736 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2019
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Processo: 01400020882201817
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 5.005.104,22
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2019 visa manter as atividades do projeto Orquestra Criança Cidadã - Núcleo do Coque, ao longo do ano de 2019, que atende, gratuitamente, crianças e jovens de baixa renda na cidade de Recife, estado de Pernambuco e ainda contempla uma parte do projeto do Núcleo de Camela, distrito de Ipojuca, estado de Pernambuco que atende a mais crianças, adolescentes e jovens. O Projeto visa promover a cidadania dessas crianças e jovens através do ensino da música clássica, de instrumentos de cordas e de lutheria, inclusão digital, línguas estrangeiras e orientação psicossocial. O caráter formativo do projeto se dá através dos cursos/oficinas oferecidos a esse público, para tanto é necessária a aquisição de instrumentos e a realização da manutenção dos mesmos. Publicam-se revistas(periódicos) que contam com assuntos pertinentes aos serviços realizados pela Orquestra com distribuição completamente gratuita, alémdeum trabalho de formação de plateia.

184738 - Orquestra de Meninas da Ong Assis - 2ª edição
CNPJ/CPF: 06.211.928/0001-00
Processo: 01400020884201814
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 266.744,50
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: 2ª edição do projeto de formação da orquestra com meninas da ONG Assis, de Dois irmãos (RS). Serão realizadas aulas de musicalização e instrumentos com adolescentes com idade a partir de 12 anos. O processo culminará na realização de concertos para a comunidade.

184735 - Projeto Rosa dos Ventos de Música
CPO Assessoria Musical Ltda
CNPJ/CPF: 29.662.303/0001-51
Processo: 01400020880201828
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 856.480,78
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Rosa dos Ventos de Música quer proporcionar a democratização da música que é, em muitos casos, restrita a pequenos grupos de nossa sociedade. Ao democratizar a música, em uma sala de espetáculo, estamos resgatando diferenças históricas que nos acompanha através dos tempos, bem como dando dignidade para as pessoas assistirem um espetáculo de qualidade. Serão dez grupos instrumentais formado por músicos, em sua maioria, integrantes da Orquestra Jazz Sinfônica Brasil, e instrumentistas que se apresentam em locais de destaque da noite paulistana.

184730 - VII FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA SONATA - FRANCISCO BELTRÃO
Dotsy M. Santi Rebelatto e Cia LTDA-ME
CNPJ/CPF: 84.829.175/0001-04
Processo: 01400020875201815
Cidade: - PR;
Valor Aprovado: R$ 213.584,32
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Promover o encontro e a interação entre estudantes e professores de música, e a troca de experiências entre os mesmos, visando o crescimento e o conhecimento artístico através de aulas, concertos instrumentais e concertos didáticos. Serão realizados oficinas e apresentações musicais.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

184764 - EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA E POESIA
TAMARA DONATO DOS ANJOS
CNPJ/CPF: 395.750.628-09
Processo: 01400020936201844
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 72.886,05
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Exposição de Fotografias e Poemas conectados pelo mesmo tema.

184766 - FILE FASHIONBIT
N Mais Produo Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 24.207.423/0001-45
Processo: 01400020938201833
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.810.924,83
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A proposta FASHIONBIT tem como objetivo trazer para o brasil o atual desenvolvimento tecnológico criativo no que tange a área da moda. O FASHIONBIT tem como intuito promover, estimular e discutir a produção mundial da criatividade artística na área da moda e tecnologia afim de aproximar, atualizar e fomentar a discussão nesta área no Brasil. A partir de palestras e workshops estabelecer um intercâmbio entre profissionais locais e internacionais possibilitando através deste contato uma troca de conhecimento efetivo sempre com o objetivo de alavancar novas possibilidades de acesso aos profissionais e público no Brasil. Para isso o projeto propõe realizar um evento da seguinte forma:1 - Como uma EXPOSIÇÃO de ARTE /DESFILE de moda na inauguração ;2 - SIMPOSIUM e OFICINAS A lista de obras e artistas sugeridas no anexo dependerá e será validada de acordo com a verba aprovada e captada; e de acordo com a adequação das obras de acordo com a disponilidade de agenda da obra e artistas. Alem disso o projeto se popoe a realizar uma catalogo de arterelativo ao projeto.

184758 - VIRADA SUSTENTAVEL MACEIO
CNPJ/CPF: 22.870.955/0001-32
Processo: 01400020930201877
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 859.057,65
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é realizar o evento "Virada Sustentável Maceio". O projeto contempla a apresentação de diversas atividades como apresentações teatrais, shows musicais, espetáculos circenses, exposição de artes visuais. Nesta edição, as atividades, serão selecionadas através de Edital, garantindo a democratização do acesso e a participação dos artistas ainda não conhecidos do grande público.

184759 - VIRADA SUSTENTAVEL SALVADOR
CNPJ/CPF: 22.870.955/0001-32
Processo: 01400020931201811
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.037.827,70
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é realizar o evento "Virada Sustentável Salvador". O projeto contempla a apresentação de diversas atividades como apresentações teatrais, shows musicais, espetáculos circenses, exposição de artes visuais. As atividades serão selecionadas através de Edital, garantindo a democratização do acesso e a participação dos artistas ainda não conhecidos do grande público.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

184754 - Circuito Cultural Ginga Ipa
RENATO EUFRASIO RODRIGUES DE SOUZA
CNPJ/CPF: 046.308.646-52
Processo: 01400020921201886
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 58.092,19
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Circuito Cultural Ginga Ipa é um conjunto de ações socioculturais, baseadas na Capoeira e em outras manifestações congêneres, a serem realizadas no período de, aproximadamente, oito meses na região de Ipatinga/MG. A ação principal é o curso de Capoeira voltado, especialmente, a crianças e adolescentes, com aulas semanais; e suas atividades complementares são encontros culturais que reunirão dezenas de capoeiristas da região, inclusive Mestres e Contramestres detentores de grandes saberes na área. Todas essas atividades serão publicas e gratuitas, visam promover a cultura e auxiliar o desenvolvimento social em Ipatinga e em outras cidades da região do Vale do Aço/MG e serão executadas por agentes culturais locais.

184760 - INVENTÁRIOS PATRIMONIAIS
COMPREENDER CONSULTORIA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.741.237/0001-72
Processo: 01400020932201866
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 533.015,55
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto pretende construir conhecimento e implementar, junto aos professores da rede pública de ensino, práticas pedagógico-culturais e de inventariação relacionadas ao patrimônio cultural imaterial das comunidades de Betim, Divinópolis, Itaúna, Montes Claros e Patrocínio, todas em Minas Gerais. Serão realizados dois encontros por cidade, com a abordagem sobre a materialidade e a imaterialidade, considerando sobretudo as manifestações culturais relacionadas às celebrações, aos modos de expressão, aos lugares, aos costumes, aos saberes e fazeres tradicionais, que compõem o patrimônio imaterial dessas comunidades.

184751 - Restauro Arquitetonico da Extinta RFFSA -Segunda Etapa
MULTI CULT PROMOCOES LTDA.
CNPJ/CPF: 22.690.912/0001-75
Processo: 01400020897201885
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.344.936,50
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Objetivo é continuar o trabalho de restauração e conservação do edifício sede da Rede Ferroviária Federal em Belo Horizonte, visando reverter os processos de degradação que o edifício vem, paulatinamente, sofrendo ao longo da sua história. Além disso, as obras objetivam atender as atuais demandas do uso da edificação, a criação de um equipamento cultural para o uso da cidade, e ao final da restauração completa, abrigar o acervo ferroviário de Minas Gerais, com implementaçãodo Centro Cultural Memória Ferroviária.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

184729 - 2ª Feira do Livro Infantil de Salvador - FLIS
PERCPAN - MARKETING E CIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 15.534.889/0001-64
Processo: 01400020874201871
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.169.781,76
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização da "2ª Feira do Livro Infantil de Salvador - FLIS", evento literário infantil que objetiva valoriza o escritor unindo a literatura a outras performances artísticas e culturais, tornando seu trabalho mais conhecido do público e da crítica e, sobretudo, de incentivar a leitura e divulgar autores brasileiros junto ao público infantil, adolescente, jovem e adulto, contribuindo para formação de um público sensível, crítico e responsável.

184752 - Biblioteca Digital Social
TOCALIVROS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 18.603.557/0001-82
Processo: 01400020899201874
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.900.150,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projetooferecerá a Biblioteca Digital Social, uma coleção de audiolivros de domínio público e realizará seminários e workshops para apresentar a biblioteca social e acessível e todas as formas de uso através de Webite ou Aplicativos Mobile. Tudo de forma gratuita. Os dois principais públicos serão: ¸ Público Infantil, Juvenil, professores que poderão utilizarem este material em casa, na escola ou em outras atividades para ouvir seu Ator favorito contando a história do audiolivro. ¸ Brasileiros que utilizam o transporte público poderão aproveitar o trajeto lendo os audiolivros. O Seminario será para gestores, professores e coordenadores da área pública, realizado em um ciclo de palestras. Enquanto os Workshops serão realizados em escolas e bibliotecas.

184744 - Castelo de Cristal
EDUARDO NEWTON OLIVEIRA VIEIRA
CNPJ/CPF: 089.028.103-30
Processo: 01400020890201863
Cidade: - MA;
Valor Aprovado: R$ 198.508,75
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto socioeducativo que compreende a edição e publicação de 3000 exemplares do Livro "Castelo de Cristal", uma obra que contem propõe o debate e informação de temas relevantes na formação de princípios, crenças e valores morais, que são questões consideradas básicas para o desenvolvimento do caráter dos jovens.

184732 - Envelopes - Testemunhas Postais da História
Ezequiel Rosman
CNPJ/CPF: 010.981.607-20
Processo: 01400020877201812
Cidade: - RJ;
Valor Aprovado: R$ 520.401,81
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a publicação de livro e a realização de exposição sobre aspectos culturais e históricos da imigração de refugiados judeus a partir da década de 30 no exterior e no Brasil.

184725 - Pedra, universo escondido - Denise Milan
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400020869201868
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 260.362,75
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte com o trabalho da artista plástica Denise Milan. A edição será bilingue.

184731 - Projeto Cultural Criança que lê constrói uma sociedade melhor a cada página.
Marli Cordeiro de Andrade
CNPJ/CPF: 027.913.146-10
Processo: 01400020876201860
Cidade: Capelinha - MG;
Valor Aprovado: R$ 494.861,74
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Promover e incentivar a leitura desde a primeira infância, através da distribuição gratuita de coleção cultural para o alunado da Rede Pública de Educação, inclusive do Atendimento Educacional Especializado - AEE e das APAEs, e realizar capacitações para os educadores e familiares dos estudantes sobre o uso do livro e o fomento da prática da Pseudoleitura como tema transversal, demonstrando-a como fator fundamental para a transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida, inclusive tendo a leitura e a valorização da cultura como vetor da promoção do fortalecimento de vínculos entre as famílias e a escola.

184749 - Zeca e o Mistério dos Irmãos Lumière
JOAO GABRIEL PISATI MANETTI
CNPJ/CPF: 325.874.238-30
Processo: 01400020895201896
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 319.167,15
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "HQ - Zeca e o Mistério dos Irmãos Lumière" foi modelado para realizar a pesquisa, edição, publicação e tiragem de um livro de valor artístico no formato de história em quadrinhos em aproximadamente 160 páginas. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através publicação literária de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
184765 - Acervos III - Memorial da Segurança no Transporte
CNPJ/CPF: 75.214.718/0001-80
Processo: 01400020937201899
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 823.097,31
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Acervos III - Memorial da Segurança no Transporte" visa a complementação e manutenção do Acervo histórico do Memorial da Segurança no Transporte, possibilitando ao visitante o acesso a história, contada a partir da exposição de peças, equipamentos, maquetes, veículos, simuladores, tecnologias e suas evoluções nos tempos, também acervos fotográficos, iconográfico e videográfico, documentos e informações disponibilizadas dentro de uma cronologia, que remete o visitante a evolução da Segurança no Transporte no Brasil e no Mundo. O Memorial abre as portas para a comunidade conhecer, aprender, interagir, vivenciar situações reais de segurança. O projeto, inédito no Brasil, pretende através de visitas monitoradas de Escolas, Universidades, Empresas e outros Grupos, agendadas diretamente no site do Memorial, receber pessoas de todo Brasil gratuitamente, além da realização de Palestras e Debates, de várias áreas do conhecimento, definidas na etapa de Execução.

184762 - Cultura nas Capitais: Hábitos Culturais Brasileiros
J.LEIVA COMUNICACOES S/S LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.142.723/0001-49
Processo: 01400020934201855
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.397.671,24
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de uma pesquisa quantitativa para analisar os hábitos culturais da população com 12 anos ou mais que vive em todas as capitais do país. Realização de 27 seminários para apresentar e debater os resultados com os agentes culturais de Brasília e das 26 capitais de Estados pesquisadas. Construção de uma plataforma interativa on-line em que os dados estarão abertos para consulta de todos os interessados nas informações.

184745 - Plano Anual Casa da Memória Italiana 2019
CNPJ/CPF: 19.748.501/0001-89
Processo: 01400020891201816
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 898.113,15
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Plano Anual Casa da Memória Italiana tem como objetivo manter as atividades já realizadas na instituição trabalhando com cinco eixos: Programa Educativo e Cultural; Programa de Pesquisa; Programa de Preservação e Documentação; Programação de Comunicação Institucional e Programa de Zeladoria e Segurança. Durante o ano de 2019, com a execução do presente Plano Anual, serão realizadas exibições de filmes italianos, visitas mediadas à Casa da Memória Italiana, palestras sobre a cultura italiana e outras ações que visam preservar e democratizar a memória dos imigrantes na região de Ribeirão Preto e bem como o patrimônio material e imaterial vinculado a Instituição.

184739 - Plano Anual de Atividades do Museu das Minas e do Metal - 2019
CNPJ/CPF: 12.022.605/0001-62
Processo: 01400020885201851
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 6.074.719,19
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta visa garantir os recursos necessários à execução do conjunto de atividades do Museu das Minas e do Metal, programadas para o ano de 2019, referentes aos seus programas Educativo, Artístico e Cultural, de Salvaguarda do Patrimônio Cultural, que engloba o acervo e a edificação histórica que o abriga, e de Desenvolvimento das Atrações Tecnológicas, assim como a sua manutenção, contemplando itens concernentes a recursos humanos, materiais, equipamentos e serviços, que viabilizem o seu pleno funcionamento, e, por conseguinte, a excelência de seus serviços e atendimento ao público.

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
184720 - FESTIVAL DE INVERNO DE CATAGUASES - FIC IN BLUES
JULIANA DE PAULA IENNACO
CNPJ/CPF: 587.370.816-91
Processo: 01400020858201888
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 142.026,57
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival de Inverno de Cataguases - Fic in Blues é um evento de promoção do Blues na cidade de Cataguases e região com apresentações de músicos e artistas locais e nacionais. As apresentações terão entrada franca e serão realizadas ao ar livre num lugar arborizado e central da cidade em parceria com uma instituição de ensino local. O festival tem a proposta de convidar as pessoas para vivenciarem dias agradáveis com a família e amigos, além de visar promover a divulgação e conhecimento do gênero musical Blues. A programação contará com 2 oficinas e 1 workshops, além de um palco especial para apresentações musicais.

184717 - II CANTA LUIZ
CNPJ/CPF: 10.267.450/0001-07
Processo: 01400020855201844
Cidade: Floriano - PI;
Valor Aprovado: R$ 361.307,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar "II Canta Luiz " no mês de junho, de forma grauita, com a participação de Sanfoneiros e trios pé de serras, em praças públicas, resgantando e mantendo viva as mémórias do Mestre do Baião Rei Luiz Gonzaga.

184719 - Jackson do Pandeiro 100 anos
Felipe Lima Bernardino
CNPJ/CPF: 392.281.758-00
Processo: 01400020857201833
Cidade: Suzano - SP;
Valor Aprovado: R$ 681.410,07
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Destinado ao segmento Música Popular Cantada, o projeto propõe a realização de shows musicais em homenagem ao centenário do compositor e músico brasileiro Jackson do Pandeiro. Nos shows, canções representativas da trajetória artística do compositor serão apresentadas a fim de promover a aproximação de um público diverso com todo o patrimônio cultural presente em sua obra.

184718 - MUSICAL JOÃO VITOR E GABRIEL
JOAO VITOR ANESI FLORENTINO
CNPJ/CPF: 092.428.199-56
Processo: 01400020856201899
Cidade: - PR;
Valor Aprovado: R$ 197.461,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto de musicas popular, visa realizar uma turnê no Estado do Paraná com a apresentação de 10 shows musicais.

184721 - Os Atrevidos
Diego Marques da Silva
CNPJ/CPF: 421.879.468-51
Processo: 01400020859201822
Cidade: Itu - SP;
Valor Aprovado: R$ 675.823,50
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Com objetivo de dar os primeiros passos para o desenvolvimento e expansão do trabalho da dupla sertaneja local, o projeto tem como objetivo a gravação do primeiro CD da dupla Alan & Diego e a produção de videoclipes para essas músicas. Com foco na ampliação do trabalho dos cantores, a distribuição de todos os de exemplares feitos no projeto será gratuita. Os trabalhos de gravação do CD e videoclipes serão realizados na cidade de Itu e a meta do projeto é alcançar mais de 10.0000 (dez mil) pessoas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
184716 - Oficina Nômade Edição Pernambuco
ORIGEM PROMOCAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.846.097/0001-60
Processo: 01400020854201808
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 393.750,00
Prazo de Captação: 22/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Oficina Nômade se propõe identificar, resgatar e desenvolver o fazer artesanal da gastrononima e artesanato da culturapor meio de oficinas de formação registrando e divulgando essas memórias por meio de um livro e um documentário. Acreditamos que o meio de valorizar a nossa cultura é conhecer seus ingredientes, técnicas e utensílios; registrar e redescobrir formas tradicionais e assim poder criar novas.Resgatar receitas e histórias que nos levem a uma experiência gastronômica unindo, artesanato (utensílios de barro e mesa), gastronomia e identidade. Por meio de 10 encontros de formação com artesãos, chefs, antropologos, historiadores e comunidade realizaremos a pesquisa, entrevista e troca de conhecimento que estarão em um livro e um documentário.

PORTARIA Nº 728, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
161656 - FESTA DO AGRICULTOR
Sociedade Amigos de Fazenda Souza
CNPJ/CPF: 00.115.227/0001-82
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Prazo de Captação: 01/10/2018 à 31/12/2018

PORTARIA Nº 729, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181026 - 29ª Feira das Nações de Santa Bárbara dOeste
CNPJ/CPF: 06.538.800/0001-47
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 45.360,00
Valor total atual: R$ 436.123,80
180928 - 46º FENATA - FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO
CNPJ/CPF: 08.574.460/0001-35

Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Reduzido: R$ 387.947,73
Valor total atual: R$ 350.990,80
182171 - Merlin
AVENTURA TEATROS LTDA
CNPJ/CPF: 13.310.565/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 145.097,13
Valor total atual: R$ 8.569.857,50
180737 - Mostra Internacional , Residência Artística e Intercambio Cultural no FIT-BH 2018
CNPJ/CPF: 04.784.704/0001-53
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 7.922,80
Valor total atual: R$ 1.065.483,20
171483 - MULHERES DE SHAKESPEARE (TÍTULO PROVISÓRIO)
ANA THOMASIA MAGALHAES GUASQUE ARTES CENICAS - ME
CNPJ/CPF: 14.687.450/0001-09
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.351.138,65
Valor total atual: R$ 712.119,38
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181397 - 10º Edição Brumadinho Gourmet - Gastronomia, Arte e Cultura
SANDRA PACHECO TOLEDO
CNPJ/CPF: 118.180.006-44
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 18.689,70
Valor total atual: R$ 461.419,00
177553 - Mostra Instrumental - Mineiro Beat
CNPJ/CPF: 082.978.206-02
Cidade: - MG;
Valor Reduzido: R$ 3.900,00
Valor total atual: R$ 196.300,00
183964 - Natal na Avenida da Paz
Mirna Porto Maia
CNPJ/CPF: 310.118.704-44
Cidade: - AL;
Valor Reduzido: R$ 13.122,90
Valor total atual: R$ 642.023,00
182475 - Oficinas de Música Caipira - 2ª Edição
CNPJ/CPF: 13.089.311/0001-10
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 163.303,20
Valor total atual: R$ 1.386.780,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
182068 - Manutenção do Museu Inimá de Paula - 2019
CNPJ/CPF: 02.779.043/0001-42
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 65.914,87
Valor total atual: R$ 1.663.401,94
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180496 - Flica (Festa Literária Internacional de Cachoeira) - 8ª edição
CALI CACHOEIRA LITERARIA PRODUCOES E EDICOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.561.412/0001-66
Cidade: Cachoeira - BA;
Valor Reduzido: R$ 1.938.103,28
Valor total atual: R$ 544.316,75
184100 - Livro Palácio das Laranjeiras
CNPJ/CPF: 32.322.778/0001-03
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 15.682,20
Valor total atual: R$ 386.158,50

PORTARIA N° 730, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 162315 - Festival de artes integradas para crianças São Paulo 2017, no D.O.U. de 26/12/2016, para Festival de artes integradas para crianças São Paulo 2017 - Tucca Fest.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 71/GM-MD, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 826/MD, de 9 de abril de 2015, que estabelece as Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros (1ª Edição/2015).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 60420.000154/2018-10, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria Normativa nº 826/MD, de 9 de abril de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"1.3.2 Os Estados-Maiores das Forças Singulares poderão tomar decisões sobre os assuntos específicos de cada Força Singular (FS) referentes aos militares estrangeiros em representação diplomática a elas ligadas (adidos, adjuntos e auxiliares) e manter entendimentos entre si.

1.3.2.1 Quando o tema envolver mais de uma Força Singular ou não for específico da FS, o Ministério da Defesa deverá ser consultado." (NR)

.....

"3.3.3.6 A visita dos adidos militares ou de membros de sua equipe a instituições governamentais civis no âmbito federal, estadual ou municipal deverá ser intermediada pela missão diplomática do referido adido e pelo MRE.

3.3.3.6.1 O Adido Militar deverá manter o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e o respectivo Estado-Maior da Força Singular informados.

3.3.3.6.2 Quando se tratar de assunto ligado à área de defesa, a intermediação deverá ficar a cargo do Ministério da Defesa." (NR)

.....

"3.3.5.4 Deverão ser estabelecidas ligações entre os adidos militares estrangeiros e o EMCFA para tratar de assuntos pertinentes às suas atribuições, notadamente na área de defesa, bem como aqueles que digam respeito à Escola Superior de Guerra (ESG), aos Comandos Militares, ao Hospital das Forças Armadas (HFA) e aos órgãos da Presidência da República ou, em casos excepcionais, para obtenção de informações no âmbito dos Ministérios." (NR)

.....

"3.3.8.1 Observando o princípio da reciprocidade, os adidos militares estrangeiros poderão ser propostos para as Ordens do Mérito da Defesa, Naval, Militar e Aeronáutico, bem como para a Medalha da Vitória e do Mérito do Estado-Maior Conjunto." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA NORMATIVA N° 72/GM-MD, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto, de 12 de junho de 2018, o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 23 do Anexo do Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, e considerando o que consta no Processo nº 60630.002657/2018-54, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, nos termos desta Portaria Normativa, a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa e Ensino e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), referente ao ano de 2019.

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 2º A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer os elementos básicos e necessários para o planejamento e a execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino, além de orientar e divulgar os processos de indicação, inscrição, seleção e matrícula dos candidatos aos cursos da ESG, no ano letivo de 2019.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES DE ESTUDO E DE PESQUISA - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Art. 3º Os estudos e pesquisas desenvolvidos na ESG são orientados para assuntos da área de competência do Ministério da Defesa.

Art. 4º As atividades de estudos e pesquisas realizadas devem contribuir para a:

I - formação de recursos humanos no campo da defesa;

II - produção de conhecimento científico;

III - promoção da integração com o meio acadêmico nacional e internacional;

IV - elaboração de cenários prospectivos;

V - divulgação do tema defesa na sociedade brasileira;

VI - elaboração de estudos e projetos para setores do Ministério da Defesa em suas áreas de atuação;

VII - formação de rede de informação e análise no campo da defesa, assim como da segurança e do desenvolvimento nacionais;

VIII - construção, embasamento da formulação e avaliação das políticas públicas do setor de defesa; e

IX - produção da análise política e estratégica da segurança internacional e da defesa nacional.

Art. 5º Para a realização das atividades de que trata o art. 4º, a ESG contará com:

I - pesquisadores de seu Corpo Permanente;

II - pesquisadores associados;

III - estagiários dos cursos e alunos do programa de pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa (CPGSID); e

IV- professores do magistério superior da ESG.

Art. 6º Os estudos e as pesquisas na ESG deverão atender ao previsto na Instrução Normativa nº 07, de 20 de julho de 2017, Normas e Procedimentos para Estruturação das Atividades de Estudos e Pesquisas no âmbito da Escola Superior de Guerra e no Plano Anual de Estudos e Pesquisa (PAEP) aprovado pelo Diretor de Estudos da ESG.

Art. 7º A produção de conhecimento na ESG deve ser pautada pelas seguintes ideias norteadoras:

I - elaboração de estudos de interesse específico do Ministério da Defesa, por iniciativa própria ou por demanda deste Ministério;

II - edição de revista científica na área de defesa;

III - publicação de artigos em revistas científicas da área de defesa pelos integrantes do Corpo Permanente e os professores do Magistério;

IV - produção de livros, artigos de opinião, análises de conjuntura e reflexões sobre temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional, em proveito próprio ou de outras instituições;

V - disponibilização do conhecimento obtido nos eventos organizados com pesquisadores nacionais e internacionais sobre temas de interesse da Segurança Internacional, da Defesa Nacional e do Desenvolvimento Nacional;

VI - incentivo ao Corpo Discente (estagiários e alunos dos cursos de pós-graduação) para a produção de conhecimento em temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional;

VII - estímulo ao debate do tema Defesa na sociedade; e

VIII - articulação com outras estruturas do Ministério da Defesa ou da Academia em geral para a produção conjunta de conhecimento.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 8º O conteúdo programático dos cursos da ESG observará critérios de transversalidade com as diversas áreas do conhecimento, com vista a estabelecer abordagem construtiva e integradora dos temas Segurança, Desenvolvimento e Defesa, em especial, quanto aos aspectos relacionados à política, economia, ciência, tecnologia e inovação.

Parágrafo único. Os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários nas disciplinas dos cursos versarão, de maneira geral, sobre temas específicos da Indústria de Defesa, do Poder Nacional, da Infraestrutura Nacional como fator de Desenvolvimento e Defesa, da Geopolítica, da Logística e Mobilização Nacionais, da Gestão de Recursos de Defesa, da Inteligência Estratégica, da Integração e Cooperação Regionais, do Direito Internacional e Constitucional, da Diplomacia, da Análise de Crise Internacional e das Operações Conjuntas e Interagências.

Seção I

Programa de Pós-Graduação

Art. 9º O Programa de Pós-Graduação - PPGESG, criado em 2017, abrangerá o curso de pós-graduação nível stricto sensu de mestrado acadêmico e profissional na área de concentração de Segurança Internacional e Defesa.

Art. 10. Em conformidade com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa em relação ao papel da ESG na formação de recursos humanos com conhecimento em assuntos de Defesa e na discussão e desenvolvimento de um pensamento brasileiro neste campo, em 2016, foi aprovado o Regimento de pós-graduação stricto sensu da ESG, tendo por metas:

I - capacitar recursos humanos para atuar no campo da Defesa;

II - ampliar a produção científica no campo da Defesa;

III - capacitar o docente e o discente a produzir novos conhecimentos a partir de atividade de pesquisa científica;

IV - promover a disseminação dos assuntos de Defesa junto à sociedade brasileira;

V- favorecer o intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior (IES), civis e militares, nacionais e internacionais;

VI - produzir trabalhos científicos que atendam às áreas de interesse do Ministério da Defesa; e

VII - formar pesquisadores e docentes para o ensino superior, para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na área da defesa, bem como de outras atividades profissionais, observando os aspectos éticos inerentes a essas atividades.

Seção II

Cursos

Art. 11. Os Cursos a serem realizados pela ESG em 2019 são os seguintes:

I - na ESG Rio de Janeiro - RJ:

a) Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE);

b) Curso Superior de Defesa (CSD);

c) Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE);

d) Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN);

e) Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC);

f) Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (CPGSID); e

g) Programa de Extensão Cultural da ESG (PECESG);

II - na ESG Brasília - DF:

a) Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA);

b) Estágio de Direito Internacional dos Conflitos Armados (EDICA);

c) Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLOD);

d) Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED); e

e) Curso de Análise de Crise Internacional (CACI);

III - em São Paulo - SP: Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD); e

IV- Cursos de Extensão nos seus campi ou em outras unidades da Federação, conforme necessário.

Seção III

Equivalência dos cursos da ESG em nível de Pós-Graduação lato sensu

Art. 12. Os cursos ministrados pela Escola que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos na Portaria Normativa Interministerial nº 1/MD/MEC, de 26 de agosto de 2015, são equivalentes aos cursos de pós-graduação lato sensu definidos na Resolução nº 1/2001, alterada pela Resolução nº 1/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Seção IV

Destinação, duração e efetivo dos cursos

Art. 13. A destinação, duração e efetivo dos cursos da ESG, deverão observar o seguinte:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) o CAEPE destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados, Distrito Federal e de nações amigas para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na Administração Pública, em especial nas áreas afetas à Defesa Nacional; e

b) o curso terá a duração de quarenta e duas semanas, iniciando em 18 de fevereiro e terminando em 6 de dezembro, com efetivo planejado de oitenta e três estagiários, sendo até três de nações amigas;

II - Curso Superior de Defesa:

a) o CSD destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de funções de assessoramento de alto nível que envolvam assuntos de defesa, tanto no âmbito do Ministério da Defesa quanto nos demais órgãos governamentais de interesse da Defesa Nacional, promovendo a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e pela ESG; e

b) o curso será desenvolvido em sete semanas, distribuídas ao longo do ano, iniciando em 11 de março e terminando em 6 de setembro, com efetivo previsto de duzentos participantes, e será desenvolvido concomitantemente com os Cursos de Política e Estratégia - CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia), C-PEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas), CPEAEx (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) e CPEA (Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais) - abrangendo assuntos comuns, inseridos nas áreas do conhecimento de Política, Defesa e Relações Internacionais;

III - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) o CDICA destina-se a preparar civis e militares nacionais e de nações amigas para o exercício de funções de assessoramento de alto nível e de ensino que envolvam questões relativas à legislação dos conflitos armados, tanto no âmbito da Defesa nos organismos ligados ao DICA, no que toca à aplicação, respeito e garantia do cumprimento das normas internacionais de origem convencional ou consuetudinária; e

b) o curso terá a duração de seis semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial, com a fase à distância no período de 18 de fevereiro a 15 de março e a presencial no período de 18 a 29 de março, planejado para quarenta estagiários, sendo até cinco de nações amigas;

IV - Estágio de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) o EDICA destina-se a militares e funcionários de representações diplomáticas estrangeiras acreditados no País, para divulgação do enquadramento que o Brasil adota em relação ao DICA; e

b) o curso terá a duração de uma semana e será ministrado na língua inglesa, no período de 12 a 16 de agosto, planejado para quinze estagiários, proficientes no idioma Inglês, sendo até dez de nações amigas;

V - Curso Superior de Inteligência Estratégica:

a) o CSIE destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício de funções de inteligência estratégica na Administração Pública e, em especial, nos órgãos ligados ao Sistema Brasileiro de Inteligência; e

b) o curso terá a duração de vinte e duas semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância será realizada de 18 a 22 de fevereiro e a presencial, de 25 de fevereiro a 19 de julho, com efetivo planejado de trinta estagiários;

VI - Curso de Logística e Mobilização Nacional:

a) o CLMN destina-se a preparar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal para atuar nos níveis gerenciais da Logística Nacional, bem como no assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sistema Nacional de Mobilização; e

b) o curso terá a duração de vinte semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância será realizada de 25 de fevereiro a 15 de março e a presencial de 18 de março a 12 de julho, com efetivo planejado de trinta estagiários;

VII - Curso de Diplomacia de Defesa:

a) o CDIPLOD destina-se a desenvolver competências próprias da atividade diplomática para profissionais aptos ao exercício dos cargos de adido às representações brasileiras no exterior e de assessor internacional de órgãos da alta administração pública, com ênfase nos interesses da Defesa Nacional; e

b) o curso terá a duração de seis semanas e será desenvolvido na modalidade presencial, no período de 7 de outubro a 14 de novembro, planejado para vinte e cinco estagiários;

VIII - Curso de Estado-Maior Conjunto:

a) o CEMC destina-se a preparar Oficiais Superiores das Forças Armadas para o exercício de funções nos Estados-Maiores Conjuntos e para o desempenho de atividades que envolvam o planejamento e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas ou executadas sob orientação e supervisão do Ministério da Defesa, bem como capacitá-los às atividades de instrutoria; e

b) o curso terá a duração de dezessete semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial. A fase a distância terá duração de três semanas e será realizada de 1 a 19 de julho. A fase presencial terá duração de quatorze semanas e será realizada de 12 agosto a 13 novembro. O efetivo planejado é de vinte estagiários;

IX - Curso de Gestão de Recursos de Defesa:

a) o CGERD destina-se a proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas e do Estado de São Paulo sobre conceitos de Defesa no Estado Moderno e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito da administração pública e privada; e

b) o curso terá a duração de oito semanas, sendo realizado em São Paulo, iniciando em 12 de agosto e terminando em 3 de outubro, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários;

X - Curso de Altos Estudos em Defesa:

a) o CAED destina-se a preparar civis da alta administração pública federal, militares das Forças Armadas, do Distrito Federal e de nações amigas para desenvolver competências no campo da defesa nacional visando à formulação de políticas e estratégias para o desenvolvimento e aplicação do Poder Nacional; e

b) o curso terá a duração de quarenta e duas semanas, sendo desenvolvido na modalidade semipresencial, com fase a distância no período de 11 a 22 de fevereiro e a presencial no período de 26 de fevereiro a 29 de novembro, planejado para setenta estagiários, sendo até cinco de nações amigas;

XI - Curso de Análise de Crise Internacional:

a) o CACI destina-se a preparar civis da alta administração pública federal, militares das Forças Armadas e de nações amigas para análise de crises internacionais, desenvolvendo habilidades interpretativas para aprofundar a compreensão da realidade política internacional contemporânea; e

b) o curso terá a duração de cinco semanas, desenvolvido na modalidade presencial no período de 22 de abril a 17 de maio, planejado para vinte e cinco estagiários;

XII - Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa:

a) o CPGSID destina-se a preparar recursos humanos, civis e militares, no campo dos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, capacitando-os tanto para produzir conhecimentos e pesquisas na área, quanto para atuar no campo da Defesa;

b) o curso terá duração prevista de dois anos letivos, com efetivo planejado de vinte alunos; e

c) a carga horária, a equivalência de créditos, bem como o início e término do curso serão estabelecidos por meio do respectivo edital;

XIII - Programa de Extensão Cultural da ESG (PECESG):

a) o PECESG destina-se a proporcionar a interação entre a ESG e a comunidade mediante o debate de temas desenvolvidos no âmbito da Escola sobre Defesa. É um programa de caráter flexível, integrado por palestras, conferências, painéis e atividades de caráter cultural, social e informativo, atendendo ao interesse da ESG e de outras Instituições, Associações e Organizações a ela relacionadas; e

b) o Programa terá treze atividades, com início em 3 de julho e término em 27 de novembro, com efetivo planejado de duzentos e oitenta estagiários;

XIV - Cursos de extensão:

a) destinam-se a atender tópicos específicos da área de Defesa, com o propósito de interagir com a comunidade acadêmica e com demais interessados nos assuntos do setor; e

b) a ativação destes Cursos ficará a critério do Comandante da ESG.

Seção V

Viagens e visitas de estudo

Subseção I

Viagens de estudo

Art. 14. Serão planejadas viagens a regiões do território nacional e estrangeiro, com duração de até dez dias, para os diferentes cursos, conforme descrito a seguir:

I - CSD: duas viagens de estudo em território nacional;

II - CAED: três viagens de estudo, sendo duas em território nacional e uma em território estrangeiro;

III - CAEPE: três viagens de estudo, sendo duas em território nacional e uma em território estrangeiro;

IV - CSIE: uma viagem de estudo em território nacional;

V - CEMC: uma viagem de estudo em território nacional;

VI - CLMN: uma viagem de estudo em território nacional; e

VII - CGERD: uma viagem de estudo em território nacional.

Subseção I

Visitas de estudo

Art. 15. Serão planejadas visitas de estudo a órgãos de interesse, vinculados aos objetivos dos cursos.

CAPÍTULO IV

INDICAÇÃO E INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

Art. 16. A administração central do Ministério da Defesa, as Forças Armadas e as nações amigas convidadas procederão à indicação de seus militares e civis para participação nos cursos da ESG.

Art. 17. O processo de indicação e inscrição dos candidatos civis e militares Estaduais e do Distrito Federal aos cursos da ESG iniciar-se-á com a expedição de convites, pelo Ministério da Defesa, aos Ministérios, e pela ESG, às instituições públicas e privadas.

Art. 18. Os candidatos civis indicados aos cursos da ESG devem ser pessoas reconhecidas por suas instituições como de notável competência, com atuação relevante nos diversos segmentos da sociedade brasileira, e serão inscritos no processo seletivo se satisfizerem, preliminarmente, às seguintes condições, no que couber:

I - ter vida pregressa ilibada, assegurada por meio de declaração do órgão indicante, como parte do parecer da instituição a respeito do candidato, na qual manifeste o seu desconhecimento sobre qualquer processo de natureza criminal alusivo ao candidato, ratificada por meio de declaração do próprio no seu Formulário de inscrição;

II - ter ensino superior completo;

III - ter, no mínimo, cinco anos de experiência profissional de nível superior;

IV - ter sido indicado, por instituição convidada;

V - estar em atividade na instituição responsável pela indicação; e

VI - estar em exercício de cargo de nível superior.

Art. 19. A inscrição no processo seletivo será considerada, se atendidas as seguintes condições:

I - recebimento pela ESG, em meio físico ou pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), até a data limite estabelecida nesta Diretriz dos seguintes documentos:

a) Ofício com os nomes e respectivos correios eletrônicos válidos e número de telefone para contato com os indicados pelas instituições convidadas;

b) Parecer Institucional de cada indicado, elaborado e assinado pela autoridade responsável pela indicação daquele candidato, cujo modelo é disponibilizado no sitio eletrônico da ESG; e

c) Termo de Compromisso Institucional, cujo modelo é disponibilizado no sitio eletrônico da ESG;

II - atendimento, pelos candidatos, aos requisitos previstos no art. 18;

III- preenchimento, pelo candidato, do Formulário de Inscrição Online, (disponibilizado no link que será enviado por correio eletrônico aos candidatos indicados);

IV- envio eletrônico de todos os comprovantes das informações declaradas no Formulário de Inscrição Online (certificados, diplomas e documentos);

V - aceitação, pelas instituições convidadas, dos encargos de salários, diárias, ajuda de custo e demais despesas referentes aos seus candidatos, manifestada no Termo de Compromisso de Institucional, a ser enviado eletronicamente; e

VI - envio eletrônico de parecer elaborado pela instituição convidada, assinado pela autoridade indicante.

Art. 20. O processo de inscrição do candidato ao CPGSID será definido por meio do edital específico a ser publicado pela ESG.

Art. 21. O processo de inscrição para os candidatos aos cursos de extensão será definido por meio de instruções específicas publicadas pela ESG.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS PARA DESTINAÇÃO E OCUPAÇÃO DE VAGAS

Art. 22. O número de vagas para as Forças Singulares, em cada um dos cursos, será fixado e informado pela ESG, consideradas as necessidades das Forças Armadas, da administração central do Ministério da Defesa e as condições estruturais da Escola (físicas, orçamentárias) e de apoio.

Art. 23. A destinação das vagas aos civis será feita levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - a formação acadêmica, a profissão e a experiência do candidato;

II - a instituição indicante;

III - a representatividade de instituições e de gênero; e

IV - o número total de vagas para o curso.

Art. 24. A destinação e a ocupação de vagas no CPGSID serão definidas no edital a ser publicado pela ESG, podendo ser estabelecido um determinado número de vagas aos Oficiais do Serviço Ativo das Forças Armadas do Brasil que, voluntariamente, se candidatarem ao Curso, com o assentimento dos respectivos Comandos e em conformidade com critérios específicos estabelecidos pelas Forças.

Parágrafo único. Os candidatos militares serão submetidos ao mesmo processo seletivo e aos mesmos critérios estabelecidos para os candidatos civis, por ocasião do concurso.

CAPÍTULO VI

PREENCHIMENTO DE VAGAS

Art. 25. O preenchimento de vagas dar-se-á conforme os critérios estabelecidos a seguir:

I - Curso Superior de Defesa: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, aos matriculados nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE, C-PEM, CPEAEx e CPEA;

II - Curso de Altos Estudos em Defesa:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) Oficiais-Generais do primeiro posto e Oficiais Superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela AC/MD e pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares do Distrito Federal (Oficiais Superiores do último posto) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelo Governo do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e Oficiais Superiores do último posto possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas;

III - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) Oficiais-Generais no primeiro posto e Oficiais Superiores do último posto das Forças Armadas possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares dos Estados e do Distrito Federal (Oficiais Superiores do último posto) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas;

IV - Curso de Estado-Maior Conjunto: será destinado aos Oficiais Superiores das Forças Armadas, preferencialmente dos dois primeiros postos, possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares;

V - Curso Superior de Inteligência Estratégica:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG, com estágio ou experiência na área de Inteligência ou no Sistema Brasileiro de Inteligência;

b) militares das Forças Armadas (Oficiais Superiores dos dois primeiros postos) preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, com curso ou experiência na área de Inteligência, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares; e

c) militares dos Estados e do Distrito Federal (Oficiais Superiores dos dois primeiros postos) preferencialmente possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, com curso ou experiência na área de Inteligência, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

VI - Curso de Logística e Mobilização Nacional:

a) civis indicados por instituição convidada, de interesse do Sistema Nacional de Mobilização e selecionados pela ESG;

b) Oficiais Superiores das Forças Armadas, preferencialmente, dos dois primeiros postos e possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares; e

c) militares dos Estados e do Distrito Federal, preferencialmente, Oficiais Superiores dos dois primeiros postos e possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

VII - Curso de Gestão de Recursos de Defesa:

a) civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) Oficiais Superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças; e

c) militares do Estado (Oficiais Superiores) indicados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e selecionados pela ESG;

VIII - Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) servidores ou assessores jurídicos indicados pelos ministérios e instituições convidadas;

b) civis e Oficiais (preferencialmente Oficiais Superiores) das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares;

c) militares, preferencialmente Oficiais Superiores, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) civis e Oficiais Superiores indicados pelas nações amigas convidadas;

IX - Estágio de Direito Internacional dos Conflitos Armados:

a) civis e Oficiais Superiores indicados por nações amigas convidadas; e

b) Oficiais Superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças;

X - Curso de Diplomacia de Defesa:

a) Oficiais das Forças Armadas, preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, com perspectivas de exercerem cargos de adidos militares ou de defesa ou de assessor na área internacional da Defesa Nacional; e

b) civis indicados por ministérios e instituições convidadas e selecionados pela ESG, que atuem como negociadores internacionais ou que tenham atuação na área diplomática de defesa, com conhecimento na língua inglesa e espanhola;

XI - Curso de Análise de Crise Internacional:

a) Oficiais Superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças;

b) civis da administração pública e de instituições convidadas que tenham perspectiva de exercerem funções como analista de inteligência, desenvolvedor de cenários, gestor de projetos estratégicos e assessores da área internacional; e

c) civis e militares indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

XII - Curso de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa: terá suas vagas destinadas, exclusivamente, aos aprovados no processo de seleção, nas condições estabelecidas por meio do respectivo edital; e

XIII - Programa de Extensão Cultural da ESG: terá suas vagas destinadas, aos candidatos de comunidades civis e militares da ESG, ECEME, EGN, IME, CCFEEx e outras instituições, associações e organizações ligadas à ESG.

CAPÍTULO VII

PROCESSO SELETIVO

Art. 26. O processo seletivo dos candidatos será realizado pela ESG, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - interesse, para o Ministério da Defesa e para a ESG, da participação do candidato no curso, em razão de sua potencial contribuição, experiência e notoriedade em determinada área do conhecimento ou do cargo que ocupe;

II - formação acadêmica;

III - produção acadêmica;

IV - experiência profissional;

V - representatividade dos cargos e funções públicas ou privadas; e

VI - equilíbrio entre profissões, gêneros, setores, órgãos de origem e regiões do País, no universo dos candidatos indicados.

Art. 27. A seleção dos candidatos civis e militares dos Estados e do Distrito federal realizada pela ESG será aprovada pelo Ministro de Estado da Defesa e publicada no Diário Oficial da União.

Art. 28. A seleção e a indicação de civis e militares das Forças Armadas serão realizadas pelos respectivos Comandos, encaminhadas à ESG, aprovadas pelo Ministro de Estado da Defesa e publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 29. Para estrangeiros (civis e militares) não haverá processo seletivo, baseando-se a matrícula na indicação pelo respectivo país, de acordo com os seguintes procedimentos:

I - a ESG informará à Subchefia de Assuntos Internacionais da Chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa o número de vagas disponíveis para os estrangeiros nos Cursos da Escola e sugerirá os países a serem convidados;

II - a Subchefia de Assuntos Internacionais da Chefia de Assuntos Estratégicos analisará as propostas da ESG e, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, fará convites aos diversos países, encaminhando as informações necessárias; e

III - após o recebimento das indicações pela administração central do Ministério da Defesa, a relação será encaminhada à ESG e publicada no Diário Oficial da União.

Art. 30. A ESG realizará seleção complementar, quando necessário.

Art. 31. A relação de candidatos selecionados para os cursos será divulgada na página eletrônica da ESG.

Art. 32. O processo seletivo para o CPGSID será estabelecido por meio do edital específico, a ser publicado pela ESG, sendo conduzido por uma Comissão de Seleção estabelecida por portaria do Comandante da ESG.

CAPÍTULO VIII

MATRÍCULA

Art. 33. A matrícula dos candidatos selecionados nos cursos será efetuada pelo Comandante da ESG, com publicação no Boletim Interno, após sua apresentação na Escola.

Art. 34. O Comandante da ESG poderá cancelar a matrícula no curso em decorrência de:

I - solicitação da entidade de origem;

II - motivo de saúde própria do estagiário ou de familiar;

III - apresentação de pedido, mediante requerimento dirigido ao Comandante;

IV - demonstração de desempenho insuficiente ou de desinteresse pelo curso;

V - conduta ética incompatível; e

VI - se militar, por cometimento de transgressão disciplinar grave.

§ 1º O estagiário que tiver a matrícula cancelada ou for desligado do curso nas situações previstas, nos incisos IV, V e VI do caput não poderá vir a ser matriculado em nenhum outro curso da ESG.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso IV, considera-se desempenho insuficiente ou desinteresse pelo curso:

I - falta às atividades programadas em número superior ao estabelecido;

II - aproveitamento insatisfatório;

III - descumprimento das prescrições escolares;

IV - inadaptação à ESG; e

V - falta de cooperação nos trabalhos de grupo.

§ 3º No caso específico do CPGSID, o aluno terá direito ao trancamento de sua matrícula por um período máximo de um semestre letivo e no semestre seguinte ao trancamento, ele deverá matricular-se e inscrever-se, ao menos, em uma disciplina, sem o que terá a sua matrícula automaticamente cancelada.

§ 4º O aluno do CPGSID que tiver sua matrícula cancelada na situação prevista no inciso III do caput para a readmissão no Curso, deverá se submeter a um novo processo seletivo, obedecendo aos critérios estabelecidos no respectivo edital de seleção.

Art. 35. Os processos seletivos aos Cursos mencionados neste artigo observarão o cronograma estabelecido nos seguintes Anexos:

I - CACI - Anexo I;

II - CAED - Anexo II;

III - CAEPE - Anexo III;

IV- CDICA - Anexo IV;

V - CDIPLOD - Anexo V;

VI - CEMC - Anexo VI;

VII - CGERD - Anexo VII;

VIII - CLMN- Anexo VIII;

IX - CSIE - Anexo IX; e

X- EDICA X.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Os recursos orçamentários necessários à implementação e execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino constam da proposta orçamentária da ESG.

Art. 37. Os diversos órgãos da administração central do Ministério da Defesa poderão sugerir à Escola a produção de conhecimentos sobre assuntos do seu interesse.

Parágrafo único. As demandas de que trata caput serão detalhadas em instrumento específico a ser definido no ano anterior, com a consequente previsão orçamentária.

Art. 38. O fluxo de documentos de responsabilidade da ESG e da administração central do Ministério da Defesa, previsto no Anexo XI, deverá ser observado no encaminhamento das informações relativas às atividades de estudo.

Art. 39. A ESG deverá incrementar a cooperação com instituições congêneres, universidades e think tanks nacionais e de outros países e a participação de conferencistas internacionais nos cursos e simpósios por ela promovidos, com o intuito de produzir conhecimento em sua área de atuação, especialmente os relacionados à Segurança Internacional e à Defesa Nacional.

Art. 40. A ESG desenvolverá atividades e programas de extensão com o objetivo de difusão dos conhecimentos sobre a área de Defesa, permitindo maior integração entre a Escola e a comunidade na qual está inserida.

Art. 41. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar Curso Avançado de Defesa para os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAD-CPLP) para atender a compromissos específicos do Ministério da Defesa no âmbito da CPLP, em coordenação com a Subchefia de Assuntos Internacionais da Chefia de Assuntos Estratégicos.

Art. 42. A ESG deverá estar em condições de planejar e realizar os Cursos de Formação e de Especialização para Gestor de Políticas Públicas de Defesa, para atender a interesses específicos do Ministério da Defesa.

Art. 43. O Comandante da Escola Superior de Guerra poderá, através de atos ordinatórios, mediante justificativa fundamentada e apresentada em cada caso concreto, observada a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, promover ajustes a esta Portaria Normativa exclusivamente quanto às datas de início e término dos cursos, cronogramas de eventos, inclusão e cancelamento de cursos e de viagens de estudo.

Art. 44. Os casos não previstos, as excepcionalidades e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria Normativa serão dirimidas pelo Comandante da Escola Superior de Guerra.

Art. 45. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO I

CURSO DE ANÁLISE DE CRISE INTERNACIONAL (CACI)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	8 FEV 2019
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	22 MAR 2019

ANEXO II

CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE DEFESA (CAED)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	7 DEZ 2018
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	25 JAN 2019

ANEXO III

CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (CAEPE)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	24 OUT 2018
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	18 JAN 2019

ANEXO IV

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFITOS ARMADOS (CDICA)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	5 NOV 2018
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	18 JAN 2019

ANEXO V

CURSO DE DIPLOMACIA DE DEFESA (CDIPLOD)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	19 JUL 2019
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	6 SET 2019

ANEXO VI

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO (CEMC)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos militares.	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	6 MAI 2019
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos Militares aptos à matrícula.	ASA (ESG)	30 MAI 2019

ANEXO VII

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	22 MAI 2019
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	12 JUL 2019

ANEXO VIII

CURSO DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NACIONAL (CLMN)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	10 DEZ 2018
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	25 JAN 2019

ANEXO IX

CURSO SUPERIOR DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA (CSIE)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares).	ASSISTÊNCIAS MILITARES/ASA (ESG)	20 SET 2018
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	18 JAN 2019

ANEXO X

ESTÁGIO DE DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS (EDICA)

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	DATA LIMITE
Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares) indicados por nações amigas.	ASA (ESG)	15 JUN 2019
Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula.	ASA (ESG)	12 JUL 2019

ANEXO XI

FLUXO DE DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA ESG E DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

DOCUMENTOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Proposta de assuntos de interesse da AC/MD para o ano de 2019	AC/MD	5 NOV 2018
Sugestões de temas de monografia para o ano de 2019	AC/MD	23 NOV 2018
Cópias das Monografias/2018	ESG	22 MAR 2019
Sugestões para os cursos/2020	AC/MD	26 ABR 2019
Proposta de Diretriz para 2020	ESG	9 AGO 2019
Calendários e Currículos dos Cursos/2020	ESG	14 OUT 2019
Pedidos de Cooperação de Ensino/2020	ESG	14 OUT 2019

PORTARIA NORMATIVA N° 73/GM-MD, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova a Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a Égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos Internacionais.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, incisos III e VII, do Anexo I ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e o que consta do Processo nº 60250.000141/2018-40, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a Égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos Internacionais, na forma do anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

DIRETRIZ MINISTERIAL PARA GERENCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS OU DE OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

PREMISSAS

O Brasil, como um dos estados-membros fundadores das Nações Unidas (ONU), vem, ao longo desses mais de 70 anos, exercendo um papel importante dentro dessa Organização, ratificando seu compromisso expresso na Carta das Nações Unidas.

Cabe destacar que a participação do Brasil em missões sob a égide da ONU tem mantido uma abordagem pragmática e coerente quanto ao emprego de seus efetivos militares como instrumentos de manutenção da paz, fundamentada nos instrumentos legais estabelecidos na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa, no Livro Branco de Defesa e nos preceitos do art. 4º da Constituição Federal, que rege os princípios das relações internacionais, tais como: a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a igualdade entre os Estados; a defesa da paz; e a solução pacífica dos conflitos.

Nesse contexto, o Ministério da Defesa considera importante que o país continue a contribuir para manter a ordem global estável com o emprego dos meios militares nacionais e de militares em missões individuais em apoio às operações de paz sob um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sempre fundamentada em judiciosa análise político-estratégica e dependente de decisão governamental.

Em função dos aspectos elencados, faz-se necessário que o Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), desenvolva um trabalho em coordenação com as Forças Singulares e com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e de outros órgãos governamentais, com a finalidade de gerenciar, com eficiência, a participação das Forças Armadas brasileiras em Operações de Paz e que essa participação seja proporcional à estatura geopolítica do País.

Assim, no inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, determino:

1. Aos COMANDOS DAS FORÇAS SINGULARES que:

1.1 OBSERVEM as orientações emanadas deste Ministério, naquilo que for pertinente, referentes à implementação, mobilização, preparo, emprego e desmobilização de meios militares nacionais e de pessoal em missões individuais.

1.2 REALIZEM estudos para viabilizar a inserção de novas capacidades no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System - UNPCRS).

1.3 DESENVOLVAM ações que permitam incrementar a quantidade de especialistas em operações de paz, com currículos mais competitivos, a fim de que possam ocupar cargos de relevância no contexto das atuais missões ou na sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

2. Ao ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS que:

2.1 NORMATIZE as atividades destinadas à implementação, mobilização, preparo, emprego e desmobilização de meios militares nacionais e de militares em missões individuais, por meio de instruções que atendam, em caráter geral, a qualquer demanda para emprego em operações de paz.

2.2 NORMATIZE as atividades destinadas à estruturação, preparo e inclusão de meios militares nacionais e de militares em missões individuais UNPCRS, bem como seu gerenciamento no âmbito deste Ministério.

2.3 REALIZE estudos contínuos destinados a levantar novas possibilidades de emprego de meios militares nacionais e de militares em missões individuais, dentro dos atuais cenários das missões de paz em curso e considerando análises prospectivas acerca da geração de forças de paz da ONU no contexto do UNPCRS.

2.4 MANTENHA as Forças Singulares informadas sobre possibilidades prospectivas para emprego de tropas, com o intuito de realizar novas inserções de capacidades no UNPCRS.

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

COMANDO-EM-CHEFE DA ESQUADRA

PORTARIA Nº 200A/COMEMCH, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Aplicação de Penalidade.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO COMANDO EM CHEFE DA ESQUADRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 132, de 29 de junho de 2018, deste Comando em Chefe, resolve:

Art. 1º Aplicar, em concordância com o inciso I, art. 87, da Lei n° 8.666/1993, a penalidade de "Advertência" à empresa REDE BRASIL Empreendimentos Farmacêuticos Ltda- ME, inscrita no CNPJ 03.359.898/0001-87, por não manter as condições de habilitação exigidas, em desconformidade com o subitem 6.7 do Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº

22/2017, deste Comando em Chefe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Cap. de Fragata MARCOS ANTONINI SALES

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 27, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2018

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, realizou-se a 6ª reunião do ano de 2018, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, por videoconferência das seguintes localidades: Sede Provisória da AMAZUL, em São Paulo-SP, na Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, em Brasília-DF e na Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, no Rio de Janeiro-RJ, presidida pelo Senhor BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR, representante do Comando da Marinha, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: Ministro JOAQUIM SILVA E LUNA, representante do Ministério da Defesa; Senhor PAULO ROBERTO PERTUSI, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações; Senhor FERNANDO ATLEE PHILLIPS LIGIÉRO, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senhor NEY ZANELLA DOS SANTOS, Diretor-Presidente da AMAZUL; e Senhor DANIEL MASSAMI HIRATA, representante eleito pelos empregados. Participaram, de forma complementar, para esclarecimento dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor ANTONIO BERNARDO FERREIRA, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor PAULO RICARDO MÉDICI, Coordenador-Geral de Negócios; o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Assessor de Governança; o Senhor JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO, Auditor-Chefe; e o Senhor MAURICIO CREMONESI, Consultor Jurídico; tendo sido eu, CLAUDIA SBRAGIA MAZZO, designada para atuar como Secretária. O Presidente, havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e declarou iniciada a reunião do CONSAD. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Ney Zanella, que anunciou a estruturação da Diretoria de Gestão de Conhecimento e Pessoas (DGCP) e da área de Projetos, centrada no setor nuclear. Informou que em junho concluiu o processo de progressão e promoção de 1.233 empregados e iniciará neste mês o processo de avaliação de desempenho individual de todos os empregados. Em seguida, destacou que a AMAZUL encerrou sua participação no Grupo Técnico 1 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), que visou a formulação de uma política nuclear para o País e continua participando do Grupo Técnico afeto ao RMB. Na sequência, anunciou que está finalizando a Gestão do Conhecimento na Assessoria de Meio Ambiente do CTMSP e iniciou a aplicação do modelo na Coordenadoria do Ciclo do Combustível Nuclear. Participou que a empresa concluiu sua tarefa de alocar recursos humanos de conhecimento específico à Agência Naval de Segurança Nuclear. Em seguida, informou que as obras da nova sede continuam dentro do cronograma e que pretende levar os conselheiros para visitar o local na próxima reunião. Destacou que no dia 16 de agosto, a AMAZUL completará cinco anos de existência e irá promover uma corrida, no fim do ano, com a participação de empregados e comunidades em Aramar, na Fazenda Ipanema. Na sequência, noticiou que não há novidades sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, pois o dissídio de greve ainda não foi julgado em segunda instância. Por fim, participou que atendendo às orientações deste Conselho, a AMAZUL está acompanhando a evolução da administração e gastos do PAMSE, conforme deliberado na última reunião. Dando início aos trabalhos, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Plano de Negócios - andamento; 2 - Renovação da autorização da Fundação PATRIA como fundação de apoio à AMAZUL; 3 - Eleição do Comitê de Elegibilidade; 4 - Aprovação do Regimento Interno do CONSAD; e 5 - Apresentação do Regimento Interno dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade. O Presidente do Conselho, por solicitação do Diretor-Presidente, propôs as seguintes alterações na Ordem do Dia: retirar do item 5 a Apresentação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e incluir o item 6, Eleição do Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas. Como não houve questionamentos, o Conselho aprovou, por unanimidade, a alteração da Ordem do Dia, que passou a vigorar com os seguintes itens: 1 - Plano de Negócios - andamento; 2 - Renovação da autorização da Fundação PATRIA como fundação de apoio à AMAZUL; 3 - Eleição do Comitê de Elegibilidade; 4 - Apresentação do Regimento Interno do CONSAD; 5 - Apresentação do Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade e 6 - Eleição do Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador Geral de Negócios, que apresentou os 7 empreendimentos constantes do Plano de Negócios da Amazul (PNA) e o andamento da execução de 3 empreendimentos, a saber: a) Motor de Ímãs Permanentes (MIP) do Programa de Submarinos, que se encontra em fase de negociação e captação de recursos; b) Gestão do Conhecimento (GC) do Programa Nuclear da Marinha, que é o principal projeto estratégico da AMAZUL. Informou que foi criada uma Metodologia de GC para reter, proteger e disseminar conhecimento importante na área de Tecnologia Nuclear e de Construção de Submarinos. Anunciou que está finalizando a aplicação do modelo da Gestão do Conhecimento na Assessoria de Meio Ambiente do CTMSP; e c) Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), do Programa Nuclear Brasileiro, cujo objetivo envolve o desenvolvimento do Projeto Detalhado do Núcleo de Produção e Pesquisa (NPP) do RMB, em que a AMAZUL será responsável pelas partes civil e elétrica, e a INVAP (Investigación Aplicada), pela parte nuclear. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Consultor Jurídico, que apresentou a proposta de renovação da autorização para a Fundação PATRIA figurar como fundação de apoio à AMAZUL, na forma da Lei nº 8.958/1994, do Decreto nº 7.423/2010 e da Portaria Interministerial MECMCTIC nº191/2012. O Conselho aprovou, por unanimidade, a renovação da autorização. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor de Governança, que apresentou as personalidades que foram indicadas para compor o Comitê de Elegibilidade, com prazo de atuação de dois anos, permitidas duas reconduções: o Senhor SERGIO DE ANDRADA FIGUEIREDO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 10.4543, emitida pelo CRA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 268.491.197-53, domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Rua Haddock Lobo, 360, Apt 1.004, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20260-142; o Senhor MARCELO HIRATA, brasileiro, divorciado, advogado, portador da cédula de identidade 21.291.549-6, emitida pela SSP/SP, CPF 137.510.408-03, domiciliado e residente na cidade de São Paulo, Rua Abadia dos Dourados, 325, Vila Indiana, São Paulo/SP, CEP 05586-030; e o Senhor EDUARDO CABRAL DE SOUZA, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade 25.720.974-8, emitida pela SSP/SP, CPF 279.777.798-03, domiciliado e residente na cidade de São Paulo, Rua Manuel Valente, 140, Tucuruvi, São Paulo/SP, CEP 02311-030. Os indicados foram eleitos, por unanimidade, para o Comitê de Elegibilidade. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor de Governança, que apresentou o Regimento Interno do CONSAD. Os conselheiros propuseram alterações, que serão objeto de novo parecer jurídico para aprovação em reunião posterior. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Assessor de Governança apresentou o Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade para avaliação dos conselheiros e posterior aprovação em reunião seguinte. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Conselheiro Ney Zanella, que apresentou a seguinte personalidade indicada para compor a Diretoria-Executiva, com prazo de gestão de dois anos, permitida três reconduções: o Senhor LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES HECHT, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade 297.565, emitida pela MB/RJ, CPF 037.033.318-79, domiciliado e residente na cidade de São Paulo, Rua Gaivota, 745, Apto 32, Moema, São Paulo/SP, CEP 04522-032. O Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas foi eleito pelo Conselho, por unanimidade. Palavra aberta aos Conselheiros: O Conselheiro Daniel deu boas-vindas ao novo Diretor e destacou a importância da Gestão do Conhecimento para a AMAZUL. O Conselheiro Ney Zanella agradeceu a participação e contribuições dos conselheiros sobre os assuntos pautados na Ordem do Dia. O Conselheiro Pertusi destacou que os aprendizados colhidos neste Conselho servem de referência para sua atuação em outras empresas. O Conselheiro Fernando agradeceu ao Conselheiro Zanella pela interação aos assuntos afetos ao Ministério do Planejamento e comunicou sua visita à Itaguaí Construções Navais na semana passada. O Conselheiro Silva e Luna elogiou a participação facilitada neste conselho e a antecedência dos documentos encaminhados como subsídios à reunião. Por fim, o Presidente agradeceu a presença do Auditor-Chefe e destacou a eficácia da reunião realizada por videoconferência. Concluídos os atos que compuseram a ordem do dia, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, referente ao mês de julho. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas do CONSAD, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, 30 de julho de dois mil e dezoito.

BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Presidente do Conselho

JOAQUIM SILVA E LUNA
Membro

PAULO ROBERTO PERTUSI
Membro

NEY ZANELLA DOS SANTOS
Membro

FERNANDO ATLEE PHILLIPS LIGIÉRO
Membro

DANIEL MASSAMI HIRATA
Membro

CLAUDIA SBRAGIA MAZZO
Secretária

ATA Nº 28, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2018

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, realizou-se a 7ª reunião do ano de 2018, do Conselho de Administração da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, na sala de reuniões da sede provisória, situada na Avenida Eusébio Matoso, 1375, Pinheiros, São Paulo, CEP nº 05423-180, presidida pelo Senhor BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR, representante do Comando da Marinha, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: Ministro JOAQUIM SILVA E LUNA, representante do Ministério da Defesa; Senhor PAULO ROBERTO PERTUSI, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações; Senhor FERNANDO ATLEE PHILLIPS LIGIÉRO, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senhor NEY ZANELLA DOS SANTOS, Diretor-Presidente da AMAZUL; e Senhor DANIEL MASSAMI HIRATA, representante eleito pelos empregados. Participaram, de forma complementar, para esclarecimento dos assuntos da Ordem do Dia, o Senhor JOSÉ ALBERTO CUNHA COUTO, Assessor do Planejamento Estratégico; o Senhor ENÉAS TADEU FERNANDES ERVILHA, Presidente do Comitê de Auditoria; e o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Assessor de Governança; tendo sido eu, CLAUDIA SBRAGIA MAZZO, designada para atuar como Secretária. O Presidente, havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e declarou iniciada a reunião do CONSAD. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Ney Zanella, que anunciou a realização de cerimônias de comemoração do quinto aniversário da AMAZUL na semana passada. Dentro das comemorações, ocorreu a posse do Vice-Almirante Hecht na Diretoria de Gestão do Conhecimento e Pessoas. Em seguida, anunciou que a AMAZUL recebeu o 17º Prêmio Learning & Performance Brasil 2018/2019, na categoria Referência Nacional, pelo projeto-piloto de Gestão Conhecimento. Na sequência, informou que nesta semana se inicia o Processo de Avaliação de Desempenho dos empregados. Após, informou que a AMAZUL está buscando junto a Emgepron alternativas para manter a sustentabilidade do PAMSE, o Plano Médico e de Assistência Social da Emgepron. Destacou que a cobrança das novas contribuições está adiada até que haja validação formal do Ministério do Planejamento. Em relação ao Acordo Coletivo de Trabalho 2018, informou que o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo decidiu por unanimidade a concessão de reajuste salarial e de benefícios de 10,24% e a manutenção das cláusulas sociais até 31 de dezembro de 2019. Em seguida, informou que será elaborado um expediente a ser submetido ao CONSAD para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre a orientação de se buscar a sustentabilidade financeira da Amazul, destacando que a empresa presta serviços em área estratégica, de monopólio estatal e que o retorno para o Estado visa a atender a políticas públicas. Após, comunicou que a Amazul contratou por concurso os graduados do curso de Engenharia Nuclear, com objetivo de fortalecer as equipes que trabalham para o Programa Nuclear da Marinha, Programa de Submarinos e Reator Multipropósito Brasileiro. Na sequência, divulgou que esta semana será publicado o edital para a eleição do novo representante dos empregados no CONSAD. Por fim, anunciou que do dia 17 a 21 de setembro a AMAZUL participará da 62ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, com um estande em conjunto com as outras estatais brasileiras do setor nuclear. Dando início aos trabalhos, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Planejamento Estratégico: acompanhamento dos indicadores e metas de desempenho; 2 - Aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração e do Comitê de Elegibilidade; 3 - Apresentação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; 4 - Apresentação do Regimento Interno da AMAZUL; 5 - Treinamento previsto no art. 30 do Estatuto Social da AMAZUL; e 6 - Conceder férias ao Diretor-Presidente. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor do Planejamento Estratégico que apresentou a execução dos indicadores e metas de desempenho. Em seguida, apresentou o Resultado da Execução da Estratégia apurado em 1º de agosto de 2018, com 28 projetos e 288 Ações registradas. Destas ações, 30 estão em atraso e 52 estão relacionadas a 4 projetos inativos. Todos os conselheiros ficaram satisfeitos com o trabalho. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor de Governança, que apresentou, para aprovação, o Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade. Após alterações das sugestões recebidas, o Conselho aprovou por unanimidade o Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Comitê de Elegibilidade. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Presidente do Comitê de Auditoria para apresentação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), que destacou que o COAUD é um órgão colegiado, vinculado diretamente ao CONSAD, assessorando-o em assuntos relacionados às auditorias interna e independente, controles internos, demonstrações financeiras e gerenciamento de riscos. O regimento foi apresentado para conhecimento dos conselheiros e posterior aprovação. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Assessor de Governança, que apresentou o Regimento Interno da AMAZUL, que estabelece a nova estrutura organizacional e funcional da AMAZUL e as competências específicas das unidades da Administração Executiva; as atribuições dos respectivos dirigentes; e as normas gerais de funcionamento. Em seguida ressaltou que as mudanças substanciais são decorrentes da adequação do Estatuto à Lei 13.303/16, a criação da Diretoria de Gestão de conhecimento e Pessoas e da reestruturação das demais diretorias. O regimento foi apresentado para avaliação dos conselheiros e posterior aprovação em reunião seguinte. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Assessor de Governança realizou o treinamento dos administradores sobre Governança Corporativa. Após a sessão de treinamento será elaborada uma cartilha aos conselheiros. Além dos conselheiros, participaram do treinamento o Diretor de Administração e Finanças e o Diretor de Gestão de Conhecimento e Pessoas. Em seguida, o Presidente Bento, devido a compromisso em sua agenda, necessitou se ausentar, passando a presidência da reunião para o Conselheiro

Fernando. Passando ao sexto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Conselheiro Ney Zanella, que apresentou a proposição do período de férias ao Conselho, que concedeu as férias ao Diretor-Presidente no período de 24 a 28 de setembro. O Diretor de Gestão de Conhecimento e Pessoas irá substituí-lo durante o período. Palavra aberta aos Conselheiros: O Conselheiro Daniel ressaltou o papel do Conselho de fiscalizar o limite de participação no custeio do benefício de assistência à saúde, o PAMSE. O Conselheiro Ney Zanella informou que convidou um representante do PAMSE para prestar esclarecimentos aos empregados. O Conselheiro Pertusi destacou a necessidade de apresentar o funcionamento da governança do Projeto do Reator Multipropósito ao Conselho. O Conselheiro Silva e Luna agradeceu a organização da reunião. Concluídos os atos que compuseram a ordem do dia, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, referente ao mês de agosto. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas do CONSAD, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, 31 de agosto de dois mil e dezoito.

BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Presidente do Conselho

JOAQUIM SILVA E LUNA
Membro

PAULO ROBERTO PERTUSI
Membro

NEY ZANELLA DOS SANTOS
Membro

FERNANDO ATLEE PHILLIPS LIGIÉRO
Membro

DANIEL MASSAMI HIRATA
Membro

CLAUDIA SBRAGIA MAZZO
Secretária

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto no art. 9º, § 1º, alínea "c" da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, no § 1º do art. 9º e no art. 90, bem como nos artigos 22, 23, 24, 25, 26, 26-A, 27, 28, 35, 35-A, 36, 36-A, 36-B e 36-C, 37, 38, 61 e 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atendendo aos dispositivos da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018, homologado pela Portaria MEC nº 1.210, de 20 de novembro de 2018, publicada no DOU de 21 de novembro de 2018, resolve:

TÍTULO I
OBJETO E REFERENCIAL
CAPÍTULO I
OBJETO

Art. 1º A presente Resolução atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, tendo em vista as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017.

Parágrafo único. Estas Diretrizes aplicam-se a todas as formas e modalidades de ensino médio, complementadas, quando necessário, por diretrizes próprias.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o ensino médio.

CAPÍTULO II
REFERENCIAL LEGAL E CONCEITUAL

Art. 3º O ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Art. 4º As instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica devem estruturar suas propostas pedagógicas considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 5º O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional no art. 206 da Constituição Federal e no art. 3º da LDB, será orientado pelos seguintes princípios específicos:

I - formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;

III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;

IV - respeito aos direitos humanos como direito universal;

V - compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;

VI - sustentabilidade ambiental;

VII - diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;

VIII - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;

IX - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Art. 6º Para fins de obtenção de maior clareza de exposição, ficam definidos os seguintes termos utilizados na presente Resolução:

I - formação integral: é o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida;

II - formação geral básica: conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles;

III - itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade;

IV - unidades curriculares: elementos com carga horária pré-definida, formadas pelo conjunto de estratégias, cujo objetivo é desenvolver competências específicas, podendo ser organizadas em áreas de conhecimento, disciplinas, módulos, projetos, entre outras formas de oferta;

V - arranjo curricular: seleção de competências que promovam o aprofundamento das aprendizagens essenciais demandadas pela natureza do respectivo itinerário formativo;

VI - competências: mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no § 1º do art. 36 da LDB, a expressão "competências e habilidades" deve ser considerada como equivalente à expressão "direitos e objetivos de aprendizagem" presente na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE).

VII - habilidades: conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados;

VIII - diversificação: articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho, contextualizando os conteúdos a cada situação, escola, município, estado, cultura, valores, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura:

a) o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência;

b) a ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade;

c) a tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida;

d) a cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

IX - sistemas de ensino: conjunto de instituições, órgãos executivos e normativos, redes de ensino e instituições educacionais, mobilizados pelo poder público competente, na articulação de meios e recursos necessários ao desenvolvimento da educação, utilizando o regime de colaboração, respeitadas as normas gerais vigentes. No âmbito destas Diretrizes, o poder público competente refere-se às Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação, conforme normativo de cada Unidade da Federação.

X - redes de ensino: conjunto formado pelas instituições escolares públicas, articuladas de acordo com sua vinculação financeira e responsabilidade de manutenção, com atuação nas esferas municipal, estadual, distrital e federal. Igualmente, as instituições escolares privadas também podem ser organizadas em redes de ensino.

Parágrafo único. O itinerário de formação técnica e profissional compreende um conjunto de termos e conceitos próprios, tais como:

a) ambientes simulados: são ambientes pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento de atividades práticas da aprendizagem profissional quando não puderem ser elididos riscos que sujeitem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade nos ambientes reais de trabalho;

b) formações experimentais: são formações autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos de sua regulamentação específica, que ainda não constam no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT);

c) aprendizagem profissional: é a formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social do jovem, de 14 a 24 anos de idade, previsto no § 4º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em legislação específica, caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, conforme respectivo perfil profissional;

d) qualificação profissional: é o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional, definido no mercado de trabalho;

e) habilitação profissional técnica de nível médio: é a qualificação profissional formalmente reconhecida por meio de diploma de conclusão de curso técnico, o qual, quando registrado, tem validade nacional;

f) programa de aprendizagem: compreende arranjos e combinações de cursos que, articulados e com os devidos aproveitamentos curriculares, possibilitam um itinerário formativo. A oferta de programas de aprendizagem tem por objetivo apoiar trajetórias formativas, que tenham relevância para os jovens e favoreçam sua inserção futura no mercado de trabalho. Observadas as normas vigentes relacionadas à carga horária mínima e ao tempo máximo de duração do contrato de aprendizagem, os programas de aprendizagem podem compreender distintos arranjos;

g) certificação intermediária: é a possibilidade de emitir certificação de qualificação para o trabalho quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade;

h) certificação profissional: é o processo de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos nos termos do art. 41 da LDB.

TÍTULO II
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E FORMAS DE OFERTA
CAPÍTULO I
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 7º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais.

§ 1º Atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as instituições e redes de ensino podem adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem pertinentes ao seu contexto, no exercício de sua autonomia, na construção de suas propostas curriculares e de suas identidades.

§ 2º O currículo deve contemplar tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho.

§ 4º Cada unidade escolar, em consonância com o sistema de ensino, deve estabelecer critérios próprios para que a organização curricular ofertada possibilite o desenvolvimento das respectivas competências e habilidades.

§ 5º A organização curricular deve possibilitar contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 6º A distribuição da carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos deve ser definida pelas instituições e redes de ensino, conforme normatização do respectivo sistema de ensino.

Art. 8º As propostas curriculares do ensino médio devem:

I - garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II - garantir ações que promovam:

a) a integração curricular como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento que dialogue com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva da formação integral do estudante;

b) cultura e linguagens digitais, pensamento computacional, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, das tecnologias da informação, da matemática, bem como a possibilidade de protagonismo dos estudantes para a autoria e produção de inovação;

c) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;

d) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

III - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes;

IV - organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades online, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores e atividades orientadas, de tal forma que ao final do ensino médio o estudante demonstre:

a) competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;

b) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que estão presentes na produção moderna;

c) práticas sociais e produtivas determinando novas reflexões para a aprendizagem;

d) domínio das formas contemporâneas de linguagem;

V - considerar a formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

VI - considerar que a educação integral ocorre em múltiplos espaços de aprendizagem e extrapola a ampliação do tempo de permanência na escola.

Art. 9º As redes de ensino devem pautar a construção dos seus currículos e as instituições escolares a elaboração das suas propostas pedagógicas, na seleção dos conhecimentos, metodologias, tempos, espaços, arranjos alternativos e formas de avaliação, com base nos princípios definidos no art. 5º desta Resolução.

Seção I

Da estrutura curricular

Art. 10. Os currículos do ensino médio são compostos por formação geral básica e itinerário formativo, indissociavelmente.

Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A organização por áreas do conhecimento implica o fortalecimento das relações entre os saberes e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

§ 2º O currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado dentro das áreas de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

§ 3º A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

§ 4º Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

I - língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II - matemática;

III - conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

IV - arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI - história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII - sociologia e filosofia;

IX - língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino.

§ 5º Os estudos e práticas destacados nos incisos de I a IX do § 4º devem ser tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, podendo ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem que rompam com o trabalho isolado apenas em disciplinas.

§ 6º Devem ser incluídos temas exigidos por legislação e normas específicas, na forma transversal e integradora, tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital.

§ 7º A critério dos sistemas de ensino, a formação geral básica pode ser contemplada em todos ou em parte dos anos do curso do ensino médio, com exceção dos estudos de língua portuguesa e da matemática que devem ser incluídos em todos os anos escolares.

Art. 12. A partir das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados, considerando:

I - linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II - matemática e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III - ciências da natureza e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

V - formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino.

§ 1º Os itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino.

§ 2º Os itinerários formativos orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

I - investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II - processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade;

III - mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias.

§ 3º Itinerários formativos integrados podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem mais de uma área de conhecimento e da formação técnica e profissional.

§ 4º A definição de itinerários formativos previstos neste artigo e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante com base nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos, e deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho.

§ 5º Os itinerários formativos podem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, dada a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

§ 6º Os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um itinerário formativo em cada município, em áreas distintas, permitindo-lhes a escolha, dentre diferentes arranjos curriculares, atendendo assim a heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações.

§ 7º A critério dos sistemas de ensino, os currículos do ensino médio podem considerar competências eletivas complementares do estudante como forma de ampliação da carga horária do itinerário formativo escolhido, atendendo ao projeto de vida do estudante.

§ 8º A oferta de itinerários formativos deve considerar as possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino.

§ 9º Para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, podem ser estabelecidas parcerias entre diferentes instituições de ensino, desde que sejam previamente credenciadas pelos sistemas de ensino, podendo os órgãos normativos em conjunto atuarem como harmonizador dos critérios para credenciamento.

§ 10. Os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante.

§ 11. As instituições ou redes de ensino devem orientar os estudantes no processo de escolha do seu itinerário formativo.

§ 12. O estudante pode mudar sua escolha de itinerário formativo ao longo de seu curso, desde que:

I - resguardadas as possibilidades de oferta das instituições ou redes de ensino;

II - respeitado o instrumento normativo específico do sistema de ensino.

§ 13. Os sistemas de ensino devem garantir formas de aproveitamento de estudos realizados com êxito para o estudante em processo de transferência entre instituições ou redes de ensino ou em caso de mudança de itinerário formativo ao longo de seu curso.

§ 14. O itinerário formativo na formação técnica profissional deve observar a integralidade de ocupações técnicas reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

§ 15. Cabe ao Ministério da Educação a elaboração de um guia que oriente as instituições e redes de ensino na implementação dos itinerários formativos.

Art. 13. Nos currículos da Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e de comunidades tradicionais podem ser considerados outros saberes relevantes às realidades dessas comunidades.

Art. 14. A critério das instituições e redes de ensino, em observância às normas definidas pelo sistema de ensino, os currículos e as matrizes podem ser organizados de forma que a distribuição de carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos sejam dispostos em parte ou em todos os anos do ensino médio.

Parágrafo único. Os currículos podem permitir que o estudante curse:

I - mais de um itinerário formativo dentro de seu curso de ensino médio;

II - itinerários formativos de forma concomitante ou sequencial.

Art. 15. Na organização do itinerário de formação técnica e profissional podem ser ofertados tanto a habilitação profissional técnica quanto a qualificação profissional, incluindo-se o programa de aprendizagem profissional em ambas as ofertas.

§ 1º A habilitação profissional técnica de nível médio deve atender as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º As instituições e redes de ensino podem iniciar a oferta de formações experimentais de cursos de habilitação profissional técnica de nível médio que não constem no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com autorização específica de seu sistema de ensino.

§ 3º Em até 3 (três) anos do início da oferta da referida formação experimental, o sistema de ensino deverá deliberar a respeito do seu reconhecimento e, em caso positivo, os cursos serão incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, preferencialmente, no prazo de até 6 (seis) meses, limitados ao prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 4º O itinerário formativo possibilita a concessão de certificados intermediários de qualificação profissional técnica, desde que seja estruturado e organizado em etapas com terminalidade, segundo os interesses dos estudantes, as possibilidades das instituições e redes de ensino, as demandas do mundo do trabalho e a relevância para o contexto local.

§ 5º Os itinerários de formação técnica e profissional podem compreender a oferta de um ou mais cursos de qualificação profissional, desde que articulados entre si.

§ 6º As instituições de ensino que adotem itinerário formativo que contemple programa de aprendizagem profissional, desenvolvido em parceria com as empresas empregadoras, incluindo fase prática em ambiente real de trabalho no setor produtivo ou em ambientes simulados, devem observar estas Diretrizes Curriculares Nacionais e os instrumentos estabelecidos pela legislação da aprendizagem profissional.

Art. 16. A critério dos sistemas de ensino, a oferta do itinerário formativo da formação técnica e profissional deve considerar:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho, constante de carga horária específica, no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

CAPÍTULO II

FORMAS DE OFERTA E ORGANIZAÇÃO

Art. 17. O ensino médio, etapa final da educação básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes formas de oferta e organização.

§ 1º O ensino médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º No ensino médio diurno, a duração mínima é de 3 (três) anos, com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, tendo como referência uma carga horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, considerando que:

I - a carga horária total deve ser ampliada para 3.000 (três mil) horas até o início do ano letivo de 2022;

II - a carga horária anual total deve ser ampliada progressivamente para 1.400 (um mil e quatrocentas) horas.

§ 3º No ensino médio noturno, adequado às condições do estudante e respeitados o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais, a proposta pedagógica deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e o êxito destes estudantes, ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com menor carga horária diária e anual, garantido o total mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas até 2021 e de 3.000 (três mil) horas a partir do ano letivo de 2022.

§ 4º Na modalidade de educação de jovens e adultos deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas.

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado.

§ 6º Na educação especial, na educação do campo, na educação escolar indígena, na educação escolar quilombola, na educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, na educação escolar para populações em situação de itinerância e na educação a distância devem ser observadas as respectivas diretrizes e normas nacionais.

§ 7º As áreas do conhecimento podem ser organizadas em unidades curriculares, competências e habilidades, unidades de estudo, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal ou transdisciplinar de temas ou outras formas de organização.

§ 8º As áreas do conhecimento devem propiciar ao estudante a apropriação de conceitos e categorias básicas e não o acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos.

§ 9º A organização curricular do ensino médio deve oferecer tempos e espaços próprios ou em parcerias com outras organizações para estudos e atividades, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento, desde que:

I - a parceria com as organizações esteja devidamente firmada com a instituição ou rede de ensino e reconhecida pelo sistema de ensino;

II - a organização esteja credenciada pelo sistema de ensino, quando a parceria envolver a oferta de formação técnica e profissional;

III - a instituição escolar de origem dos estudantes se responsabilize pelos atos escolares, incluindo, entre outros, matrícula, controle de frequência, aproveitamento e certificação dos estudantes.

§ 10. Formas diversificadas de itinerários formativos podem ser organizadas, desde que articuladas as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e definidas pela proposta pedagógica, atendendo necessidades, anseios e aspirações dos estudantes e a realidade da escola e do seu meio.

§ 11. A contextualização e a interdisciplinaridade devem assegurar a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, propiciando a interlocução dos saberes para a solução de problemas complexos.

§ 12. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino podem estabelecer critérios para que atividades realizadas por seus estudantes em outras instituições, nacionais ou estrangeiras, sejam avaliadas e reconhecidas como parte da carga horária do ensino médio, tanto da formação geral básica quanto dos itinerários formativos.

§ 13. As atividades realizadas pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do ensino médio, podem ser aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, assim como podem ser realizadas na forma presencial - mediada ou não por tecnologia - ou a distância, inclusive mediante regime de parceria com instituições previamente credenciadas pelo sistema de ensino.

§ 14. As atividades referidas no § 13 devem ter carga horária específica de acordo com critérios previamente definidos pela instituição ou rede de ensino, observadas as normas dos sistemas de ensino e podem ser contabilizadas como certificações complementares e constar do histórico escolar do estudante.

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno.

Art. 18. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino devem estabelecer critérios para reconhecer competências dos estudantes, tanto da formação geral básica quanto dos itinerários formativos do currículo, mediante diversas formas de comprovação, a saber:

I - avaliação de saberes;

II - demonstração prática;

III - documentação emitida por instituições de caráter educativo.

Parágrafo único. No âmbito do itinerário de formação técnica e profissional, as instituições e redes de ensino devem realizar processo de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes e competências adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos nos termos do art. 41 da LDB, conferindo aos aprovados um diploma, no caso de habilitação técnica de nível médio, ou certificado idêntico ao de curso correspondente, no caso de curso(s) de qualificação profissional.

Art. 19. As instituições e redes de ensino devem emitir certificação de conclusão do ensino médio que evidencie os saberes da formação geral básica e dos itinerários formativos.

Parágrafo único. No caso de parcerias entre organizações:

I - a instituição de ensino de origem do estudante é a responsável pela emissão de certificados de conclusão do ensino médio;

II - a organização parceira deve emitir certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios das atividades concluídas sob sua responsabilidade;

III - os certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios de atividades desenvolvidas fora da escola de origem do estudante devem ser incorporados pela instituição de origem do estudante para efeito de emissão de certificação de conclusão do ensino médio;

IV - para a habilitação técnica, fica autorizada a organização parceira a emitir e registrar diplomas de conclusão válidos apenas com apresentação do certificado de conclusão do ensino médio.

TÍTULO III

DOS SISTEMAS DE ENSINO E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

CAPÍTULO I

DOS SISTEMAS DE ENSINO

Art. 20. Os sistemas de ensino, atendendo a legislação e a normatização nacional vigentes e na busca da adequação às necessidades dos estudantes e do meio social, devem:

I - garantir liberdade, autonomia e responsabilidade às unidades escolares, fortalecendo sua capacidade de concepção, formulação e execução de suas propostas pedagógicas;

II - promover, mediante a institucionalização de mecanismos de participação da comunidade, alternativas de organização institucional que possibilitem:

a) respeito à identidade própria de adolescentes, jovens e adultos organizando espaços e tempos adequados para a aprendizagem;

b) várias alternativas pedagógicas, incluindo ações, situações e tempos diversos, bem como diferentes espaços - intraescolares ou de outras instituições ou redes de ensino e da comunidade - para atividades educacionais e socioculturais favorecedoras de iniciativa, autonomia e protagonismo social dos estudantes;

c) realização, inclusive pelos colegiados escolares e órgãos de representação estudantil, de ações fundamentadas nos direitos humanos e nos princípios éticos, de convivência e de participação democrática visando a construir uma sociedade livre de preconceitos, discriminações e das diversas formas de violência;

III - fomentar alternativas de diversificação e flexibilização curriculares, pelas unidades escolares, que ampliem as opções de escolha pelos estudantes;

IV - promover a organização dos tempos escolares a fim de atender ao interesse do estudante em seu processo de aprendizagem, seja essa organização no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização.

V - orientar as instituições ou redes de ensino para promoverem:

a) classificação do estudante, mediante avaliação pela instituição, para inserção em etapa adequada ao seu grau de desenvolvimento e experiência;

b) aproveitamento de estudos realizados e de conhecimentos constituídos tanto no ensino formal como no informal e na experiência extraescolar;

c) certificação que habilite o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória;

d) aproveitamento de conhecimentos para o prosseguimento dos estudos em diferentes formações, seja por aproveitamento de créditos, por certificações complementares, entre outras, conforme o art. 18.

VI - estabelecer normas complementares e políticas educacionais para execução e cumprimento das disposições destas Diretrizes, considerando as peculiaridades regionais ou locais;

VII - instituir sistemas de avaliação e utilizar os sistemas de avaliação operados pelo Ministério da Educação, a fim de acompanhar resultados, tendo como referência a formação geral básica, a legislação e as normas, estas Diretrizes e as propostas pedagógicas das unidades escolares.

VIII - possibilitar, mediante a disponibilidade de vagas na rede, ao estudante concluinte, imediatamente após a conclusão do curso de ensino médio, cursar outro itinerário formativo de que trata o art. 12.

Art. 21. Para a implementação destas Diretrizes, cabe aos sistemas de ensino prover:

I - os recursos financeiros e materiais necessários à ampliação dos tempos e espaços dedicados ao trabalho educativo nas unidades escolares;

II - aquisição, produção e/ou distribuição de materiais didáticos e escolares adequados;

III - professores com jornada de trabalho e formação, inclusive continuada, adequadas para o desenvolvimento do currículo, bem como dos gestores e demais profissionais das unidades escolares;

IV - instrumentos de incentivo e valorização dos profissionais da educação, com base em planos de carreira e outros dispositivos voltados para esse fim;

V - acompanhamento e avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e unidades escolares.

Art. 22. Cabe ao Ministério da Educação oferecer subsídios e apoio técnico e financeiro para a implementação destas Diretrizes, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 23. Os sistemas de ensino devem utilizar os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como subsídio para avaliar, rever e propor políticas públicas para a educação básica.

Art. 24. As instituições e redes de ensino devem utilizar avaliação específica tanto para a formação geral básica quanto para os itinerários formativos do respectivo currículo que consiga acompanhar o desenvolvimento das competências previstas.

Art. 25. Os sistemas de ensino devem estabelecer formas de reconhecer, validar e certificar os saberes adquiridos tanto em processo de escolarização quanto nas experiências de vida e trabalho, daqueles que estão fora da escola ou em distorção idade/ano de escolarização.

CAPÍTULO II

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 26. Com fundamento no princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, no exercício de sua autonomia e na gestão democrática, a proposta pedagógica das unidades escolares deve traduzir a proposta educativa construída coletivamente, garantida a participação efetiva da comunidade escolar e local, bem como a permanente construção da identidade entre a escola e o território no qual está inserida.

§ 1º Cabe a cada unidade escolar a elaboração da sua proposta pedagógica em consonância com o documento curricular definido pelo seu sistema de ensino.

§ 2º A proposta pedagógica deve conter o desenho dos arranjos curriculares a serem oferecidos pela unidade escolar, bem como as estratégias para oferta de itinerários formativos.

§ 3º A proposta pedagógica, na sua concepção e implementação, deve considerar os estudantes e os professores como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas na sua diversidade e singularidade.

§ 4º A instituição de ensino deve atualizar, periodicamente, sua proposta pedagógica e dar-lhe publicidade à comunidade escolar e às famílias.

Art. 27. A proposta pedagógica das unidades escolares que ofertam o ensino médio deve considerar:

I - atividades integradoras artístico-culturais, tecnológicas e de iniciação científica, vinculadas ao trabalho, ao meio ambiente e à prática social;

II - problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo;

III - a aprendizagem como processo de apropriação significativa dos conhecimentos, superando a aprendizagem limitada à memorização;

IV - valorização da leitura e da produção escrita em todos os campos do saber;

V - comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade;

VI - articulação entre teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual às atividades práticas ou experimentais;

VII - integração com o mundo do trabalho por meio de estágios, de aprendizagem profissional, entre outras, conforme legislação específica, considerando as necessidades e demandas do mundo de trabalho em cada região e Unidade da Federação;

VIII - utilização de diferentes mídias como processo de dinamização dos ambientes de aprendizagem e construção de novos saberes;

IX - capacidade permanente de aprender a aprender, desenvolvendo a autonomia dos estudantes;

X - atividades sociais que estimulem o convívio humano;

XI - avaliação da aprendizagem, com diagnóstico preliminar, e entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo;

XII - acompanhamento da vida escolar dos estudantes, promovendo o desempenho, análise de resultados e comunicação com a família;

XIII - atividades complementares e de superação das dificuldades de aprendizagem para que o estudante tenha êxito em seus estudos;

XIV - reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira;

XV - promoção dos direitos humanos mediante a discussão de temas relativos a raça e etnia, religião, gênero, identidade de gênero e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de preconceitos, discriminação e violência sob todas as formas;

XVI - análise e reflexão crítica da realidade brasileira, de sua organização social e produtiva na relação de complementaridade entre espaços urbanos e do campo;

XVII - estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;

XVIII - práticas desportivas e de expressão corporal, que contribuam para a saúde, a sociabilidade e a cooperação;

XIX - atividades intersetoriais, entre outras, de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas;

XX - produção de mídias nas escolas a partir da promoção de atividades que favoreçam as habilidades de leitura e análise do papel cultural, político e econômico dos meios de comunicação na sociedade;

XXI - participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades;

XXII - condições materiais, funcionais e didático-pedagógicas, para que os profissionais da escola efetivem as proposições do projeto;

XXIII - o projeto de vida e carreira do estudante como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve, ainda, orientar:

a) dispositivos, medidas e atos de organização do trabalho escolar;

b) mecanismos de promoção e fortalecimento da autonomia escolar, mediante a alocação de recursos financeiros, administrativos e de suporte técnico necessários à sua realização;

c) adequação dos recursos físicos, inclusive organização dos espaços, equipamentos, biblioteca, laboratórios e outros ambientes educacionais.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A formação de docentes para atuar no ensino médio far-se-á em nível da educação superior, em cursos de licenciatura.

Art. 29. Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino podem atuar como docentes do ensino médio apenas no itinerário de formação técnica e profissional para ministrar conteúdos afins à sua formação ou experiência profissional, devidamente comprovadas, conforme inciso IV do art. 61 da LDB.

Parágrafo único. A docência nas instituições e redes de ensino que ofertam o itinerário de formação técnica e profissional poderá ser realizada por profissionais com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação técnica e profissional.

Art. 30. Podem ser admitidos para a docência no ensino médio, profissionais graduados que tenham realizado programas de complementação pedagógica ou concluído curso de pós-graduação stricto sensu, orientado para o magistério na educação básica.

Art. 31. A União deve estabelecer os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação em larga escala, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 32. As matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dos demais processos seletivos para acesso à educação superior deverão necessariamente ser elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio será realizado em duas etapas, onde a primeira terá como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a segunda, o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos.

§ 2º O estudante inscrito no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) escolherá as provas do exame da segunda etapa de acordo com a área vinculada ao curso superior que pretende cursar.

§ 3º As instituições de ensino superior deverão considerar para fins de acesso os resultados de ambas as etapas do Exame Nacional do Ensino Médio, quando for o caso.

Art. 33. O Ministério da Educação deve estabelecer os Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 34. Estas Diretrizes devem nortear a elaboração de propostas curriculares, a formação de professores, os investimentos em materiais didáticos e os sistemas nacionais de avaliação da Educação Básica.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deve adequar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e demais programas nacionais voltados à distribuição de livros e materiais didáticos, recursos físicos e digitais para alunos e professores que atendam ao que foi definido para formação básica geral e itinerários formativos, organizados de acordo com estas Diretrizes.

Art. 35. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas nesta Resolução obedecerá aos procedimentos e cronograma definidos nos termos do art. 12 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

§ 1º O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) deverá ser adequado ao disposto nesta Resolução, de acordo com cronograma a ser proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

§ 2º O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) deverá ser adequado ao disposto nesta Resolução, de acordo com o cronograma de implementação dos novos currículos do ensino médio.

Art. 36. É assegurado aos alunos matriculados no ensino médio em data anterior ao início da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas na presente Resolução, o direito de concluírem seus estudos segundo organização curricular orientada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, ou de migração para nova organização curricular, garantido o aproveitamento integral dos estudos anteriormente realizados e vedado o alongamento do período de duração dessa etapa da educação básica.

Art. 37. A Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, permanecerá em vigor até o ano de início de implementação do disposto na presente Resolução.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

IVAN CLÁUDIO PEREIRA SIQUEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 3.358, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando a Resolução ConsUni nº 907, de 26 de outubro de 2018, resolve:

Criar a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, nível Mestrado Acadêmico, com a sigla PPGEE, vinculada ao Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Campus São Carlos, atribuindo ao Coordenador a Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC).

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

PORTARIA Nº 3.359, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando a Resolução ConsUni nº 908, de 26 de outubro de 2018, resolve:

Criar a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, nível Mestrado Acadêmico, com a sigla PPGEMec, vinculada ao Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Campus São Carlos, atribuindo ao Coordenador a Função Comissionada de Coordenação de Curso (FCC).

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

PORTARIA Nº 3.360, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando a Resolução ConsUni nº 906, de 26 de outubro de 2018, resolve:

Extinguir a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação - PPGDBC-So (FCC), vinculado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade - CCTS, Campus Sorocaba.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

PORTARIA Nº 3.361, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando a Resolução CoAd nº 109, de 07 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º) Criar o Departamento de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, com a sigla DIRC, vinculado à Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI). Art. 2º) Atribuir ao Chefe do DIRC uma Função Gratificada nível 2.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 458, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus - Zona Leste (IFAM - CMZL), no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem a Portaria nº. 1.063-GR/IFAM, de 26 de março de 2015, publicada no D.O.U., de 26.03.2015; CONSIDERANDO o que consta no processo nº. 23073.001445/2018-96, que relata sobre apuração de responsabilidade da empresa Ação Soluções Corporativas, ref.: ao Contrato nº. 15/2017; CONSIDERANDO que a empresa descumpriu a Cláusula Oitava - Obrigações da Contratada, subitens 8.15,8.41,8.37, 8.44 e 8.46; CONSIDERANDO que expedimos os seguintes documentos: Memorando nº. 408/2018/GAB/IFAM/CMZL, Ofício nº. 411/2018/IFAM/CMZL e Ofício nº. 451/2018/GAB/CMZL. resolve:

APLICAR à empresa Ação Soluções Corporativas Eirelli - EPP, CNPJ/MF Nº. 17.208.526/0001-64, estabelecida na Rua Guillard Muniz, 711, Centro Comercial Esquina Parque, 1º Andar, Sala 104, Pituba, Salvador-BA, CEP 41.810-110, com fulcro nos artigos 77,78 e 87 da Lei nº. 8.666/93, as seguintes sanções:

Multa de 10%, conforme alínea "b" da Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Terceira do Contrato.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFAM-CMZL por prazo de 2 (dois) anos, conforme subcláusula Segunda do Contrato. Rescisão Contratual.

ALDENIR DE CARVALHO CAETANO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 46, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Estabelece a forma de pagamento a consultores individuais no âmbito do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e do Acordo de Empréstimo, Componente 2, nº 8813-BR, firmado em 24 de maio de 2018, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 762, de 14 de junho de 2011, na Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e

CONSIDERANDO

Que a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, estabelece o Novo Ensino Médio e dá diretrizes para sua implementação;

Que a Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece apoio técnico e financeiro para a implementação do Novo Ensino Médio pelas redes estaduais de ensino; e

Que o Acordo de Empréstimo nº 8813-BR, Componente 2, firmado em 24 de maio de 2018, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, estabelece um financiamento para a contratação de assistências técnicas por intermédio de consultores individuais para apoiar a implementação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, resolve:

Art. 1º A Secretaria de Educação Básica - SEB do Ministério da Educação - MEC realizará a contratação e a gestão de consultores individuais para prestarem assistência técnica à implementação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído por meio da Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, segundo o Acordo de Empréstimo nº 8813-BR, Componente 2, de 24 de maio de 2018, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Art. 2º Na realização das contratações dos consultores individuais, serão admitidas as condições decorrentes do Acordo de Empréstimo nº 8813-BR, Componente 2, bem como as normas e procedimentos estabelecidos pelo BIRD, desde que por ele exigido para a obtenção do empréstimo, em atendimento ao disposto no art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único: As regras do Acordo de Empréstimo estabelecem os procedimentos para a definição do escopo e do valor de cada consultoria individual.

Art. 3º As normas referidas no artigo anterior não podem resultar em conflito com o princípio do julgamento objetivo e devem ser objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, devendo ser ratificado pela autoridade imediatamente superior.

Art. 4º Os recursos utilizados para o pagamento aos consultores individuais no âmbito do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio serão provenientes do Acordo de Empréstimo nº 8813-BR, Componente 2.

Art. 5º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE realizará a execução financeira dos pagamentos aos consultores individuais, com orçamento previsto no Contrato de Empréstimo nº 8813-BR, Componente 2.

Art. 6º Quando solicitado pela SEB, caberá ao FNDE empenhar os valores que serão utilizados para o pagamento aos consultores individuais.

Art. 7º A solicitação de pagamento será encaminhada pela SEB aos setores executores de pagamentos do FNDE, por meio do Sistema de Avaliação Educacional - SAE do Ministério da Educação - MEC, que, por intermédio do Sistema de Pagamentos do Auxílio Avaliação Educacional - SPAE e do Sistema Integrado de Gestão Financeira - SIGEF, ambos do FNDE, efetuarão o devido crédito ao favorecido.

Art.8º O FNDE publicará resolução regulamentando os procedimentos e regras para a execução financeira do pagamento aos consultores individuais.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA CRISTINA STOCCO SMOLE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de normatização do § 1º do Art. 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT, o disposto nas estratégias 11.11 e 12.3 do anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, resolve:

Art. 1º Ficam definidos os conceitos utilizados para cálculo dos indicadores de gestão e para compreensão das estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, expressas na Plataforma Nilo Peçanha - PNP, conforme estabelecidos no glossário, ANEXO I desta portaria.

Art. 2º O conceito Matrícula-equivalente (Mat_{eq}), definido na Portaria MEC nº 1.162, de 9 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2018, é calculado a partir do produto das Matrículas (Mat) pelo fator de equiparação de carga horária de curso (fech) e pelo fator de esforço de curso (fec), ou seja:

Mat_{eq} = Mat x fech x fec

§1º O fator de equiparação de carga horária para cada curso, excetuando os cursos de qualificação profissional, será igual a 1 (um).

§2º O fator de equiparação de carga horária para os cursos de qualificação profissional é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) e carga horária padrão de 800 horas anuais, ou seja:

fech = chmr / 800 horas

§3º O fator de esforço de curso ajusta a contagem de Matrícula-equivalente (Mat_{eq}) para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor Relação Matrícula por Professor (RMP), conforme valores relacionados no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º A Tabela com os valores do fator de esforço de curso (fec) e carga horaria mínima regulamentada (chmr) (Anexo II) poderão ser revistas a cada dois anos, a partir de sua publicação, ou quando da modificação dos atos normativos, visando garantir sua atualização e/ou correção, para que sejam utilizadas nos processos da Rede Federal.

§1º Para os valores de carga horária mínima regulamentada (chmr) para os cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada (fic), utilizadas para cálculo do fator de equiparação de carga horária (fech), devem ser utilizados os valores de carga horária mínima dos cursos, publicados pela SETEC.

Art. 4º O cálculo dos percentuais de vagas dos cursos dos Institutos Federais, a que faz referência o § 1º do art. 8º da Lei nº 11.892/2008 e o § 1º, do Art. 2º, do Decreto nº 5.840/2006, se dará com base nas Matrículas-equivalentes (Mat_{eq}).

Art. 5º Para fins de cumprimento das estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação - PNE, fica definida a Relação Matrícula por Professor (RMP) como a razão entre o total das Matriculas-equivalentes (Mat_{eq}), ponderada pelo fator de correção da graduação (fcg), e o total dos professores-equivalentes ($Prof_{eq}$), ou seja:

$$RMP = [(Mat_{eq\ cursos\ de\ graduação} \times fcg) + (Mat_{eq\ demais\ cursos})] / Prof_{eq}$$

Parágrafo único. O cálculo do total de professores-equivalentes (profeq) considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 (um) aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva e com peso igual a 0,5 (meio) aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais, ou seja:

$$Prof_{eq} = (Prof_{20h} \times 0{,}5) + Prof_{40h} + Prof_{DE}$$

Art. 6º. Visando prover esta Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a Rede Federal de EPCT de instrumentos de formulação e acompanhamento de políticas públicas, a SETEC publicará, juntamente com os resultados anuais da Plataforma Nilo Peçanha - PNP, um Guia de Referência Metodológica contendo os indicadores, suas fórmulas de cálculo, critérios de agregação e demais informações necessárias, utilizando os conceitos definidos nesta portaria.

Art. 7º. O cálculo dos indicadores deverá ser realizado separadamente para os cursos financiados exclusivamente pelo orçamento anual de cada instituição e para os financiados com recursos de programas diversos.

Art. 8º. Fica revogada a portaria SETEC nº 25, 13 de agosto de 2015.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO PORTELLA RAPOSO FILHO

ANEXO I

GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES PARA A REDE FEDERAL DE EPCT.

Concluintes: É o somatório dos alunos Formados com os Integralizados em Fase Escolar no ano de referência.

Cursos: Conjunto de atividades educativas formais que constroem um perfil de formação, composto por componentes curriculares, agrupados em períodos letivos. Considera-se a diferenciação entre cursos de uma mesma Unidade de Ensino, com mesma denominação, e Tipo de Curso, Tipo de oferta, Modalidade de Ensino e Turno distintos.

Carga horária do curso - chc: Carga horária do curso estabelecida no projeto pedagógico do curso ou na carga horária fixada para o curso.

Carga horária mínima regulamentada - chmr: Carga horária mínima dos cursos, estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - Guia-Pronatec de cursos FIC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e demais regramentos do MEC para definição de cargas horárias mínimas de cursos.

Eixo tecnológico: É o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados nas mesmas ciências e metodologias. São aplicados na classificação dos cursos da educação profissional, constante dos Catálogos Nacionais. Conforme definidos pelo CNE, são treze: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Os Tipos de Curso que não contam com catálogos nacionais foram agregados, por similaridade, aos Eixos Tecnológicos existentes. Para efeitos da Plataforma Nilo Peçanha, os cursos de Educação Básica, não profissionais, foram agregados ao Eixo Propedêutico.

Evadidos: Corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.

Fator de equiparação de carga horária - fech: Permite a equiparação de cursos com durações distintas, sendo calculado pela divisão da carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso, em anos, definido no projeto pedagógico.

Fator de correção da graduação - fcg: O fator de correção da graduação (fcg) ajusta a contagem das matrículas para os cursos de graduação, em atendimento à estratégia 12.3 da Lei nº 13.005, de 2014.

Fator de esforço de curso - fec: Ajusta a contagem de matrículas-equivalentes (mateq) para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor relação aluno por professor (rap).

Fonte de financiamento: Indica a Fonte de Financiamento das matrículas apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha.

Formados: Corresponde aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso no ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado.

Gastos: As definições de gastos deste glossário são específicas para os cálculos dos indicadores de gestão da Rede Federal. Tratam-se dos gastos liquidados no ano de exercício. São extraídos do SIAFI, por meio do sistema do Tesouro Gerencial.

Gasto corrente: Pode ser entendido com o conjunto de dispêncios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos. Para cálculo dos indicadores é considerado como os gastos totais liquidados no exercício, deduzindo investimentos, precatórios, inativos e pensionistas e ações 20RW e 8252, pois é utilizado para cálculo do gasto corrente por aluno. (Ação 20RW.- Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica e Ação 8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância)

Gastos com investimento: Despesas relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão. É extraído diretamente do Tesouro Gerencial com este nome.

Gastos com outros custeios: É entendido como os gastos totais liquidados no exercício, deduzindo gastos com pessoal, benefícios, Pis/Pasep, investimentos e inversões financeiras.

Gastos com pessoal: Diz respeito ao total de gastos com pessoal na Rede Federal. É extraído diretamente do sistema do Tesouro Gerencial com este nome.

Gastos totais: Entendido como o total dos gastos liquidados da instituição no exercício.

Ingressantes: Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência e tem seu registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

Inscritos: Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.

Instituição: Instituição de Ensino integrante da Rede Federal de EPCT. Para efeitos da Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018, que instituiu a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE, cada escola técnica vinculada a universidade federal será compreendida como uma instituição.

Integralizados em fase escolar: Corresponde aos alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares de um curso no ano de referência, mas não concluíram todos os componentes curriculares (Estágio, TCC, Extensão e o ENADE).

Jornada de Trabalho: Jornada semanal de trabalho cumpridas pelos servidores da Rede Federal de EPCT, incluindo o regime de Dedicação Exclusiva (DE).

Matrícula-equivalente - Mat_{eq}: Corresponde à matrícula ponderada pelo Fator de Equiparação de Carga Horária, pelo Fator de Esforço de Curso e pelo Fator de Nível de Curso.

Matrícula - Mat: Corresponde ao aluno que esteve com sua matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência, independentemente do tipo ou modalidade do curso. Um aluno pode ter mais de uma matrícula nesse período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.

Modalidade de ensino: Modo de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.

Nível da carreira: Reúne os níveis funcionais do corpo técnico-administrativo.

Nível de curso: Categorização utilizada na Plataforma Nilo Peçanha para reunir cursos de mesmo nível educacional.

Organização acadêmica: Refere-se à tipologia das Instituições pertencentes à Rede Federal de EPCT, podendo ser: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Professor-equivalente - $Prof_{eq}$: O cálculo do somatório de professor tempo integral considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou de dedicação exclusiva e com peso igual a 0,5 aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.

Professores - Prof: Refere-se ao número de professores da Rede Federal de EPCT, reunindo servidores efetivos e substitutos/temporários.

Retidos: Corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para integralização de um curso.

RSC: Reconhecimento de Saberes e Competências, atribuído aos professores da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), visando a equivalência de titulação para fins de percepção de Retribuição de Titulação (RT).

Subeixo tecnológico: Categorização própria da Plataforma Nilo Peçanha, criada para distinguir cursos de um mesmo Eixo Tecnológico em suas diferentes áreas de concentração.

Tipo de curso: Categorização transversal utilizada para diferenciar os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Estão previstas as seguintes categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Qualificação Profissional (FIC), Técnico, Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado, Especialização (Lato Sensu), Mestrado Profissional, Mestrado, Doutorado Profissional e Doutorado.

Tipo de oferta: Categorização transversal utilizada para diferenciar as formas de ofertas dos Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional (FIC). Estão previstas as seguintes categorias: Integrado, Subsequente, Concomitante, PROEJA - Concomitante e PROEJA - Integrado.

Titulação: Apresenta a maior escolaridade dos servidores da Rede Federal, podendo ser: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado.

Turno: Período do dia ou da noite em que o aluno cursa a maior parte das aulas, podendo ser matutino, vespertino, noturno ou integral. Não se aplica aos cursos com Modalidade de Ensino a distância.

Unidades de ensino: Todas as unidades organizacionais que possuam matrículas vinculadas no ano de referência.

Vagas: Corresponde às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, por meio de processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU ou outras formas de ingresso, no ano de referência.

Vínculo com a administração pública: Apresenta o vínculo funcional dos professores com a Administração Pública, podendo ser Efetivo ou Substituto/Temporário.

ANEXO II

TABELA DE FATOR DE ESFORÇO DE CURSO (FEC) E CARGA HORARIA MÍNIMA REGULAMENTADA (CHMR) POR CURSO.

TIPO DE CURSO	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO	FATOR DE ESFORÇO DE CURSO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA REGULAMENTADA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	"TODOS"	"TODOS"	1.1	* OBSERVAÇÃO AO FINAL DA TABELA
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	1.15	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CITOPATOLOGIA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL	1.16	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS	1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1.3	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS	1.3	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ESTÉTICA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM FARMÁCIA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM GERÊNCIA DE SAÚDE	1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM HEMOTERAPIA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM IMAGEM PESSOAL	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS	1.3	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	1.08	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM METEOROLOGIA	1.3	1000
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM NECROPSIA	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ÓPTICA	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ÓRTESES E PRÓTESES	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM PODOLOGIA	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	1.22	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	1.2	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM RECICLAGEM	1.1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE	1	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	1.3	1200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM AVIÔNICOS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM GRUPO MOTOPROPULSOR	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS NAVAIS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE SISTEMAS METROFERROVIÁRIOS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS PESADAS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO METROFERROVIÁRIA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MÁQUINAS NAVAIS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECÂNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECÂNICA DE PRECISÃO	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECATRÔNICA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM METALURGIA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM METROLOGIA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DA MADEIRA	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SISTEMAS A GÁS	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	1.27	1200
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SOLDAGEM	1.27	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.1	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM BIBLIOTECA	1	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA	1	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR	1.05	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	1.05	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM LUDOTECA	1	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUE (LIBRAS/PORTUGUÊS)	1.3	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	1.05	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	1	800
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES EM LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA	1	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR	1	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	1.3	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TREINAMENTO DE CÃES-GUIA	1.3	1200
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TREINAMENTO E INSTRUÇÃO DE CÃES-GUIAS	1.3	1200
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1.1	1000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COMÉRCIO	1.01	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COMÉRCIO EXTERIOR	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM CONDOMÍNIO	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM FINANÇAS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM LOGÍSTICA	1.02	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM MARKETING	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM QUALIDADE	1.1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SECRETARIADO	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SEGUROS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS DE CONDOMÍNIO	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS	1	800
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM VENDAS	1	800
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO GRÁFICA	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES	1.25	1000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM SISTEMAS DE COMUTAÇÃO	1.25	1200

TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM SISTEMAS DE TRANSMISSÃO	1.25	1200
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	1.25	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO AEROPORTUÁRIO	1.1	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	1.2	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM CARPINTARIA	1.3	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	1.2	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	1.3	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM ESTRADAS	1.3	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM GEODÉSIA E CARTOGRAFIA	1.2	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM GEOPROCESSAMENTO	1.2	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM HIDROLOGIA	1.2	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM PORTOS	1.1	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM SANEAMENTO	1.2	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRÂNSITO	1.3	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	1.1	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE DE CARGAS	1.1	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE DUTOVIÁRIO	1.1	1000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE METROFERROVIÁRIO	1.1	1200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.1	1000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM AÇÕES DE COMANDOS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARMAMENTO DE AERONAVES	1	800
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARTILHARIA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARTILHARIA ANTIAÉREA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM BOMBEIRO AERONÁUTICO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM CAVALARIA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMBATE A INCÊNDIO, RESGATE E PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE AVIAÇÃO	1	800
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMUNICAÇÕES NAVAIS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM DESENHO MILITAR	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ELETRICIDADE E INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM EQUIPAMENTO DE ENGENHARIA	1	800
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS DE VOO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ESTRUTURA E PINTURA DE AERONAVES	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM FORÇAS ESPECIAIS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM FOTOINTELIGÊNCIA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM GUARDA E SEGURANÇA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM HIDROGRAFIA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM INFANTARIA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MANOBRAS E EQUIPAMENTOS DE CONVÉS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MATERIAL BÉLICO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AERONAVES	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MERGULHO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MONTANHISMO	1	800
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM NAVEGAÇÃO FLUVIAL	1	800
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE RADAR	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE SONAR	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÕES DE ENGENHARIA MILITAR	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM PREPARAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA MILITAR	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SENSORES DE AVIAÇÃO	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SINAIS NAVAIS	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SINALIZAÇÃO NÁUTICA	1	1200
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SUPRIMENTO	1	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	1.15	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM ALIMENTOS	1.2	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM APICULTURA	1.15	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM CERVEJARIA	1.15	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM CONFEITARIA	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM PANIFICAÇÃO	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE PESCADO	1.15	1000
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM VITICULTURA E ENOLOGIA	1.15	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO DE MODA E ESTILISMO	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTE CIRCENSE	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTE DRAMÁTICA	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTES CIRCENSES	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTES VISUAIS	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTESANATO	1.1	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CANTO	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CENOGRAFIA	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM COMPOSIÇÃO E ARRANJO	1.25	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO VISUAL	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DANÇA	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE CALÇADOS	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE EMBALAGENS	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE INTERIORES	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE JOIAS	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE MÓVEIS	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DOCUMENTAÇÃO MUSICAL	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	1.25	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM FIGURINO CÊNICO	1.25	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL	1.1	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MULTIMÍDIA	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MUSEOLOGIA	1.1	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PAISAGISMO	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PROCESSOS FONOGRÁFICOS	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PROCESSOS FOTOGRÁFICOS	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	1.15	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PUBLICIDADE	1.1	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM RÁDIO E TELEVISÃO	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM REGÊNCIA	1.3	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM TEATRO	1.2	800
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM BIOCOMBUSTÍVEIS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CALÇADOS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CELULOSE E PAPEL	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CERÂMICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO NAVAL	1.27	1200

TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CURTIMENTO	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM IMPRESSÃO OFFSET	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM IMPRESSÃO ROTOGRÁFICA E FLEXOGRÁFICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM JOALHERIA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM MÓVEIS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PETRÓLEO E GÁS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PETROQUÍMICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PLÁSTICOS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PRÉ-IMPRESSÃO GRÁFICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PROCESSOS GRÁFICOS	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM QUÍMICA	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM TÊXTIL	1.27	1200
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM VESTUÁRIO	1.27	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGRICULTURA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO	1.1	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AQUICULTURA	1.2	1000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM CAFEICULTURA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS PESQUEIROS	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM FLORESTAS	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM FRUTICULTURA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM GEOLOGIA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM GRÃOS	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM MINERAÇÃO	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM PESCA	1.2	1000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM PÓS-COLHEITA	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM RECURSOS MINERAIS	1.2	1200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS	1.2	1000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM ZOOTECNIA	1.2	1200
TÉCNICO	SEGURANÇA	TÉCNICO EM DEFESA CIVIL	1.11	800
TÉCNICO	SEGURANÇA	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1.11	1200
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM AGENCIAMENTO DE VIAGEM	1	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM COZINHA	1.2	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM EVENTOS	1.1	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM GASTRONOMIA	1.2	1200
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	1.07	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	1.06	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM LAZER	1.1	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM RESTAURANTE E BAR	1.1	800
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM SERVIÇOS DE RESTAURANTE E BAR	1.2	800
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	ESTÉTICA E COSMÉTICA	1.2	2400
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO AMBIENTAL	1.1	1600
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.2	2400
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO HOSPITALAR	1.18	2400
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	OFTÁLMICA	1.2	2400
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	RADIOLOGIA	1.18	2400
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	SANEAMENTO AMBIENTAL	1	1600
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	SISTEMAS BIOMÉDICOS	1.2	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ELETRÔNICA INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MANUTENÇÃO DE AERONAVES	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MECÂNICA DE PRECISÃO	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MECATRÔNICA INDUSTRIAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	PROCESSOS AMBIENTAIS	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	PROCESSOS METALÚRGICOS	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	1.27	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS DE ENERGIA	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS ELÉTRICOS	1.23	2400
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS ELETRÔNICOS	1.23	2400
TECNOLOGIA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	1600
TECNOLOGIA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PROCESSOS ESCOLARES	1	2400
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	COMÉRCIO EXTERIOR	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO COMERCIAL	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DA QUALIDADE	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DE COOPERATIVAS	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.05	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO FINANCEIRA	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO PÚBLICA	1.09	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	LOGÍSTICA	1.1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	MARKETING	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	PROCESSOS GERENCIAIS	1	1600
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	SECRETARIADO	1	1600
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	BANCO DE DADOS	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES	1.25	2400
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	JOGOS DIGITAIS	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	REDES DE COMPUTADORES	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	1.25	2400
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.25	2400
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS PARA INTERNET	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TELEMÁTICA	1.25	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	AGRIMENSURA	1.2	2000
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1.2	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	CONTROLE DE OBRAS	1	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	ESTRADAS	1.2	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	GEOPROCESSAMENTO	1.25	2000
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	GESTÃO PORTUÁRIA	1.1	1600
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	1	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	OBRAS HIDRÁULICAS	1.2	2400
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	PILOTAGEM PROFISSIONAL DE AERONAVES	1.3	1600
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	SISTEMAS DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL	1.1	1600
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	TRANSPORTE AÉREO	1.1	1600
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	TRANSPORTE TERRESTRE	1.1	1600
TECNOLOGIA	MILITAR	COMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS	1	2400
TECNOLOGIA	MILITAR	FOTOINTELIGÊNCIA	1	2400
TECNOLOGIA	MILITAR	GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO AÉREO	1	2400
TECNOLOGIA	MILITAR	GESTÃO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA	1	2400
TECNOLOGIA	MILITAR	METEOROLOGIA AERONÁUTICA	1	2400
TECNOLOGIA	MILITAR	SISTEMAS DE ARMAS	1	2400

TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	AGROINDÚSTRIA	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	ALIMENTOS	1.2	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	LATICÍNIOS	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	PROCESSAMENTO DE CARNES	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	PRODUÇÃO DE CACHAÇA	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	VITICULTURA E ENOLOGIA	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	COMUNICAÇÃO ASSISTIVA	1.3	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE INTERIORES	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE MODA	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE PRODUTO	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN GRÁFICO	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FOTOGRAFIA	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CÊNICA	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CULTURAL	1.15	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	1.15	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA	1.1	1600
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	BIOCOMBUSTÍVEIS	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	BIOTECNOLOGIA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	CONSTRUÇÃO NAVAL	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	FABRICAÇÃO MECÂNICA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PAPEL E CELULOSE	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PETRÓLEO E GÁS	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	POLÍMEROS	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PROCESSOS QUÍMICOS	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO GRÁFICA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO JOALHEIRA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO MOVELEIRA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	1.23	2400
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO TÊXTIL	1.23	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AGROECOLOGIA	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AGRONEGÓCIO	1.1	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AQUICULTURA	1.2	2000
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	CAFEICULTURA	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	HORTICULTURA	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	MINERAÇÃO	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO DE GRÃOS	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO PESQUEIRA	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO SUCRO ALCOOLEIRA	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	ROCHAS ORNAMENTAIS	1.2	2400
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	SILVICULTURA	1.2	2400
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	1.11	1600
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA NO TRABALHO	1.11	2400
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA NO TRÂNSITO	1.11	1600
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA PÚBLICA	1.11	1600
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SERVIÇOS PENAIS	1.11	1600
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	EVENTOS	1.1	1600
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GASTRONOMIA	1.2	1600
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GESTÃO DE TURISMO	1.01	1600
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER	1	1600
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	HOTELARIA	1.09	1600
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES CÊNICAS	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES VISUAIS	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS DA NATUREZA	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	COMPUTAÇÃO	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DANÇA	1.27	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FILOSOFIA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FÍSICA	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	GEOGRAFIA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	HISTÓRIA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	INFORMÁTICA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	INTERCULTURAL INDÍGENA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA ESTRANGEIRA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LIBRAS - LICENCIATURA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LICENCIATURA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MATEMÁTICA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MÚSICA	1.08	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PEDAGOGIA	1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	1	1000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	QUÍMICA	1.1	3200
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEATRO	1.1	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	BIOMEDICINA	1.2	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	1.15	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ENFERMAGEM	1.24	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ENGENHARIA AMBIENTAL	1.15	3600
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FARMÁCIA	1.15	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FISIOTERAPIA	1.2	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FONOAUDIOLOGIA	1.2	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO AMBIENTAL	1.1	2400
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	MEDICINA	1.3	7200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	METEOROLOGIA	1.2	3000
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	NUTRIÇÃO	1.1	3200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ODONTOLOGIA	1.3	4000
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	PSICOLOGIA	1	4000
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	TERAPIA OCUPACIONAL	1	3200
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	1.23	2500
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA AERONÁUTICA	1.23	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	1.19	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE MATERIAIS	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA ELÉTRICA	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA ELETRÔNICA	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA MECÂNICA	1.16	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA MECATRÔNICA	1.15	3600
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA METALÚRGICA	1.16	3600
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARQUEOLOGIA	1.1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARQUIVOLOGIA	1	2400

BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES VISUAIS	1.1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	BIBLIOTECONOMIA	1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	1	2700
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DANÇA	1.2	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ESTATÍSTICA	1	3000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FILOSOFIA	1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FÍSICA	1.1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	GEOGRAFIA	1.1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	HISTÓRIA	1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS	1.08	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA ESTRANGEIRA	1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MATEMÁTICA	1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MUSEOLOGIA	1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MÚSICA	1.1	2800
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	RELAÇÕES PÚBLICAS	1	2700
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	1	3000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	1	3000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEATRO	1.1	2400
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEOLOGIA	1	2400
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	ADMINISTRAÇÃO	1	3000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS ATUARIAIS	1	3000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1	3000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1	3000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	DIREITO	1	3700
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	3000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	SECRETARIADO EXECUTIVO	1	2400
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1.1	3000
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	1.06	3600
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	1.19	3600
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	1.1	3000
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	JORNALISMO	1	2700
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	RADIO, TV E INTERNET	1.1	2700
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1.21	3000
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ARQUITETURA E URBANISMO	1.2	3600
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA CIVIL	1.14	3600
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRÁFICA	1.15	3600
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	1.14	3600
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE TRANSPORTES	1	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1.15	2400
BACHARELADO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	1.06	3200
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CINEMA E AUDIOVISUAL	1.1	2400
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN	1.05	2400
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CULTURAL	1	2400
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.1	2700
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS	1.23	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA DE PETRÓLEO	1.23	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA NAVAL	1.23	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA QUÍMICA	1.14	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA TÊXTIL	1.23	3600
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	QUÍMICA	1.13	2400
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	AGRONOMIA	1.15	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1.1	2400
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	1.15	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA AGRONÔMICA	1.15	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE AQUICULTURA	1.16	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE MINAS	1.16	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE PESCA	1.16	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA FLORESTAL	1.15	3600
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	GEOLOGIA	1.2	2400
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	MEDICINA VETERINÁRIA	1.21	4000
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ZOOTECNIA	1.1	3600
BACHARELADO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TURISMO	1	2400
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	"TODOS"	"TODOS"	1	360
MESTRADO	"TODOS"	"TODOS"	1	360
MESTRADO PROFISSIONAL	"TODOS"	"TODOS"	1	360
DOUTORADO	"TODOS"	"TODOS"	1	460
DOUTORADO PROFISSIONAL	"TODOS"	"TODOS"	1	460

*Para os cursos de qualificação profissional ou de formação inicial ou continuada (fic) será adotada a carga horária mínima regulamentada (chmr) como sendo as constantes do Guia Pronatec de cursos FIC, ou outra publicação da SETEC para carga horária mínima dos cursos de qualificação profissional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 2.462, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.011890/2017-24, resolve:

Prorrogar pelo período de 11-12-2018 a 10-12-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 143/2017 - Vaga B, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 157/2017, de 08-12-2017, publicado no DOU de 11-12-2017, Seção 3, fl. 48.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

PORTARIA Nº 2.465, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.011933/2017-71, resolve:

Prorrogar pelo período de 11-12-2018 a 10-12-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 141/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 172/2017, de 08-12-2017, publicado no DOU de 11-12-2017, Seção 3, fl. 50.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

PORTARIA Nº 2.494, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O Reitor, em exercício, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.011931/2017-82, resolve:

Prorrogar pelo período de 11-12-2018 a 10-12-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 142/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 166/2017, de 08-12-2017, publicado no DOU de 11-12-2017, Seção 3, fl. 50.

ALESSANDRO ANTÔNIO COSTA PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA N° 6.176, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira de Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Engenharia de Materiais, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, objeto do Edital nº 18, publicado no D.O.U. de 10/04/2017, homologado através do Edital nº 141, publicado no D.O.U. de 27/11/2017, seção 3, pág. 65. (Processo nº 23070.005143/2017-36)

EDWARD MADUREIRA BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 747, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.019539/2018-22, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Radiologia de Animais/Diagnóstico por Imagem/Clínica Veterinária/Medicina de Animais Silvestres e Exóticos

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Auxiliar A/1

Lista geral:

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Lista de Pessoas com Deficiência:

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

Lista de Pessoas Negras:

NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 748, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.018111/2018-62, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Centro de Ciências Rurais, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Fisiologia/Morfologia/Ensino Tutorial/Habilidades Médicas/Fundamentos do SUS

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos com deficiência conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	ELOISA PAVESI	9,17
2º	HECSON JESSER SEGAT	8,59
3º	ILO ODILON VILLA DIAS	8,05
4º	ANA LUPE MOTTA STUDZINSKI	7,89

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 749, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.018109/2018-93, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Rurais, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Centro de Ciências Rurais, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Imunologia/Microbiologia/Parasitologia/Ensino Tutorial/Habilidades Médicas/Fundamentos do SUS

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma)

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	JULIANA CAVALLI	8,91
2º	INDIARA BRUSCO	8,39

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 751, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.020595/2018-18, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Hidráulica/Instalações Hidráulico-Sanitárias

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	BRUNO SEGALLA PIZZOLATTI	7,94

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 1.222, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 831, de 23 de agosto de 2018, publicada no DOU de 24 de agosto de 2018, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Alterar a nomenclatura da Coordenação de Ensino de Graduação para Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção, vinculando à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 2º Alterar vinculação da Seção de Matrícula, da Coordenação de Acesso e Seleção de Estudantes para a Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção, permanecendo a atribuição de função gratificada, código FG-02, do servidor DANTE BARBOSA LIMA.

(Processo Nº 23282.011879/2018-39)

Art. 3º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

ALEXANDRE CUNHA COSTA

Ministério da Fazenda

CASA DA MOEDA DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

No DOU de 20/11/2018, Seção 1, pág. 43, onde se lê: Ata da 7ª Reunião Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2018, leia-se: Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil - CMB, realizada em 31 de outubro de 2018.

(p/Coejo)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

Observações:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

1 - Processo nº: 12448.727734/2016-35 - Recorrente: LUIZ ALBERTO MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10435.721735/2016-90 - Recorrente: IRACY DE LOURDES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 15971.000162/2007-12 - Recorrente: VALDECIR NELSON HASS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10845.001060/2007-46 - Recorrente: RENATO PASCHOAL DE PINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 19647.012851/2009-74 - Recorrente: EDSON BORGES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 12448.726145/2014-78 - Recorrente: LEONIDAS LACERDA DE ALBUQUERQUE FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10530.726348/2017-42 - Recorrente: MARIA LUSINETE DE CARVALHO FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 12448.723149/2016-66 - Recorrente: JOSE LUIZ DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10830.005329/2007-22 - Recorrente: ANGELA MARIA VASSOLER SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10435.721734/2016-45 - Recorrente: IRACY DE LOURDES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10435.720878/2017-65 - Recorrente: IRACY DE LOURDES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 19647.009097/2007-23 - Recorrente: JAMISSON JOSE CARDOSO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 19647.000373/2007-98 - Recorrente: JAMESSON JOSE CARDOSO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10980.726930/2011-15 - Recorrente: CRISTINE ANTONIA ALVES PIURKOSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

15 - Processo nº: 10845.002514/2009-68 - Recorrente: RENATO PASCHOAL DE PINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13154.000016/2007-95 - Recorrente: JACQUELINE BORGES DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10660.720599/2011-42 - Recorrente: ANTONIO GUIMARAES GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10855.003239/2007-19 - Recorrente: CARLOS RENATO DOROTEU DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15504.726240/2017-91 - Recorrente: ARTUR EDUARDO VILELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 15971.000115/2007-79 - Recorrente: JOSE MOREIRA GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10166.002183/2008-24 - Recorrente: MARIA PURCINA ALVES NUNES. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10865.000749/2010-11 - Recorrente: ARLETE APARECIDA GRECCO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13738.001007/2007-51 - Recorrente: JOAO HELIO VOGAS BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10183.005753/2005-87 - Recorrente: JORACY EMILIO ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10730.005184/2007-98 - Recorrente: GODOFREDO SATURNINO DA SILVA PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10640.000287/2007-71 - Recorrente: VANIA ALVES DA ROSA MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10660.720600/2011-39 - Recorrente: ANTONIO GUIMARAES GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 19647.016189/2008-41 - Recorrente: PAULO FERNANDO CRAVEIRO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): JORGE HENRIQUE BACKES

29 - Processo nº: 10140.722714/2015-16 - Recorrente: EDNEY DAMASCENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10580.731287/2013-16 - Recorrente: WALDECK RAMOS SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11080.723276/2016-17 - Recorrente: TAMIR BUKOWSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 12448.925157/2016-45 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 12448.925160/2016-69 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 12448.925173/2016-38 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 12448.925174/2016-82 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 12448.925190/2016-75 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12448.925192/2016-64 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 12448.926483/2016-70 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 12448.926484/2016-14 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 12448.926485/2016-69 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 12448.926486/2016-11 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13830.722228/2014-37 - Recorrente: JOAO PAULO BAPTISTA MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 15465.004593/2010-73 - Recorrente: NEIDE DE BARROS BORDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

44 - Processo nº: 13048.720015/2017-40 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SANTA MARIA(RS). Interessados: JOMAR TADEU CALLEGARO TAMBARA E FAZENDA NACIONAL.

45 - Processo nº: 11543.000922/2007-81 - Recorrente: CLOVIS LEITAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10410.724768/2016-70 - Recorrente: GEOBERTO ESPIRITO SANTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 19394.720356/2012-57 - Recorrente: LUIZ HELENO MALVA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 19394.720355/2012-11 - Recorrente: LUIZ HELENO MALVA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10166.732654/2017-13 - Recorrente: REJANETE MENDES PEDROZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10166.732652/2017-24 - Recorrente: REJANETE MENDES PEDROZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10166.732653/2017-79 - Recorrente: REJANETE MENDES PEDROZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10166.732650/2017-35 - Recorrente: REJANETE MENDES PEDROZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10120.725142/2013-01 - Recorrente: DJALMA BERTONCINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10120.724599/2014-71 - Recorrente: DJALMA BERTONCINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10120.722722/2017-62 - Recorrente: DJALMA BERTONCINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

56 - Processo nº: 10680.721478/2016-94 - Recorrente: IRIS MAGALHAES SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10980.721046/2012-75 - Recorrente: ZUELI MARIA LEAL SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

58 - Processo nº: 13161.720561/2016-01 - Recorrente: ELISABETH KEIKO OKUMURA MIYASAKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13604.720015/2016-14 - Recorrente: DIVINO AGOSTINHO TERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13836.720012/2011-34 - Recorrente: LUIZ ROBERTO SALZANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13839.722403/2011-63 - Recorrente: CELSO DEL BIANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13884.721176/2012-94 - Recorrente: SIDNEY BANDEIRA CARTAXO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13884.722208/2011-98 - Recorrente: GILBERTO OLIVEIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13982.720309/2016-21 - Recorrente: JANDIR TEO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 15504.017886/2010-15 - Recorrente: CARMEN ITALA CESAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 17613.720910/2014-19 - Recorrente: DIOGENES ACY GIURIZZATTO RABELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 17734.720287/2015-09 - Recorrente: GRAUBEN JOSE ALVES DE ASSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 18470.727494/2011-63 - Recorrente: LUIZ FELIX DE MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 19985.722575/2016-44 - Recorrente: ROBERTO FERNANDES BORDIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10166.720170/2012-17 - Recorrente: ANA SOFIA MARINHO LOPES DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10183.723720/2012-41 - Recorrente: MANOEL BENEDITO ROSA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

72 - Processo nº: 10480.723043/2010-45 - Recorrente: GIZENE PESSOA DE OLIVEIRA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 18183.000131/2010-31 - Recorrente: FLORENCE FRAGA FRANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10480.725113/2016-95 - Recorrente: JACINTA SOARES DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10480.725116/2016-29 - Recorrente: JACINTA SOARES DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10845.724385/2011-87 - Recorrente: EVANDRO BALTHAZAR SILVEIRA TROCOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10845.724386/2011-21 - Recorrente: EVANDRO BALTHAZAR SILVEIRA TROCOLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13227.720921/2017-36 - Recorrente: AGOSTINHO CASTELLO BRANCO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13227.720922/2017-81 - Recorrente: AGOSTINHO CASTELLO BRANCO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10845.724399/2011-09 - Recorrente: FLOREAL FERNANDES JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10845.724400/2011-97 - Recorrente: FLOREAL FERNANDES JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10850.725519/2017-01 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO PEREIRA MELCHIORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10850.725520/2017-28 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO PEREIRA MELCHIORI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10830.720473/2018-45 - Recorrente: JOSE DONIZETI HOLZER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10830.720474/2018-90 - Recorrente: JOSE DONIZETI HOLZER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10830.720475/2018-34 - Recorrente: JOSE DONIZETI HOLZER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10830.720476/2018-89 - Recorrente: JOSE DONIZETI HOLZER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JORGE HENRIQUE BACKES
Presidente da 1ª Turma Extraordinária

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

Observações:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON

1 - Processo nº: 10660.003405/2006-83 - Recorrente: ADEMIR PAZINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10730.723372/2017-73 - Recorrente: ADRIANO DA SILVA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10907.000138/2007-33 - Recorrente: ARNALDO HONORIO MADALOZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10680.014653/2005-31 - Recorrente: DALVA THOMAS VIANA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10070.001585/2006-17 - Recorrente: EMILIA DE AZEVEDO VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 19985.724698/2017-09 - Recorrente: LIZETE PINTO PORTUGAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19985.724699/2017-45 - Recorrente: LIZETE PINTO PORTUGAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 11610.004460/2009-91 - Recorrente: LUIZ FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO SCANDURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10640.002962/2006-15 - Recorrente: MARIA LUCIA DA SILVA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 17613.720056/2018-14 - Recorrente: NAGELA CHAMOUN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 15983.000356/2006-06 - Recorrente: PAULO MARTINS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10845.724835/2012-12 - Recorrente: PAULO MARTINS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10940.001139/2006-16 - Recorrente: TRAUDI BAUER FISCHER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL

14 - Processo nº: 10580.722734/2017-70 - Recorrente: FRANCO BANDIERINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10980.010872/2005-66 - Recorrente: ROBERTO BERTHOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13558.000586/2005-71 - Recorrente: ROLANDO CARLYLE MORAES DE ASSIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13884.003281/2004-38 - Recorrente: SERGIO DE SOUZA ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10840.002465/2005-80 - Recorrente: ROSANGELA FERRAZ MAZZONI RISTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13312.000560/2005-13 - Recorrente: VICENTE DAMASCENO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11020.722964/2017-47 - Recorrente: JULIO CESAR RUZZARIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10805.000830/2009-71 - Recorrente: KELMO AUGUSTO MENEZES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13906.720193/2017-13 - Recorrente: PAULO ROBERTO GIRALDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 18186.721239/2013-84 - Recorrente: ZAIRA MEDINA VIEIRA DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 11516.002743/2004-62 - Recorrente: ALTAIR IRINEU KOERICH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13884.002233/2003-41 - Recorrente: AMERICO MARQUES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 11543.002448/2004-89 - Recorrente: BOGUMILA MARIA IGNATOWSKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 13732.000221/2004-05 - Recorrente: CREBYLON NINO GONCALVES LOPES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10280.005779/2008-70 - Recorrente: GILENO MACEDO FRANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL

29 - Processo nº: 13709.004185/2002-76 - Recorrente: LUCIANO FRANCISCO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13874.000079/2005-54 - Recorrente: WALDEMAR MULLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10510.723203/2017-28 - Recorrente: VALDECI RODRIGUES MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13709.003693/2002-37 - Recorrente: ARISTIDES R DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI

33 - Processo nº: 10469.722922/2017-84 - Recorrente: NADIRA KHALIL HAZBOUN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13898.720373/2012-37 - Recorrente: ELZA APARECIDA DA CONCEICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 13890.720022/2017-19 - Recorrente: ROBERTO LOPES DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10166.728404/2017-89 - Recorrente: MARIALVA SILVA LUCATELLI ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 15504.727811/2017-12 - Recorrente: ROQUE ANTONIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13118.720069/2017-34 - Recorrente: MARIA HELENA ALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10166.728133/2017-61 - Recorrente: MARIA DA CONCEICAO ALVES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 11040.722677/2015-37 - Recorrente: ADAO HUMBERTO SILVA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10850.720073/2015-59 - Recorrente: HELIO JOSE CEZARINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10886.720603/2017-13 - Recorrente: VERA MOEMA MOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10283.723348/2016-79 - Recorrente: GILBERTO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI

44 - Processo nº: 10380.728126/2012-11 - Recorrente: MARIA STELA CAVALCANTE COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10166.722689/2013-11 - Recorrente: CARLINDA LUIZA DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10730.724066/2011-69 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10166.001360/2011-51 - Recorrente: ANA MARIA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13877.720051/2012-36 - Recorrente: EMILIO CARLOS DA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13116.720716/2012-13 - Recorrente: GABRIELA CAMPOS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13837.720058/2012-24 - Recorrente: ADAO MARCOS SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10725.720094/2012-67 - Recorrente: LEDEA MARIA SOARES CAVALCANTE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10410.001502/2010-60 - Recorrente: SOLANGE BARROS CASADO DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13770.721069/2011-62 - Recorrente: LUIZ CARLOS AGUIAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13133.720078/2011-41 - Recorrente: CLAUDIMAR DE FREITAS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13893.721340/2012-54 - Recorrente: ELIZABETH GERVAZONI SILVA DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10166.720426/2012-96 - Recorrente: ANA MARIA JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10384.723635/2012-17 - Recorrente: CONCEICAO DE MARIA CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI

58 - Processo nº: 10730.720766/2012-65 - Recorrente: ALCINEU DAFLON FERRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10380.732369/2012-53 - Recorrente: JOSE WALTER ARAUJO FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13161.720796/2012-61 - Recorrente: CREONICE JOANA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10805.722891/2012-99 - Recorrente: ANA MARIA RUEDA KIMURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13884.721698/2012-96 - Recorrente: DEBORA BURINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL

63 - Processo nº: 18470.723077/2017-37 - Recorrente: CLOVIS JOSE DAUDT LYRA DARRIGUE DE FARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10480.725651/2017-61 - Recorrente: ATILA ROMERO VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10480.724669/2017-45 - Recorrente: FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE PINTO LISBOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 18470.720486/2017-81 - Recorrente: ANA MARIA RANGEL DO NASCIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10469.726523/2013-69 - Recorrente: ANTONIO MARIO SCALAMANDRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10469.722041/2017-63 - Recorrente: ANTONIO MARIO SCALAMANDRE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 18470.722347/2017-92 - Recorrente: IRIA FERREIRA LOPES DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10680.727074/2017-95 - Recorrente: EDVALDO REZENDE SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13961.720057/2017-69 - Recorrente: OSVALDIR COSTA DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 15463.721090/2016-71 - Recorrente: EDUARDO COELHO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL

73 - Processo nº: 13837.721357/2017-91 - Recorrente: EDSON DARCY RIDOLFI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 18470.724079/2017-43 - Recorrente: ELIANE DE OLIVEIRA FARAH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10469.722039/2017-94 - Recorrente: SONIA REJANE RIBEIRO FONSECA PEIXOTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 12278.720315/2014-18 - Recorrente: LEONEL GARBELINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 15504.727154/2015-33 - Recorrente: MARIO JORGE DUTRA UEBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 15504.727155/2015-88 - Recorrente: MARIO JORGE DUTRA UEBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 15504.726260/2017-61 - Recorrente: MARIO JORGE DUTRA UEBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 15504.728026/2017-79 - Recorrente: MARIO JORGE DUTRA UEBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 13520.720027/2017-41 - Recorrente: MARIA HELENA ROMEIRO FEITOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10882.723022/2017-73 - Recorrente: CARLOS DA SILVA CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10580.726616/2017-31 - Recorrente: EDILSON GUIMARAES MALHEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10580.730458/2013-90 - Recorrente: EMANUEL BARRETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10980.721433/2013-92 - Recorrente: MOACIR JOSE SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13152.720256/2017-00 - Recorrente: LURDES JONER ENZWEILER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13899.720441/2017-62 - Recorrente: LIGIA MARIA FELIPE RIGOTO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13748.720010/2018-19 - Recorrente: SONIA MARIA WEBLER RABELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
Presidente da 2ª Turma Extraordinária

2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: CS - Parcelas Folha de Pagamento / SAT / PERDCOMP / PLR / Agroindústria / Obrigação acessória / SAT / Cessão de mão de obra / Decadência

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

1 - Processo nº: 16327.720382/2016-14 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 14485.001823/2007-46 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANC E INVEST e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16327.720383/2016-69 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 16327.721069/2011-99 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 14485.002091/2007-10 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 14485.002090/2007-67 - Recorrente: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

7 - Processo nº: 15374.900026/2008-44 - Embargante: BANCO ITAU CONSIGNADO S.A.

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

8 - Processo nº: 35415.000153/2007-44 - Recorrentes: C&A MODAS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

9 - Processo nº: 16682.720859/2014-51 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: CS - Parcelas Folha de Pagamento / SAT / PERDCOMP / PLR / Agroindústria / Obrigação acessória / SAT / Cessão de mão de obra / Decadência

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

10 - Processo nº: 16682.720023/2014-56 - Recorrente: ICATU CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

11 - Processo nº: 16327.720832/2014-15 - Recorrente: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 14485.003257/2007-15 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

13 - Processo nº: 16004.720165/2015-96 - Recorrente: FRIGORIFICO OUROESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 16004.720201/2013-50 - Recorrente: FRIGORIFICO OUROESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA

15 - Processo nº: 16327.720057/2017-32 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 16327.000481/2010-91 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 16327.000480/2010-46 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

18 - Processo nº: 11516.720974/2011-81 - Recorrente: A NUNES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 3: CS - Parcelas Folha de Pagamento / SAT / PERDCOMP / PLR / Agroindústria / Obrigação acessória / SAT / Cessão de mão de obra / Decadência

Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

19 - Processo nº: 10882.002891/2007-99 - Recorrente: CELIA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10580.010262/2007-37 - Recorrente: COBRATEC SEGURNACA INTEGRADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10580.010266/2007-15 - Recorrente: COBRATEC SEGURANCA INTEGRADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

22 - Processo nº: 15868.720075/2015-72 - Recorrente: PE COM PE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

23 - Processo nº: 14751.720030/2016-23 - Recorrente: S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 15892.000024/2008-02 - Recorrente: TAFA PREPARACAO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEBORA FOFANO

25 - Processo nº: 16000.000044/2011-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE EDUCACIONAL TRISTAO DE ATHAIDE LTDA - EPP

26 - Processo nº: 35465.001175/2005-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TNT BRASIL S/A

27 - Processo nº: 14479.001179/2007-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACAO SOCIAL CLARETIANA

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: IRRF - Incidente pagmanto a residente no exterior / Stock Options

Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA

28 - Processo nº: 16327.720630/2015-46 - Recorrente: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 16327.001191/2009-21 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 16327.001192/2009-75 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 16327.001193/2009-10 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 16327.903809/2009-99 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 5: IRPF - Omissão de Rendimentos / Ajuste Anual / Depósitos bancários / APD

Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM

33 - Processo nº: 10580.000042/00-85 - Recorrente: ADLA ELBACHA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10140.721960/2016-31 - Recorrente: ALAOR BITTENCOURT DE MARCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
35 - Processo nº: 10580.725741/2009-13 - Recorrente: THELMA LEAL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
36 - Processo nº: 10530.002001/2008-10 - Recorrente: JOSE LINO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10530.726878/2011-03 - Recorrente: JOSE LINO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
38 - Processo nº: 10925.000977/2004-91 - Recorrente: SALETE RIBEIRO PELIZZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
39 - Processo nº: 11052.720056/2011-56 - Recorrente: EDUARDO DOS SANTOS OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10380.727062/2015-83 - Recorrente: JOSE JUACY CUNHA PINTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 19515.721766/2011-11 - Recorrentes: NELSON ALVARENGA FILHO e FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Tema 6: IRPF - Omissão de Rendimentos / Ajuste Anual / Depósitos bancários / APD
Relator(a): MARCELO MILTON DA SILVA RISSO
42 - Processo nº: 10580.726969/2009-21 - Recorrente: JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
43 - Processo nº: 11543.000023/2010-83 - Recorrente: ORLANDO NELSON LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11543.000024/2010-28 - Recorrente: ORLANDO NELSON LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 17613.720063/2015-65 - Recorrente: ORLANDO NELSON LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 17613.721575/2016-20 - Recorrente: ORLANDO NELSON LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 17613.721576/2016-74 - Recorrente: ORLANDO NELSON LACERDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
Observações:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS
Tema 1: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
1 - Processo nº: 14041.000561/2008-01 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 14041.000560/2008-58 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 14041.000559/2008-23 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 14041.000562/2008-47 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 14041.000558/2008-89 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 14041.000557/2008-34 - Recorrente: SEBRAE SERV BRAS APOIO MICRO PEQ EMPRESA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Redator Ad Hoc: RONNIE SOARES ANDERSON
7 - Processo nº: 10166.728875/2014-44 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
8 - Processo nº: 14041.000699/2008-00 - Recorrentes: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10166.724041/2013-89 - Recorrente: CONSTRUTORA ARTEC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10166.724039/2013-18 - Recorrente: CONSTRUTORA ARTEC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10166.724040/2013-34 - Recorrente: CONSTRUTORA ARTEC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
12 - Processo nº: 15504.002764/2008-00 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 15504.002763/2008-57 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15504.002754/2008-66 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15504.002755/2008-19 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15504.002753/2008-11 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15504.002760/2008-13 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15504.002757/2008-08 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15504.002758/2008-44 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15504.002762/2008-11 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15504.002756/2008-55 - Recorrente: APIS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
22 - Processo nº: 10166.723601/2013-88 - Recorrente: OI MOVEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10166.723602/2013-22 - Recorrente: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 19515.721016/2015-72 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 15983.720137/2017-91 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 13:00 HORAS
Tema 2: IRPF
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
26 - Processo nº: 10980.723566/2016-46 - Recorrentes: ALCEU ELIAS FELDMANN e FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 19515.720935/2011-03 - Recorrentes: ANTONIO CARLOS KALIM e FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13603.721779/2014-67 - Recorrente: CLOVIS DE RESENDE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10140.721808/2013-14 - Recorrente: JOAO PASSOS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10865.720612/2013-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NATAL SEBASTIAO LEONELLO
31 - Processo nº: 10540.720832/2011-53 - Recorrente: THEODOMIRO NASCIMENTO BORGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DE MORAES CHIEREGATTO
32 - Processo nº: 13749.720115/2013-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: WALTER SARMENTO
33 - Processo nº: 18471.002443/2003-13 - Recorrente: FRANCISCO XAVIER DE VASCONCELOS BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO DE SOUSA SATELES
34 - Processo nº: 10840.720840/2018-91 - Recorrente: BENEDITA ALVES DOVICCHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10380.720135/2011-82 - Recorrente: JOSE GRANGEIRO DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
36 - Processo nº: 11618.003308/2004-15 - Recorrente: LUZIA QUIRINO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS
Tema 3: IRPF
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
37 - Processo nº: 12448.729104/2016-03 - Recorrente: LUIS EDUARDO CAMPOS BARBOSA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO DE SOUSA SATELES
38 - Processo nº: 18471.001834/2007-36 - Recorrente: DEJAN PETKOVIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
39 - Processo nº: 11040.721957/2012-85 - Recorrente: MARIA JULIETA MARTINS DE FIGUEIREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.727013/2016-91 - Recorrente: MISAKO MATSUNAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 19311.000397/2010-34 - Recorrente: PETERSON BALDERRAMA DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 13:00 HORAS
Tema 4: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
42 - Processo nº: 11831.002297/2007-66 - Embargante: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI
Relator(a): ANDREA DE MORAES CHIEREGATTO
43 - Processo nº: 11080.728718/2014-41 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM FLORIANÓPOLIS e Interessados: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13851.720138/2017-14 - Recorrentes: MUNICIPIO DE ARARAQUARA e FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11634.720265/2015-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
46 - Processo nº: 12915.001226/2008-60 - Recorrente: MONTEBELO HOTEIS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
47 - Processo nº: 11070.720225/2017-25 - Recorrente: SEPAM - SOCIEDADE DE ESTUDOS, PESQUISA E ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 5: IRPF
Relator(a): MARCELO DE SOUSA SATELES
48 - Processo nº: 10530.004202/2008-51 - Recorrente: CELSO PEREIRA DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
49 - Processo nº: 18471.001379/2007-79 - Recorrente: MOSHE GRINSZPAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 18471.001378/2007-24 - Recorrente: ELIZABETH RODRIGUES GRINSZPAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Tema 6: IRRF
Relator(a): ANDREA DE MORAES CHIEREGATTO
51 - Processo nº: 13643.000321/2003-41 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE CATOLICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
52 - Processo nº: 16561.720032/2016-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS
Tema 7: Contribuições Previdenciárias
53 - Processo nº: 10972.720042/2011-98 - Recorrente: BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
54 - Processo nº: 14041.000556/2008-90 - Recorrente: SERV BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
55 - Processo nº: 10830.727656/2013-87 - Recorrente: TEMPO DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DE MORAES CHIEREGATTO
56 - Processo nº: 16045.000494/2008-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TV TAUBATE LTDA

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Tema 8: IRPF
Relator(a): MARCELO DE SOUSA SATELES
57 - Processo nº: 10240.000299/2009-70 - Recorrente: EDISON GAZONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
58 - Processo nº: 10950.723815/2013-16 - Recorrente: CARLOS ALBERTO TAVARES CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10280.720108/2017-23 - Recorrente: RAUL AGUILERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10280.720109/2017-78 - Recorrente: ROGER ALBERTO MENDES AGUILERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 1: Ajuste/omissão de rendimentos e Outros

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

1 - Processo nº: 13884.003146/2004-92 - Recorrente: JOSE MARIA TRANIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

2 - Processo nº: 15504.726328/2016-21 - Recorrente: ALEX MIRANDA DA PAIXAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 15586.720494/2014-90 - Recorrente: FREDERICO CHAVES GUEDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10469.725034/2015-51 - Recorrente: GERALDO JOSE DA CAMARA FERREIRA DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

5 - Processo nº: 13896.721126/2015-11 - Recorrente: MARIO ARI LUFT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

6 - Processo nº: 10070.000447/2004-41 - Recorrente: PAULO DE CASTRO EWERTON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

7 - Processo nº: 10140.721243/2017-91 - Recorrente: PAULINA DELAIR DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

8 - Processo nº: 19647.002380/2007-24 - Recorrente: MARIA HELENA MARTINS DA COSTA PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: Ajuste/omissão de rendimentos

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

9 - Processo nº: 18470.727138/2016-54 - Recorrente: JOSE ADOLFO PASCOWITCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 18470.726637/2016-24 - Recorrente: MILTON PASCOWITCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

11 - Processo nº: 16561.720018/2017-62 - Recorrente: ZWI SKORNICKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 16561.720017/2017-18 - Recorrente: ZWI SKORNICKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

13 - Processo nº: 18470.730847/2015-36 - Recorrente: PEDRO JOSE BARUSCO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 3: Ganho de Capital

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

14 - Processo nº: 10380.725186/2017-96 - Recorrente: GISELA LOBAO TELLES FUJIWARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10380.725184/2017-05 - Recorrente: HELOISA FERREIRA DE MELO TELLES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10380.725185/2017-41 - Recorrente: PAULO CAMPOS TELLES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10830.723007/2016-50 - Recorrente: JUSSARA SOARES VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

18 - Processo nº: 10680.006043/2004-82 - Recorrente: LUIZ GONZAGA DE CASTRO ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 4: Compra de ações (Stock options)

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

19 - Processo nº: 19515.720655/2015-11 - Recorrente: CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 16327.720628/2015-77 - Recorrentes: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e FAZENDA NACIONAL

Tema 5: Exclusão Simples

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

21 - Processo nº: 10925.000020/2009-59 - Recorrente: JS MAQUINAS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10925.000024/2009-37 - Recorrente: JS MAQUINAS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10925.000021/2009-01 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10925.000022/2009-48 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6 : CS - Contribuições Previdenciárias

25 - Processo nº: 10925.000031/2009-39 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

26 - Processo nº: 19515.721037/2011-64 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 19515.721144/2011-92 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 19515.721170/2011-11 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

29 - Processo nº: 10983.720180/2013-18 - Recorrente: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10983.720179/2013-85 - Recorrentes: PROSUL PROJETOS SUPERVISAO E PLANEJAMENTO LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 7: Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para empregados e Outros

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

31 - Processo nº: 10314.726327/2014-39 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 14485.001857/2007-31 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10314.726342/2014-87 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10830.010511/2007-03 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10830.010513/2007-94 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10830.010516/2007-28 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 8: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

37 - Processo nº: 44021.000431/2007-88 - Embargante: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (DERAT/SPO) e Interessados: STAR WORK SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13971.000951/2011-12 - Recorrente: PRODUTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

39 - Processo nº: 11065.003028/2009-15 - Embargante: MOSMANN ALIMENTOS LTDA

Relator(a): WESLEY ROCHA

40 - Processo nº: 13864.000537/2010-31 - Recorrente: ATIVIA - COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS E HOSPITALARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

41 - Processo nº: 11080.731699/2011-98 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 9: Restituição/compensação

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

42 - Processo nº: 37324.005754/2006-15 - Recorrente: ANTONIO FERREIRA SEBASTIAO E CIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

43 - Processo nº: 35421.000817/2005-24 - Recorrente: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

44 - Processo nº: 11516.722532/2012-50 - Recorrente: NOVACKI INDUSTRIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

45 - Processo nº: 13971.721882/2013-38 - Embargante: BUZATEX TEXTIL LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

46 - Processo nº: 10970.720228/2014-18 - Recorrente: MUNICIPIO DE PATOS DE MINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 15761.720006/2017-19 - Recorrente: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 15761.720004/2017-20 - Recorrente: BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 10: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

49 - Processo nº: 35011.002573/2005-46 - Embargante: POLICIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS

50 - Processo nº: 16682.720598/2011-26 - Embargantes: BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 35301.003907/2007-03 - Embargante: Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em Rio de Janeiro II e Interessados: COLEGIOS ASSOCIADOS CPS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 11: IRPF matérias diversas

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

52 - Processo nº: 13573.720081/2013-48 - Recorrente: ANAILDA RIBEIRO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

53 - Processo nº: 11516.003281/2004-09 - Recorrente: VALBER BITTENCOURT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

54 - Processo nº: 11080.008432/2009-89 - Recorrente: ANTONIO REMI ZAMBONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

55 - Processo nº: 15504.730919/2012-70 - Recorrente: AMERICO BARROSO MASSOTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

56 - Processo nº: 17335.720442/2017-43 - Recorrente: MARIA JOSE PORTELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 18088.000325/2008-09 - Recorrente: JULIANE DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 19515.000596/2007-51 - Recorrente: LUCIO GROSSMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10680.002553/2004-81 - Recorrente: JOSE RANDOLFO COSTA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10707.000457/2008-86 - Recorrente: CLAUDIO PECANHA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

61 - Processo nº: 19515.721294/2011-04 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Tema 1: Cessão de mão de obra

Relator(a): WESLEY ROCHA

1 - Processo nº: 18050.005185/2008-84 - Recorrentes: BRASKEM S/A e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10830.722755/2014-53 - Recorrentes: MUNICIPIO DE CAMPINAS e FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 17546.000186/2007-17 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 17546.000195/2007-16 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 2: Outras matérias

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

5 - Processo nº: 10950.000022/2010-74 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL-MARINGÁ-PR e Interessados: PONTAL DO PARANA FRIGORIFICO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

6 - Processo nº: 10380.730190/2013-42 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: MABE CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 18470.730127/2014-90 - Recorrente: JOSE ISAAC PERES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

8 - Processo nº: 11080.733119/2013-69 - Recorrentes: MANOEL MARQUES DE SOUZA ALVARES DA CUNHA e FAZENDA NACIONAL

Tema 3: Depósitos bancários

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

9 - Processo nº: 10437.720369/2015-51 - Recorrente: FRANCISCO LOSCHIAVO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

10 - Processo nº: 10920.721256/2014-30 - Recorrente: ANGELA CRISTINA PIVOTTO CABRERA MANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 16004.720153/2016-42 - Recorrentes: ANGELA CRISTINA PIVOTTO CABRERA MANO e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

12 - Processo nº: 19515.003096/2005-17 - Recorrente: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 19515.002747/2006-24 - Recorrente: OSMAR JOSE DE SOUZA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

14 - Processo nº: 10437.720412/2017-40 - Recorrente: FERNANDA FAGUNDES DAHRUJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

15 - Processo nº: 19515.000801/2006-05 - Recorrente: ANTONIO PIRES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

16 - Processo nº: 19515.720683/2014-57 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM FLORIANÓPOLIS/SC e Interessados: VITOR ROGERIO DE MOURA FERREIRA e FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10970.720302/2014-98 - Recorrente: WANDERLEI MONTEIRO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

18 - Processo nº: 10880.727488/2015-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WALTER ZARZUR DERANI

19 - Processo nº: 14120.000273/2008-68 - Recorrente: GLORIA MARIA SEBBEN CESAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13629.720975/2016-98 - Recorrente: MARCONDES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 1: IRPF - Vistas e retornos de pauta

Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO

1 - Processo nº: 10580.728692/2016-08 - Recorrente: JOSE LARANGEIRA DE SANT ANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10580.728694/2016-99 - Recorrente: MARIA DE FATIMA DE SANT ANA SCAVUZZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE

3 - Processo nº: 16004.720302/2012-40 - Recorrente: SILVIO AMADEU NASSAR PARDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 2: IRPF - Depósitos Bancários

Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER

4 - Processo nº: 10235.000984/2009-75 - Recorrente: ALDAIR JOSE SANTANA DE ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13839.002449/2005-14 - Recorrente: ALEXANDRE GRASSON MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10830.010863/2007-51 - Recorrente: ALEXANDRE PELIZARO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19515.000448/2003-11 - Recorrente: ALVARO CORREA DE BARROS PARADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10840.003009/2004-76 - Recorrente: ANTONIO EUGENIO BELLUCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 18470.731760/2011-52 - Recorrente: DALMIR PEREIRA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 18470.728524/2012-30 - Recorrente: DALMIR PEREIRA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10675.003372/2006-11 - Recorrente: FRANCISCO DE BARROS COTTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10640.001696/2007-94 - Recorrente: FRANCISCO JOSE CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 3: IRPF - Ajuste - Atividade Rural

Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE

13 - Processo nº: 10530.724271/2016-95 - Recorrente: ANILDO KUREK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10166.723759/2012-77 - Recorrente: JUVENIL ANTONIO CENCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10166.725466/2013-13 - Recorrente: MARCOS ANTONIO ASSI TOZZATTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

16 - Processo nº: 10120.008559/2008-31 - Recorrente: ILISA IVANOFF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10469.720150/2006-93 - Recorrente: JOAO DINARTE PATRIOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15956.720127/2017-83 - Recorrentes: JOSE CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI e FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15956.720215/2016-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CARLOS COSTA MARQUES BUMLAI

20 - Processo nº: 10166.728763/2015-74 - Recorrente: MARINO STEFANI COLPO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 4: IRPF - Ajuste - Diversos

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

21 - Processo nº: 15586.720495/2016-04 - Recorrente: ANDERSON LUIS DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10825.001716/2009-21 - Recorrente: GENY SIMOES HADDAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

23 - Processo nº: 10580.724288/2016-57 - Recorrente: JOSE EASTON MATOS NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

24 - Processo nº: 15504.724374/2015-13 - Recorrente: RAQUEL BARCELLOS CHAVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 11610.001456/2011-96 - Recorrente: LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 5: CS - Vistas e retornos de pauta

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

26 - Processo nº: 10830.012358/2008-21 - Recorrentes: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. e FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10830.012356/2008-32 - Recorrentes: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. e FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10830.012357/2008-87 - Recorrentes: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. e FAZENDA NACIONAL

Tema 6: CS - Embargos

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

29 - Processo nº: 15956.000508/2010-76 - Embargante: SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A.

Tema 7: CS - Caracterização segurado

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

30 - Processo nº: 14041.720112/2015-01 - Recorrente: HOSPITAL SANTA HELENA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 14041.720113/2015-48 - Recorrente: HOSPITAL SANTA HELENA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO

32 - Processo nº: 10280.720398/2017-13 - Recorrente: MUNICIPIO DE CAPANEMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10580.725215/2015-00 - Recorrente: MUNICIPIO DE SALVADOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10580.730072/2015-40 - Recorrente: MUNICIPIO DE SALVADOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 8:CS - Cessão de mão-de-obra

35 - Processo nº: 16095.000680/2007-74 - Recorrente: SAINT-GOBAIN ABRASIVOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 16095.000681/2007-19 - Recorrente: SAINT-GOBAIN ABRASIVOS LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 9: CS - Exclusão Simples

Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE

37 - Processo nº: 11516.006425/2007-13 - Recorrente: MODELAR HOTELARIA E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10920.002224/2008-93 - Recorrente: TECNOB TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10920.002223/2008-49 - Recorrente: TECNOB TECNOLOGIA DA BORRACHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 10: IRRF - Diversos

Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO

40 - Processo nº: 16048.000039/2008-86 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10983.720614/2014-52 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10875.002660/2001-89 - Recorrente: FITAS ELASTICAS ESTRELA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10735.002732/2001-92 - Recorrente: COMPANHIA DE CANETAS COMPACTOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10735.002731/2001-48 - Recorrente: COMPANHIA DE CANETAS COMPACTOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 11080.000326/2002-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICACOES

Tema 11: IRPF - Diversos

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

46 - Processo nº: 10825.720558/2016-31 - Recorrente: GENY SIMOES HADDAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CLEBERSON ALEX FRIESS

47 - Processo nº: 10855.724122/2015-82 - Recorrente: VALDIR JOSE ZORZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 12: IRPF - Ajuste - Omissão rendimentos

Relator(a): LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

48 - Processo nº: 14098.720192/2014-51 - Recorrente: NEWMAN PEREIRA LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 16004.720215/2015-35 - Recorrente: PAULO ROBERTO BRUNETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 16004.720523/2011-37 - Recorrente: PAULO ROBERTO BRUNETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 16004.720356/2016-39 - Recorrente: SHINKO NAKANDAKARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

52 - Processo nº: 14041.000489/2008-11 - Recorrente: DORALICE PEREIRA GONCALVES DE SEIXAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16707.100152/2005-15 - Recorrente: GILBERTO MEIRA DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 13:30 HORAS

Tema 13: CS - Conhecimento

Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA

54 - Processo nº: 15504.730807/2013-08 - Recorrente: SEI ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15504.730809/2013-99 - Recorrente: SEI ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 15504.730808/2013-44 - Recorrente: SEI ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10882.902156/2009-49 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 38. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 38, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA

1 - Processo nº: 16062.720157/2015-55 - Recorrente: ALEXANDRE ZANOLINI GENICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16062.720154/2015-11 - Recorrente: EDUARDO DIEZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16062.720155/2015-66 - Recorrente: OSWALDO REZENDE FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 16062.720156/2015-19 - Recorrente: ROSANA APARECIDA MESQUITA CARNAVAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 16062.720039/2016-28 - Recorrente: ARIOVALDO MASSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10580.727561/2011-91 - Recorrente: MATHEUS RIBEIRO LIMA BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10580.730174/2014-84 - Recorrente: MIGUEL LUIZ ROSARIO LORENZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 16062.720041/2016-05 - Recorrente: RUI DA SILVA ANTUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

9 - Processo nº: 10845.720109/2012-21 - Recorrente: SERGIO SOARES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

10 - Processo nº: 13748.000416/2006-30 - Recorrente: EDUARDO MARTINS DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13868.000100/2005-09 - Recorrente: ANTONIO LARIO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11080.002213/2009-96 - Recorrente: VALDIR DE OLIVEIRA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

13 - Processo nº: 19515.003445/2007-54 - Recorrentes: MAURO SERGIO BERTAGLIA e FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10437.720179/2014-52 - Recorrentes: ISOLDINO ALVES FERREIRA JUNIOR e FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10120.727979/2016-20 - Recorrente: LOURIVAL GABRIEL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10580.725313/2011-13 - Recorrentes: LUCIANO DA COSTA VALENTE e FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10970.720025/2016-85 - Recorrente: JOSE JORGE GOMES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

18 - Processo nº: 19515.722669/2013-15 - Recorrente: EDEVALDO ALVES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

19 - Processo nº: 11080.730411/2016-72 - Recorrente: REJANE MATONE CHANIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

20 - Processo nº: 10803.720060/2015-45 - Recorrente: ALBERTO YOUSSEF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 19515.720502/2016-54 - Recorrente: ALBERTO YOUSSEF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13830.000831/2001-40 - Recorrente: MARCIO MESQUITA SERVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

23 - Processo nº: 10280.720292/2015-40 - Recorrente: ALVARO DIOGO FRANCO DAGUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10120.722060/2011-35 - Recorrente: LOURIVAL GABRIEL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

25 - Processo nº: 10166.010271/2002-12 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10166.907110/2012-15 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10166.907127/2012-64 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 14033.002380/2008-18 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 14033.002406/2008-10 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10882.901667/2012-49 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10882.902156/2009-49 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA

32 - Processo nº: 10882.900487/2009-44 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10882.902074/2009-02 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10882.902077/2009-38 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10882.903439/2008-27 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10882.903441/2008-04 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10882.903465/2008-55 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10882.903479/2008-79 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

39 - Processo nº: 10882.902157/2009-93 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10882.908611/2009-10 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10882.908612/2009-64 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10882.908613/2009-17 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10882.910521/2009-99 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10882.910522/2009-33 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

45 - Processo nº: 12898.000275/2010-55 - Recorrente: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 12898.000274/2010-19 - Recorrente: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 12898.000273/2010-66 - Recorrente: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10872.720127/2017-90 - Recorrente: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10872.720189/2017-00 - Recorrente: ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

50 - Processo nº: 13840.000284/2007-79 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 15504.001742/2007-33 - Recorrentes: ELMO CALCADOS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

52 - Processo nº: 10245.721501/2015-07 - Recorrentes: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

53 - Processo nº: 19515.002529/2009-32 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO (DERAT) e Interessados: ASSOCIACAO ITAQUERENSE DE ENSINO e FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 19726.000432/2009-18 - Recorrente: INEPAR S/A IND E CONSTRUCOES E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 19726.000427/2009-05 - Recorrente: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 19726.002284/2008-87 - Recorrente: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

57 - Processo nº: 10735.720411/2014-98 - Recorrente: LOCANTY SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR

58 - Processo nº: 10580.722927/2013-05 - Recorrente: SOC DE ASSIT FAMILIAR DOS SERV FED EST MUNIC DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 15979.000317/2007-41 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

60 - Processo nº: 13888.721567/2015-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE AMERICANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 19515.720423/2016-43 - Recorrentes: MARISA LOJAS S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

62 - Processo nº: 10865.721946/2014-09 - Recorrente: WALLINGFORD DO BRASIL REPRESENTACOES E DESENVOLVIMENTO DE MAQUINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JAMED ABDUL NASSER FEITOZA

63 - Processo nº: 13603.724185/2012-46 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13603.724184/2012-00 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13603.724183/2012-57 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13603.724182/2012-11 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13603.724186/2012-91 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13603.724187/2012-35 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13603.724038/2012-76 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13603.724037/2012-21 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

71 - Processo nº: 10480.724677/2011-04 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 11971.000552/2008-12 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 11971.000556/2008-09 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 11971.000557/2008-45 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 11971.000721/2009-03 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11971.000783/2008-26 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11971.001367/2008-45 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 35212.000356/2006-36 - Recorrente: KAIZEN - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI

79 - Processo nº: 36248.000666/2003-63 - Recorrente: ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 15504.723103/2017-02 - Recorrente: GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVICOS DE COBRANCAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 15504.723512/2014-58 - Recorrente: GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVICOS DE COBRANCAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA

82 - Processo nº: 18184.000585/2007-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI

83 - Processo nº: 23034.030734/2004-63 - Recorrente: BRASIL TELECOM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 23034.030789/2004-73 - Recorrente: BRASIL TELECOM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 23034.034351/2004-64 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 23034.034352/2004-17 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 23034.034353/2004-53 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 23034.034355/2004-42 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 23034.034358/2004-86 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 23034.034359/2004-21 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 23034.034362/2004-44 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
92 - Processo nº: 13971.720632/2007-32 - Recorrente: PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13971.720644/2007-67 - Recorrente: PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13971.720620/2007-16 - Recorrente: PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10675.720210/2008-02 - Recorrente: IAOPA AGROPECUARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10675.720214/2008-82 - Recorrente: IAOPA AGROPECUARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10680.720570/2007-46 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10680.721293/2013-37 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10680.721294/2013-81 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13629.720589/2017-87 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13629.720590/2017-10 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13629.720591/2017-56 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11845.000194/2007-11 - Recorrente: WARRE ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11845.000196/2007-00 - Recorrente: WARRE ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11845.000195/2007-57 - Recorrente: WARRE ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
Presidente da 2ª Turma Ordinária
Substituto

3ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
Observações:
1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.
2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.
3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE
1 - Processo nº: 11020.905942/2008-20 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11020.905950/2008-76 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11020.905938/2008-61 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11020.905925/2008-92 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11020.905921/2008-12 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11020.905924/2008-48 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11020.905923/2008-01 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11020.905920/2008-60 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11020.905912/2008-13 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11020.905904/2008-77 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11020.905956/2008-43 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 11020.905944/2008-19 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11020.907520/2008-99 - Recorrente: SAVIPLAST INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
14 - Processo nº: 13601.000073/2002-44 - Recorrente: AGUAS MINERAIS IGARAPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 12448.909420/2014-97 - Recorrente: HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13161.000621/2007-77 - Recorrente: IMESUL METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10882.904741/2013-60 - Recorrente: MERITOR DO BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10830.900106/2011-57 - Recorrente: SESPO INDÚSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10830.900044/2011-83 - Recorrente: SESPO INDÚSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11128.720873/2017-79 - Recorrente: INTERACTIVE LOGISTICS TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11128.720838/2014-15 - Recorrente: BRASPORTSUL SERVICOS ADUANEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11128.720036/2011-54 - Recorrente: A.G. LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11128.724057/2017-34 - Recorrente: AED BRASIL CONSULTORIA EM TRANSPORTES INTERNACIONAIS E LOGISTICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11128.720641/2011-25 - Recorrente: AURUM FREIGHT INTERNATIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10907.722202/2013-89 - Recorrente: BRASIL CARGO SERVICE LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
26 - Processo nº: 10280.720785/2010-75 - Recorrente: CTI - CEARA TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11128.724072/2016-00 - Recorrente: RVA DO BRASIL LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10907.722297/2013-31 - Recorrente: DSV UTI AIR & SEA AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
29 - Processo nº: 10875.000652/2005-21 - Recorrente: GATE GOURMET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10875.000653/2005-76 - Recorrente: GATE GOURMET LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10120.000597/2006-83 - Recorrente: COMING INDÚSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10120.005347/2005-59 - Recorrente: COMING INDÚSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10120.720082/2006-01 - Recorrente: COMING INDÚSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11065.913373/2012-56 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11065.913374/2012-09 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11065.913375/2012-45 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11065.913377/2012-34 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
38 - Processo nº: 11065.913378/2012-89 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11065.913381/2012-01 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11065.913382/2012-47 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11065.913383/2012-91 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11065.913384/2012-36 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13971.720034/2006-82 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13971.720035/2006-27 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13971.720036/2006-71 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10680.926608/2016-83 - Recorrente: ALGAR TI CONSULTORIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
47 - Processo nº: 10907.000513/2009-15 - Recorrente: MOREIRA DA SILVA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10980.005990/2004-71 - Recorrente: AUTO POSTO RANCHO AMIGO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15374.905793/2009-21 - Recorrente: CAA - CORRETAGEM E CONSULTORIA PUBLICITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15374.905791/2009-31 - Recorrente: CAA - CORRETAGEM E CONSULTORIA PUBLICITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15374.905795/2009-10 - Recorrente: CAA - CORRETAGEM E CONSULTORIA PUBLICITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15374.905794/2009-75 - Recorrente: CAA - CORRETAGEM E CONSULTORIA PUBLICITARIA S/C LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
53 - Processo nº: 10480.916570/2009-68 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10480.913153/2009-63 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10480.913151/2009-74 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10480.908783/2009-16 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10480.908781/2009-27 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10480.908782/2009-71 - Recorrente: HOSPITAL ESPERANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19515.004430/2010-17 - Recorrente: METODO - ASSESSORIA, INTEGRACAO E ORGANIZACAO EM RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11020.720039/2007-18 - Recorrente: MOVEIS SANDRIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10640.002448/2010-66 - Recorrente: OTIMIZE DIVULGACAO E PUBLICIDADE LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10830.917089/2009-72 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10830.917086/2009-39 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10830.917085/2009-94 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
65 - Processo nº: 10830.917090/2009-05 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10830.916112/2009-10 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10830.918396/2009-71 - Recorrente: PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10850.900089/2006-52 - Recorrente: SAO DOMINGOS SAUDE - ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10850.900097/2006-07 - Recorrente: SAO DOMINGOS SAUDE - ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10850.900094/2006-65 - Recorrente: SAO DOMINGOS SAUDE - ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10850.900092/2006-76 - Recorrente: SAO DOMINGOS SAUDE - ASSISTENCIA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13608.000316/2003-65 - Recorrente: TRANSPORTADORA VENUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 16366.000246/2010-52 - Recorrente: UNIAO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
Presidente da 1ª Turma Extraordinária

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ALAN TAVORA NEM

1 - Processo nº: 11128.721045/2017-58 - Recorrente: NEW LINK COMERCIO EXTERIOR E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11128.720903/2017-47 - Recorrente: SEA LINE AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11128.720814/2016-10 - Recorrente: PARTNER AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11128.729942/2014-67 - Recorrente: ALLINK TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 11128.720871/2014-37 - Recorrente: COMISSARIA PIBERNAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11128.720895/2014-96 - Recorrente: COMISSARIA PIBERNAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13901.000039/2008-81 - Recorrente: AGENCIA MARITIMA TRANSCAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10907.002612/2008-42 - Recorrente: SEATRADE SERVICOS PORTUARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10921.000036/2007-30 - Recorrente: M B AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

10 - Processo nº: 10711.007861/2008-11 - Recorrente: CHENDA CARGO LOGISTICS (BRASIL) LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10907.722546/2013-98 - Recorrente: COPA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11075.001031/2008-96 - Recorrente: GRUPO GPA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10907.721646/2013-05 - Recorrente: MCA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 11128.720859/2014-22 - Recorrente: NEUTRAL RIO GRANDE AGENCIAMENTOS PORTUARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10711.000729/2009-60 - Recorrente: P1 FORWARDING - LOGISTICA DE CARGAS INTERNACIONAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 11128.007251/2008-61 - Recorrente: RODRIMAR S. A. - TERMINAIS PORTUARIOS E ARMAZENS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11128.720329/2017-27 - Recorrente: TOP MARINE LOGISTICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

18 - Processo nº: 13971.002000/2006-11 - Recorrente: ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10920.001431/2007-40 - Recorrente: CARIBOR TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10920.001434/2007-83 - Recorrente: CARIBOR TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10840.002779/2003-11 - Recorrente: COOP DE LATICINOS AGRIC DE BATATAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10840.002780/2003-45 - Recorrente: COOP DE LATICINIOS E AGRICOLA DE BATATAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10680.010560/2003-75 - Recorrente: EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10680.010559/2003-41 - Recorrente: EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

25 - Processo nº: 11128.009700/2008-13 - Recorrente: BDP SOUTH AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LARISSA NUNES GIRARD

26 - Processo nº: 11128.721971/2014-81 - Recorrente: GENERAL NOLI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 12689.000174/2010-40 - Recorrente: HAND LINE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10283.005293/2006-40 - Recorrente: EMPRESA DE REV DO PORTO DE MANAUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 12709.000101/2007-77 - Recorrente: TRANSPORTES FROLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13888.906857/2012-91 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13888.906860/2012-12 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13888.906861/2012-59 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13888.906862/2012-01 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13888.906863/2012-48 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 13888.906864/2012-92 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13888.906865/2012-37 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 13888.906866/2012-81 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 13888.906869/2012-15 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

39 - Processo nº: 11128.003068/2010-19 - Recorrente: BARWIL BRASIL AGENCIAS MARITIMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 12466.003347/2010-04 - Recorrente: DFX TRANSPORTE INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 12466.004781/2008-89 - Recorrente: VITTORIA AGENCIA DE NAVEGACAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 11128.722712/2011-24 - Recorrente: ISS MARINE SERVICES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 11965.000352/2008-49 - Recorrente: RAFAEL PEREIRA CANDIDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 11817.000179/2005-30 - Recorrente: JOAO CARLOS MONTENEGRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 12457.007564/2007-79 - Recorrente: JORGE JOSE STOECKL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

46 - Processo nº: 19615.000890/2007-34 - Recorrente: MARIA MARLUCIA MENEZES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 19615.000446/2006-38 - Recorrente: ADRIANO MARTINELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10680.721957/2013-68 - Recorrente: IGNACIO MARTINEZ CASTIGNANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 12963.000039/2007-11 - Recorrente: JORGE DONIZETE DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10130.000006/2008-11 - Recorrente: MARCOS RELVAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 11131.000799/2006-69 - Recorrente: FRANCISCO PIRES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10680.721956/2013-13 - Recorrente: MARTA RUIZ ESPINOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10675.003323/2006-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MARCOS ANTONIO DA SILVA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LARISSA NUNES GIRARD
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

Observações:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA

1 - Processo nº: 12466.002919/2010-20 - Recorrente: DOUBLE STAR LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10921.000849/2008-19 - Recorrente: M B AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10314.005370/2011-14 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10711.000606/2009-29 - Recorrente: FAX CARGO SERVICOS ADUANEIROS LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10814.001444/2009-98 - Recorrente: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10814.019928/2007-21 - Recorrente: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10907.722223/2013-02 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10907.722600/2013-03 - Recorrente: DOGANA COMISSARIA DE DESPACHOS ADUANEIROS E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10909.720515/2013-82 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11128.724770/2015-16 - Recorrente: CLIPPER TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11128.001037/2009-81 - Recorrente: BRAZIL WIND LOG AG INTER DE CARGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11128.721484/2014-18 - Recorrente: DOUBLE STAR LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES

13 - Processo nº: 13888.906848/2012-08 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13888.906849/2012-44 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13888.906850/2012-79 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13888.906851/2012-13 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13888.906852/2012-68 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13888.906853/2012-11 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13888.906854/2012-57 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13888.906855/2012-00 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13888.906856/2012-46 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13888.906858/2012-35 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13888.906859/2012-80 - Recorrente: ELRING KLINGER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES

24 - Processo nº: 12448.921008/2012-83 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 12448.921009/2012-28 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 12448.921010/2012-52 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 12448.921011/2012-05 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 12448.921012/2012-41 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 12448.921013/2012-96 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 12448.921020/2012-98 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 12448.921021/2012-32 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 12448.921022/2012-87 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 12448.921023/2012-21 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 12448.921024/2012-76 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 12448.921025/2012-11 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10875.001921/00-73 - Recorrente: ATLANTA QUIMICA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MULLER NONATO CAVALCANTI SILVA

37 - Processo nº: 15987.000029/2011-73 - Recorrente: DEPOTRANS CONTAINERS E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MULLER NONATO CAVALCANTI SILVA

38 - Processo nº: 13502.902074/2016-49 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 13411.000212/2006-09 - Recorrente: VDS EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10435.000758/2006-95 - Recorrente: AVIL TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 16045.000424/2007-72 - Recorrente: VALESCOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 11843.000134/2007-18 - Recorrente: VMJ COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS TDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES

43 - Processo nº: 10166.912493/2009-30 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10166.912494/2009-84 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10166.912495/2009-29 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10166.912496/2009-73 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10166.912497/2009-18 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10166.911394/2009-31 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10166.911395/2009-85 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10166.911396/2009-20 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10166.912492/2009-95 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10166.911393/2009-96 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES

53 - Processo nº: 10166.911392/2009-41 - Recorrente: BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10925.002182/2010-65 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10925.002170/2010-31 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10925.002171/2010-85 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10925.002174/2010-19 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10925.002183/2010-18 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10925.002179/2010-41 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10925.002178/2010-05 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10925.002175/2010-63 - Recorrente: RBR TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES

62 - Processo nº: 13896.910075/2012-57 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13896.910081/2012-12 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13896.910084/2012-48 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13896.910086/2012-37 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13896.910087/2012-81 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13896.910068/2012-55 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13896.906202/2012-13 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13832.000057/00-96 - Recorrente: EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ANTONIO BORGES
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 3ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
1ª TURMA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

Observações:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10940.720510/2011-00 (item 12) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 13 a 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 13 a 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10680.015201/2004-95 (item 32) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 33 a 35. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 33 a 35, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 16327.002810/2002-28 (item 36) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 37 a 41. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 37 a 41, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: Preço de transferência

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

1 - Processo nº: 16561.720138/2013-36 - Recorrente: EMS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16561.720138/2014-17 - Recorrente: KOMATSU DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 2: Diversos

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

3 - Processo nº: 13502.720796/2014-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A

Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA

4 - Processo nº: 16327.001272/2008-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

5 - Processo nº: 12897.000757/2009-81 - Recorrente: YOLANDA PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

6 - Processo nº: 10880.736407/2011-25 - Recorrentes: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Tema 3: Concomitância de multas

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

7 - Processo nº: 10680.724298/2010-79 - Recorrente: CORVAL CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13982.001089/2010-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA PROGRESSO LTDA

9 - Processo nº: 16327.721146/2012-91 - Recorrente: B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

10 - Processo nº: 10882.724723/2012-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SS COMERCIO DE COSMETICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA

11 - Processo nº: 10480.720461/2010-81 - Recorrente: LUMILEDS ILUMINACAO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

12 - Processo nº: 10940.720510/2011-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA VILA VELHA LTDA

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

13 - Processo nº: 10120.722876/2012-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COSMEX - EXCELENCIA EM COSMETICOS LTDA

14 - Processo nº: 10830.012915/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA

15 - Processo nº: 10970.720292/2012-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILOG - UNIVERSO LOGISTICA LTDA

16 - Processo nº: 18088.720131/2011-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSNETO ARARAQUARA TRANSPORTES LTDA

DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: Lucro Presumido

Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER

17 - Processo nº: 10980.721969/2015-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA DE CIMENTO ITAMBE

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

18 - Processo nº: 11080.008148/2005-89 - Recorrente: HIDRAULICA CAPAO NOVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 5: Prova

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

19 - Processo nº: 19515.003873/2007-87 - Recorrente: ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

20 - Processo nº: 10835.901325/2009-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

21 - Processo nº: 10835.901327/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

Tema 6: Sociedade cooperativa

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

22 - Processo nº: 16327.000488/2004-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAUDE E EMPRESARIOS DE ARARAS E REGIAO

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

23 - Processo nº: 11065.001921/2003-11 - Recorrente: UNIMED VALE DO SINOS SOC COOP DE TRAB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 7: Multa de Ofício qualificada

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

24 - Processo nº: 10240.003408/2008-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CATARINENSE COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

25 - Processo nº: 11020.002825/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADMINISTRADORA DE JOGOS SCHNEIDER LTDA

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Tema 8: Custos, despesas operacionais e encargos
Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA
26 - Processo nº: 16561.720099/2012-96 - Recorrente: LATAM (BRASIL) REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA
27 - Processo nº: 16327.720672/2012-34 - Recorrentes: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Tema 9: Operações societárias
28 - Processo nº: 16327.721168/2014-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
29 - Processo nº: 16561.720045/2011-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUNGE ACUCAR E BIOENERGIA S.A.
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
30 - Processo nº: 11618.002711/2001-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO

DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Tema 10: Preliminar/Nulidade
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
31 - Processo nº: 19740.000271/2006-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
32 - Processo nº: 10680.015201/2004-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA
Relator(a): ADRIANA GOMES REGO
33 - Processo nº: 10380.011458/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NACIONAL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
34 - Processo nº: 10665.000932/2006-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA.
35 - Processo nº: 10976.000632/2008-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WDS - WOODBROOK DRIVE SYSTEMS ACIONAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
36 - Processo nº: 16327.002810/2002-28 - Recorrente: NOVA APART EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ADRIANA GOMES REGO
37 - Processo nº: 10665.001036/2005-63 - Recorrente: PRODOESTE VEICULOS E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10680.010106/2005-86 - Recorrente: EMH ELETROMECANICA E HIDRAULICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10680.013843/2005-31 - Recorrente: SOCIEDADE CONSTRUTORA ESPERANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 12898.002059/2009-19 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 19647.012518/2005-31 - Recorrente: CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA
42 - Processo nº: 10166.011868/2002-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL SANTA LUZIA S A
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
43 - Processo nº: 18471.002461/2004-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KNOLL PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA
Tema 11: Diversos
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
44 - Processo nº: 16327.001384/2006-39 - Recorrentes: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10665.001343/2009-78 - Recorrente: PRODOESTE VEICULOS E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
46 - Processo nº: 15956.720140/2012-28 - Recorrentes: SAO MARTINHO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
47 - Processo nº: 19740.000056/2008-94 - Embargante: CAPEMISA - INSTITUTO DE ACAO SOCIAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS
Tema 12: Per/Dcomp
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
48 - Processo nº: 19515.001446/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANK OF AMERICA BRASIL HOLDINGS LTDA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
49 - Processo nº: 11610.004683/2007-97 - Recorrente: BV TRADING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11610.000867/2007-88 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11831.000579/2001-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOTOCEL INVESTIMENTOS LTDA
Tema 13: Conhecimento
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
52 - Processo nº: 13558.000204/2004-28 - Recorrente: CIA VIACAO SUL BAHIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13558.000598/2005-03 - Recorrente: CIA VIACAO SUL BAHIANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 14: Denúncia Espontânea
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
54 - Processo nº: 10980.001789/2004-15 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10980.001790/2004-40 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
56 - Processo nº: 11543.000004/2007-51 - Recorrente: NOVA CIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11543.000880/2007-88 - Recorrente: NOVA CIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11543.000881/2007-22 - Recorrente: NOVA CIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11543.000882/2007-77 - Recorrente: NOVA CIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Tema 15: Estimativas compensadas
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
60 - Processo nº: 15374.984021/2009-47 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO
61 - Processo nº: 19647.008200/2007-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
62 - Processo nº: 19647.008201/2007-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
63 - Processo nº: 19647.008586/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
64 - Processo nº: 19647.008587/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA
65 - Processo nº: 10675.909465/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TEMPO SERVICOS LTDA.
Tema 16: Diversos
66 - Processo nº: 11065.003144/00-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MCF - COMERCIAL DE FRUTAS LTDA - ME
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
67 - Processo nº: 16151.720195/2016-90 - Recorrente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 29, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Ratifica os Convênios ICMS aprovados na 310ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 06.11.2018 e publicados no DOU em 07.11.2018.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 310ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 6 de novembro de 2018:

Convênio ICMS 112/18 - Altera o Convênio ICMS 59/12, que autoriza a concessão de parcelamento de débitos, tributários e não tributários, das empresas em processo de recuperação judicial;

Convênio ICMS 113/18 - Autoriza o Estado do Piauí a firmar, em juízo, instrumentos de transação com devedores cujos débitos tributários tenham sido objeto de cobrança judicial;

Convênio ICMS 114/18 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder remissão e anistia referente a crédito tributário do ICMS objeto de transação em juízo, nos termos deste convênio;

Convênio ICMS 115/18 - Altera o Convênio ICMS 65/17, que autoriza o Estado de Goiás a remitir crédito tributário de pequeno valor inscrito em dívida ativa, reduzir juros e multas previstos na legislação tributária, bem como a conceder parcelamento de crédito tributário, relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 116/18 - Autoriza o Estado Rio Grande do Sul a reduzir juros e multas mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica;

Convênio ICMS 117/18 - Altera o Convênio ICMS 79/18, que autoriza os Estados do Acre, Bahia, Mato Grosso, Santa Catarina e Sergipe a reduzir juros e multas de créditos tributários do ICMS, desde que o pagamento seja efetuado em parcela única;

Convênio ICMS 118/18 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder remissão e anistia de créditos tributários relativos ao ICM e ICMS;

Convênio ICMS 119/18 - Autoriza o Estado de Roraima a conceder isenção do ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte rodoviário interestadual que especifica;

Convênio ICMS 120/18 - Autoriza o Estado do Acre a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 121/18 - Autoriza o Estado de Pernambuco a dispensar parcialmente o pagamento do crédito tributário definido como penalidade pela prática de condutas que importem a impossibilidade de utilização de benefícios fiscais;

Convênio ICMS 122/18 - Altera o Convênio ICMS 58/15, que autoriza o Estado de Alagoas a dispensar ou reduzir multas e demais acréscimos legais mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica;

Convênio ICMS 123/18 - Autoriza o Estado do Paraná a reduzir juros e multas mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica;

Convênio ICMS 124/18 - Prorroga disposições de convênios ICMS que dispõem sobre benefícios fiscais;

Convênio ICMS 125/18 - Autoriza os Estados do Mato Grosso do Sul e da Paraíba a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 126/18 - Autoriza o Estado do Piauí a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS;

Convênio ICMS 127/18 - Dispõe sobre adesão do Estado de São Paulo ao Convênio ICMS 99/98, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção nas saídas internas destinadas aos estabelecimentos localizados em Zona de Processamento de Exportação - ZPE;

Convênio ICMS 128/18 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo ao Convênio ICMS 106/96, que dispõe sobre concessão de crédito presumido nas prestações de serviços de transporte.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 163, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento aos veículos e às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO I

Seq.	Processo	Auto de Infração e Apreensão Nº
01	13150.720284/2018-10	0130151-53939/2018
02	13150.720286/2018-17	0130151-55488/2018
03	13150.720108/2018-88	0130151-33049/2018
04	13150.720295/2018-08	0130151-55442/2018
05	10960.720036/2018-46	0130100-64607/2018

06	10960.720028/2018-08	0130100-52325/2018
07	13150.720276/2018-73	0130151-53354/2018
08	14108.720075/2016-92	0130100-62118/2018
09	13150.720106/2018-99	0130151-28620/2018
10	13150.720293/2018-19	0130151-55195/2018
11	13150.720185/2018-38	0130151-35744/2018
12	13150.720333/2018-14	0130151-67299/2018
13	13150.720272/2018-95	0130151-53211/2018
14	14108.720238/2016-37	0130151-17016/2018
15	13150.720279/2018-15	0130151-53360/2018
16	13150.720297/2018-99	0130151-54661/2018

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara cancelado o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT - DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAPÁ-AP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso XI, da Portaria de delegação de competência DRF/MCA nº 26, de 13 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2014; e com fundamento no art. 2º da Lei 11.945, de 4 de junho de 2009 e artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, com a mesma redação do art. 7º, da Instrução Normativa nº 976, de 7 de dezembro de 2009, vigente no início do procedimento fiscal e, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10235.721070/2018-32, declaro:

Art 1º - Cancelado o Registro Especial na atividade de Gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária - da pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome empresarial: R M R DE ALMEIDA EIRELI

CNPJ: 02.747.184/0001-83

Registro Especial: GP-02401/00001

Parágrafo único. É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contados da publicação desse ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Macapá.

Artigo 2º - No caso de omissão na entrega da declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF - Papel Imune), fica vedada a concessão de novo Registro Especial, pelo prazo de 5 anos-calendário, à pessoa jurídica.

Artigo 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JEFFERSON MELLO PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

RETIFICAÇÃO

No Ato declaratório Executivo nº 115, de 8 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2018, Seção 1, página 59:

Onde se lê:

"(...) e o que consta do processo nº 10480.729503/2018-04, resolve:"

Leia-se:

"(...) e o que consta do processo nº 10480.729501/2018-15, resolve:"

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15/06/2007, no Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, e na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, declara:

Art. 1º. Habilitada a operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), a empresa EÓLICA QUATRO VENTOS S/A - CNPJ Nº 21.811.910/0001-24, situada na Rua Bom Jesus, 183, Sala 203-C - Bairro do Recife - Recife/PE - CEP 50.030-170, na forma da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, conforme Portaria nº 651, de 05 de dezembro de 2014, do Ministério de Minas e Energia, e Resolução Autorizativa nº 7.029, de 22 de maio de 2018, expedida pela ANEEL, e, ainda, pelo que consta do processo administrativo fiscal nº 10010.016591/0618-88.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura. (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º. A referida habilitação é específica para Projeto de Geração de Energia Elétrica da Central Geradora denominada EOL quatro ventos, que teve o enquadramento no REIDI através da Portaria nº 231, de 22 de julho de 2015, do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, cujo projeto foi autorizado pela Portaria nº 651, de 05 de dezembro de 2014, expedida pelo MME, e Resolução Autorizativa nº 7.029, de 22 de maio de 2018, expedida pela ANEEL, cujo prazo estimado para conclusão da obra é de 11 (onze) meses.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 120, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade de Usuário.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 5º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Termo de Informação Fiscal constante do processo 10480.727463/2018-58, declara:

Art. 1º Fica concedido o seguinte Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei 11.945, de 4de junho de 2009, para atividade de USUÁRIO (UP), conforme inciso II, art. 8º, da IN RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir da publicação no DOU:

I - Registro Especial nº UP-04101/0227;

II - Beneficiário: AGN GROUP SUPRIMENTOS EIRELI;

III - CNPJ: 10.823.380/0001-18;

IV - Domicílio Fiscal: Rua Comissário Othon Couceiro, 109, Galpão A, Imbiribeira, CEP: 51170-360, Recife/PE;

V - Processo Administrativo: 10480.727463/2018-58;

Art. 2º O contribuinte está obrigado ao cumprimento da legislação tributária, em vigor e alterações posteriores, envolvendo operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial das exigências estabelecidas na IN RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

JONAS CAMPELO GOMES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita a pessoa jurídica que menciona ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA no uso das suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, observado o que ficou decidido no processo administrativo nº 10530.725914/2018-80, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica SOLAR BARREIRAS II ENERGIA SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.958.296/0001-30, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 2º A habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 273, de 26 de junho de 2018, e Anexo, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2018, Seção 1, página 57.

Nome da pessoa jurídica	Solar Barreiras II Energia SPE Ltda
Nº de inscrição no CNPJ	29.958.296/0001-30
Nome do projeto	UFV Sertão Solar Barreiras II
Nº da portaria de aprovação do projeto	Portaria nº 273, de 26/6/2018
Setor de infraestrutura favorecido	Energia
Prazo estimado para execução	1/7/2019 a 1/1/2021

Art. 3º Os benefícios do Reidi poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, c/c art. 3º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, ressalvado o disposto no art. 4º deste Ato declaratório Executivo.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 5º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nos termos do inciso II do art.10 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, c/c inciso II do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Art. 6º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 10680.723493/2018-39, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica W. CASTRO, CNPJ nº 29.881.825/0001-44, sita à Av. Londrina 400/sala 01 - Bairro Veneza - Ipatinga/MG - CEP 35.164-291, o Registro Especial nº GP- 06101/00245 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara Nula a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) que especifica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art.35, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016 e considerando o que consta no processo administrativo digital nº 10670.722395/2018-01, declara:

Art. 1º - Fica nulo o CNPJ 16.818.182/0001-42 "Luiz Felipe da Conceição e Silva", inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 35, inciso II da IN RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - A partir da data de publicação deste ato, são considerados nulos os documentos emitidos por essa empresa desde sua constituição, ou seja, 09/09/2012.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara inexistente de fato a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) que especifica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art.29, inciso II, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo administrativo digital nº 10670.721358/2018-78, declara:

Art. 1º - Fica inexistente de fato o CNPJ 15.545.768/0001-18 "Terrajap - Terraplenagem Ltda.", inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 29, inciso II, alínea "b" da IN RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - A partir da data de publicação deste ato, são considerados nulos os documentos emitidos por essa empresa.

Art. 3º -Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara Nula a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) que especifica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art.35, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016 e considerando o que consta no processo administrativo digital nº 10670.722497/2018-19, declara:

Art. 1º - Fica nulo o CNPJ 12.343.849/0001-47 "Locponte Empreendimentos Comércio e Serviços Ltda.", inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nos termos do art. 35, inciso II da IN RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - A partir da data de publicação deste ato, são considerados nulos os documentos emitidos por essa empresa desde sua constituição, ou seja, 06/08/2010.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, com delegação de competência constante na Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art.1º - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso VI, do art. 3°, o inciso II, do art. 5º, ambos da Lei 9.964/2000, combinado com o Parecer PGFN/CDN nº 1206/2013, a pessoa jurídica EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA SA, CNPJ Nº 33.247.271/0001-03, com efeitos a partir do mês seguinte à publicação desta Portaria, conforme Despacho Decisório no processo administrativo n° 12448.726507/2018-54.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara a nulidade do ato cadastral no CNPJ da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, declara:

Art. 1.º Anulada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 27.556.665/0001-32, com fundamento no inciso II do artigo 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo nº 13868.720499/2017-73, e

Art. 2º Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

PORTARIA Nº 111, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoa Jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF. nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1ª Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - Refis o contribuinte NILSON BENEDITO DA SILVA LORENA, CNPJ 48.967.400/0001-05, por estarem configuradas as hipóteses previstas no art. 5º Incisos II, V e XI da Lei 9.964/2000, que prevêem a exclusão do contribuinte dessa modalidade de parcelamento pela inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000; pela extinção da pessoa jurídica; ou pela suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, conforme decisão proferida no processo 10860.722054/2018-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE 6

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009, 12.249/2010, 12.995/2014 e 13.043/2014.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430, de 09 de outubro de 2017 e, em observância à delegação de competência prevista na Portaria nº89, de 25 de junho de 2018 e, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº758/2007, e considerando o que consta no dossiê nº 10010.001459/1118-10 resolve:

Art.1°- Co-habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 74, de 22 de março de 2017, publicada no D.O.U, de 23/03/2017 e, nos termos do contrato, datado de 19 de julho de 2017 firmado entre a solicitante, e a empresa ETC-EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.

EMPRESA: ETC-EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.
CNPJ : 25.224.658/0001-08
CEI : não possui
ENQUADRAMENTO AO REIDI: ADE Nº 85, de 20/07/2017, da DERAT São Paulo, habilitando a pessoa jurídica ETC-EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A., em relação ao projeto aprovado pela Portaria SPDE/MME nº74, de 22/03/2017.
SETOR DE INFRAESTRUTURA: Projeto de Transmissão de Energia Elétrica

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data da publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Anula inscrição no CNPJ.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331 de 03 de julho de 2018 publicada no DOU de 04 de julho de 2018 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 resolve:

Artigo 1º. declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, com efeito a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de vício para essas inscrições conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ACABAMENTOS	19.675.244/0001-00	19985.724290/2018-18	21/11/2013
ALZEMIRA CARDON 25490834900	14.390.469/0001-99	19985.724463/2018-90	02/10/2011
EDUARDO DE LIMA ESPINDOLA	14.396.885/0001-02	19985.724467/2018-78	23/09/2011
CLAUDEMIR DE OLIVEIRA 01031994971	26.384.298/0001-74	10980.726529/2018-51	19/10/2016
RAIMUNDO LUIZ DA CRUZ MORAES DA SILVA 78775795868	22.907.912/0001-84	10980.726477/2018-13	22/07/2015
SYSCOX COMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI	17.894.479/0001-50	10980.726409/2018-54	05/02/2013
LUIZ ANTONIO PINHEIRO LOPES 64293980806	16.667.371/0001-61	10980.726405/2018-76	09/08/2012
LUCY BENEDICTA GONÇALVES DOS SANTOS 03628345987	19.591.877/0001-22	10980.726406/2018-11	25/01/2014
CARLOCI WOLLENHAUPT MACHADO 91077427034	12.944.549/0001-13	19985.724480/2018-27	01/12/2010
R. A. DE OLIVEIRA - INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS GRÁFICAS	13.317.059/0001-50	19985.724474/2018-70	19/10/2010
SS ESTACIONAMENTO LTDA	15.822.538/0001-59	10980.726619/2018-42	15/12/2008
VANDERLEIA CRISTINA MORENO DE MELLO 01345607954	21.655.979/0001-06	11089.720323/2018-44	12/01/2015

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancelamento do Registro Especial de Papel Imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, localizado na SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, tendo em vista o disposto que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) a que estão obrigados os fabricantes, os usuários, importadores, os distribuidores e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando o constante do Processo Administrativo nº 13933.720050/2014-31, declara:

Art. 1º - O Cancelamento, a pedido, da inscrição do estabelecimento da pessoa jurídica DIGI ARTE EDITORA E GRAFICA LTDA - ME, CNPJ 04.035.991/0001-07, no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número GP-09104/00025.

Art. 2°. Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação.

CARLOS TADAHIRO SUZUKI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no dossiê digital de atendimento nº 10100.001651/0418-23, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da pessoa jurídica abaixo identificada:

Contribuinte: LATICÍNIOS ALTO URUGUAI LTDA
CNPJ: 17.824.805/0001-52
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 61, de 29/03/2018, seção 3, página 6, com período de execução de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2° A pessoa jurídica habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LAURI ANTONIO WILCHEN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 05 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no dossiê digital de atendimento nº 10100.011178/1018-95, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável", instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, em favor da pessoa jurídica abaixo identificada:

Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL GAÚCHA LTDA
CNPJ: 88.933.114/0001-35
Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 198, de 15/10/2018, seção 3, página 8, com período de execução de 01/10/2018 a 30/09/2021.

Art. 2° A pessoa jurídica habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LAURI ANTONIO WILCHEN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 799, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 134, inciso VII, da Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, resolve:

Art. 1º Os recursos referentes aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e ao Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados - IPI-EXP, serão creditados aos beneficiários em 2019, de acordo com o cronograma anexo.

Art. 2º A Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais (COINT) da Secretaria do Tesouro Nacional, em articulação com o Banco do Brasil S.A., adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

ANEXO

CRONOGRAMA DE CRÉDITOS AOS FUNDOS FPE, FPM E IPI-EXP.
EXERCÍCIO DE 2019

PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO	PERÍODO DE ARRECADAÇÃO	DATA DO CRÉDITO
21 A 31 DEZ	10/jan	21 A 30ABR	10/mai	21 A 31 AGO	10/set
01 A 10 JAN	18/jan	01 A 10 MAI	20/mai	01 A 10 SET	20/set
11 A 20 JAN	30/jan	11 A 20 MAI	30/mai	11 A 20 SET	30/set
21 A 31 JAN	08/fev	21 A 31 MAI	10/jun	21 A 30 SET	10/out
01 A 10 FEV	20/fev	01 A 10 JUN	19/jun	01 A 10 OUT	18/out
11 A 20 FEV	28/fev	11 A 20 JUN	28/jun	11 A 20 OUT	30/out
21 A 28 FEV	08/mar	21 A 30 JUN	10/jul	21 A 31 OUT	08/nov
01 A 10 MAR	20/mar	01 A 10 JUL	19/jul	01 A 10 NOV	20/nov
11 A 20 MAR	29/mar	11 A 20 JUL	30/jul	11 A 20 NOV	29/nov
21 A 31 MAR	10/abr	21 A 31 JUL	09/ago	21 A 30 NOV	10/dez
01 A 10 ABR	18/abr	01 A 10 AGO	20/ago	01 A 10 DEZ	20/dez
11 A 20 ABR	30/abr	11 A 20 AGO	30/ago	11 A 20 DEZ	30/dez

PORTARIA Nº 812, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 134 da Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018, e com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.784 de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar a Líscio Fábio de Brasil Camargo, Subsecretário para Assuntos Corporativos, a competência para supervisionar o Programa de Aperfeiçoamento da Governança Corporativa e de Promoção da Inovação do Tesouro Nacional - PROINOVA, como Diretor Nacional, sem prejuízo do cargo que atualmente ocupa.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.020, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.006484/2018-84, resolve:

Art. 1º Aprovar o termo de adesão celebrado entre a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - PREVBAHIA, CNPJ nº 24.776.712/0001-65, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios PREVBAHIA PB CIVIL, CNPB nº 2016.0008-56, e a entidade Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - PREVBAHIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.065, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004905/2018-32, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade CASFAM - Caixa de Assistência e Previdência Fábio de Araújo Motta, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.066, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.004681/2018-69 e Juntada nº 0160059, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Softer Brasil Composto Termoplásticos Ltda., CNPJ nº 07.544.662/0001-71, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Previplan - CNPB nº 1985.0009-38, e a PREVIPLAN Sociedade de Previdência Privada.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.067, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004360/2018-64, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade Inergus - Instituto Energipe de Seguridade Social, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.084, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004833/2018-23, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina - SENAR AR/SC, CNPJ nº 04.260.738/0001-49, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios AGROPREV, CNPB nº 2016.0021-74, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.086, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006462/2018-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Lunelli Têxtil Ltda., CNPJ nº 85.098.929/0001 58, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios LunelliPrev - CNPB nº 2018.0017-11, e a entidade Sociedade de Previdência Complementar do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - PREVISC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 1.087, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006471/2018-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a BRK Ambiental - Caçador S.A., CNPJ nº 31.444.659/0001-60, na condição de patrocinadora do Plano ODEPREV Brasil - CNPB nº 1994.0040-29, e a entidade ODEBRECHT PREVIDÊNCIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.238, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.634348/2018-48, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento de dependência de BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 51.990.695/0001-37, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na reunião de diretoria realizada em 16 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 447, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

OBJETO: Consulta Pública. Proposta de ajustes da Portaria Inmetro nº 418, de 05 de novembro de 2010, que aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Recipiente Transportável para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, substituto, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva referente aos ajustes da Portaria Inmetro nº 418, de 05 de novembro de 2010, que aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Recipiente Transportável para Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 5º andar - Rio Comprido
CEP: 20.261-232 - Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencados no caput.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELLO ANDRE BARCINSKI

PORTARIA Nº 534, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

OBJETO: Consulta Pública. Proposta de ajuste no Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, aprovado pela Portaria Inmetro nº 005, de 04 de janeiro de 2011. ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, substituto, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva referente aos ajustes na Portaria Inmetro nº 05, de 04 de janeiro de 2011, que aprova Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 5º andar - Rio Comprido
Cep. 20.261-232- Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou no e-mail elencados no caput.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELLO ANDRE BARCINSKI

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 54, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Tarifa Externa Comum apresentados pelos sócios do Mercosul em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico nº 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do endereço eletrônico CT1@mdic.gov.br. As mensagens eletrônicas deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o preenchimento integral do roteiro próprio, disponível na página deste Ministério na Internet, no endereço http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/secex/deint/cgam/tec/TEC_2017/roteiro-de-contestacao.doc.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

Código NCM	DESCRIÇÃO	TEC ATUAL (%)	TEC PROPOSTA (%)
2801.10.00	- Cloro	8	2
2804.10.00	- Hidrogênio	6	2
2804.21.00	-- Argônio (árgon)	6	2
2804.30.00	- Nitrogênio (azoto)	6	2
2804.40.00	- Oxigênio	6	2
2804.61.00	-- Que contenham, em peso, pelo menos 99,99 % de silício	6	2
2804.69.00	-- Outro	6	2
2806.10.10	Em estado gasoso ou liquefeito	6	2
2806.10.20	Em solução aquosa	8	2
2806.20.00	- Ácido clorossulfúrico	10	2
2807.00.10	Ácido sulfúrico	4	2
2808.00.10	Ácido nítrico	10	2
2808.00.20	Ácidos sulfonítricos	10	2
2809.20.11	Com um teor de ferro inferior a 750 ppm	10	2
2809.20.19	Outros	4	2
2811.11.00	-- Fluoreto de hidrogênio (ácido fluorídrico)	10	2
2811.19.30	Ácido perclórico	10	2
2811.19.40	Fluorácidos e outros compostos de flúor	10	2
2811.21.00	-- Dióxido de carbono	4	2
2811.22.10	Obtido por precipitação química	10	2
2814.10.00	- Amoníaco anidro	4	2
2814.20.00	- Amoníaco em solução aquosa (amônia)	4	2
2816.10.10	Hidróxido	10	2
2817.00.20	Peróxido de zinco	10	2
2820.10.00	- Dióxido de manganês	10	2
2820.90.10	Óxido manganoso	10	2
2820.90.20	Trióxido de dimanganês (sesquióxido de manganês)	10	2
2820.90.30	Tetraóxido de trimanganês (óxido salino de manganês)	10	2
2820.90.40	Heptaóxido de dimanganês (anidrido permangânico)	10	2
2821.10.11	Com um teor de Fe2O3 igual ou superior a 85 %, em peso	10	2
2821.10.30	Hidróxidos de ferro	10	2
2821.10.90	Outros	10	2
2823.00.10	Tipo anatase	10	2
2823.00.90	Outros	8	2
2824.10.00	- Monóxido de chumbo (litargírio, massicote)	10	2
2824.90.10	Mínio (zarcão) e mínio-laranja (mine-orange)	10	2
2824.90.90	Outros	10	2
2825.40.10	Óxido niqueloso	10	2
2825.50.10	Óxido cúprico, com um teor de CuO igual ou superior a 98 %, em peso	10	2
2825.50.90	Outros	10	2
2825.80.10	Trióxido de antimônio	10	2
2825.80.90	Outros	10	2
2825.90.90	Outros	10	2
2826.19.20	Fluoreto ácido de amônio	10	2
2826.19.90	Outros	10	2
2826.30.00	- Hexafluoraluminato de sódio (criolita sintética)	10	2
2826.90.20	Fluorossilicatos de sódio ou de potássio	10	2
2826.90.90	Outros	10	2
2827.10.00	- Cloreto de amônio	10	2
2827.20.10	Com um teor de CaCl2 igual ou superior a 98 %, em peso, em base seca	10	2
2827.20.90	Outros	10	2
2827.31.10	Com um teor de MgCl2 inferior a 98 %, em peso, e de cálcio (Ca) inferior ou igual a 0,5 %, em peso	10	2
2827.31.90	Outros	10	2
2827.32.00	-- De alumínio	10	2
2827.35.00	-- De níquel	10	2
2827.39.97	De cobalto	10	2
2827.41.10	Oxicloretos	10	2
2827.41.20	Hidroxicloretos	10	2
2828.10.00	- Hipoclorito de cálcio comercial e outros hipocloritos de cálcio	10	2
2829.90.32	De cálcio	10	2
2829.90.50	Percloratos	10	2
2831.10.11	Estabilizados	10	2
2831.10.19	Outros	10	2
2831.10.21	Estabilizados com formaldeído	10	2
2831.90.90	Outros	10	2
2832.10.10	De dissódio	10	2
2833.11.10	Anidro	10	2
2833.24.00	-- De níquel	10	2
2833.25.10	Cuproso	10	2
2833.25.20	Cúprico	10	2
2833.27.90	Outros	10	2
2833.29.50	Neutro de chumbo	10	2
2833.30.00	- Alumes	10	2

2834.21.90	Outros	10	2
2834.29.10	De cálcio, com um teor de nitrogênio (azoto) inferior ou igual a 16 %, em peso	4	2
2834.29.90	Outros	10	2
2835.10.21	Dibásico de chumbo	10	2
2835.22.00	-- Mono ou dissódico	10	2
2835.24.00	-- De potássio	10	2
2835.25.00	-- Hidrogeno-ortofosfato de cálcio (fosfato dicálcico)	10	2
2835.26.00	-- Outros fosfatos de cálcio	10	2
2835.29.80	De trissódio	10	2
2835.29.90	Outros	10	2
2835.31.10	Grau alimentício, de acordo com o estabelecido pela Food and Agriculture Organization - Organização Mundial da Saúde (FAO - OMS) ou pelo Food Chemical Codex (FCC)	10	2
2835.31.90	Outros	10	2
2835.39.10	Metafosfatos de sódio	10	2
2835.39.20	Pirofosfatos de sódio	10	2
2835.39.90	Outros	10	2
2836.20.10	Anidro	10	2
2836.30.00	- Hidrogenocarbonato (bicarbonato) de sódio	10	2
2836.50.00	- Carbonato de cálcio	10	2
2836.60.90	Outros	10	2
2836.99.13	De amônio comercial e outros carbonatos de amônio	10	2
2836.99.19	Outros	10	2
2837.11.00	-- De sódio	10	2
2837.19.12	De zinco	10	2
2837.19.14	De cobre I (cianeto cuproso)	10	2
2837.19.15	De cobre II (cianeto cúprico)	10	2
2839.90.20	De alumínio	10	2
2839.90.30	De zircônio	10	2
2839.90.40	De chumbo	10	2
2839.90.50	De potássio	10	2
2841.50.16	Cromato de chumbo	10	2
2841.70.10	De amônio	10	2
2841.80.10	De amônio	10	2
2841.80.20	De chumbo	10	2
2841.90.11	De chumbo	10	2
2841.90.12	De bário ou de bismuto	10	2
2841.90.13	De cálcio ou de estrôncio	10	2
2841.90.14	De magnésio	10	2
2841.90.15	De lantânio ou de neodímio	10	2
2841.90.21	Ferrito de bário	10	2
2841.90.22	Ferrito de estrôncio	10	2
2841.90.41	De bário	10	2
2841.90.42	De bismuto	10	2
2841.90.43	De cálcio	10	2
2841.90.81	De sódio	10	2
2841.90.90	Outros	10	2
2842.10.10	Zeólitas do tipo utilizado como trocadores de íons para o tratamento de águas	10	2
2842.10.90	Outros	10	2
2844.40.30	Iodo 131	10	2
2846.90.30	Gadopentetato de dimeglumina	10	2
2847.00.00	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), mesmo solidificado com ureia.	10	2
2852.10.11	Óxidos	10	2
2852.10.13	Cloreto de mercúrio II (cloreto mercúrico), para uso fotográfico, acondicionado para venda a retalho, pronto para utilização	14	2
2852.10.21	Acetato de mercúrio	12	2
2852.10.23	Estearato de mercúrio	12	2
2852.10.24	Lactato de mercúrio	12	2
2852.10.25	Salicilato de mercúrio	12	2
2852.90.00	- Outros	12	2
2853.90.11	De alumínio	10	2
2853.90.12	De magnésio	10	2
2902.19.10	Limoneno	10	2
2902.20.00	- Benzeno	4	2
2902.30.00	- Tolueno	4	2
2902.41.00	-- o-Xileno	4	2
2902.43.00	-- p-Xileno	4	2
2902.44.00	-- Mistura de isômeros do xileno	4	2
2902.70.00	- Cumeno	8	2
2902.90.40	alfa-Metilestireno	10	2
2903.14.00	-- Tetracloreto de carbono	10	2
2903.15.00	-- Dicloreto de etileno (ISO) (1,2-dicloroetano)	10	2
2903.21.00	-- Cloreto de vinila (cloroetileno)	10	2
2903.22.00	-- Tricloroetileno	10	2
2903.23.00	-- Tetracloroetileno (percloroetileno)	10	2
2903.71.00	-- Clorodifluorometanos	10	2
2903.77.11	Triclorofluorometano	10	2
2903.77.12	Diclorodifluorometano	10	2
2903.77.90	Outros	10	2
2903.91.20	o-Diclorobenzeno	12	2
2903.91.30	p-Diclorobenzeno	12	2
2903.92.10	Hexaclorobenzeno	10	2
2903.99.14	Triclorobenzenos	12	2
2903.99.31	4-Cloro-alfa,alfa,alfa-trifluortolueno	10	2
2904.10.19	Outros	8	2
2904.10.30	Ácidos toluenossulfônicos; ácidos xilenossulfônicos; sais destes ácidos	14	2
2904.10.40	Ácido etanossulfônico; ácido etilenossulfônico	14	2
2904.10.52	Ácido beta-naftalenossulfônico	14	2
2904.10.53	Ácidos alquil- e dialquilnaftalenossulfônicos; sais destes ácidos	14	2
2904.10.60	Ácido benzenossulfônico e seus sais	14	2
2904.20.30	Dinitrotoluenos	12	2
2904.20.41	2,4,6-Trinitrotolueno (TNT)	12	2
2904.20.51	Nitrobenzeno	12	2
2904.20.52	1,3,5-Trinitrobenzeno	12	2
2904.20.60	Derivados nitrados do xileno	12	2
2904.20.70	Mononitroetano; nitrometanos	12	2
2905.13.00	-- Butan-1-ol (álcool n-butílico)	12	2
2905.14.10	Álcool isobutílico (2-metil-1-propanol)	12	2
2905.14.20	Álcool sec-butílico (2-butanol)	12	2
2905.16.00	-- Octanol (álcool octílico) e seus isômeros	12	2
2905.19.12	Isodecanol	12	2
2905.19.23	Etilato de sódio	12	2
2905.19.91	4-Metilpentan-2-ol	12	2
2905.19.92	Isononanol	12	2
2905.19.93	Isotridecanol	12	2
2905.19.96	Pentanol (álcool amílico) e seus isômeros	12	2
2905.22.20	Geraniol	12	2
2905.22.90	Outros	12	2
2905.31.00	-- Etilenoglicol (etanodiol)	12	2
2906.11.00	-- Mentol	12	2
2906.12.00	-- Cicloexanol, metilcicloexanóis e dimetilcicloexanóis	12	2
2906.19.10	Derivados do mentol	12	2
2906.19.50	Terpineóis	12	2
2906.21.00	-- Álcool benzílico	12	2
2907.11.00	-- Fenol (hidroxibenzeno) e seus sais	8	2
2907.13.00	-- Octilfenol, nonilfenol e seus isômeros; sais destes produtos	10	2
2907.23.00	-- 4,4'-Isopropilidenodifenol (bisfenol A, difenilolpropano) e seus sais	12	2
2908.19.12	Diclorofenóis e seus sais	12	2
2908.99.21	Disofenol	14	2
2908.99.30	Derivados sulfonados do fenol, seus sais e seus ésteres	12	2
2909.11.00	-- Éter dietílico (óxido de dietila)	12	2
2909.20.00	- Éteres ciclânicos, ciclênicos, cicloterpênicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	12	2
2909.30.11	Anetol	12	2
2909.30.13	Éter dibenzílico (éter benzílico)	12	2
2909.30.14	Éter feniletil-isoamílico	12	2
2909.41.00	-- 2,2'-Oxidietanol (dietilenoglicol)	14	2
2909.49.41	Éter etílico do butilenoglicol	14	2
2912.19.21	Citral	12	2
2912.19.22	Citronelal (3,7-dimetil-6-octenal)	12	2
2912.21.00	-- Benzaldeído (aldeído benzóico)	10	2
2912.49.49	Outros	12	2
2914.29.10	Carvona	12	2
2914.39.10	Acetofenona	12	2
2914.40.10	4-Hidroxi-4-metilpentan-2-ona (diacetona álcool)	12	2
2914.50.20	1,8-Diidroxi-3-metil-9-antrona e sua forma enólica (crisarobina ou chrysarobin)	12	2
2914.79.21	Bissulfito sódico de menadiona	8	2
2914.79.22	Ácido 2-hidroxi-4-metoxibenzofenona-5-sulfônico (sulisobenzona)	12	2
2915.12.10	De sódio	12	2
2915.13.10	De geranila	12	2
2915.21.00	-- Ácido acético	12	2
2915.24.00	-- Anidrido acético	12	2
2915.29.20	Acetatos de cobalto	12	2
2915.29.90	Outros	12	2
2915.31.00	-- Acetato de etila	12	2
2915.33.00	-- Acetato de n-butila	12	2
2915.36.00	-- Acetato de dinoseb (ISO)	12	2
2915.39.21	Triacetina	12	2
2915.39.29	Outros	12	2
2915.39.32	Acetato de 2-etoxietila	12	2
2915.39.39	Outros	12	2
2915.39.99	Outros	12	2
2915.40.10	Ácido monocloroacético	12	2
2915.40.20	Monocloroacetato de sódio	12	2
2915.90.21	Ácido 2-etilexanóico (ácido 2-etilexóico)	12	2
2915.90.42	Sais e ésteres	12	2
2915.90.50	Peróxidos de ácidos	12	2
2915.90.60	Peroxiácidos	12	2
2916.12.10	De metila	12	2
2916.12.20	De etila	12	2
2916.12.30	De butila	12	2
2916.14.10	De metila	12	2
2916.14.20	De etila	12	2
2916.19.11	Sorbato de potássio	12	2
2916.39.40	Perbenzoato de ter-butila	12	2
2917.12.10	Ácido adípico	10	2
2917.13.22	Sebacato de dibutila	12	2
2917.13.23	Sebacato de dioctila	12	2
2917.19.30	Ácido fumárico, seus sais e seus ésteres	12	2
2917.36.00	-- Ácido tereftálico e seus sais	12	2
2918.11.00	-- Ácido láctico, seus sais e seus ésteres	12	2
2918.14.00	-- Ácido cítrico	12	2
2918.16.10	Gluconato de cálcio	12	2
2918.19.29	Outros	12	2
2918.19.30	Ácido 12-hidroxiesteárico	12	2
2918.29.40	Tetrakis(3-(3,5-di-ter-butil-4-hidroxifenil)propionato) de pentaeritritila	12	2
2918.29.50	3-(3,5-Di-ter-butil-4-hidroxifenil)propionato de octadecila	12	2
2918.30.33	Deidrocolato de magnésio	14	2
2918.99.11	Ácido fenoxiacético, seus sais e seus ésteres	12	2
2918.99.21	Ácidos diclorofenoxibutanóicos, seus sais e seus ésteres	12	2
2918.99.92	Ácidos metilclorofenoxiacéticos, seus sais e seus ésteres	12	2
2918.99.94	Ácido 4-(4-hidroxifenoxi)-3,5-diiodofenilacético	14	2
2919.90.30	De trifenila	10	2
2919.90.50	Lactofosfato de cálcio	12	2
2919.90.60	Clorfenvinfós	14	2
2920.29.10	Fosfito de alquila de C3 a C13 ou de alquil-arila	12	2
2920.29.30	Outros fosfitos, de arila	12	2
2920.29.50	Fosfito de tris(2,4-di-ter-butilfenila)	12	2
2920.90.31	De propatila	12	2
2920.90.32	Nitroglicerina	12	2
2920.90.41	De alquila de C6 a C22	12	2
2921.11.11	Monometilamina	12	2
2921.11.22	2,4-Diclorofenoxiacetato de dimetilamina	12	2
2921.11.23	Metilclorofenoxiacetato de dimetilamina	12	2
2921.11.31	Trimetilamina	12	2
2921.11.32	Cloridrato de trimetilamina	12	2
2921.19.12	Trietilamina	12	2
2921.19.15	Dietilamina e seus sais, exceto etansilato (ethamsylate)	14	2
2921.19.21	Mono-n-propilamina e seus sais	12	2
2921.19.24	Diisopropilamina e seus sais	14	2
2921.19.31	Diisobutilamina e seus sais	14	2
2921.19.41	Metildialquilaminas	12	2

2921.19.49	Outras	12	2
2921.19.93	Mucato de isometepteno	14	2
2921.22.00	-- Hexametilenodiamina e seus sais	12	2
2921.30.11	Monocicloexilamina e seus sais	14	2
2921.30.12	Dicicloexilamina	12	2
2921.41.00	-- Anilina e seus sais	12	2
2921.42.21	3,4-Dicloroanilina e seus sais	12	2
2921.43.11	o-Toluidina	12	2
2921.44.21	n-Octildifenilamina	12	2
2921.44.22	n-Nonildifenilamina	12	2
2921.49.31	Sulfato de tranilcipromina	14	2
2921.51.12	Diaminotoluenos (toluilenodiaminas)	12	2
2921.51.34	N-(1,4-Dimetilpentil)-N'-fenil-p-fenilenodiamina	12	2
2921.59.31	4,4'-Diaminodifenilamina e seus sais	12	2
2922.11.00	-- Monoetanolamina e seus sais	14	2
2922.12.00	-- Dietanolamina e seus sais	14	2
2922.15.00	-- Trietanolamina	14	2
2923.90.30	Cloreto de 3-cloro-2-hidroxipropiltrimetilamônio	12	2
2924.19.22	N,N-Dimetilformamida	14	2
2924.21.20	Diuron	14	2
2924.25.00	-- Alaclor (ISO)	14	2
2925.29.50	N-(3,7-Dimetil-7-hidroxioctilideno)antranilato de metila	12	2
2929.90.11	De sódio	12	2
2930.80.30	Metamidofós	12	2
2930.90.61	Acefato	12	2
2931.39.17	Ácido fosfonometiliminodiacético; ácido trimetilfosfônico	12	2
2931.90.61	Tricloreto de etilalumínio (sesquicloreto de etilalumínio)	12	2
2931.90.62	Cloreto de dietilalumínio	12	2
2932.99.92	1,3,4,6,7,8-Hexaidro-4,6,6,7,8,8-hexametilciclopenta-gama-2-benzopirano	12	2
2933.39.84	Dicloreto de paraquat	12	2
2933.71.00	-- 6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	12	2
2933.91.53	Midazolam e seus sais	14	2
2934.20.31	2-(Terbutilaminotio)benzotiazol (N-terbutil-benzotiazol-sulfenamida)	14	2
2934.20.32	2-(Cicloexilaminotio)benzotiazol (N-cicloexil-benzotiazol-sulfenamida)	14	2

CIRCULAR Nº 55, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, torna público que:

1. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 46 de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 4 de julho de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de vidros para uso em eletrodomésticos da linha fria, comumente classificadas no item 7007.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, encerrar-se-á no dia 4 de julho 2019.

2. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 47 de 3 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 4 de julho de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de filtros cerâmicos refratários, comumente classificadas nos itens 6903.90.91 e 6903.90.99 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, encerrar-se-á no dia 4 de julho de 2019.

3. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 67 de 14 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de agosto de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pirofosfato ácido de sódio (SAPP), comumente classificadas no item 2835.39.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias do Canadá, da República Popular da China e dos Estados Unidos da América, encerrar-se-á no dia 15 de agosto de 2019.

4. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 68 de 14 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de agosto de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de resina de policloreto de vinila obtida por processo em suspensão, comumente classificadas no item 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China e da República da Coreia, encerrar-se-á no dia 15 de agosto de 2019.

5. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 75 de 27 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de agosto de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de resinas de polipropileno, comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República da África do Sul, da República da Coreia e da República da Índia, encerrar-se-á no dia 28 de agosto de 2019.

6. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 82 de 18 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de setembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de fenol, de grau industrial, comumente classificadas no item 2907.11.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos Estados Unidos da América e da União Europeia, encerrar-se-á no dia 19 de setembro de 2019.

7. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 89 de 7 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de outubro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de papel supercalandrado base de siliconização, para aplicação como release liner em estruturas autoadesivas, que pode ser apresentado nos tipos glassine ou super-calendred kraft (SCK), com gramatura de 35 a 90 g/m², comumente classificadas no item 4806.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República da Finlândia e dos Estados Unidos da América, encerrar-se-á no dia 8 de outubro de 2019.

8. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 95 de 29 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 30 de outubro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de aço sem costura, ligado ao cromo, com diâmetro externo nominal igual ou inferior a 141,3 mm, mas superior a 3 mm, independente da espessura da parede e do diâmetro interno, comumente classificadas nos itens 7304.51.19, 7304.59.11 e 7304.59.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, encerrar-se-á no dia 30 de outubro de 2019.

9. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 106 de 21 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 24 de novembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados em oleodutos ou gasodutos, com diâmetro externo não superior a 5 (cinco) polegadas nominais (141,3 mm), comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Ucrânia, encerrar-se-á no dia 24 de novembro de 2019.

10. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 107 de 21 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 24 de novembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus novos radiais para ônibus ou caminhão, aros 20", 22" e 22,5", comumente classificadas no item 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República da África do Sul, da República da Coreia, do Japão, da Federação da Rússia, do Reino da Tailândia e de Taipé Chinês, encerrar-se-á no dia 24 de novembro de 2019.

11. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 120 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de dezembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de acrilato de butila, comumente classificadas no item 2916.12.30 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias dos Estados Unidos da América, encerrar-se-á no dia 19 de dezembro de 2019.

12. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 121 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de dezembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores, com espessura de 2 mm a 19 mm, comumente classificadas no item 7005.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias do Reino da Arábia Saudita, da República Popular da China, da República Árabe do Egito, dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos Mexicanos, encerrar-se-á no dia 19 de dezembro de 2019.

13. Conforme o previsto no art. 1º da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 122 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de dezembro de 2014, o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de porcelanato técnico, comumente classificadas no item 6907.90.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, encerrar-se-á no dia 19 de dezembro de 2019.

14. Conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes que desejarem iniciar uma revisão deverão protocolar petição de revisão de final de período, que deverá conter as informações previstas na Portaria SECEX nº 44, de 29 de outubro de 2013, no mínimo quatro meses antes da data do término do período de vigência do direito antidumping.

15. Em conformidade com o previsto na Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018, o protocolo das petições de revisão de final de período deverá ser feito por meio do Sistema DECOM Digital - SDD, o qual pode ser acessado no sítio eletrônico http://decomdigital.mdic.gov.br.

16. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelos telefones +55 61 2027-7345/7770.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 127, de 28/09/2018, assinada em 28/09/2018, Resolução CAS n.º 165, de 25/10/2018, aprovada na 285ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, Parecer técnico nº 38/2018/COAPA/CGPRI/SPR, de 26/03/2018, de seu Adendo, de 03/04/2018, Parecer n. 00058/2018/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 24/04/2018, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 3.57/1A, medindo 22.311,45 m², localizado na Avenida Cupiúba, nº 1600 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa ALL FAMA INDUSTRIAL S.A., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000395/1983-00.

LUIZ FLÁVIO BRANDÃO SIMÕES
Superintendente Adjunto de Projetos
Substituto

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

APPIO DA SILVA TOLENTINO
Superintendente

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 492, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Florianópolis/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao município de Florianópolis/SC, no valor de R$ 469.230,32 (quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000201/2017-17.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000042, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 493, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Parapuã/SP, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao município de Parapuã/SP, no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.002218/2017-10.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, neste ato fixados em R$ 531.499,19 (quinhentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e dezenove centavos), correrão: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) à conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000143, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0035; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012; e R$ 181.499,19 (cento e oitenta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e dezenove centavos), à título de contrapartida financeira do Ente beneficiário consignado na Lei Orçamentária Municipal n. 2.953, de 21 de novembro de 2017.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 494, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Nova Alvorada/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao município de Nova Alvorada/RS, no valor de R$ 246.020,46 (duzentos e quarenta e seis mil vinte reais e quarenta e seis centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000634/2017-46.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000382, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 495, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Novo Horizonte/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao município de Novo Horizonte/SC, no valor de R$ 129.421,91 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.001623/2018-64.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000152, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 328, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Lacerdópolis	1.2.2.0.0 - Enxurradas	46	10/10/2018	59051.006154/2018-90
SC	Capinzal	1.2.2.0.0 - Enxurradas	110	11/10/2018	59051.006098/2018-93
MG	Ladainha	1.4.1.1.0 - Estiagem	281	19/03/2018	59051.006213/2018-20
MG	Jordânia	1.4.1.1.0 - Estiagem	036	29/10/2018	59051.006192/2018-42
RS	São Gabriel	1.3.2.1.3 - Granizo	074	31/10/2018	59051.006218/2018-52
RS	Flores da Cunha	1.3.2.1.3 - Granizo	5.573	31/10/2018	59051.006220/2018-21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

RETIFICAÇÕES

Na Portaria MI nº 322, de 14 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 221, em 19 de novembro de 2018, Seção 1, pág. 159, no preâmbulo;

Onde se lê: O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II;

Leia-se: O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II; e na assinatura;

Onde se lê: RENATO NEWTON RAMLOW;

Leia-se: ELCIO ALVES BARBOSA.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.262, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 718/2018, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70719, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO, inscrito no CPF sob o nº 074.577.208-04.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.263, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 719/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69482, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JOAQUIM DE FARIA, inscrito no CPF sob o nº 512.407.937-15.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.264, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro 725/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74146, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO VALMEIDA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 952.014.838.87.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.265, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 743/2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68081, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por ARMANDO FAGUNDES SILVA, inscrito no CPF sob o n° 097.752.935-53.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.266, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 716/2018, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72559, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por ELISABETH FRANCO FORTES, inscrita no CPF sob o nº 170.493.009-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.267, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09398, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JORGE MIGUEL VASQUEZ SILVIO, inscrito no CPF sob o nº 111.676.537-34, e Indeferir: o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.268, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10055, resolve:

Desprover o Recurso interposto por DAVID SANTOS DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 423.080.469-53, em nome de MILITÃO NUNES DE CARVALHO post mortem, filho de MARTINHA NUNES DE CARVALHO, e Indeferir: o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.269, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão de Turma, realizada no dia 26 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52925, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia de ANGELO DOMINGOS RECH post mortem, filho de ANGELA BAGGESIO RECH.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.270, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 732/2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00430, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES, filho de EULITA FERREIRA ALVES.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.271, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 730/2018, no Requerimento de Anistia no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66627, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO AVAMILENO, inscrito no CPF sob o nº 233.353.278-53.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.272, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 713/2018, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70563, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de FLÁVIO SAMPAIO, filho de JORGINA SARDO.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.273, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 727/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70289, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de NIVALDO GOMES RIBEIRO, filho de REMIDES GOMES.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.274, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 741/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73811, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por LUCIA HELENA LACERDA GOMES, inscrita no CPF sob o nº 129.471.806-15.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.275, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 738/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68709, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por ETHEL VOLFZON KOSMINSKY, inscrita no CPF sob o nº 087.792.808-89.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.276, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64838, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por SEBASTIÃO VALENTIM DE AMORIM, inscrito no CPF sob o nº 012.778.632-53.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.277, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 4ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03460, resolve:

Desprover o Recurso interposto por IVAN DOS SANTOS FONTES, inscrito no CPF sob o nº 175.385.137-87, e Indeferir: o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.278, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23821, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia de AFONSO ALOISIO BICK post mortem, filho de SUSSANA ELISABETA BIRCK.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.279, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 192ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de novembro de 2008, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60622, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ CARLOS PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 375.269.957-49.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.280, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09472, resolve:

Desprover o Recurso interposto por DANIEL CAMPOS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 060.585.929-92, em nome de OSVALDO CAMPOS DOS SANTOS post mortem, filho de SEBASTIANA ALVES DE CAMPOS, e Indeferir: o Requerimento de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.281, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 134ª Sessão de Turma, realizada no dia 16 de dezembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17722, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia de YOLANDA MARIA CARDOSO post mortem, filha de SANTA VACCARI FRIZZO.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.282, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63909, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por SELMO BARBOSA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 708.529.607-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.283, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23817, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia de SERAFIM HIRSCH post mortem, filho de LUIZA HIRSCH.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.284, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 729/2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68106, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por ARÉDIO REZENDE DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 012.908.861-72.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.285, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 740/2018, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.73038, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de NOEMIA MARIA BARRETO, filha de ANA MARIA DA CONCEIÇÃO.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.286, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 728/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73943, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por MARIA DE SOUZA SENA VENÂNCIO, inscrita no CPF sob o nº 406.855.867-15.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.287, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 739/2018, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70998, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JÚLIA TORRES DE FIGUEIREDO, inscrita no CPF sob o nº 289.722.361-87.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.288, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 726/2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11908, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de WALDIRO JORGE FELIZARDO, filho de GENY OLIVIA DE CARVALHO.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.289, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 724/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73589, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem AMAURI ELIAS DE FREITAS, filho de MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA FREITAS.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.290, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 742/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69099, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia de LUIZ CARLOS JORGE ROMEIRO, inscrito no CPF sob o nº 035.455.047-00.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.291, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 731/2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67265, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JÚLIO TURRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 636.946.898-34.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.292, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 710/2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.17055, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia post mortem de HUGO ROSSI, filho de ANTONINA PAXIRO.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.293, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 720/2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67868, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por MARIA ALICE DA SILVA FARIA, inscrita no CPF sob o nº 294.039.878-04.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.294, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 714/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73877, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO BOSCO MACHADO FERREIRA LIMA, inscrito no CPFsob o nº 062.472.373-91.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.295, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 737/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68602, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por PAULO ALVES DE LIMA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 057.093.998-41.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.296, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 721/2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54703, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por WLADIMIR BRUNO TUCUNDUVA, inscrito no CPF sob o nº 010.561.319-34.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.297, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 715/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73677, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por PIO DE SOUZA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 008.523.078-29.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.298, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 709/2018, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69171, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado PARREIRAS RODRIGUES, inscrito no CPF nº 174.744.009-44.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.299, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 717/2018, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73790, resolve:

Indeferir: o Requerimento de Anistia formulado por WELLINGTON DE CARVALHO E SILVA, inscrito no CPF sob o nº 889.665.858-68.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 2.300, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 202 e o art. 206 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005268/2015-45, do Ministério da Justiça, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração da expulsão de LUTHER TERRY FREEMAN, de nacionalidade holandesa, filho de Godwin Stephen Freeman e de Letitia Serah Freeman, nascido na Holanda, em 1º de janeiro de 1977, constante da Portaria Ministerial n° 761, de 6 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial do dia 8 subsequente, diante da ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da medida de expulsão.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.301, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 202 e o art. 206 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024091/2009-38, do Ministério da Justiça, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração da expulsão de JAVIER MEZA BRAVO, de nacionalidade peruana, filho de José Meza Cespedes e de Felicia Marina Bravo Espindola, nascido em Huanuco, na República do Peru, em 9 de fevereiro de 1976, constante da Portaria Ministerial n° 1.249, de 13 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do dia 15 subsequente, diante da ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da medida de expulsão.

TORQUATO JARDIM

ARQUIVO NACIONAL

DESPACHO Nº 1, DE 19 NOVEMBRO DE 2018

Assunto: Microfilmagem de Documentos: Cadastro de Autorização para Empresas de Microfilmagem de Documentos
Interessado(a): INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELLE - CNPJ nº 01.579.387/0001-45

A DIRETORA DO ARQUIVO NACIONAL, no uso das atribuições conferidas pelo do art 21, inciso V, do Decreto Nº 9.360, de 07 de maio de 2018 e a Portaria AN/MJ nº 293 de 21 de setembro de 2018.

Tornar público o Deferimento ao requerimento de registro para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, à empresa INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELE, com sede em Barra Mansa, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 01.579.387/0001-45.

Este registro é provisório, torna-se definitivo após 01(um) ano, caso não haja comprovação de irregularidades. Processo nº 08060.000.648/2018-11.

CAROLINA CHAVES DE AZEVEDO

DESPACHO Nº 2, DE 19 NOVEMBRO DE 2018

Assunto: Microfilmagem de Documentos: Cadastro de Autorização para Empresas de Microfilmagem de Documentos
Interessado(a): LINUS LOG LTDA - CNPJ nº 13.409.775/0001-67

A DIRETORA DO ARQUIVO NACIONAL, no uso das atribuições conferidas pelo do art 21, inciso V, do Decreto Nº 9.360, de 07 de maio de 2018 e a Portaria AN/MJ nº 293 de 21 de setembro de 2018.

Tornar público o Deferimento ao requerimento de registro para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, à empresa LINUS LOG LTDA, com sede em Natal(RN), inscrita no CNPJ nº 13.409.775/0001-67.

Este registro é provisório, torna-se definitivo após 01(um) ano, caso não haja comprovação de irregularidades. Processo nº 08060.000.649/2018-65.

CAROLINA CHAVES DE AZEVEDO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO

Nego Provimento ao recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência formulada por este Departamento e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 12/03/2018, Seção 1, pag. 47.

Processo nº 08505.047901/2017-42 - HAYDER JASIM KHUDHAIR

ASSANDRE ZACA FURQUIM
Diretor do Departamento de Migrações

DESPACHOS

Não conheço do recurso intempestivo, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 9.784/99, e mantenho a Decisão publicada no Diário Oficial da União de 18/06/2018, Seção 1, pag. 74. Processo nº 08505.060421/2017-77 - KOSHY VARGHESE

Não conheço do recurso intempestivo, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 9.784/99, e mantenho a Decisão publicada no Diário Oficial da União de 18/06/2018, Seção 1, pag. 74. Processo nº 08505.060400/2017-51 - SUSAN VARGHESE

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Diretor do Departamento de Migrações
Substituto

DESPACHOS

Considerando que a interessada é ascendente de brasileira, em linha reta de 2° grau, Defiro o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153, inciso V, do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo nº 08505.072921/2017-51 - JIANLAN HUANG

Determino o Arquivamento do presente processo, conforme previsto no art. 52, da Lei 9.784/99, tendo em vista que o estrangeiro é detentor do registro de autorização de residência, por prazo indeterminado, como refugiado, nos termos do art. 156, inciso III, § 2°, do Decreto 9.199/17, não sendo assim necessária a formulação de um novo pedido de regularização migratória. Processo nº 08460.009604/2018-43 - TAWFIK EBRAHIM GEORGE

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial.

Processo nº 08000.041569/2018-74 - MERNA KAISEIAH

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 51/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08505.020589/2018-21 - JUNHAO MA

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial. Processo nº 08000.038814/2018-66 - EMMANUEL CHUKWUMA UDEH

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 55/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08505.048511/2018-71 - GUANGHUA LI

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 54/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08505.051070/2018-94 - YUXI LI

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 53/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08505.044231/2018-93 - NACHAAT HALAWI

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 52/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ, Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08505.034273/2018-16 - HIROYUKI YOSHIDA

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial. Processo nº 08000.038813/2018-11 - INNOCENT ARINZE EKWE

Considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadra na hipótese prevista no 142, inciso I, alínea "e", do Decreto 9.199/17, de competência do Ministério do Trabalho, Indefiro o pedido. Processo nº 08444.005833/2018-97 - DEBORA VISSOLELA KATWIYA

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.007364/2014-41, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08391.006054/2018-71 - ALY SAMBOU

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de

autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.010006/2014-01, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08444.005589/2018-62 - BABACAR NGOM

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08221.015980/2013-85, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08444.005575/2018-49 - MOUSSA DIASSE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.006383/2015-31, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08444.005557/2018-67 - OUSMANE DIA

Indefiro o pedido, tendo em vista que o interessado possui emprego no território brasileiro e por não ter apresentado elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018.

Processo nº 08444.005555/2018-78 - MOUHAMADOU BAMBA GUIRANE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.003858/2015-38, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08444.005476/2018-67 - DJIB SARR

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.008096/2015-66, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08452.007265/2018-60 - SAMSSOU NDIAYE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° Processo nº 08505.106237/2014-38, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.006629/2018-02 - PAPA ABDOULAYE DIOUF

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.014521/2015-56, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08451.006635/2018-51 - SERIGNE FALLOU BOUSSO

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08221.006012/2014-69, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08444.005503/2018-00 - IBOU YAMA SECK

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.016878/2015-79, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08444.005500/2018-68 - SERIGNE CHEIKH MBACKE SECK

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08495.300351/2016-81, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08495.004091/2018-87 - ADOSINDRO JOAQUIM DE ALMEIDA

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.006792/2015-38, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08435.005630/2018-18 - ABDOU NDIAYE

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, n° 08220.006791/2015-93, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08255.017412/2018-36 - MAMADOU MBOUP

Indefiro o pedido, considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos omissos, haja vista que se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, e que não foram apresentados elementos de fato e de

direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018.

Processo nº 08255.017437/2018-30 - MOHAMED NDIAYE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08491.000112/2014-00, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido.

Processo nº 08451.006561/2018-53 - MAMADOU ABDOULAYE MBODJI

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.000805/2017-27, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.006487/2018-75 - SERIGNE BAMBA FAYE

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08452.011227/2014-88, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.006014/2018-78 - MAMADOU SARR

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08451007677201648, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do(a) interessado(a) em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08388.003747/2018-61 - DAME DIOP

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.003809/2017-67, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08388.003752/2018-74 - TALLA FALL

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.014601/2014-15 , verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.006419/2018-14 - MAME GOR SALL

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.003928/2015-58, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08452.006818/2018-67 - MBA YE SYLL

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08270007678201530, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08270.016474/2018-32 - IVALDINA WILCA MONTEIRO RECCIULLE

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° Processo nº 08505.046361/2017-80, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08505.057327/2018-11 - DEKLY WOIKONAN ANICK

Considerando que o interessado possui trabalho no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08280.036020/2012-73, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08388.003316/2018-03 - MOHAMMAD ISMAIL HUSSAIN

Indefiro o pedido, considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, qual seja, o visto temporário de estudante (fl.15),e que não foram apresentados elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018. Processo nº 08270.016259/2018-31 - MADALENA MARIA SILVA COUTINHO

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220010350201596, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.006169/2018-12 - TOUBA SAMB

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08451.016707/2014-45, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08507.001627/2018-26 - AHMADOU MBACKE DIAKHOUMPA

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° Processo nº 08505.056468/2016-55, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido.

Processo nº 08125.002565/2018-64 - SOULEYMANE DIALLO

Indefiro o pedido, tendo em vista que o interessado possui emprego no território brasileiro e por não ter apresentado elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018. Processo nº 08335.009831/2018-12 - MOHAMED HMIDOUCHE

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° Processo nº 08505.015654/2016-34, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08255.016135/2018-44 - ABDOUL GUEYE

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08270011717201684, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08270.015776/2018-93 - GIFT LULU EBENI AIYEGBENI

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08221.005042/2014-58, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08255.012773/2018-96 - CHEIKHOUNA LO

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, n° 08220.007089/2014-66, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido. Processo nº 08297.004453/2018-76 - SOHIBOU NIASSE

Indefiro o pedido, tendo em vista que o interessado possui trabalho no território brasileiro e por não ter apresentado elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018. Processo nº 08503.002064/2018-23 - OUSMANE SANGARE

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08125.002948/2017-51, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08125.002532/2018-14 - MAHDI GHARDASHI

Considerando que o(a) interessado(a) possui requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° 08220.007373/2014-32, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08451.005518/2018-71 - MBAYE NGONE NIANG

Considerando que o interessado possui emprego no território brasileiro e requerimento de solicitação de autorização de residência em andamento, sob o n° Processo nº 08505.080421/2015-21, verifica-se que os fatos apresentados se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, diante do exposto, Indefiro o pedido. Processo nº 08507.001434/2018-75 - JOSE DJU

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DESPACHOS

Defiro os pedidos de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153, inciso I, do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhes deram origem, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.043586/2017-84 - EDUARDO MORALES MARTINEZ

Processo nº 08506.014591/2017-70 - NARCISO DOS SANTOS MAQUEDO

Processo nº 08506.010526/2017-75 - ANDREA BELEN CARVALLO COLLAO

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 31/07/2018, Seção 1, pág. 47, e deferir o pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, com base em reunião familiar, nos termos do art. 153, inciso I, do Decreto n° 9.199/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser notificado, considerando o disposto no art. 176, § 1º, inciso II, do Decreto em referência.

Processo nº 08000.013365/2018-43 - YUAN ZHOU

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 06/02/2018, Seção 1, pág. 57, e deferir o pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153, inciso I, do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo nº 08505.048486/2017-44 - CHIBUIKE STANLEY OKOYE

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 06/03/2018, Seção 1, pág. 30, e deferir o pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, inciso I, do Decreto n° 9.199/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem.

Processo nº 08505.054570/2017-05 - JANVIER KEUNKO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento da exigência formulada por esta Divisão.

Processo nº 08460.017311/2017-59 - RANBIR SINGH

Processo nº 08460.017270/2017-09 - MARIA EVGUENIEVNA LETICHEVSKAYA DE ARELLANO

Processo nº 08270.028833/2013-90 - JOAO ALBERTO BRUNO DE SOUSA LEMOS DA SILVEIRA

Processo nº 08505.019056/2009-13 - ENYINNAYA GABRIEL UKANDU

Considerando que o interessado efetuou registro posterior ao presente pedido, com amparo no art. 75, inciso II, da Lei 6.815/80 e/ou na RN n° 108/2014 do Cnig, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros - SINCRE (7129167), o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional,Determino o Arquivamento do processo, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08505.110242/2013-64 - PAULO DE DEUS GARCIA

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório,Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial.

Processo nº 08000.020272/2018-75 - LIYAN WANG

Considerando que a interessada efetuou registro posterior ao presente pedido, com amparo no art. 75, inciso II, da Lei 6.815/80 e/ou na RN n° 108/2014 do Cnig, conforme consulta realizada no Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros - SINCRE (7129145), o qual garante a regularidade de sua estada no Território Nacional,Determino o Arquivamento do processo, nos termos do art. 52, da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08505.137915/2014-12 - MARIAMA DIALLO

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório,Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial.

Processo nº 08000.014617/2018-51 - MIAOLI WU

Tendo em vista o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27/02/2018, que trata sobre os procedimentos em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório,Determino o Arquivamento do presente processo, orientando-se à parte interessada a apresentação do pedido de regularização migratória, a título de Reunião Familiar, perante a Polícia Federal, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no requerimento inicial.

Processo nº 08000.011573/2018-16 - BENOIT JEAN DOMINIQUE MARIE LAROCHE DE ROUSSANE, ANNE LAURE MARIE DUPLANY LAROCHE DE ROUSSANE, ELOI JEAN GUILLAUME MARIE LAROCHE DE ROUSSANE, MADELEINE LOUISE THERESE MARIE LAROCHE DE ROUSSANE

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 28/2018/DPMig_Perm_Casam_Uniao_Est/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.032093/2018-08 - KAMAREL NGUNDA MALANDA

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 24/2018/DPMig_Perm_Casam_Uniao_Est/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.045551/2018-61 - FESTUS UGOCHUKWU ENEMOSE

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 26/2018/DPMig_Perm_Casam_Uniao_Est/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.027730/2018-16 - JUBERKHAN VAIDKHAN PATHAN

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 60/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.057687/2018-13 - SANTIAGO DELGADO RODRIGUEZ PEREIRA

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 57/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08514.005302/2018-23 - NOURHAN KHALED HANY MOHAMED RAGAB

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 56/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08452.006742/2018-70 - LOUIDY ALEXIS

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 59/2018/DPMig_Perm_Reuniao_Familiar/DPMig_Administrativo/DPMig/CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão.

Processo nº 08505.037683/2018-19 - YOULING LI

Considerando o disposto no art. 10 da Portaria Interministerial n° 3, de 27 de fevereiro de 2018, e considerando ainda que os presentes autos foram restituídos à Polícia Federal para as providências cabíveis, conforme Ofício n.° 20/2018/DPMig_Perm_Acordos_Internacio/DPMig_Administrativo/DPMig/

CGPMIG/DEMIG/SNJ-MJ,Determino o Arquivamento do processo protocolado nesta Divisão. Processo nº 08389.005579/2018-39 - Alberto Adams

Indefiro o pedido, considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadram em uma das hipóteses do art. 142 do Decreto 9.199/17, e que não foram apresentados elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018.

Outrossim, oriento a parte interessada a formulação de requerimento, na Polícia Federal, de autorização de residência, a título de estudo, ou se preferir, com base em reunião familiar, tendo como chamante o padastro brasileiro, conforme Portaria Interministerial n° 12, de 13/06/2018.

Processo nº 08000.040375/2018-51 - MACIEJ BARTOSZ BLOK

Considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018, tendo em vista que o interessado, conforme Certidão de Nascimento juntada nos autos, é filho de brasileiro, podendo assim requerer a sua regularização migratória, a título de Reunião Familiar, nos termos da Portaria Interministerial n° 12, de 13 de junho de 2018, Indefiro o pedido.

Processo nº 08460.009582/2018-11 - NORBERTO JR FELIZARDO CAPARROS

Considerando que o requerimento de solicitação de autorização de residência, sob o n° 08451.009537/2014-42, ainda não foi decidido pela Administração Pública, e considerando ainda que uma eventual decisão de deferimento do referido requerimento enquadraria a situação migratória do interessado em uma das hipóteses previstas no art. 142, do Decreto 9.199/17, Indefiro o pedido.

Processo nº 08458.002615/2018-41 - MAMADOU LAMINE DIENG

Considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadra na hipótese prevista no 142, inciso I, alínea "e", do Decreto 9.199/17, de competência do Ministério do Trabalho, Indefiro os pedidos baixo relacionados:

Processo nº 08255.014855/2018-75 - YORJANIS SILEGAS LINARES

Processo nº 08255.014854/2018-21 - YUSLEYDI MENDOZA LAURENCIO

Considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018, Indefiro o pedido.

Processo nº 08458.002744/2018-30 - BIRAMA KA

Considerando que os fatos apresentados não podem ser apreciados como casos não previstos, haja vista que se enquadra na hipótese prevista no 142, inciso I, alínea "e", do Decreto 9.199/17, ou, se for o caso, a título de casos especiais, associados as questões laborais, nos termos do art. 162 do mesmo diploma legal, de competência do Ministério do Trabalho, Indefiro o pedido.

Processo nº 08335.006285/2018-50 - RONG HUANLIAN

Considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito que permitam considerá-los satisfatórios para a obtenção da autorização de residência prevista no art. 163 do Decreto 9.199/17 e na Portaria Interministerial n° 4, de 27 de fevereiro de 2018, tendo em vista que o interessado, conforme informado nos autos, possui filho brasileiro, podendo assim requerer a sua regularização migratória, a título de Reunião Familiar, nos termos da Portaria Interministerial n° 12, de 13 de junho de 2018, Indefiro o pedido.

Processo nº 08270.005063/2018-11 - EHLERT CHRISTIANSEN

Indefiro o pedido, nos termos do art. 153, § 2°, do Decreto nº 9.199/2017, tendo em vista que o chamante é beneficiário de autorização de residência por Reunião Familiar.

Processo nº 08000.001255/2018-39 - SHAMMI BEGUM

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Chefe
Substituto

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.715, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Núcleo de Apoio à Corregedoria-Geral no Estado do Rio de Janeiro - NACOR-RJ.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 87 da Constituição, e considerando as disposições da Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017, que aprova os Regimentos Internos das unidades integrantes da estrutura regimental do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Apoio à Corregedoria-Geral do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro - NACOR-RJ.

Art. 2º Cabe ao NACOR-RJ as seguintes atribuições:

I - planejar, implementar, monitorar e revisar os processos operados por servidores públicos, subordinados técnica e administrativamente à Corregedoria-Geral do Ministério da Saúde - CORREG/MS, no que tange às atividades de apuração e de análise prévia em sede de juízo de admissibilidade, em sede correcional;

II - realizar análise técnica de juízo de admissibilidade de processos relativos à servidores lotados no Estado do Rio de Janeiro, segundo orientação da CORREG/MS;

III - compor comissões de procedimentos disciplinares, quando designados pela autoridade competente;

IV - realizar as diligências e instruções processuais necessárias ao juízo de admissibilidade, de acordo com as necessidades da CORREG/MS;

V - articular com os órgãos e unidades descentralizadas do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro para formação de banco de servidores capaz de compor as comissões de procedimentos disciplinares no Estado do Rio de Janeiro;

VI - encaminhar as demandas das comissões processantes do Rio de Janeiro à CORREG/MS;

VII - promover o cadastramento dos processos relativos a servidores lotados no Rio de Janeiro no Sistema CGU-PAD; e

VIII - coordenar e executar as atividades que visem a inibir e a diminuir as irregularidades cometidas por servidores públicos no âmbito do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

Art. 3º O NACOR/RJ será coordenado pelo titular da CORREG/MS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.719, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui a Unidade Mista de Rio Crespo (RO) da Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte e deduz recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos, incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Rondônia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 88/GM/MS, de 10 de janeiro de 2007, que homologa o processo de adesão do Estado de Rondônia à Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte;

Considerando a Portaria n° 1.791/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que inclui a Unidade Mista de Rio Crespo (RO), na Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte;

Considerando a Seção I, Capítulo II, Anexo XXIII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Ofício CIR. n° 022/2018, de 23 de maio de 2018, que emitido pela Prefeitura Municipal de Rio Crespo (RO), o qual informa que a Unidade Mista de Rio Crespo, com registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob o número 4001710 e que havia aderido à Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte, foi desativada, resolve:

Art. 1º Fica excluído da Política Nacional para os Hospitais de Pequeno Porte a Unidade Mista de Rio Crespo (RO) - CNES 4001710.

Parágrafo único. A exclusão se deu tendo em vista que a Unidade encontra-se desativada.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Rondônia, em decorrência da exclusão de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.720, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital da Criança Santo Antonio - Boa Vista (RR) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Roraima e Município de Boa Vista.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 241 ao art. 244 - Do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital da Criança Santo Antonio, CNES 2320681, localizado no Município de Boa Vista (RR), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 102.120,00 (cento e dois mil cento e vinte reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Roraima e Município de Boa Vista.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Roraima e Município de Boa Vista, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista, IBGE 140010, do montante estabelecido no art. 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.721, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital São Paulo - Hospital de Ensino da UNIFESP, ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Art. 241 ao Art. 244 - Do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital São Paulo - Hospital de Ensino da UNIFESP (SP), CNES 2077485, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.512.200,00 (dois milhões quinhentos e doze mil e duzentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de São Paulo.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo/SP, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, do montante estabelecido no art. 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.723, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS XINGU - São Félix do Xingu (PA), ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Pará e Município de São Félix do Xingu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 241 ao art. 244 - Do Preenchimento do Quesito Raça/Cor nos Formulários dos Sistemas de Informação em Saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS XINGU, CNES 2694875, localizado no Município de São Félix do Xingu (PA), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 67.932,00 (sessenta e sete mil novecentos e trinta e dois reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC, do Estado do Pará e Município de São Félix do Xingu (PA).

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Pará e Município de São Félix do Xingu, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de São Félix do Xingu, IBGE 1507300, do montante estabelecido no art. 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 281, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O Diretor - Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo.

Recorrente: NUCLEOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL
CNPJ: 14.823.642/0001-03
Nº do Processo: 25761.289222/2018-18
Exp. do Recurso: 0479776/18-1 Data de Protocolo: 14/06/2018
Prazo máximo para decisão: 11/12/2018

Recorrente: BECKMAN COULTER DO BRASIL COMERCIO DE IMPORTACÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.
CNPJ: 42.160.812/0006-59
Nº do Processo: 25741.255281/2018-21
Exp. do Recurso: 0504306/18-9 Data de Protocolo: 22/06/2018
Prazo máximo para decisão: 19/12/2018

Recorrente: MATPRIM SOLUTIONS, FABRICAÇÃO DE REFRESCOS CONCENTRADOS LTDA.
CNPJ: 15.383.358/0001-18
Nº do Processo: 25351.324892/2018-10
Exp. do Recurso: 0504309/18-3 Data de Protocolo: 22/06/2018
Prazo máximo para decisão: 19/12/2018

Recorrente: MATPRIM SOLUTIONS, FABRICAÇÃO DE REFRESCOS CONCENTRADOS LTDA.
CNPJ: 15.383.358/0001-18
Nº do Processo: 25351.324819/2018-48
Exp. do Recurso: 0504307/18-7 Data de Protocolo: 22/06/2018
Prazo máximo para decisão: 19/12/2018

Recorrente: NT IND. E COM. EXPORT. E IMPORT. DE ARTIGOS PARA PRESENTES E UTENSÍLIOS DO LAR LTDA.
CNPJ: 07.909.374/0001-73
Nº do Processo: 25741.308478/2018-70
Exp. do Recurso: 0490153/18-3 Data de Protocolo: 19/06/2018
Prazo máximo para decisão: 17/12/2018

Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 43.894.609/0001-64
Nº do Processo: 25767.251720/2018-38
Exp. do Recurso: 0479777/18-9 Data de Protocolo: 14/06/2018
Prazo máximo para decisão: 11/12/2018

Recorrente: ZAMBON LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 61.100.004/0018-84
Nº do Processo: 25759.175414/2018-97
Exp. do Recurso: 0340579/18-6 Data de Protocolo: 14/06/2018
Prazo máximo para decisão: 11/12/2018

WILLIAM DIB

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 250, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os requisitos para apresentação do Projeto de Arte de Etiqueta ou Rotulagem no processo de regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e para a coexistência de mais de uma arte de etiqueta ou rotulagem para um mesmo produto.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de novembro de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

A presente Resolução estabelece os requisitos para apresentação do Projeto de Arte de Etiqueta ou Rotulagem no processo de regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, e para a coexistência de mais de uma arte de etiqueta ou rotulagem para um mesmo produto.

O Projeto de Arte de Etiqueta ou Rotulagem, previsto no item 12 do Anexo III da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, é o documento que deve ser apresentado no processo de regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, que deve conter a arte da etiqueta ou da rotulagem do produto, tal como exposto ao consumo, em suas respectivas embalagens.

É permitida a coexistência de mais de uma arte de etiqueta ou rotulagem para um mesmo produto, desde que se mantenham inalterados entre elas os seguintes elementos:

os requisitos de rotulagem obrigatória geral, rotulagem específica e outras obrigatoriedades sobre rotulagem previstos, respectivamente, nos Anexos V, VI e art. 19 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 2015, e suas atualizações;

os requisitos de rotulagem previstos em normas específicas, quando aplicáveis; e

as alegações relacionadas à segurança e aos benefícios atribuídos ao produto.

Para as demais variações entre as artes de etiqueta ou rotulagem coexistentes, não citadas no art. 3º, não é necessário apresentar um novo Projeto de Arte de Etiqueta ou Rotulagem no processo de regularização dos produtos.

As alterações dos elementos previstos no art. 3º devem ser submetidas à Anvisa mediante a apresentação de um novo Projeto de Arte de Etiqueta ou Rotulagem.

Ficam dispensadas da previsão constante do caput deste artigo as seguintes alterações de rotulagem:

lote ou partida;
prazo de validade;
conteúdo;
país de origem;
razão social do titular;
domicílio do titular; e
dados do serviço de atendimento ao consumidor.

As dispensas de alteração de rotulagem previstas nos incisos IV, V e VI não eximem as empresas de manter estas informações atualizadas perante à autoridade sanitária.

As artes de etiqueta ou rotulagem dos produtos comercializados não devem conter indicações e menções terapêuticas, denominações e indicações que induzam a erro, engano ou confusão quanto à sua procedência, origem, composição, finalidade ou segurança.

As empresas deverão manter todas as artes de etiqueta ou rotulagem pelo período de dois anos após a finalização do prazo de validade dos produtos.

A autoridade sanitária competente poderá solicitar as artes de etiqueta ou rotulagem dos produtos a qualquer tempo.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo poderá ensejar a suspensão cautelar do produto.

O descumprimento do estabelecido nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

O disposto nesta Resolução se aplica às petições de alteração de rotulagem protocolizadas anteriormente à vigência desta norma e que ainda aguardam a decisão da Anvisa.

Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 131, de 5 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 2016, Seção 1, pág. 32.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM DIB

ARESTO Nº 1.215, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 24/2018, realizada em 13 de novembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: NEW QUALITY SERVICE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.-ME
CNPJ: 09455740/0001-97
Processo: 25756.910226/2017-65
Expediente: 546275/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 13/2018/SEI/COGES/DIGES/ANVISA.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.164, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 1261.1P.0/2018, emitido pelo Instituto Octávio Magalhães - FUNED/MG, tornado definitivo, em 12/09/2018, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de teor de álcool, para o lote 221, do produto saneante ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46° INPM, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 221 do produto saneante ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 46° INPM, fabricado por LUAR MÁGICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 09.246.329/0001-01).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.165, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação/comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa Água Sanitária Éboa, cloro ativo, pela empresa Q. BRILHO INDÚSTRIA DE CERAS LTDA, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto Água Sanitária Éboa, fabricado pela empresa Q. BRILHO INDÚSTRIA DE CERAS LTDA, CNPJ 06.344.017/0001-42, supostamente localizada na Rua Anicuns, 407, Qd. A, Lt. 112, Distrito Industrial Mooca, Goiânia, Goiás, CEP: 74554-030, conforme informações de rotulagem.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.166, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o inciso XV do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os itens 2.2.2, 2.2.4, 2.2.5.1, 2.2.6, 3.3.1, 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, 3.1.5, 3.1.6.2, 2.3.1, 2.3.2, 2.4.1, 2.4.2, 5.1.1, 5.1.3.2, 5.1.3.6, 5.3, 2.4.2, 3.2.1, 4.1, 4.2, 2.5.1, 2.5.3, 2.5.4, 5.2.2, 5.3.2, 5.3.4, 5.1.5, 5.1.4, 3.3.1, 5.1.3.4, 5.1.5.1, 5.1.5.2, 5.4.1, 5.4.2, 5.4.4, 5.1.3.1, 5.1.5.1, 5.4.1, 2.1.1.1, 2.1.1.2, 6.1.1, 6.4.1, 6.4.2, 7.1, 7.3.2, 7.3.3 e 9.1, da Resolução da Diretoria colegiada - RDC nº 16, de 28 de março de 2013;

considerando as irregularidades detectadas durante inspeção para verificação de Boas Práticas de Fabricação na empresa Discount Diagnostics, LLC., localizada em 4747 Oceanside Blvd., Suite F Oceanside, CA 92056, Estados Unidos da América, fabricante de produtos para diagnóstico de uso in vitro, que foi considerada insatisfatória; resolve:

Art. 1º. Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso dos produtos para diagnóstico de uso in vitro, fabricados pela empresa Discount Diagnostics LLC, localizada nos Estados Unidos da América e importados pelas empresas Hypermarcas S.A, CNPJ: 02.932.074/0001-91; Cimed Indústria de Medicamentos Ltda, CNPJ: 02.814.497/0001-07; 1Farma Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ: 48.113.906/0001-49; Laboratório Neo Química Comércio e Indústria Ltda, CNPJ: 29.785.870/0001-03 e Blau Farmacêutica S.A., CNPJ: 58.430.828/0001-60.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIANGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.780, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CORAÇÃO: 24.11
BAHIA

I - Nº do SNT: 2 03 18 BA 03
II - denominação: Instituto Brandão de Reabilitação
III - CNPJ: 13.284.872/0001-70
IV - CNES: 2488892
V - endereço: Rua Góes Calmon, nº 235, Bairro: Centro, Vitória da Conquista/BA, CEP: 45.000-400

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11
BAHIA

I - Nº do SNT: 1 03 18 BA 03 II - responsável técnico: Sidney Pacciulli Nardeli, cirurgião cardiovascular, CRM 10337; III - membro: André Luis Gonçalves Santos, cardiologista, CRM 11173; IV - membro: Antônio Luiz Penna Costa, cirurgião torácico, CRM 8593; V - membro: José de Souza Andrade Neto, anestesiologista, CRM 16974; VI - membro: Danilo Menezes Costa, anestesiologista, CRM 21199.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 44
II - responsável técnico: Régis Nascimento Rodrigues, ortopedista e traumatologista, CRM 52736805.

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 43
II - responsável técnico: Pedro Quintaneiro Caldeira Brant, ortopedista e traumatologista, CRM 52791318.

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 42
II - responsável técnico: Marcelo Felipe Monteiro de Almeida, ortopedista e traumatologista, CRM 52822060.

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 41
II - responsável técnico: Fernando Martins de Pina Cabral, ortopedista e traumatologista, CRM 5200738980.

I - Nº do SNT: 1 12 18 RJ 40
II - responsável técnico: Alderico Girão Campos de Barros, ortopedista e traumatologista, CRM 52846830.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 11 02 SP 19
II - denominação: Instituto de Olhos Reynaldo Rezende
III - CNPJ: 52.398.161/0001-89
IV - CNES: 3832295
V - endereço: Rua Vicente de Carvalho, nº 662, Bairro: Vila Seixas, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14020-040.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 06 SC 04
II - denominação: Hospital de Olhos de Blumenau/Clinica Médica Oftalmológica Blumenau LTDA
III - CNPJ: 01.726.171/0001-65
IV - CNES: 3123251
V - endereço: Rua Sete de Setembro, nº 1300, Bairro: Centro, Blumenau /SC, CEP: 89010-204.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 21 14 RJ 08
II - denominação: Clinica São Vicente - Hospitais Integrados da Gávea S A
III - CNPJ: 31.635.857/0001-01
IV - CNES: 2297833
V - endereço: Rua João Borges, nº 204, parte, Bairro: Gávea, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22451-100.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 11 12 MG 19
II - responsável técnico: Fabricio Rodrigues Tassi, oftalmologista, CRM 44041.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 16 RJ 33
II - responsável técnico: Luiz Alberto Molina Monica, oftalmologista, CRM 52257168.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 11 00 SP 13
II - responsável técnico: Reinaldo Luiz de Oliveira Resende, oftalmologista, CRM 20313.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 1 11 06 SC 04 II - responsável técnico: Rodrigo Thiesen Müller, oftalmologista, CRM 13196; III - membro: José Roberto Maranhão Castro, oftalmologista, CRM 7460; IV - membro: Èderson Henrique Engel, oftalmologista, CRM 10916; V - membro: Fernando César Ludwig, oftalmologista, CRM 4508; VI - membro: Luiz Felipe Hagemann, oftalmologista, CRM 8014; VII - membro: Vilmar Müller, oftalmologista, CRM 2896; VIII - membro: Rafael Allan Oechsler, oftalmologista, CRM 10138; XIV - membro: Rodrigo Corrêa da Costa Oliveira, oftalmologista, CRM 20126; X - membro: Larissa Carolina Bauer Koerich, oftalmologista, CRM 13244.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 21 16 RJ 46
II - responsável técnico: Cristiana Solza, hematologista, CRM 52558545;
III - membro: Adrienne Bunn Moreno, hematologista, CRM 52721000;
IV - membro: Rony Schaffel, hematologista, CRM 52583141.

I - Nº do SNT: 1 21 14 RJ 28
II - responsável técnico: Daniel Golberg Tabak, hematologista, CRM 52335773;
III - membro: Simone Cunha Maradei Pereira, hematologista, CRM 52655104;
IV - membro: Bruno Nahoum Moraes Jardim, oncologista, CRM 52642894; V - membro: Danilo de Oliveira Tavares, oncologista, CRM 52910384.

Art. 8º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7ºe 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.781, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o disposto na Portaria de Consolidação nº 4/GM/SAS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015 bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

MATO GROSSO

I - Nº do SNT 3 51 07 MT 04 II - Denominação: Banco de Olhos de Cuiabá III - CNPJ: 00.108.558/0001-95 IV - CNES: 2473062 V - Endereço: Rua Ramiro de Noronha, n° 453, Bairro: Jardim Cuiabá, Cuiabá/MT, CEP: 78.020-000.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade de um ano a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.782, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Seção IX - Do Incremento Financeiro para a Realização de Procedimentos de Transplantes e o Processo de Doação de Órgãos (IFTDO) - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

NÍVEL D: 24.29

MINAS GERAIS

I - denominação: Hospital Universitário Ciências Médicas - Fundação Educacional Lucas Machado Feluma.
II - CNPJ: 17.178.203/0006-80
III - CNES: 4034236
IV - endereço: Rua Aimores, n° 2.896, Bairro: Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.140-073.

PERNAMBUCO

I - denominação: Hospital Jayme da Fonte - Organização Hospitalar de Pernambuco Ltda
II - CNPJ: 11.452.240/0001-43
III - CNES: 2352516
IV - endereço: Rua das Pernambucanas, n° 167, Bairro: Graças, Recife/PE, CEP: 52.011-010

Art. 2º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.783, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria de consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2009, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 990 SAS/MS, de 4 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 129, de 6 de julho de 2018, Seção 1, páginas 116 e 117, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

I - Nº do SNT 1 21 10 SP 39
II - membro: Maria Dulce Silveira Collassanti, hematologista e hemoterapeuta, CRM 33160;
III - membro: Maria Aparecida Zanichelli, patologista clínica, CRM 22651.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 252 SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 2018, Seção 1, páginas 54 e 55, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 191
II - membro: Murillo Santinello, ofatalmologista, CRM 168489.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.784, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui membro de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1.997, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 252/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 2018, Seção 1, página 54 e 55, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 191
II - membro: Cecília Tobias de Aguiar Moeller Achcar, oftalmologista, CRM 100535.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.787, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação de Assistência Integral à Saúde - FAIS, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 974/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.159662/2018-53, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Assistência Integral à Saúde - FAIS, CNPJ nº 25.459.256/0001-92, com sede em Belo Horizonte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 31 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.788, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto, com sede em Monte Alto (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 967/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.170225/2018-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto, CNPJ nº 52.852.100/0001-40, com sede em Monte Alto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.789, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nova Europa, com sede em Nova Europa (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 934/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.111614/2018-84, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nova Europa, CNPJ nº 52.393.204/0001-33, com sede em Nova Europa (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.790, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó, com sede em Chapecó (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 966/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186925/2018-05, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó, CNPJ nº 80.624.307/0001-00, com sede em Chapecó (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 6 de julho de 2019 a 5 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.791, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá, com sede em Cuiabá (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 977/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.188331/2018-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá, CNPJ nº 03.468.485/0001-30, com sede em Cuiabá (MT).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.792, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e Hospital São José, com sede em Virginópolis (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 979/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186970/2018-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e Hospital São José, CNPJ nº 18.392.993/0001-50, com sede em Virginópolis (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de fevereiro de 2019 a 24 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.793, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Borborema do Estado de São Paulo, com sede em Borborema (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 975/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.188342/2018-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Borborema do Estado de São Paulo, CNPJ nº 51.807.535/0001-00, com sede em Borborema (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 2 de dezembro de 2018 à 1º de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.794, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, com sede em Laguna (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 969/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.187628/2018-79, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, CNPJ nº 84.903.988/0001-99, com sede em Laguna (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.795, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, com sede em Treze de Maio (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 971/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.167686/2018-86, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, CNPJ nº 83.249.714/0001-65, com sede em Treze de Maio (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de agosto de 2019 a 7 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.796, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Lagarto, com sede em Lagarto (SE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 959/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.188771/2018-88, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Lagarto, CNPJ nº 16.457.053/0001-76, com sede em Lagarto (SE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de fevereiro de 2019 a 13 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.797, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação Comunitária de Promoção e Assistência à Família - SOPRAFA, com sede em Missão Velha (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 965/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.148958/2018-49, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Comunitária de Promoção e Assistência a Família - SOPRAFA, CNPJ nº 06.738.025/0001-73, com sede em Missão Velha (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de novembro de 2018 à 7 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.798, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com sede em Santo Amaro da Imperatriz (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 978/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.188350/2018-57, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, CNPJ nº 86.025.897/0001-23, com sede em Santo Amaro da Imperatriz (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 21 de dezembro de 2018 à 20 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.799, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do CEBAS, do Albergue Noturno Nosso Lar, com sede em Loanda (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 970/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.092269/2018-72, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Albergue Noturno Nosso Lar, CNPJ nº 78.195.971/0001-21, com sede em Loanda (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.800, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis - FHSFA, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 968/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.186986/2018-64, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis - FHSFA, CNPJ nº 13.025.354/0001-32, com sede em Belo Horizonte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de dezembro de 2018 a 11 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.801, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Concessão do CEBAS, da Associação de Apoio ao Paciente Renal Crônico - CARIM, com sede em Presidente Prudente (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 962/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.102206/2018-31, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela a atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação de Apoio ao Paciente Renal Crônico - CARIM, CNPJ nº 06.987.421/0001-34, com sede em Presidente Prudente (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.802, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Caridade Nossa Senhora do Carmo, com sede em Guanhães (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 980/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.187614/2018-55, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Caridade Nossa Senhora do Carmo, CNPJ nº 20.724.357/0001-20, com sede em Guanhães (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de dezembro de 2018 a 28 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.804, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Jales, com sede em Jales (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 972/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.188275/2018-24, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Jales, CNPJ nº 50.565.936/0001-38, com sede em Jales (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.805, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pederneiras, com sede em Pederneiras (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 973/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.167679/2018-84, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pederneiras, CNPJ nº 53.816.153/0001-78, com sede em Pederneiras (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.806, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, com sede em Itapeva (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 976/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.175488/2018-96, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, CNPJ nº 49.797.293/0001-79, com sede em Itapeva (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.809, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado da Paraíba, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, por meio do Ofício nº. 100/GSE-SES/PB, de 24 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado da Paraíba, com base na Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PB nº 58, de 7 de agosto de 2018 e nº 38, de 15 de maio de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado da Paraíba fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	100.447.432,79
Fundos Municipais de Saúde	676.406.861,74
TOTAL	776.854.294,53

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.810, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Rio Grande do Norte, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte, por meio do Ofício nº 096/18-CIB/RN, de 17 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Rio Grande do Norte, com base na Deliberação Nº 1494/18-CIB/RN, de 17 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Rio Grande do Norte fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	194.883.593,78
Fundos Municipais de Saúde	440.541.065,04
TOTAL	635.424.658,82

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª (décima segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.811, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Santa Catarina, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e os documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio do Ofício nº 440, de 25 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Santa Catarina, com base na Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - nº 249/CIB/18, de 23 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Santa Catarina fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	490.423.163,47
Fundos Municipais de Saúde	1.057.614.457,57
TOTAL	1.548.037.621,04

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.812, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Paraná, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 33/2018 - CIB/PR, de 25 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica Efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Paraná, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite nº 278, de 24 de outubro de 2017, nº 303, de 25 de setembro de 2018 e nº 338, de 25 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Paraná fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	1.060.552.051,97
Fundos Municipais de Saúde	1.651.751.460,90
TOTAL	2.712.303.512,87

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.816, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Alagoas, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Alagoas, por meio do Ofício nº 1518/2018-GS/SESAU, de 24 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Alagoas, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/AL nº 107, de 24 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Alagoas fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	204.527.135,16
Fundos Municipais de Saúde	614.513.317,46
TOTAL	819.040.452,62

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.817, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Tocantins, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado do Tocantins, por meio do Ofício nº 11859/2018/SES/GABSEC, de 22 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Tocantins, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite CIB/TO nº 245 e nº 246, ambas de 20 de setembro de 2018 e CIB/TO nº 274 e 275, ambas de 18 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado Tocantins fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	267.002.518,05
Fundos Municipais de Saúde	122.509.612,16
TOTAL	389.512.130,21

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.818, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado Minas Gerais, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec nº 948/2018, de 23 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Minas Gerais, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/MG nº 2.788 e nº 2.789, ambas de 17 de outubro de 2018 e CIB/MG nº 2.798, de 24 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Minas Gerais fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	612.117.598,74
Fundos Municipais de Saúde	3.976.313.821,77
TOTAL	4.588.431.420,51

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http//sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.819, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Ceará, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, por meio do Ofício GABSEC nº 14.719, de 23 de outubro de 2018 e Ofício nº 14.730, de 25 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Ceará, com base na Resolução n°. 128/2018 - CIB/CE, de 25 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Ceará fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	467.030.818,52
Fundos Municipais de Saúde	1.457.671.577,67
TOTAL	1.924.702.396,19

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª (décima segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.820, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de São Paulo, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 108/2018, de 19 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado de São Paulo, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite CIB 90, de 16 de outubro de 2018 e CIB 81, de 17 de setembro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de São Paulo fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	3.941.853.217,52
Fundos Municipais de Saúde	5.082.017.684,27
TOTAL	9.023.870.901,77

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª (décima segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.821, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Goiás, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do Ofício nº 016/2018-CIB, de 22 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado de Goiás, com base nas Resoluções nºs 221 e 222/2018 - CIB, de 22 de outubro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Goiás fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	87.032.226,39
Fundos Municipais de Saúde	1.143.494.983,80
TOTAL	1.230.527.210,19

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos), dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª (décima segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.822, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado da Bahia, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Oficio GASEC n°. 1.235/2018, de 22 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado da Bahia, com base na Resolução CIB/BA n° 223/2018, de 21 de setembro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado da Bahia fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	1.372.349.796,94
Fundos Municipais de Saúde	1.611.367.434,49
TOTAL	2.983.717.231,43

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos), dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 12ª (décima segunda) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.823, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS, com sede em Curitiba (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 905/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.002240/2018-15, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS, CNPJ nº 24.039.073/0001-55, com sede em Curitiba (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 4º da Portaria nº 1.673/SAS/MS, de 22 de outubro de 2018, publicada no DOU nº 207, de 26 de outubro de 2018, Seção 1, páginas 60 e 61.

Onde se lê:

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 18 MG 11
II - denominação: Oftalmocentro de Uberaba LTDA
III - CNPJ: 01.609.274/0001-45
IV - CNES: 2169169
V - endereço: Trav Satyro Silva Oliveira, nº 140, Bairro: Centro, Uberaba /MG, CEP: 38.010-420.

Leia-se:

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 02 MG 33
II - denominação: Oftalmocentro de Uberaba LTDA
III - CNPJ: 01.609.274/0001-45
IV - CNES: 2169169
V - endereço: Trav Satyro Silva Oliveira, nº 140, Bairro: Centro, Uberaba /MG, CEP: 38.010-420.

Ministério da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 203, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito da Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e o disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto n° 9.490, de 4 de setembro de 2018:

Art. 1º Alterar o Regulamento da Ordem do Mérito da Segurança Pública, aprovado pela Portaria nº 200, de 12 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 13 de novembro de 2018, seção 1, página. 64, resolve:

I - suprimir a expressão "Secretários dos Governos dos Estados da União e do Distrito Federal", do inciso III do art. 19; e

II - incluir a expressão "Secretários dos Governos dos Estados da União e do Distrito Federal", no inciso II do Art. 19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 204, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária no Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 178/MJ, de 4 de fevereiro de 2010, na Portaria nº 186, de 30 de outubro de 2018 e no Convênio de Cooperação Federativa da Força Nacional de Segurança Pública nº 45/2017, celebrado entre a União e o Estado de Roraima, publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força-tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), em caráter episódico e planejado, em apoio ao Governo do Estado de Roraima, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, para exercer atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos, previstas no art. 3º, IV, da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, especificamente na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na capital de Boa Vista/RR.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Segurança Pública obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.553, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97604 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MMA FORMAÇÃO DE VIGILANTES, CNPJ nº 12.558.362/0001-81, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

40000 (quarenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.629, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/93604 - DPF/CZO/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES SECULUM LTDA-ME, CNPJ nº 04.441.461/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1029 (uma mil e vinte e nove) Munições calibre .380

474 (quatrocentas e setenta e quatro) Munições calibre 12

32896 (trinta e duas mil e oitocentas e noventa e seis) Espoletas calibre 38

8527 (oito mil e quinhentos e vinte e sete) Gramas de pólvora

32896 (trinta e dois mil e oitocentos e noventa e seis) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.632, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/93911 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIDER COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 05.054.671/0001-59 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2612/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.646, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97563 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDRADE DISTRIBUIDOR LTDA, CNPJ nº 03.753.945/0001-72 para atuar em Alagoas.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.667, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/100552 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÃO LTDA, CNPJ nº 15.126.451/0001-47 para atuar na Bahia.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.671, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/100801 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.576.552/0001-57, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Pistola calibre .380

45 (quarenta e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.675, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/101090 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

AUTORIZAR a empresa AC SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 09.459.901/0001-10, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser AC SEGURANÇA EIRELI

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.676, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/101173 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTE PRINCIPE CENTRO DE FORM APERF DE VIGIL LTDA, CNPJ nº 08.473.422/0001-96, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.685, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/102108 - DPF/MII/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SPSP - SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.346.665/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.686, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/102279 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38

12000 (doze mil) Gramas de pólvora

25000 (vinte e cinco mil) Projéteis calibre 38

5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380

5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380

5000 (cinco mil) Buchas calibre 12
150 (cento e cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.694, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103227 - DPF/PFO/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EPAVI - ESCOLA PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 20.617.476/0001-83, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.721, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/84302 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALTASEG VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 15.803.220/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2515/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.737, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/102251 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MENDONÇA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA EPP, CNPJ nº 16.958.127/0001-58, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
48 (quarenta e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.738, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103185 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECURITY CENTER DO BRASIL CENTRO FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.563.674/0001-92, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
182276 (cento e oitenta e duas mil e duzentas e setenta e seis) Espoletas calibre 38
80000 (oitenta mil) Gramas de pólvora
182276 (cento e oitenta e dois mil e duzentos e setenta e seis) Projéteis calibre 38
13803 (treze mil e oitocentas e três) Espoletas calibre .380
13803 (treze mil e oitocentos e três) Projéteis calibre .380
17590 (dezessete mil e quinhentas e noventa) Buchas calibre 12
320 (trezentos e vinte) Quilos de chumbo calibre 12
17590 (dezessete mil e quinhentas e noventa) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.743, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103585 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 00.934.005/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
30000 (trinta mil) Munições calibre .380
20000 (vinte mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
342000 (trezentas e quarenta e duas mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Estojos calibre 38
92494 (noventa e dois mil e quatrocentos e noventa e quatro) Gramas de pólvora
342000 (trezentos e quarenta e dois mil) Projéteis calibre 38
35000 (trinta e cinco mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Estojos calibre .380
35000 (trinta e cinco mil) Projéteis calibre .380
5000 (cinco mil) Buchas calibre 12
160 (cento e sessenta) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
5000 (cinco mil) Estojos calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
217 (duzentos e dezessete) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
3 (três) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
3 (três) Armas de choque elétrico de contato direto
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas de sinalização
585 (quinhentas e oitenta e cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
1500 (uma mil e quinhentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
5 (cinco) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
500 (quinhentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
1 (um) Lançador de munição não-letal no calibre 12 (doze)
200 (duzentos) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.745, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103763 - DPF/GRA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALCATEIA SEGURANCA - EIRELI - ME, CNPJ nº 18.836.419/0001-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente DINAMUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.286.635/0001-86:
5 (cinco) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente DINAMUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.286.635/0001-86:
50 (cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.892, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31390/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43286.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.893, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31391/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43292 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.894, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31392/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43298 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.895, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31393/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43300 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.896, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31394/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43305 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.898, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31396/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43313 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.900, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31398/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43331 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.902, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31400/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43338 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.904, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31402/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/43351 instaurado em desfavor de a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.923, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31430/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a COLT SECURITY LTDA, CNPJ nº 01.867.699/0002-35, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/64350.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.980, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31489/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a INDUSTRIAS TEXTEIS SUECO LTDA , CNPJ nº 62.781.778/0001-32, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/85358.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.987, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31694/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR a EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, sediada em Santa Catarina, por praticar a conduta tipificada no artigo 170, inciso II PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43397.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.995, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 31702/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CEFASP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA, CNPJ nº 05.822.639/0001-76, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83730.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 00190.004165/2015-55.

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto o Parecer nº 00299/2018/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, como fundamento deste ato para determinar, por ausência de elementos suficientes de provas da prática de ilícito, o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.004165/2015-55.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 3.071, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, considerando o disposto no art. 18 da Portaria nº 747, de 16 de março de 2018, e o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do 13º Trimestre do Programa de Gestão de Demandas (PGD) do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referente ao período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

ANEXO I

1. Período de acompanhamento:
O presente relatório contempla as atividades realizadas no Programa de Gestão de Demandas - PGD no período de 01/07/2018 a 30/09/2018.

2. Avaliação dos servidores por área quanto ao prazo de entrega das atividades:

Unidade	Total de Servidores *	Quantidade de servidores que participaram das atividades	Quantidade de servidores que participaram da experiência que atenderam ao prazo em todas as atividades	% de Atendimento de Prazo	% de participação
Secretaria-Executiva	250	86	86	100,00%	34,40%
Secretaria Federal de Controle Interno	416	248	246	99,19%	59,62%
Corregedoria-Geral da União	110	63	63	100,00%	57,27%
Ouvidoria-Geral da União	64	54	54	100,00%	84,38%
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	59	43	42	97,67%	72,88%
Controladorias Regionais	1.100	352	351	99,72%	32,00%
Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas	29	10	10	100,00%	34,48%
Consultoria Jurídica	9	1	1	100,00%	11,11%
Assessoria de Comunicação Social	9	0	0	N/A	0,00%
Totais	2055	857	853	99,53%	41,70%

* Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

3. Avaliação da qualidade das atividades realizadas, separadas por área:

Unidade	Quantidade de pactos realizados	Quantidade de produtos entregues	Avaliação da qualidade dos produtos entregues					Avaliação percentual da qualidade dos produtos				
			Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Secretaria-Executiva	458	857	739	117	1	0	0	86,23%	13,65%	0,12%	0,00%	0,00%
Secretaria Federal de Controle Interno	1.018	5.854	2.680	2.978	179	16	1	45,78%	50,87%	3,06%	0,27%	0,02%
Corregedoria-Geral da União	295	450	393	53	4	0	0	87,33%	11,78%	0,89%	0,00%	0,00%
Ouvidoria-Geral da União	374	4.554	2.218	2.336	0	0	0	48,70%	51,30%	0,00%	0,00%	0,00%
Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção	176	273	101	172	0	0	0	37,00%	63,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Controladorias Regionais	1.482	12.441	2.875	8.703	858	5	0	23,11%	69,95%	6,90%	0,04%	0,00%
Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas	42	42	35	7	0	0	0	83,33%	16,67%	0,00%	0,00%	0,00%
Assessoria de Comunicação Social	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Consultoria Jurídica	1	2	0	2	0	0	0	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Totais	3.846	24.473	9.041	14.368	1.042	21	1	36,94%	58,71%	4,26%	0,09%	0,00%

4. Avaliação da qualidade das atividades por tema:

Tipo de Atividade	Atividade Pactuada	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Total Geral
Controle Interno	Análise de ato admissional (por ato/parecer)	1.002	4.751	262	0	0	6.015
	Análise de concessão de aposentadoria ou pensão (por ato/parecer).	1.432	2.748	64	0	0	4.244
	Análise de manifestação sobre trilhas de pessoal (por ocorrência)	123	1.085	398	0	0	1.606
	Análise de TCE (Tomada de Contas Especial) - outras motivações exceto Omissão.	22	10	0	0	0	32
	Análise de TCE (Tomada de Contas Especial) - Processos de Omissão.	4	0	0	0	0	4
	Análise do resultado trimestral das atividades desenvolvidas por meio do CGUProj (Elaboração de planilha e notas)	0	4	0	0	0	4
	Análise e instrução de Processos de demandas externas e internas (por processo).	182	203	51	0	0	436
	Atendimento a consultas (elaboração NT/Informações/e-mails o consulente) - por demanda.	2	6	1	0	0	9

	Benefícios Financeiros ou não Financeiros: Instrução e análise	3	32	0	0	0	35
	Capacitação: Estudos Técnicos em temas relacionados às atividades da SFC.	15	32	0	0	0	47
	Desenvolvimento de soluções tecnológicas.	14	3	0	0	0	17
	Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos) - para cada hora de curso.	7	2	0	0	0	9
	Elaboração de Notas Informativas, Técnicas, ou documentos similares	11	17	2	0	0	30
	Elaboração e análise de normativos (por peça).	0	5	0	0	0	5
	Elaboração e revisão de procedimentos (por procedimento).	5	3	0	0	1	9
	Estudo sobre área de conhecimento (por assunto).	1	5	0	0	0	6
	Estudos para a produção de conteúdo.	7	4	0	0	0	11
	Execução da ação de controle em etapa que não dependa de interlocução presencial com a unidade auditada/fiscalizada, tais como (*): levantamento de dados preliminares e análise de bases de dados digitais (por procedimento / questão de auditoria).	155	171	16	4	0	346
	Execução de ação de controle: Coleta e análise de dados, produção/coleta de papéis de trabalho, Minuta da Matriz de Achados	80	236	4	0	0	320
	Levantamento, cruzamento e análise de bases de dados	20	20	4	0	0	44
	Monitoramento: análise do Plano de Providências Permanente (por recomendação).	691	838	155	16	0	1.700
	Planejamento (*): Estudos para elaboração da estratégia das ações de controle (por estudo).	112	140	9	0	0	261
	Preparação do relatório para publicação atendendo aos requisitos legais de sigilos	29	6	1	0	0	36
	Produção de conteúdo (estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, texto para site, formulários etc) - por peça	45	34	0	0	0	79
	Registro e gestão dos projetos/subprojetos no Sistema CGUProj	2	0	0	0	0	2
	Relatoria (*): análise das manifestações das unidades examinadas recebidas em resposta ao relatório preliminar (por achado).	213	140	7	1	0	361
	Relatoria (*): elaboração de registros decorrentes da aplicação de procedimentos/questões de auditoria para compor o relatório preliminar, incluindo análise das respostas às solicitações de auditoria, lançamento no Sistema Ativa e resposta de questionários (por procedimento/ questão de auditoria).	206	367	15	0	0	588
	Relatoria (*): elaboração dos Parâmetros de Relatório (Introdução, Escopo e Conclusão) - por relatório.	45	28	3	0	0	76
	Relatoria de pré-projeto de ações de controle (por pré- projeto).	1	0	0	0	0	1
	Relatoria: Elaboração do Relatório Final, lançamentos nos sistemas corporativos	13	5	0	0	0	18
	Relatoria: Elaboração e/ou revisão de Solicitação de Auditoria - Achados, elaboração de relatório preliminar, incluindo análise das respostas às solicitações de auditoria, questionários e lançamentos nos sistemas corporativos	170	174	13	0	0	357
	Revisão de relatório (*): ajustes realizados em resposta aos apontamentos do revisor e/ou da Unidade Demandante (por achado).	108	72	5	0	0	185
	Revisão de relatório (*): leitura do relatório e dos registros disponíveis nos questionários, para conferência da adequação do executado com a demanda da Ordem de Serviço e/ou revisão do relatório realizada pelo Coordenador da Equipe (por relatório).	34	21	0	0	0	55
	Revisão de relatório: ajustes decorrentes de apontamentos do revisor (supervisor, Coordenador da Equipe ou UCI demandante)	59	64	0	0	0	123
	Revisão de relatório: pela equipe de auditoria, e/ou pelo supervisor, e/ou pelo Coordenador da Equipe, e/ou UCI demandante	106	27	2	0	0	135
Corregedoria	Análise processual e produção da documentação pertinente (em todos os eixos de atuação correcional)	237	66	0	0	0	303
	Atendimento a usuários internos e externos dos sistemas correcionais	3	0	0	0	0	3
	Atualização de bases de dados e sistemas informatizados (por lote de informação).	54	0	0	0	0	54
	Consulta Histórico Correcional - Consulta a bases de dados	1	0	0	0	0	1
	Degravação (por hora de gravação).	2	0	0	0	0	2
	Denúncia - Tratamento no sistema Banco de Denúncias.	2	3	1	0	0	6
	Dúvidas externas - Elaboração de resposta.	16	3	0	0	0	19
	Elaboração de Ata de Reunião.	6	0	0	0	0	6
	Elaboração de Estudo Técnico ou Relatório (em todos os eixos de atuação correcional).	22	1	0	0	0	23
	Estudo Preliminar.	23	12	0	0	0	35
	Gestão de Correio Institucional (gerenciamento de mensagens, encaminhamento de dúvidas e demandas) - por dia.	30	0	0	0	0	30
	Inspeção Correcional (Elaboração de peça processual).	1	8	0	0	0	9
	LAI - Análise e resposta a pedido de acesso à informação (por pedido).	1	0	0	0	0	1
	LAI - Gestão de solicitações, controle de prazos, consolidação e encaminhamentos (por dia).	10	0	0	0	0	10
	Monitoramento dos processos na carga da unidade (por dia).	11	0	0	0	0	11
	Oferta de Cursos (Preparação de aula/palestra presencial).	5	0	0	0	0	5
	Painel Gerencial - Criação de painel gerencial em ambiente BI (Serviço de relatórios) ou QlikView	3	0	0	0	0	3
	Planejamento - Elaboração/revisão de Plano Operacional		1	0	0	0	1
	Procedimento Correcional - Elaboração de peça processual.	25	5	0	0	0	30
	Produção/Revisão/Atualização de Conteúdo (Portais web, cursos e publicações institucionais).	10	1	0	0	0	11
	Revisão de documento/peça processual.	13	3	0	0	0	16
	Sistemas e Cadastros - Coleta de informações (por dia).	10	0	0	0	0	10
	Sistemas e Cadastros (Extração de dados).		1	0	0	0	1
	Supervisão de Processos Correcionais (por meio dos sistemas CGU-PAD e CGU-PJ).	12	0	0	0	0	12
	Tarjamento (Análise e Tarjamento de Documento/Peça Processual).	26	0	3	0	0	29
	Visita Técnica (Elaboração de peça processual).	3	0	0	0	0	3
Gestão Interna	Análise da execução de acordos, contratos, convênios, termo de execução descentralizada ou congêneres.	14	1	0	0	0	15
	Análise dos registros dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil (por processo).	0	0	22	0	0	22
	Análise e encaminhamento de requerimentos	4	1	0	0	0	5
	Análise e produção de resposta de pedido LAI, manifestação de ouvidoria	1	2	0	0	0	3
	Análise ou execução de etapas/processos de administração e desenvolvimento de pessoal	105	17	0	0	0	122
	Desenvolvimento de conteúdo (informativos, tutoriais, estudos, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários, documentos preparatórios, insumos para reuniões, entre outros).	18	12	0	0	0	30
	Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos) - para cada hora de curso.	2	5	0	0	0	7
	Elaboração e cadastro de publicidade oficial (DOU, Jornal, Sistemas Estruturantes) - por aviso publicado.	113	116	0	0	0	229
	Elaboração e/ou análise de minutas ou normativos, editais, termos de referência, projetos básicos, convênios, portarias, acordos, contratos, termos aditivos, estudo técnico preliminar, análise de riscos e consultas	14	2	0	0	0	16
	Estudos técnicos, análise e resposta a demandas (judiciais, processos administrativos, solicitações de auditoria, relatórios e autorização de serviço).	16	9	2	0	0	27
	Instrução de processos para o encaminhamento de pagamentos de faturas de contratos e serviços/aquisições (Medições, Relatórios, Check-Lists etc).	4	1	0	0	0	5
	Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação de projetos, atividades e ações	18	4	0	0	0	22
	Produção de expedientes oficiais (por documento)	1	1	0	0	0	2
	Produção de Informação, Parecer, Nota Técnica ou documento opinativo (por documento finalizado)	104	9	1	0	0	114
Ouvidoria	Análise e elaboração de respostas às manifestações, exceto denúncias, direcionadas à Controladoria-Geral da União.	552	1.757	0	0	0	2.309
	Arquivamento de processos referentes a recursos LAI - 3ª instância.	252	0	0	0	0	252
	CMRI - Pauta e revisão	26	0	0	0	0	26
	Elaboração de Acordo de Cooperação OGU.	1	0	0	0	0	1
	Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos) - para cada hora de curso.	23	0	0	0	0	23
	Elaboração de Projeto Básico OGU.	1	0	0	0	0	1
	Elaboração de relatórios, estudos e manuais de ouvidoria.	32	30	0	0	0	62
	Elaboração de resposta conclusiva pelas áreas demandadas (e-SIC, e-OUV ou e-mail).	11	0	0	0	0	11
	Instrução de recursos da LAI - 3ª instância.	263	11	0	0	0	274
	Instrução e produção de parecer referente a recurso LAI - 3a instância - 5 dias.	11	2	0	0	0	13
	Instrução e produção de parecer referente a recurso LAI - 5 dias.	34	6	0	0	0	40
	Instrução e produção de parecer referente a recurso LAI CGU - 2ª instância.	6	0	0	0	0	6
	OGU - Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos)	5	6	0	0	0	11
	Parecer referente a pedidos de revisão (e-SIC/e-OUV).	24	0	0	0	0	24
	Parecer referente a recursos LAI - 3ª instância, aprovado pelo Coordenador-Geral.	307	15	0	0	0	322
	Pesquisa e Desenvolvimento de conteúdo para matéria.	3	0	0	0	0	3
	Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação de projetos, atividades e ações	1	0	0	0	0	1
	Planejamento, gestão e monitoramento de atividades de ouvidoria.	6	10	0	0	0	16

	Produção de material audiovisual.	1	0	0	0	0	1
	Produção de resposta de pedido LAI.	19	1	0	0	0	20
	Reclamações Infrutíferas (monitoramento).	17	0	0	0	0	17
	Revisão de resposta de pedido LAI	149	0	0	0	0	149
	Revisão e aprovação de denúncias.	160	0	0	0	0	160
	Triagem de pedido e/ou de recurso LAI.	125	0	0	0	0	125
	Triagem e distribuição diários de pedido e/ou recurso LAI	40	0	0	0	0	40
	Triagem, registro e elaboração de resposta às denúncias direcionadas à Controladoria-Geral da União	112	639	0	0	0	751
	Tutoria (orientação e revisão de parecer) referente a recursos LAI, por dia.	68	0	0	0	0	68
Pesquisas e Informações Estratégicas	Análise de dados.	10	0	0	0	0	10
	Carga de bases de dados.	11	5	0	0	0	16
	Desenvolvimento de aplicativos.	3	0	0	0	0	3
	Estudos Técnicos.	1	3	0	0	0	4
	Exame Sistemático de declarações de Bens e Renda	0	5	0	0	0	5
	Informação de Inteligência.	0	2	0	0	0	2
	Manutenção de bases de dados.	4	1	0	0	0	5
	Manutenção de infraestrutura de dados.	2	0	0	0	0	2
	Produção de Relatórios e Notas Técnicas	3	0	0	0	0	3
	Raspagem de dados (webscraping).	1	0	0	0	0	1
Planejamento e Desenvolv. Institucional	Atualização e Cadastramento do Plano Operacional	117	1	0	0	0	118
	Base de Conhecimento - Administração de coleções.	7	0	0	0	0	7
	Base de Conhecimento - Revisão/Aprovação de objetos.	86	0	0	0	0	86
	Base de Conhecimento - Submissão de objetos.	64	0	0	0	0	64
	Documento opinativo - Elaboração / Atualização.	0	3	0	0	0	3
	Estudo e Elaboração de Relatórios Técnicos.	2	0	0	0	0	2
	Estudos Técnicos sobre temas relacionados aos projetos em desenvolvimento.	4	5	0	0	0	9
	Expedientes oficiais - Elaboração / Atualização.	0	1	0	0	0	1
	Manuais e/ou Guias - Elaboração.	0	2	0	0	0	2
	Material para Capacitação - Elaboração.	1	0	0	0	0	1
	Responder LAI (Análise, Elaboração da Resposta e Encaminhamento).	7	16	0	0	0	23
	Sistema - Atualização.	0	5	0	0	0	5
Tecnologia da Informação	Atividades de contratação de TI.	2	9	0	0	0	11
	Codificação de módulos de Sistemas e Aplicativos.	144	14	0	0	0	158
	Criação, manutenção, priorização do Backlog do Produto/Sprint.	27	0	0	0	0	27
	Desenvolvimento e evolução de cargas e processos ETL Incluindo projeto DW).	27	2	0	0	0	29
	Elaboração de artefato de contratação de TI.	0	2	0	0	0	2
	Elaboração de documentos	17	7	0	0	0	24
	Elaboração de peças de comunicação e divulgação.	1	0	0	0	0	1
	Elaboração ou Homologação de artefatos de projetos/ordem de serviço de desenvolvimento.	6	0	0	0	0	6
	Estudo, implantação, configuração, parametrização e/ou atualização de soluções de TI.	18	8	0	0	0	26
	Gestão e fiscalização de contratos.	1	0	0	0	0	1
	Planejamento e acompanhamento de atividades.	17	1	0	0	0	18
	Planejamento e acompanhamento de portfólios e projetos.	2	1	0	0	0	3
	Revisão de documentos.	10	15	0	0	0	25
	Testes e Validação de itens do Backlog da Sprint.	17	1	0	0	0	18
Transparência e Prevenção da Corrupção	Acompanhamento de ações e projetos conduzidos pela STPC ou pelos Núcleos de Ação de Ouvidoria e Prevenção da Corrupção (NAOPs).	3	0	0	0	0	3
	Acompanhamento de dados publicados em sistemas e painéis sob a responsabilidade da STPC de modo a mantê-los atualizados (Painel de Dados Abertos, Painel LAI, Painel de Integridade Pública etc).	0	6	0	0	0	6
	Acompanhamento do recebimento das bases e homologação de cargas para atualização periódica dos dados publicadas no Portal e Páginas de Transparência.	0	3	0	0	0	3
	Análise de consultas ou denúncias sobre conflito de interesses, nepotismo, descumprimento de obrigações de transparência.	3	52	0	0	0	55
	Análise de contribuições da sociedade sobre projetos, ações, normativos, etc, em matérias afetas à STPC.	2	7	0	0	0	9
	Análise de respostas fornecidas por órgãos/entidades do Poder Executivo Federal e/ou entes federativos relativos aos achados resultantes do monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	6	0	0	0	6
	Análise e avaliação de trabalhos e materiais submetidos por participantes de concursos e seleções promovidas pela STPC (Concurso de Desenho e Redação, seleção de grupo de trabalho OGP etc).	16	1	0	0	0	17
	Análises de avaliações e relatórios de organismos internacionais.	1	0	0	0	0	1
	Avaliação de programa de integridade no âmbito de negociação de acordo de leniência	2	0	0	0	0	2
	Definição e documentação de processos e metodologias de trabalho a serem utilizadas para realização de atividades afetas à STPC (metodologia de construção de planos de ação de governo aberto, metodologia EBT etc).	0	1	0	0	0	1
	Elaboração de materiais instrucionais (conteúdos de cursos presenciais e/ou EAD, incluindo questões, estudos de casos e demais recursos pedagógicos) - para cada hora de curso.	56	12	0	0	0	68
	Elaboração de relatórios/registros de achados do monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	3	0	0	0	3
	Elaboração e análise de normativos, instruções e orientações relacionadas às áreas de atuação da STPC.	1	1	0	0	0	2
	Execução de ações de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	58	39	0	0	0	97
	Gestão de ações e projetos realizados pela STPC: planejamento e distribuição de demandas, atendimento a demandas de outras áreas da CGU/órgãos externos, análise financeira, prestação de informações sobre progresso de atividades realizadas pela equipe.	1	1	1	0	0	3
	Homologação de funcionalidades de sistemas sob a gestão da STPC após desenvolvimento de TI (Portal da Transparência, eSIC, SeCI etc).	5	0	0	0	0	5
	Planejamento de eventos realizados pela STPC (workshops, cursos, conferências, palestras etc).	1	1	0	0	0	2
	Produção e consolidação de conteúdo (relatórios, planos, estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, textos para sites, formulários e outros similares).	35	62	0	0	0	97
	Produção e revisão de documentos relacionados à participação do Brasil nos foros internacionais anticorrupção (comentários da CGU a propostas de princípios, guias, relatórios sobre os temas debatidos nos foros, discursos, apresentações etc)	3	0	0	0	0	3
	Resposta e consolidação a demandas externas de cidadãos, academia, imprensa e similares.	0	12	0	0	0	12
	Revisão de relatório de avaliação de programa de integridade	3	0	0	0	0	3
	Revisão de relatórios/registro de achados de monitoramento do cumprimento de obrigações de transparência, governo aberto e integridade por parte dos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal ou de entes federativos.	0	10	0	0	0	10
Análise de Atos Normativos	Análise e instrução de Processos de Acordos de Cooperação (por processo).	6	0	0	0	0	6
	Atendimento a consulta (Informações/e-mails ao consulente) - por demanda.	0	1	0	0	0	1
	Produção de conteúdo (estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, texto para site, formulários etc) - por peça	1	2	0	0	0	3
	Publicação periódica de informações na intranet	2	0	0	0	0	2
Comunicação Social	Criação de identidade visual para eventos institucionais.	1	0	0	0	0	1
	Diagramação de publicações (cartilhas, revistas, coletâneas etc).	1	0	0	0	0	1
	Produção/edição de releases e textos jornalísticos.	1	0	0	0	0	1
Operações Especiais	Análise de Dados	7	16	0	0	0	23
	Análise patrimonial - elaboração de relatório.	5	0	0	0	0	5
	ATIVIDADE 8 (Atividade de caráter sigiloso).	64	0	0	0	0	64
	Atividades inerentes à gestão de riscos da SFCOPE.	1	0	0	0	0	1
	Elaboração e Revisão de Procedimentos e Orientações (por peça).	1	0	0	0	0	1
	Homologação de sistemas sob a gestão da SFCOPE.	4	0	0	0	0	4
	OPES- Emissão de PCDP/passagem	16	0	0	0	0	16
	Produção de conteúdo (estudos, análises, cartilhas, manuais, guias, texto para site, formulários etc) - por peça	7	0	0	0	0	7
	Produção de Relatórios e Notas Técnicas	2	4	0	0	0	6
	Projetos - capacitação continuada SFCOPE.	4	0	0	0	0	4
	Revisão de Relatórios e Notas Técnicas	8	5	0	0	0	13
TOTAL		9.041	14.368	1.042	21	1	24.473

Observações:

1.Não houve atividades de Comunicação Social no período.

2.Atividades de Operações Especiais podem ser apresentadas de forma apenas numérica para preservação de sigilo. A descrição fica no âmbito da Unidade Gestora do PGD e da unidade envolvida.

PORTARIA Nº 3.123, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - PGTI/CGU

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere o art. 5º, do Anexo I, do Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, e considerando o disposto na Portaria nº 50.223, de 4 de dezembro de 2015, alterada pela Portaria nº 903, de 11 de abril de 2017, o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, a Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017 e a Portaria nº 2.217, de 20 de agosto de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI) do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), conforme determinação da Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017, e da Portaria nº 2.217, de 20 de agosto de 2018.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Tecnologia da Informação (TI): ativo estratégico que suporta processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações;

II - Governança Digital: utilização, pelo setor público, de recursos de Tecnologia da Informação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos, incentivar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo;

III - Governança de TI: sistema pelo qual o uso atual e futuro de TI é dirigido e controlado, mediante avaliação e direcionamento, para dar suporte à organização e monitorar seu uso para realizar os planos, incluída a estratégia e as políticas de uso de TI dentro da organização;

IV - Gestão de TI: é a atividade responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TI em consonância com a direção definida pela função de governança a fim de atingir os objetivos institucionais;

V - Solução de Tecnologia da Informação: conjunto de sistemas, bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação que se integram para atendimento às necessidades institucionais;

VI - Provimento de solução de TI: ações necessárias para disponibilizar a solução de TI, assegurar seu funcionamento e dar suporte adequado aos usuários, de modo a atender às necessidades do negócio;

VII - Unidade gestora de solução de TI: unidade organizacional responsável pela definição de processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis a uma solução de TI;

VIII - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): Instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período; e

IX - Portfólio de soluções de TI: repositório único de registro de todas as soluções de tecnologia da informação à disposição da CGU, inclusive de origem externa cujo acesso seja permitido a partir do ambiente computacional do órgão.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º A PGTI/CCU tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança e gestão de TI com as estratégias institucionais da CGU, observados os seguintes objetivos específicos:

I - definir os princípios para a governança e gestão de TI na CGU;

II - estabelecer diretrizes para o planejamento de TI, bem como para o provimento e a gestão de soluções de TI;

III - instituir a estrutura de governança para a ação estratégica de TI;

IV - definir os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TI;

V - estabelecer os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TI;

VI - delimitar as interfaces entre as funções de governança e gestão de TI; e

VII - assegurar conformidade da governança e gestão de TI na CGU aos normativos internos e externos sobre o tema.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A governança e a gestão de TI no âmbito da CGU orientam-se pelos princípios estabelecidos nos normativos da Administração Pública Federal, nos normativos internos e pelos estabelecidos a seguir:

I - definição dos processos de governança e gestão de TI de acordo com as disposições legais de modo a obseravar as boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente;

II - direcionamento das ações de TI pela alta direção, com o objetivo de identificar oportunidades e iniciativas que otimizem o uso de TI para o alcance dos objetivos institucionais;

III - monitoramento e avaliação regular, pela alta direção, do alcance das metas definidas no planejamento de TI e da conformidade e desempenho dos processos que suportam a política de governança de TI;

IV - transparência na aplicação dos recursos públicos, no desempenho e nos resultados das ações de TI; e

V - gestão de pessoas por competência, com incentivo ao desenvolvimento técnico e gerencial necessário ao exercício pleno de todas as atribuições dos servidores da área de TI, de acordo com as lacunas de competência identificadas e as necessidades evidenciadas pelos planos e prioridades institucionais.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Seção I

DO PLANEJAMENTO DE TI

Art. 5º O planejamento de TI no âmbito da CGU é formalizado por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Parágrafo único. O PDTI conterá, no mínimo:

I - inventário de necessidades;

II - plano de ações e metas;

III - plano de gestão de pessoas;

IV - plano orçamentário; e

V - plano de gestão de riscos.

Art. 6º O planejamento de TI observará as seguintes diretrizes:

I - ampla participação das unidades organizacionais na elaboração do PDTI;

II - elaboração de planos de TI que contemplem objetivos, prioridades e ações alinhadas às estratégias de governança digital, governança e gestão de TI da Administração Pública Federal, e em consonância com as prioridades institucionais;

III - alocação prioritária dos recursos de TI no provimento de soluções que atendam às demandas estratégicas da CGU, consideradas a relevância, a urgência e os riscos associados;

IV - alinhamento entre o planejamento de TI e a capacidade operacional e os recursos orçamentários necessários à realização das ações planejadas e à gestão da infraestrutura e dos serviços que suportam as soluções de TI existentes; e

V - promoção da transparência ativa, por meio da divulgação, à sociedade, do planejamento de TI e das informações de monitoramento da execução das ações de TI.

Seção II

DO PROVIMENTO E GESTÃO DE SOLUÇÕES DE TI

Art. 7º Para os fins do disposto nesta Portaria, o provimento de soluções de TI compreende as seguintes modalidades:

I - desenvolvimento: construção de soluções, com recursos próprios ou de terceiros, para atender a necessidades específicas da CGU;

II - aquisição: adoção de soluções construídas externamente à CGU, por meio de contratação, recebimento de outros órgãos e entidades ou utilização de software livre; e

III - manutenção: alteração de solução existente para correção de erros, melhoria de qualidade, incorporação de novas funcionalidades, mudança nas regras de negócio ou adaptação a novas tecnologias.

Art. 8º O provimento e a gestão de soluções de TI observarão as seguintes diretrizes:

I - concepção de soluções com foco na integração e na otimização dos processos de trabalho organizacionais;

II - adoção de arquitetura e padrões tecnológicos que satisfaçam os critérios técnicos definidos pela Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI) e se baseiem preferencialmente em padrões de mercado e em diretrizes de interoperabilidade do Governo Federal;

III - adoção da modalidade de provimento que se revelar, justificadamente, mais adequada à realização das estratégias e ao alcance dos objetivos institucionais, observados o custo-benefício e os riscos envolvidos;

IV - contratações de TI sempre precedidas de planejamento, em conformidade com a legislação e normativos vigentes, alinhadas aos planos e estratégias institucionais, e aos princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade;

V - planejamento da contratação com vistas à aquisição, sempre que justificável, de soluções completas, contemplando itens como implementação, treinamento, suporte, operação e demais componentes necessários ao alcance dos objetivos definidos; e

VI - planejamento e gestão da infraestrutura de TI e dos processos operacionais que a suportam com foco na garantia dos níveis de serviço adequados para as soluções de TI.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE TI

Seção I

DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA (CGGE)

Art 9º Compete ao Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE), para efeito do disposto nesta Portaria:

I - estabelecer políticas, diretrizes, objetivos e metas relacionadas ao provimento, gestão e uso de TI;

II - aprovar o planejamento de Tecnologia da Informação e a alocação dos recursos orçamentários destinados à TI, e autorizar alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre o planejamento e a alocação iniciais;

III - avaliar, periodicamente, a execução do planejamento de TI e a evolução dos indicadores de desempenho, de modo a reavaliar prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias; e

IV - deliberar sobre assuntos relativos à Governança Digital.

Seção II

DO COMITÊ GERENCIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

Art 10. O Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação (CGTI) será composto por representantes, titular e suplente, das seguintes unidades organizacionais:

I - Gabinete do Ministro (GabMin);

II - Secretaria Federal de Controle Interno (SFC);

III - Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC);

IV - Corregedoria-Geral da União (CRG);

V - Ouvidoria-Geral da União (OGU);

VI - Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI), que representará a Secretaria-Executiva;

VII - Controladorias Regionais da União;

VIII - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD); e

IX - Diretoria de Gestão Interna (DGI).

§ 1º A presidência do Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação será exercida pela Diretoria de Tecnologia da Informação;

§ 2º Nas proposições e deliberações do CGTI, a posição da Secretaria-Executiva será representada pela consolidação das manifestações das unidades organizacionais dos incisos VI, VIII e IX.

Art 11. Compete ao Comitê Gerencial de Tecnologia da Informação:

I - auxiliar o CGGE na execução de suas competências;

II - coordenar e articular, no âmbito da respectiva unidade organizacional, a identificação de oportunidades de informatização de processos de trabalho e a formulação de demandas para desenvolvimento e aquisição de soluções de TI, assim como de demandas de manutenção de soluções que extrapolem os recursos de TI destinados a esta finalidade;

III - promover, em conjunto com a DTI, a integração dos processos de trabalho institucionais, de modo a evitar duplicidade de soluções de TI em funcionamento ou planejadas no âmbito da CGU;

IV - analisar as demandas para provimento de soluções de TI e elaborar proposta de priorização em alinhamento com as diretrizes estabelecidas nesta Portaria;

V - acompanhar a execução do planejamento de TI, promovendo as articulações necessárias para a adequada condução das ações previstas; e

VI - exercer outras atividades definidas pelo CGGE.

Seção III

DAS UNIDADES GESTORAS DE SOLUÇÕES DE TI

Art. 12. As unidades organizacionais da CGU são responsáveis pela gestão das soluções de TI que automatizam processos de trabalho sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único. As unidades gestoras deverão indicar à DTI os servidores, titular e suplente, responsáveis pela gestão da solução.

Art. 13. Caberá às unidades gestoras, nas soluções de TI sob sua responsabilidade, para fins do disposto nesta Portaria:

I - definir requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis à solução, de modo a maximizar os benefícios para as partes interessadas e promover a integração com as demais soluções de TI em uso na CGU;

II - definir, em conjunto com a DTI, os requisitos de segurança necessários para a obtenção, tratamento, transmissão, uso, armazenamento e descarte das informações recebidas, produzidas ou tratadas pela solução;

III - participar, como requisitante da solução, dos processos de contratação, e exercer, como fiscal requisitante, a fiscalização dos contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres relativos à solução de TI, nos termos da legislação específica;

IV - conduzir, sempre que necessário, e em conjunto com a DTI, negociações com órgãos e entidades envolvidos, para viabilizar o acesso e uso de solução provida pela CGU por parte do público externo, assim como de acesso e uso, na CGU, de solução provida por terceiros;

V - homologar as funcionalidades da solução dentro dos prazos acordados, e autorizar a implantação inicial e posteriores mudanças da solução em ambiente de produção;

VI - definir, em conjunto com a DTI, estratégia de implantação da solução, considerando as necessidades de divulgação e capacitação dos usuários, os processos e serviços de suporte à solução;

VII - planejar e promover, com o apoio técnico da DTI, as ações de capacitação inerentes ao uso da solução de TI, incluindo elaboração, disponibilização e atualização de manuais, roteiros de atendimento, informes e orientações necessárias à compreensão de conceitos e processos de trabalho associados à utilização da solução de TI;

VIII - avaliar, em conjunto com a DTI, as solicitações de paradas programadas das soluções de TI;

IX - definir e revisar periodicamente os privilégios, perfis e direitos de acesso de usuários às funcionalidades e às informações disponibilizadas pela solução, bem como as regras de concessão e de revogação de acesso;

X - receber, analisar e tratar as solicitações de mudanças ou de informações relativas a regras de negócio, requisitos e uso da solução;

XI - propor à DTI prioridades de atendimento às demandas de manutenção de solução de TI, observadas as estratégias institucionais, os benefícios esperados e os recursos de TI destinados a esta finalidade;

XII - reavaliar, periodicamente, os benefícios, a necessidade, a utilidade e o uso da solução e informar à DTI sobre razões que possam ensejar a descontinuidade da solução; e

XIII - autorizar previamente a disponibilização de informações e concessão de bases de dados a outros órgãos e entidades.

Seção IV

DA UNIDADE ORGANIZACIONAL EXECUTIVA

Art. 14. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional executiva responsável pela ação estratégica de Tecnologia da Informação da CGU.

Art. 15. Caberá à DTI, para fins do disposto nesta Portaria:

I - planejar, desenvolver, executar e monitorar as atividades de TI, em consonância com a direção definida pelo CGGE;

II - assessorar o CGGE na implementação das práticas de governança de TI, de acordo com as diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Portaria;

III - realizar as funções de secretaria-executiva do CGGE para a ação estratégica de Tecnologia da Informação;

IV - coordenar as ações relacionadas à elaboração e acompanhamento do planejamento de TI;

V - propor a alocação de recursos orçamentários destinados à tecnologia da informação e planejar e acompanhar, em articulação com as unidades organizacionais competentes, o uso desses recursos para contratação de bens e serviços de TI necessários à execução das estratégias e ações de TI;

VI - coletar, validar e avaliar as metas e métricas de desempenho da TI, bem como reportar, de forma sistematizada, os seus resultados para o CGGE;

VII - dar publicidade às informações sobre o andamento das ações de TI;

VIII - prover ambiente computacional adequado para desenvolvimento, teste, homologação, treinamento e uso das soluções de TI;

IX - apoiar o CGTI e a unidade gestora da solução no processo de captura e tratamento de demandas, assim como na formulação de propostas de solução técnica para necessidades de negócio a serem tratadas por meio de solução de tecnologia da informação;

X - conduzir as atividades de provimento das soluções de tecnologia da informação sob sua responsabilidade;

XI - informar a unidade gestora da solução sobre paradas programadas e incidentes relacionados a soluções nos ambientes de homologação, de treinamento e de produção;

XII - decidir, em situação de emergência, sobre a interrupção de funcionamento de solução de TI, comunicando tempestivamente à unidade gestora da solução; e

XIII - participar, como área técnica, dos processos de contratação e exercer a fiscalização técnica dos contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres relativos à solução de TI, nos termos da legislação específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos no âmbito desta Secretaria-Executiva.

Art. 17. Ficam revogadas a Portaria nº 1.693, de 16 de setembro de 2016, e a Portaria nº 1.433, de 3 de julho de 2017.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.064, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027080/2018-17, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LANDIONEI DA SILVA PEREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 06.319.542/0001-08, localizada na rua Quinze de Novembro, nº 5406, Sala B, bairro Centro, Uruguaiana - RS, CEP 97.501-532, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.065, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.030703/2018-39, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACA MINAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 86.491.750/0004-71, localizada na rua Ramiro Julio Ferreira, nº 214 Centro, Piumhi/MG, CEP 37925-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.066, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027879/2018-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARCIANE LAZZAROTTO ME, inscrita no CNPJ nº 26.442.980/0001-76, localizada na Rua Alcides Santa Rosa, nº 542, Bairro Guarani, Garibaldi - RS, CEP: 95.720-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.067, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027601/2018-36, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa INCELPLAC IND E COM DE MAT ELÉTRICOS E PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 79.151.825/0001-67, localizada na Av Sebastião Camargo Ribas nº 366, bairro Bonsucesso, Guarapuava - PR, CEP 85.060-340, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.068, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.030531/2018-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa GEROGE WILSON LELIS OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.667.693/0001-97, localizada na Rua Humberto de Campos, nº 240, bairro Centro, Guanambi - BA, CEP 46.430-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.069, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027508/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CHAPEPLACAS PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 27.236.076/0001-77, localizada na Av. Fernando Machado, nº 1104 D, bairro Centro, Chapecó - SC, CEP 89.802-111, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.070, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.028690/2018-38, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa F.R. FARIAS NOBRE, inscrita no CNPJ 03.668.125/0001-82, localizada na Padre Thiago, 88, 7 BEC. Estação Experimental, Bairro Bosque, Rio Branco/AC, CEP 69908210, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.071, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.031070/2018-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PAULO ROBERTO DE SOUZA FREITAS - ME, inscrita no CNPJ nº 00.285.399/0001-02, localizada na Rua 01, nº 221, Urbis III, bairro Jardim Primavera, Itabuna - BA, CEP 45.608-515, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.072, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.022861/2018-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MINAS PLACAS AUTOMOTIVAS DE MURIAÉ LTDA - ME?, inscrita no CNPJ nº 11.031.620/0001-04, localizada na Rua José de Freitas Lima Júnior, nº 16, bairro Safira, Muriaé - MG, CEP 36.880-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.073, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.025887/2018-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLAC PONTES COMERCIAL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 24.494.413/0001-38, localizada na Rua Tenente Ferreira Maldos, 101, Centro, Parnamirim - RN, CEP 59.140.220, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.074, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.025500/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa CAMARÁ PLACAS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 24.931.102/0001-99, localizada na Estrada de Aldeia, n° 2791 - Tabatinga, Quandra A3, Lote 010-A, Jardim São Jorge, Camaragibe - PE, CEP 54.756-037, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro)meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.075, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.024520/2018-84, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FÁBRICA E COMÉRCIO DE PLACAS BERNARDO LTDA ME, inscrita no CNPJ 11.446.752/0001-05, localizada na Rua Rio Grande do Sul, 594, Centro, Porecatu - PR, CEP 86.160-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.076, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.029736/2018-36, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa STAMPA PLACAS E LETREIROS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 38.543.013/0001-80, localizada na Rua Bernardo Mascarenhas, nº 1150, Bairro Fabrica, Juiz de Fora - MG, CEP - 36.080-001, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.077, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.034864/2018-00, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa Valterly Mariano Ferraz ME, inscrita no CNPJ 07.678.017/0002-22, localizada na Avenida Luiz Gonzaga, nº 14 - Centro, município de Exu/PE, CEP - 56.230-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.078, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.032336/2018-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ANTONIO A DINIZ - ME, inscrita no CNPJ nº 24.702.234/0001-49, localizada na Avenida Cezário Aragão (Lot. M. Morais), Bairro São Cristovão, Santa Cruz do Capibaribe - PE, CEP: 55.194-13, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.079, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027039/2018-41, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa REAL PLACAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 13.486.495/0001-52, localizada na Avenida Oito nº 115, Frimisa, Santa Luzia/MG - Cep: 33.045-090, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.080, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.029700/2018-52, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS CAPONI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.913.525/0001-83, localizada na Avenida João Pinheiro, 526, Marcal Santos, Centro, Poços de Caldas - MG, CEP 37.701-386, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.081, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027061/2018-91, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ALMADO COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.653.971/0001-42, localizada na Rua Comendador Coruja, nº 249, Loja 02, bairro Floresta, Porto Alegre - RS, CEP 90.220-180, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.082, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.027263/2018-32, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BETEL RC PLACAS PARA VEÍCULOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 24.282.721/0001-08, localizada na Rua Cândido de Souza, nº 1684, Bairro Nova Gameleira, Belo Horizonte - MG, CEP 30.510-070, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.083, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

Considerando as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

Considerando o constante no processo administrativo nº 80000.032420/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ARTE PLACA FABRICAÇÃO DE PLACAS E LETREIROS LTDA., inscrita no CNPJ nº 31.612.027/0001-69, localizada na Rua Lopes Rodrigues, nº 25 "B", Bairro Brasília, Feira de Santana - BA, CEP: 44.089-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

PORTARIA Nº 677, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Divulga seleção de proposta para Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros (REFROTA17), apresentada no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, setor privado.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso das atribuições que foram delegadas por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 363, de 08 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 09 de maio de 2017, seção 1, página 35;

Considerando a Instrução Normativa nº 7, de 13 de janeiro de 2017, publicada no DOU, de 16 de janeiro de 2017, seção 1, página 30, alterada pela Instrução Normativa nº 34, de 06 de setembro de 2017, publicada no DOU de 08 de setembro de 2017, Seção 1, páginas 714 a 716, que estabeleceu procedimento específico para a seleção de propostas de operação de crédito para Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros (REFROTA17), apresentadas no âmbito do Pró-Transporte;

Considerando que o agente financeiro manifestou-se pelo enquadramento no REFROTA17 da proposta veiculada na carta-consulta constante dos autos do processo nº 80140.000837/2018-21;, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de proposta do setor privado, na forma do Anexo, referente à aquisição de ônibus para transporte público coletivo urbano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INÁCIO BENTO DE MORAIS JÚNIOR

ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS REFROTA17 - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PRIVADO

PROPONENTE	OBJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR DE FINANCIAMENTO R$	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	Processo SEI
Gire Transportes Ltda.	Aquisição de 25 ônibus	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	9.500.000,00	Rio de Janeiro - RJ	80140.000837/2018-21

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 75, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO- FUNAG, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 17, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de fevereiro de 2017, conforme previsto no Decreto n° 5.980, de 6 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2006, no Decreto n° 8.911, de 22 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2016, com o Regimento Interno da Fundação, aprovado pela Portaria n° 9, de 9 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de fevereiro de 2017 e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1° O Art. 2°, da Portaria n° 33, de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O CGRC será composto pelo Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, que o presidirá, pelo Coordenador(a)-Geral de Administração, Orçamento e Finanças, pelo Coordenador(a)-Geral de Projetos, pelo Procurador(a) Federal Chefe e pelo Ouvidor da FUNAG."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA MARTINS ALVES

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 476, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A, inciso II e 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, na Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011, na Portaria MME nº 339, de 15 de agosto de 2018, e o que consta no Processo nº 48340.005491/2018-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Filial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0002-07, com Escritório Central na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 13º Andar, Bairro Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada Autorizada, a importar energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai, devendo observar as diretrizes estabelecidas na Portaria MME nº 339, de 15 de agosto de 2018.

§ 1º A importação da República Argentina deverá ocorrer por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas no Município de Garruchos, e da Conversora de Frequência de Uruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina.

§ 2º A importação da República Oriental do Uruguai deverá ocorrer por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do Livramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º A importação da República Oriental do Uruguai por meio das Estações Conversoras de Frequência de Rivera e de Melo deverá ser precedida de Autorização ou Contrato para utilizar as respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010.

§ 4º A autorização de que trata o caput terá vigência de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A importação de energia elétrica de que trata esta autorização não deverá afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, segundo os critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Parágrafo único. A energia importada será destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 339, de 2018.

Art. 3º As transações decorrentes da importação de energia elétrica, objeto desta autorização, deverão atender as seguintes condições:

I - as estabelecidas na Portaria MME nº 339, de 2018;

II - as definidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

III - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

IV - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

V - o disposto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 225, de 18 de julho de 2006, e nº 783, de 26 de setembro de 2017.

Art. 4º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a cumprir os seguintes requisitos:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à importação e comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no prazo de dez dias úteis após a publicação da autorização de importação;

V - informar mensalmente à ANEEL no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE, todas as transações de importações realizadas;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que rege a importação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de importação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com a atividade de importação autorizada, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de importação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 5º A importação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverá ser suportada pelos seguintes Contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST;

II - Autorização ou Contrato para utilizar as Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010;

III - Contratos de Compra de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Argentina para atendimento à importação, quando aplicável; e

IV - Contratos de Compra de Energia Elétrica celebrados com os Geradores da República Oriental do Uruguai para atendimento à importação, quando aplicável.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL os Contratos referidos nos incisos I e II até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos nos incisos III e IV deverão ser registrados na ANEEL e na CCEE, em conformidade com a regulamentação.

Art. 6º A presente autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 7º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia a ser importada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a importação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.453, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005661/2018-54. Interessada: Engie Transmissão de Energia Ltda. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha que perfaz o seccionamento da Linha de Transmissão Areia - Ponta Grossa Norte C1, na Subestação Ponta Grossa, com 2,75 km de extensão, 40 metros de largura de faixa de servidão, tensão nominal de operação de 230 kV, circuito duplo, início na LT 230 kV Areia - Ponta Grossa Norte C1 e término na instalação Subestação Ponta Grossa, no município de Ponta Grossa, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 832, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3°, incisos XIV e XVII da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 1° e 4° da Lei n° 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 1°, §1°, inciso II, e no art. 2°, §1°, do Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do processo n° 48500.001577/2018-61, decide:

Art. 1° Aprovar as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL:

I - na forma dos módulos do Anexo I, com vigência a partir da contabilização do mês de referência de janeiro de 2019;

II - na forma dos módulos do Anexo II, com vigência a partir da contabilização do mês de referência de janeiro de 2020.

III - na forma dos módulos do Anexo III, conforme respectiva vigência, sendo que:

a) o módulo de Receita de Venda de CCEAR, versão 2018.1.1, deverá ser recontabilizado nos meses em que houver efeito financeiro;

b) a CCEE deverá implementar no SLC as alterações referentes aos módulos de Receita de Venda de CCEAR e Contratos, versão 2018.1.1.

Parágrafo Único. A CCEE deverá proceder à revisão dos Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica - PdC que devam ser alterados em decorrência das Regras de Comercialização de Energia Elétrica de que trata o art. 1º e encaminhá-los para aprovação em até 90 dias corridos, contados da publicação desta Resolução Normativa, devendo incluir em sua manifestação:

I - descritivo conceitual detalhado para cada PdC;

II- evidenciação adequada da conexão entre o descritivo de que trata o inciso I do Parágrafo Único e as premissas modificadas em cada PdC; e

III - fundamentos legais e regulatórios devidos, especialmente para as mudanças adicionais sem conexão direta com Regras de Comercialização de que trata o art. 1º.

Art. 2º Determinar à CCEE incorporar o disposto no inciso II do art. 1º ao Sistema de Contabilização e Liquidação, a partir de julho de 2019, de forma a disponibilizar a contabilização "sombra" para acompanhamento dos impactos pelos agentes até sua efetiva implantação, em janeiro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

ANEXO I

Módulos das Regras de Comercialização versão 2019

Módulo	Vigência	Versão aprovada
Preço de Liquidação das Diferenças	jan/19	2019.1.0
Medição Contábil	jan/19	2019.1.0
Garantia Física	jan/19	2019.1.0
Contratos	jan/19	2019.1.0
Comprometimento de Usinas	jan/19	2019.1.0
Encargos	jan/19	2019.1.0
Consolidação de Resultados	jan/19	2019.1.0
Penalidades de Energia	jan/19	2019.1.0
Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/TUST	jan/19	2019.1.0
Reajuste dos Parâmetros da Receita de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)	jan/19	2019.1.0
Receita de Venda de CCEAR	jan/19	2019.1.0
Contratação de Energia de Reserva	jan/19	2019.1.0
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	jan/19	2019.1.0
Alocação de Geração Própria	jan/19	2019.1.0
Glossário de Termos / Interpretações e Relação de Acrônimos	jan/19	2019.1.0

ANEXO II

Módulos das Regras de Comercialização versão 2020

Módulo	Vigência	Versão aprovada
Preço de Liquidação das Diferenças	jan/20	2020.1.0
Medição Física	jan/20	2020.1.0
Medição Contábil	jan/20	2020.1.0
Garantia Física	jan/20	2020.1.0
Mecanismo de Realocação de Energia	jan/20	2020.1.0
Contratos	jan/20	2020.1.0
Balanço Energético	jan/20	2020.1.0
Tratamento de Exposições	jan/20	2020.1.0
Comprometimento de Usinas	jan/20	2020.1.0
Encargos	jan/20	2020.1.0
Consolidação de Resultados	jan/20	2020.1.0
Penalidades de Energia	jan/20	2020.1.0
Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/TUST	jan/20	2020.1.0
Reajuste dos Parâmetros da Receita de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)	jan/20	2020.1.0
Receita de Venda de CCEAR	jan/20	2020.1.0
Contratação de Energia de Reserva	jan/20	2020.1.0
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	jan/20	2020.1.0
Votos e Contribuição Associativa	jan/20	2020.1.0
Alocação de Geração Própria	jan/20	2020.1.0
Regime de Cotas de Garantia Física e Energia Nuclear	jan/20	2020.1.0
Repasse do Risco Hidrológico do ACR	jan/20	2020.1.0
Glossário de Termos / Interpretações e Relação de Acrônimos	jan/20	2020.1.0

ANEXO III

Módulos das Regras de Comercialização

Módulo	Vigência	Versão aprovada
Receita de Venda de CCEAR	mai/16	2016.2.4
Receita de Venda de CCEAR	jul/16	2016.3.4
Contratos	jan/17	2017.2.2
Receita de Venda de CCEAR	jan/17	2017.2.2
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	jan/17	2017.2.2
Contratos	jan/18	2018.1.1
Receita de Venda de CCEAR	jan/18	2018.1.1
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	jan/18	2018.1.1

DESPACHO Nº 2.682, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004950/2018-36, decide: (i) aprovar a realização do "X Congresso de Inovação Tecnológica e Eficiência Energética no Setor Elétrico - CITEENEL", a ser realizado na cidade da Campinas / SP, sob coordenação local da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, com o tema central "Inovação e Eficiência no Contexto do Setor Elétrico do Futuro: digitalização, descentralização e eletrificação"; e (ii) determinar que sejam iniciadas as atividades dos Comitês Organizador e Técnico-Científico, de modo a realizar o X CITEENEL em outubro de 2019, com prazo até o fim de janeiro de 2019 para definição precisa da data de realização do evento.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.195, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003700/2015-36. Interessado: Brix Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Cachoeira da Fumaça, com 8.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.030444-1.01, localizada no rio Tronqueiras, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Coroaci, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.632, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.005701/2018-68. Interessado: Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Decisão: Autorizar a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.270.778/0001-71, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.615, de 13 de novembro de 2018, constante do Processo nº 48500.002665/2018-81, publicado resumo no DOU de 19 de novembro de 2018, seção 1, pág. 182, v. 155, n. 221, onde se lê: "... noa município de Junco de Seridó e Santa Luzia... ", leia-se: "... nos municípios de Junco do Seridó e Santa Luzia...". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.639, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.002894/2018-03. Interessadas: Riacho Preto Energética S.A., Lagoa Grande Energética S.A., Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda. e São Luiz Energia S.A. Decisão: anuir à prorrogação do prazo estabelecido no Despacho nº 1.528/2018, em até 120 (cento e vinte) dias para implementação da operação de transferência de controle societário indireto das interessadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.654, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003955/2017-61. Interessada: Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN Decisão: anuir previamente à prorrogação do prazo estabelecido no Despacho nº 1.763/2018, em 120 (cento e vinte) dias para operação de incorporação da Interessada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.677, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005892/2018-68. Interessada: São Sebastião Empreendimentos S.A. Decisão: anuir previamente à operação de transferência de controle societário direto da empresa São Sebastião Empreendimentos S.A. que passará a ser controlada pela empresa Ritmo Energia S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.688, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Documento nº 48500.005886/2014-87. Interessadas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. e Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: anuir previamente à celebração dos Contratos de Prestação de Serviços de Informática e Licenciamento de Softwares entre as Interessadas (contratantes) e sua parte relacionada, Energisa S.A. (Contratada), na forma das minutas apresentadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.689, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.003571/2015-86, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Fortaleza (Código CEG: UTE.GN.CE.028357-6.01), no valor de R$ 164,36/MWh (cento e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (ii) determinar à CGTF que encaminhe à ANEEL a atualização do valor de CVU da UTE Fortaleza sempre que houver alteração de algum parâmetro que compõe a estrutura de custo variável da Usina.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.170, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.004881/2018-13 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Fica a Empresa Cerradinho Logística Ltda., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 09.457.708/0001-40, autorizada a operar um Terminal Terrestre para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classe I a III (Norma ABNT NBR 17.505) no município de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

LUCIANA ROCHA DE MOURA ESTEVÃO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização n° 1.165, de 14 de novembro 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 220 de 16/11/2018, Seção 1, página 115, e publicada na íntegra no sítio eletrônico da ANP, onde se lê "Terminal de Combustíveis de Paulínia Ltda.", leia-se "Terminal de Combustíveis Paulínia S.A." e, no conteúdo da Tabela "Características dos Tanques de Armazenamento".

Onde se lê:

Tanque TAG	Diâmetro médio (m)	Altura útil (m)	Capacidade tabelada (m3)
TQ-01	41,935	16,690	20.486,810
TQ-02	41,968	14,770	20.783,022
TQ-03	41,949	14,770	20.703,667
TQ-04	41,948	14,660	20.555,782
TQ-05	20,976	14,710	5.143,520
TQ-06	20,960	14,870	5.191,993
TQ-07	20,961	14,730	5.155,954
TQ-08	20,954	14,650	5.127,180
TQ-10	61,007	14,710	43.658,998
TQ-11	61,010	14,760	44.001,843

Leia-se:

Tanque TAG	Diâmetro médio (m)	Altura útil (m)	Capacidade tabelada (m3)
TQ-01	41,935	14,690	20.486,810
TQ-02	41,968	14,770	20.783,022
TQ-03	41,949	14,770	20.703,667
TQ-04	41,948	14,660	20.555,782
TQ-05	20,976	14,710	5.143,520
TQ-06	20,960	14,870	5.191,993
TQ-07	20,961	14,730	5.155,954
TQ-08	20,954	14,650	5.127,180
TQ-10	61,007	14,710	43.658,998
TQ-11	61,010	14,760	44.021,781

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 16/2018/DF

Fase de Requerimento de Lavra

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XVIII do caput do art. 2°, da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017 (Lei Criação da Agência Nacional de Mineração - ANM e Extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), conforme interpretação fixada no PARECER n. 0033/2018/DECOR/CGU/AGU, aprovado pela Advogada-Geral da União em despacho de 21 de maio de 2018 (Processo n° 48390.000051/2018-59), resolve:(2132)

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 198/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 860.315/1994-MB CAPITAL TRANSPORTE DE AREIA LTDA ME-AREIA-Municipio(s) de HIDROLINA/GO, SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO, URUAÇU/GO

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 199/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 820.156/2002-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-AREIA-Municipio(s) de REGISTRO/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 200/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 820.322/2002-BRASPLAN COMERCIAL CONSULTORIA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA.-BASALTO-Municipio(s) de CAMPINAS/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 201/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 820.145/2005-MINERAÇÃO ANTEGHINI LTDA ME-ARGILA-Municipio(s) de LEME/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 202/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 820.799/2008-ECTA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-AREIA-Municipio(s) de CERQUEIRA CÉSAR/SP, PIRAJU/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 203/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 820.899/2008-L.A DINALLO ME-AREIA-Municipio(s) de FLORA RICA/SP, SANTO EXPEDITO/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 204/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 815.478/2010-COMERCIAL DACLANDE LTDA-GRANITO-Municipio(s) de IBIRAMA/SC

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 205/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 821.379/2011-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-CASCALHO, AREIA-Municipio(s) de AVARÉ/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 206/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 821.380/2011-MLG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-CASCALHO, AREIA-Municipio(s) de AVARÉ/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 207/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 860.602/2013-AREIA MENEZES LTDA ME-AREIA-Municipio(s) de ARAGUARI/MG, CUMARI/GO

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 208/2018, de 20 DE NOVEMBRO DE 2018 - DNPM nº 861.385/2014-CASCALHEIRA SÃO PAULO EIRELI ME-CASCALHO-Municipio(s) de SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO/GO

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 44/2018/PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

9049/2018-803.136/2018-RAIMUNDO NONATO NUNES SOARES-
9050/2018-803.143/2018-MINERACAO NORDESTE LTDA-
9051/2018-803.146/2018-ROSANA DE CARVALHO SOUSA-
9052/2018-803.170/2018-CARLOS EDUARDO PORTELA LEITE-
9053/2018-803.177/2018-LOMACON LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-
9054/2018-803.179/2018-MARIANO GAYOSO CASTELO BRANCO NETO-
9055/2018-803.180/2018-NILSON JOSÉ DOS SANTOS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9056/2018-803.131/2018-SERRA NORTE GRANITOS EIRELI-
9057/2018-803.133/2018-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9058/2018-803.155/2018-OPALA PRIME LTDA-
9059/2018-803.156/2018-OPALA PRIME LTDA-

9060/2018-803.158/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9061/2018-803.159/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9062/2018-803.160/2018-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
9063/2018-803.161/2018-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
9064/2018-803.162/2018-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
9065/2018-803.163/2018-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
9066/2018-803.164/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9067/2018-803.165/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9068/2018-803.166/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9069/2018-803.167/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
9070/2018-803.168/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9071/2018-803.108/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9072/2018-803.109/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9073/2018-803.110/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9074/2018-803.111/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9075/2018-803.112/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9076/2018-803.113/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9077/2018-803.114/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9078/2018-803.115/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9079/2018-803.116/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9080/2018-803.117/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9081/2018-803.118/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9082/2018-803.119/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9083/2018-803.120/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9084/2018-803.121/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9085/2018-803.122/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9086/2018-803.123/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9087/2018-803.124/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9088/2018-803.125/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9089/2018-803.126/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9090/2018-803.127/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9091/2018-803.128/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9092/2018-803.129/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9093/2018-803.130/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
9094/2018-803.138/2018-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA-
9095/2018-803.157/2018-BRUNO DE JESUS SILVA-
9096/2018-803.175/2018-A S BENTES LICENCIA ENGENHARIA EIRELI-
9097/2018-803.176/2018-A S BENTES LICENCIA ENGENHARIA EIRELI-
9098/2018-803.183/2018-C S ALVES MINERACAO, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 48/2018/AL

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9099/2018-844.011/2018-INVENTO GEOSOLUCOES LTDA - EPP-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 133/2018/ES

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9042/2018-896.072/2017-ROMULO AZEVEDO DE MENDES ME-
9043/2018-896.094/2017-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-
9044/2018-896.015/2018-NUTRIGÁS S.A.-
9045/2018-896.070/2018-LILIANE COSTA BRASILEIRO ARRUDA-
9046/2018-896.109/2018-TRASCOL TRATORES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-
9047/2018-896.132/2018-MARCIO CARLOS PRUDENCIO SALGADO-
9048/2018-896.133/2018-KARIO LINHALIS DALLA BERNARDINA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 145/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9035/2018-848.237/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9036/2018-848.238/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9037/2018-848.239/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9038/2018-848.240/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9039/2018-848.241/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9040/2018-848.242/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
9041/2018-848.243/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 169/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9031/2018-815.700/2016-MINERAÇÃO RIO DO VALE LTDA. ME-
9032/2018-815.402/2017-ALEXANDRE RODRIGUES-
9033/2018-815.308/2018-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA. EPP.-
9034/2018-815.406/2018-JORGE LUIZ DE SOUZA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 197/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
8971/2018-872.728/2016-COMPANHIA DE AREIA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
8972/2018-871.106/2014-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA.-
8973/2018-872.182/2015-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-
8974/2018-871.058/2017-LEONARDO CÍCERO DINIZ-
8975/2018-871.130/2017-SUL STONES INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-
8976/2018-871.826/2017-B & W MINERAÇÃO DO BRASIL-
8977/2018-872.025/2017-JOÃO BATISTA FREITAS CASTRO-
8978/2018-870.398/2018-JOSE ALVES FILHO-
8979/2018-870.399/2018-JOSE ALVES FILHO-
8980/2018-870.402/2018-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
8981/2018-870.533/2018-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
8982/2018-870.573/2018-M.M. TERRAPLANAGEM LTDA ME-
8983/2018-870.591/2018-CCM CLUBE DE BENEFICIOS EIRELI ME-
8984/2018-870.593/2018-QUARTZOMIX MINERAIS LTDA-
8985/2018-870.612/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
8986/2018-870.616/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
8987/2018-870.617/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
8988/2018-870.618/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
8989/2018-870.619/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-
8990/2018-870.634/2018-MATEUS DE ANGELI ALTOÉ-
8991/2018-870.635/2018-MATEUS DE ANGELI ALTOÉ-
8992/2018-870.638/2018-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
8993/2018-870.845/2018-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-
8994/2018-870.908/2018-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-
8995/2018-870.919/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
8996/2018-870.920/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
8997/2018-870.921/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
8998/2018-870.922/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
8999/2018-870.923/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
9000/2018-870.930/2018-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA EPP..-
9001/2018-870.984/2018-NATURAL STONE LTDA-
9002/2018-870.989/2018-NATURAL STONE LTDA-
9003/2018-871.008/2018-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-
9004/2018-871.012/2018-EULALIO CRISTOVAM DE OLIVEIRA BRAGA ME-
9005/2018-871.028/2018-PEDRAS DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
9006/2018-871.089/2018-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-
9007/2018-871.090/2018-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9008/2018-870.671/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME-
9009/2018-870.672/2013-DEMATER DIESEL EMPREENDIMENTOS LTDA ME-
9010/2018-870.854/2017-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
9011/2018-871.926/2017-ELEKTRO LITHIUM MINING PARTICIPACOES S.A.-
9012/2018-870.790/2018-SUDAMERICA LTDA-
9013/2018-870.943/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
9014/2018-871.016/2018-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-
9015/2018-871.017/2018-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-
9016/2018-871.018/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
9017/2018-871.037/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9018/2018-871.038/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9019/2018-871.039/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9020/2018-871.040/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9021/2018-871.041/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9022/2018-871.063/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9023/2018-871.064/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9024/2018-871.065/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9025/2018-871.066/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9026/2018-871.067/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9027/2018-871.068/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9028/2018-871.069/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9029/2018-871.070/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
9030/2018-871.071/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 277/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito anuência da Cessão Total de Direitos(103)
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- DOU de 20/04/2012, relação nº 14/2012, página 77, seção 1 e averbado em 23/04/2012.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.122/2001-MINERAÇÃO ITAPERUNA LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.- CPF ou CNPJ 05.254.386/0001-81- Alvará n°6444/2001
Torna sem efeito anuência da Cessão Parcial de Direitos(533)
858.090/2005-MAX TONNY LOPES ANDRADE- DOU de 20/12/2013, relação nº 55/2013, página 123, seção 1 e averbado em 09/01/2014.
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:WERLEN TAVARES DE SOUZA- CPF ou CNPJ - DNPM 858.075/2001-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA-ALVARÁ DE PESQUISA N° 9895/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
896.100/2001-JOSÉ ANTÔNIO GUIDONI.- ALVARÁ DE PESQUISA n° 4760/2001 - Cessionário: MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.- CNPJ 05.254.386/0001-81
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:WERLEN TAVARES DE SOUZA- CPF ou CNPJ - DNPM 803.611/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA-PORTARIA DE LAVRA N° 292/1986
Exequente:WERLEN TAVARES DE SOUZA- CPF ou CNPJ - DNPM 803.612/1978-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DO LOURENÇO LTDA-PORTARIA DE LAVRA N° 291/1986
Fase de Licenciamento
Autoriza a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1954)
DNPM 861.588/2008-SÔNIA MARIA DA SILVA-Sucessor:ABERKILEI FORTALEZA DA SILVA- CPF/CNPJ819.474.611-68- Cessionario:PEDREIRA RIO VERDE FORTALEZA LTDA. - CPF/CNPJ08.987.247/0001-55- REGISTRO DE LICENÇA N° 006/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 278/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
831.163/2000-HELENA PEREIRA DOS SANTOS FARIA- Publicado DOU de 10/10/2018, Relação nº 237/2018, Seção 1, página 7 e sua averbação.
Retificação de despacho(1389)
860.159/1989-MINERADORA AFRANIO ROBERTO DE SOUZA LTDA - Publicado DOU de 03/05/2006, Relação n° 147/2006, Seção 1, pág. 59- Onde se lê: ''...autorizo a averbação dos atos de Arrendamento de Concessão de Lavra. (4.49)...'' ''Objeto do Arrendamento: 860.159/89 - Portaria nº 328/01 - Goiânia e Aparecida de Goiânia/GO...'', Leia-se:''...autorizo a averbação dos atos de Arrendamento Parcial de Concessão de Lavra. (5.58)...'' ... Objeto do Arrendamento: 860.159/89 - Parte da Portaria nº 328/01, correspondente a 44,49 ha referente ao processo DNPM n° 860.591/18 - Goiânia e Aparecida de Goiânia/GO...''

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 193/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
870.687/2016-EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA.- AI N°0468/2018
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
870.772/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Publicado DOU de 10/10/2018
Torna sem efeito despacho publicado(192)
870.927/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- DOU de 18/10/2018
870.929/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- DOU de 18/10/2018
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
870.619/2014-JEAN KARLO LUDOVINO MILBRATZ- AI N°382/2018
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
970.042/1991-Jacobina Mineração e Comércio Ltda- AI N°645,646 e 769/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 196/2018/BA

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
872.431/2009-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA - Publicado DOU de 31/12/2014, Relação n° 238/2014, Seção , pág. - Onde se lê: "... Quartzo,..." Leia-se: "...Quartzito,..."

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 516/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.466/2014-HELIO CORREIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
833.229/2015-DIAMANTINA SERVIÇOS E NEGÓCIOS LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 517/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.110/2014-ARGEMIRO C. DE OLIVEIRA JÚNIOR-ALVARÁ N°4089/2014
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
834.046/2012-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9008/2014
830.820/2013-DBP MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°1329/2015

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 518/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
832.897/2012-BHP BILLITON BRASIL LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 520/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.367/2014-MACARANI MINERAÇÃO LTDA
830.650/2015-SAUL CHAVES JARDIM
830.223/2018-MINERBRÁS MINERAÇÕES LTDA ME
830.565/2018-JULIO CÉSAR VILAÇA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.295/2009-DRAGA DE AREIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.-OF. N°2175/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.256/2010-JOSÉ FERNANDO MARTINS PEREIRA-OF. N°2192/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
831.295/2009-DRAGA DE AREIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.-2169/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.256/2010-JOSÉ FERNANDO MARTINS PEREIRA-2194/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
832.753/2015-JOSÉ HENRIQUE DE SIQUEIRA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
834.864/2007-MINERAÇÃO LESTE LTDA EPP - AI N°128/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.448/2008-EDMAR MARIANO RODRIGUES - AI N°510/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.449/2008-EDMAR MARIANO RODRIGUES - AI N°511/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.532/2008-VAREJAO CINQUENTA E UM LTDA - AI N°559/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.556/2008-TEMAY COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - AI N°570/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.590/2008-ÉNIO AVILA DE MARCO - AI N°560/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.683/2008-JAGUARA FORNECEDORA DE MATERIAIS LTDA ME - AI N°550/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.073/2008-ROSENY FERNANDES PORTUGAL - AI N°588/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.112/2008-MINERAÇÃO NÍQUEL SANTA MARIA LTDA. - AI N°589/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.246/2008-CRISTINA BAETA NEVES DINIZ - AI N°562/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.273/2008-OLÍCIO FERNANDES MORAES - AI N°563/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.415/2008-MANOEL DE MATOS JUNIOR - AI N°595/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.434/2008-SAULO MARCOS FERREIRA - AI N°597/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.475/2008-RODOLFO RAUSCH SILVA - AI N°565/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.573/2008-JOAO ANTONIO FERNANDES ME - AI N°542/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.991/2008-JOSE HENRIQUE SILVA DE ABREU - AI N°574/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.014/2008-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA - AI N°463/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.505/2008-RODOLFO RODRIGUES ABREU - AI N°585/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.507/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°583/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.510/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°584/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.378/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA - AI N°467/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.379/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA - AI N°468/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.839/2008-RODOLFO RODRIGUES ABREU - AI N°586/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.243/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA - AI N°469/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.740/2008-RURALPAR LTDA - AI N°822/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.831/2008-GILSON BATISTA MAIA - AI N°513/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.713/2009-MINERAÇÃO IRMÃOS PEREIRA - AI N°575/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.753/2010-CARLOS CEZAR SANTOS - AI N°174/2016-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.701/2010-GETULIO ALVES SOUTO - AI N°581/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.967/2010-GETULIO ALVES SOUTO - AI N°582/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.591/2013-FERNANDO FELIS GUEDES - AI N°577/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.728/1973-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2207/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
808.409/1974-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2207/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.064/1983-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2207/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
830.913/2009-ANTONIO IONE TEIXEIRA DE JESUS - PLG N°28/2018 de 08/11/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.114/2002-CERÂMICA NACIONAL APARECIDA LTDA-OF. N°2263/2018/MG/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
831.883/2005-DRAGAGEM PIONEIRA LTDA-OF. N°2127/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.326/2010-PLANEJAR ENGENHARIA DE PROJETOS & NEGÓCIOS LTDA-OF. N°2262/2018/MG/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA do DNPM/MG
832.602/2013-L E A MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°2125/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.822/2014-CP EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA ME-OF. N°2123/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.883/2005-DRAGAGEM PIONEIRA LTDA- Registro de Licença N° 2853-DNPM/MG de 2006 - Vencimento em 10/04/2028
834.136/2011-F.A DE SOUZA CPF 055.239.096 88- Registro de Licença N° 3863-DNPM/MG de 2012 - Vencimento em 05/04/2020
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
833.114/2002-Cerâmica Nacional Apareida Ltda- AI N°1144/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
833.326/2010-Cerâmica Nacional Apareida Ltda- AI N°1145/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Aceita a defesa apresentada(1192)
834.136/2011-F.A DE SOUZA CPF 055.239.096 88
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
831.337/2017-MUNICIPIO DE SANTA JULIANA- Registro de Extração N°05/2018 de 08/11/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.850/2015-ALEXANDRE DE AGUIAR ROCHA-OF. N°2120/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
830.941/2018-RETIFICA PARANAÍBA LTDA-OF. N°2102/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.976/2018-DRAGA CRIS LTDA-OF. N°2104/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.979/2018-ARCONGEL REFRIGERAÇÃO SOARES LTDA-OF. N°2110/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.642/2018-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES FI-OF. N°2122/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 521/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
832.228/2012-LILIAN VELOSO MARCHESE
830.694/2015-VICENTE PAULO SALOMÃO NASSIF
830.032/2016-SAMUEL XAVIER DA ROCHA
832.848/2016-ANTONIO AUGUSTO DO ESPÍRITO SANTO
830.251/2017-JULIA CALDAS NIQUINI
830.576/2017-CONSTRUTORA MINAS BRASIL LTDA EPP
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(134)
832.848/2016-ANTONIO AUGUSTO DO ESPÍRITO SANTO-OF. N°1728/2017-DGTM/MG
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.213/2017-MINAS GRANITO LTDA ME
830.046/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.048/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.049/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.057/2018-TRÊS MINEIRAS PARTICIPAÇÕES LTDA
830.473/2018-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

832.766/2007-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA. -Alvará N°13103/2007
831.696/2016-RUBENS LUIZ GHISOLFI -Alvará N°3129/2017
832.420/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°296/2018
832.421/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°5572/2017
832.422/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°5573/2017
832.423/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°5574/2017
832.424/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°5575/2017
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
831.582/2016-SANDRO ANDRADE FERREIRA ME

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintedente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 522/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.317/2008-F J SILVA ME
831.847/2008-PAULO CÉSAR GARCIA ME
833.516/2011-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
833.517/2011-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 100/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
846.141/2012-ALL ORE MINERAÇÃO S.A.- AI N°506/2018 e 507/2018
Despacho publicado(256)
846.232/2016-JOÃO JERÔNIMO DA COSTA-CONHEÇO DEFESA ADMINISTRATIVA POR SER TEMPESTIVA E NO MÉRITO NEGO PROVIMENTO. PRAZO PARA RECURSO 30 DIAS.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
846.137/2016-TASSO ROBERTO DE ARAUJO NÓBREGA
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
846.053/2003-CIMEC CIA INDUSTRIAL E MERCANTIL DE CIMENTOS-Em face do parecer nº 534/2018-SGTM-PB/ABLA o qual adoto como fundamento NÃO ACEITO o pedido do requerimento de lavra por falta de fundamentação legal.
846.058/2003-CIMEC CIA INDUSTRIAL E MERCANTIL DE CIMENTOS-Em face do parecer nº 535/2018-SGTM-PB/ABLA o qual adoto como fundamento NÃO ACEITO o pedido do requerimento de lavra por falta de fundamentação legal.
846.007/2006-CIMEC CIA INDUSTRIAL E MERCANTIL DE CIMENTOS-Em face do parecer nº 536/2018-SGTM-PB/ABLA o qual adoto como fundamento NÃO ACEITO o pedido do requerimento de lavra por falta de fundamentação legal.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.138/1999-ARNOBIO FIRMINO DA SILVA-OF. N°1051/2017-180 dias
846.403/2002-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-OF. N°696/2011-180 dias
846.003/2004-AMARAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°44/2017-180 dias
846.029/2009-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-OF. N°1545/2016-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.078/2005-CLARIANT S.A.-OF. N°1449/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.159/2018-ROMULO ROMERO DA FONSECA LIMA JUNIOR-Registro de Licença N° 494/2018 - Vencimento em 16/08/2020
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
846.344/2011-EDNALDO TROCCOLI FILHO- Cessionário:ROCHA INDUSTRIA DE ASFALTO E MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 20.025.205/0001-39- Registro de Licença N° 297/2011- Vencimento da Licença: INDETERMINADO

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 92/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.038/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
840.050/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
840.079/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
840.092/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
840.096/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
840.097/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.008/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.568/2018
840.009/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.569/2018
840.010/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.570/2018
840.011/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.571/2018
840.012/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.572/2018
840.015/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.575/2018
840.017/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.576/2018
840.018/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.577/2018
840.019/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°4.570/2018
840.023/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.181/2018
840.026/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.184/2018
840.027/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.968/2018
840.029/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.186/2018
840.030/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.187/2018
840.031/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.969/2018
840.033/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°8.188/2018
840.037/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.189/2018
840.039/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.190/2018
840.041/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.191/2018
840.042/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.960/2018
840.059/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.971/2018
840.060/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.966/2018
840.066/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.973/2018
840.069/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.974/2018
840.070/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.975/2018
840.071/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.976/2018
840.074/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.977/2018
840.075/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.978/2018
840.084/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.980/2018
840.085/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°8.981/2018
840.086/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A -Alvará N°7.981/2018

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 93/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.014/2017-PROAMB GEÓLOGOS ASSOCIADOS LTDA ME-OF. N°713/2018
840.048/2017-HELIO CARLOS DA SILVA OLIVEIRA-OF. N°675/2018
840.108/2018-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°619/2018
840.133/2018-MINECOM EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°673/2018
840.134/2018-MINECOM EXTRAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°674/2018
840.136/2018-ARIANDNE RAMOS GOMES-OF. N°306/2018
840.167/2018-PBA TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI EPP-OF. N°647/2018
840.192/2018-AREIAS PÉROLA LTDA. ME-OF. N°648/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.673/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS-OF. N°720/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.104/2012-ROMILDO MARINHO DE BARROS-OF. N°716/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.220/2016-MINERBRAZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°681/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.135/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP- Cessionário:GB Quartzblue Quartzitos do Brasil Ltda ME- CPF ou CNPJ 17.331.106/0001-70- Alvará n°8.797/2017
840.235/2017-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME- Cessionário:Safira Mining Stones Ltda- CPF ou CNPJ 09.486.759/0001-09- Alvará n°15/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.209/2015-AD CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA-OF. N°639/2018
840.061/2016-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME-OF. N°700/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.200/2003-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA- Registro de Licença N° 333/2004 - Vencimento em 26/09/2018
840.058/2010-E J DE FRANCA- Registro de Licença N° 584/2010 - Vencimento em 02/01/2019
840.351/2010-LAURENTINO XAVIER REGIS DE CARVALHO- Registro de Licença N° 717/2011 - Vencimento em 22/08/2019
840.811/2012-ANTONIO CARLOS BRITO MACIEL- Registro de Licença N° 002/2014 - Vencimento em 26/09/2019
840.004/2014-ALYSSON JOSEMAR DE ANDRADE BRAGA- Registro de Licença N° 030/2014 - Vencimento em 29/08/2021
840.197/2014-CERÂMICA MARANATA LTDA- Registro de Licença N° 049/2014 - Vencimento em 13/07/2020
840.242/2014-CPM CAVALCANTI PETRIBU MINÉRIOS LTDA- Registro de Licença N° 26/2015 - Vencimento em 29/05/2020
840.019/2016-SILVANO SEVERINO DA SILVA- Registro de Licença N° 38/2017 - Vencimento em 04/05/2020
declara a nulidade do Registro de Licença(1288)
840.209/2015-AD CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 036/2015- Publicado no DOU de 06/05/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.130/2017-PATRIMÔNIO INCORPORAÇÕES LTDA-Registro de Licença N° 08/2018 - Vencimento em 04/05/2018
840.238/2017-CARLOS ANTÔNIO DE LUCENA-Registro de Licença N° 20/2018 - Vencimento em 08/12/2018
840.179/2018-ELVIS LIMA DA CRUZ-Registro de Licença N° 18/2018 - Vencimento em 26/04/2020
840.190/2018-PBA TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI EPP-Registro de Licença N° 17/2018 - Vencimento em Indeterminado
840.224/2018-ANTONIO ALVES DE ARAUJO FILHO-Registro de Licença N° 21/2018 - Vencimento em 05/07/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.229/2017-POLLYANNA B. DE ABREU & CIA LTDA-OF. N°636/2018
840.519/2017-JOSÉ AMARO SATURNINO FILHO-OF. N°624/2018

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 172/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Minas Minerais Industriais LTDA. - 815553/16 - Not.328/2018 - R$ 112,36, 815375/16 - Not.330/2018 - R$ 338,45

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 173/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Minas Minerais Industriais LTDA. - 815553/16 - Not.329/2018 - R$ 7.941,37, 815375/16 - Not.331/2018 - R$ 7.941,37

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES
Superintendente

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO DE RECURSOS DO SEGURO SOCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2018

Pedido de uniformização de jurisprudência e reclamação ao Conselho Pleno, da Quarta Sessão Ordinária a ser realizada nos dias 27 e 28 do mês de novembro de 2018 às 09h00, no endereço: SAS QUADRA 04 BLOCO K 7º ANDAR - SALA 701 - ASA SUL - Brasília - Distrito Federal

RELATOR: RODOLFO ESPINEL DONADON
Pedido de Vista: Daniel Áureo Ramos
NB: 172.253.622-2
Int: Bruna Damiana da Silva e INSS
NB:172.767.666-9
Int: Edmilson Pinheiro e INSS
NB: 172.767.522-0
Int: Luiz Augusto Fantini e INSS
RELATORA: TARSILA OTAVIANO DA COSTA
NB: 167.590.240-0
Int.: Maria Neri Pereira dos Santos e INSS
NB: 169.279.513-6
Int.: Vanderci Porcel e INSS
NB: 155.914.698-0
Int.: Iraci Pelegrino Rodrigues de Camargo e INSS
NB: 166.886.077-2
Int.: José Alberto da Conceição Silva e INSS
RELATORA: RAQUEL LÚCIA DE FREITAS
NB: 165.724.120-0
Int: Valtair Pereira do Vale e INSS
RELATOR: RODOLFO ESPINEL DONADON
NB: 533.305.878-0
Int: Beatriz de Oliveira Silva e INSS
NB: 171.324.712-4
Int: Reginaldo Antonio de Camargo e INSS
NB: 168.553.493-4
Int: José Roberto Franco e INSS
NB: 172.671.066-9
Int: Valcoir Freire e INSS
NB: 165.645.052-3
Int: Aparecida Maria da Silva e INSS
NB: 165.645.291-7
Int: Iracema Mendes Gaspar e INSS
NB: 165.645.227-5
Int: Geni Pereira de Oliveira e INSS.
RELATOR: GUILHERME LUSTOSA PIRES
NB: 070.612.280-1
Int: Florisvaldo Alves Amorim e INSS
NB: 108.143.448-0
Int: Blandina Velho dos Santos e INSS
NB: 700.393.590-3
Int: Luana do Prado Montegute e INSS
NB: 167.429.229-2
Int: Osane Aparecida Ribeiro dos Santos e INSS
NB: 701.380.200-0
Int: Ozias Russi e INSS
NB: 055.232.485-0
Int: Maria Aparecida de Morais Ferreira e INSS
NB: 174.252.071-2
Int: Maria Cecília Baldi Pires e INSS
NB: 165.131.677-2
Int: Alexandre dos Santos Silva e INSS
NB: 603.976.339-0
Int: Edemilson Dias do Prado e INSS
NB: 172.592.906-3
Int: Jhonatan da Silva Rodrigues e INSS

ANA CRISTINA EVANGELISTA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

GABINETE

PORTARIA Nº 24, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Divulga a relação dos municípios que concluíram o termo de aceite referente ao aumento das metas de atendimento do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria nº 17/2018, entre os dias 01 e 31 de outubro de 2018.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34 do anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016 e da Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social, e

Considerando a Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que instituiu o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016, do CNAS, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios 2016 e 2017;

Considerando a Resolução nº 7, de 22 de maio de 2017, do CNAS, que aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios de 2016 e 2017;

Considerando a Portaria nº 2.496/GM/MDS, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social; e

Considerando a Portaria nº 17/SNPDH/MDS, de 22 de agosto de 2018, que dispõe acerca do aumento das metas de atendimento do Programa Criança Feliz - Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em municípios que realizaram aceite, resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme Anexo a esta Portaria, a relação dos municípios que concluíram o termo de aceite referente ao aumento das metas de atendimento do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria nº 17/2018, entre os dias 01 e 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELY HARASAWA

ANEXO

Nº	UF	Município	Quantidade mensal de vagas aceitas	Data preenchimento gestão
1	AM	Careiro	150	10/10/2018
2	AM	Careiro da Várzea	50	26/10/2018
3	RR	Caracaraí	100	18/10/2018
4	PA	Conceição do Araguaia	50	29/10/2018
5	PA	Rondon do Pará	150	08/10/2018
6	MA	Anapurus	100	01/10/2018
7	MA	Balsas	200	10/10/2018
8	MA	Caxias	600	23/10/2018
9	MA	Centro Novo do Maranhão	100	01/10/2018
10	MA	Codó	500	10/10/2018
11	MA	Colinas	300	03/10/2018
12	MA	Coroatá	200	24/10/2018
13	MA	Grajaú	200	25/10/2018
14	MA	Imperatriz	500	23/10/2018
15	MA	Maranhãozinho	100	02/10/2018
16	MA	São Francisco do Brejão	100	01/10/2018
17	MA	Timon	500	16/10/2018
18	PI	Corrente	150	16/10/2018
19	PI	Demerval Lobão	100	31/10/2018
20	PI	Isaías Coelho	100	01/10/2018
21	PI	Oeiras	150	05/10/2018
22	PI	Parnaíba	700	09/10/2018
23	PI	Pedro II	150	18/10/2018
24	PI	Piracuruca	150	25/10/2018
25	PI	São Raimundo Nonato	150	02/10/2018
26	PI	Valença do Piauí	150	01/10/2018
27	CE	Acaraú	200	01/10/2018
28	CE	Barbalha	200	25/10/2018
29	CE	Baturité	150	09/10/2018
30	CE	Cariré	100	02/10/2018
31	CE	Caririaçu	150	09/10/2018
32	CE	Coreaú	150	01/10/2018
33	CE	Graça	100	15/10/2018
34	CE	Granja	200	10/10/2018
35	CE	Hidrolândia	100	03/10/2018
36	CE	Ipueiras	150	03/10/2018
37	CE	Irauçuba	150	30/10/2018
38	CE	Itarema	150	04/10/2018
39	CE	Jaguaribe	150	11/10/2018
40	CE	Lavras da Mangabeira	100	02/10/2018
41	CE	Marco	150	08/10/2018
42	CE	Mauriti	150	03/10/2018
43	CE	Meruoca	100	19/10/2018
44	CE	Morrinhos	150	04/10/2018
45	CE	Orós	150	03/10/2018
46	CE	Pedra Branca	150	23/10/2018
47	CE	Redenção	150	02/10/2018
48	CE	São Benedito	150	09/10/2018
49	CE	São Gonçalo do Amarante	150	10/10/2018
50	CE	Umirim	100	31/10/2018
51	CE	Uruoca	100	04/10/2018
52	RN	Currais Novos	150	30/10/2018
53	RN	Touros	150	23/10/2018
54	PB	Patos	400	02/10/2018
55	PB	Pombal	150	02/10/2018
56	PE	Cabrobó	150	25/10/2018
57	PE	Carpina	200	01/10/2018
58	PE	Casinhas	100	01/10/2018
59	PE	Correntes	100	23/10/2018
60	PE	Cupira	150	11/10/2018
61	PE	Paulista	400	23/10/2018
62	PE	Pesqueira	200	30/10/2018
63	AL	Campo Alegre	200	02/10/2018
64	AL	Porto Real do Colégio	100	03/10/2018
65	AL	São Miguel Dos Campos	100	30/10/2018
66	AL	Teotônio Vilela	150	01/10/2018
67	SE	Itabaiana	200	05/10/2018
68	SE	Tobias Barreto	150	11/10/2018
69	BA	Baixa Grande	50	04/10/2018
70	BA	Iguaí	150	11/10/2018
71	BA	Ipiaú	50	29/10/2018
72	BA	Jaguaquara	200	01/10/2018
73	BA	Medeiros Neto	50	04/10/2018
74	BA	Riacho de Santana	150	24/10/2018
75	BA	Wenceslau Guimarães	50	03/10/2018
76	MG	Teófilo Otoni	200	16/10/2018
77	RJ	São Fidélis	100	16/10/2018
78	SP	Taquarituba	100	23/10/2018
79	MT	Cuiabá	1400	25/10/2018

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 252, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A COORDENADORA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, usando da competência atribuída pela Portaria nº 217/MMA, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2016, e Portaria nº 474/ICMBio, publicada o Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público relatório trimestral de desempenho e execução das atividades da experiência-piloto da modalidade de teletrabalho no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, regulamentado por meio da Portaria nº 462-MMA, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2017, atendendo ao disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA MACHADO CABRAL COIMBRA ARAUJO

ANEXO

UNIDADE	MATRÍCULA	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	GANHO DE PRODUTIVIDADE INSTITUCIONAL
COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DE MANEJO - COMAN / DIMAN	1365150	20/06/18 A 20/09/2018	+ 27,89%
	1513202	28/06/18 A 25/09/2018	+36,66%

*Fórmula GP: GP = média do prazo pactuado - média do prazo executado / média do prazo pactuado * 100.

Os Relatórios Trimestrais de Desempenho do Teletrabalho detalhados estão disponíveis no processo SEI nº 02070.000649/2018-60.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

O Coordenador Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
02	46200000287201698	208838619	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
03	46200000288201632	08864555	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
04	46200000289201687	208864571	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
05	46200000290201610	208838627	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
06	46200000291201656	208838651	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
07	46200000292201609	208838643	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
08	46200000293201645	208857613	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
09	46200000294201690	208857605	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
10	46200000295201634	2088644660	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
11	46200000296201689	208838635	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
12	46200000297201623	2088645980	Tecon Tecnologia em Const Ltda	AM
13	46206011743201675	210530839	Advocacia Cunha SS & Associados	DF
14	46206011526201685	210446641	ASC Serv Prof Ltda	DF
15	46206011802201613	210520825	Lab Sabin de Analises Clinicas Ltda	DF
16	46206011829201606	210561971	Planalto Service Ltda	DF
17	46206011830201622	210562005	Planalto Service Ltda	DF
18	46206011806201693	210544651	VRG Linhas Aereas S/A	DF
19	46206011807201638	210543655	VRG Linhas Aereas S/A	DF
20	46245001168201717	211497291	Alves & Neves Com de Cosméticos Ltda - ME	MG
21	47747009066201247	200042025	Banco Santander S/A	MG
22	47747009075201238	200043225	Banco Santander S/A	MG
23	46237001248201691	209931426	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
24	46237001394201616	209989556	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
25	46237001395201661	209989548	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
26	46237001396201613	209989521	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
27	46237001397201650	210031409	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
28	46237001398201602	210031417	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
29	46237001399201649	210031441	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
30	46237001400201635	210031450	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
31	46237001401201680	210031476	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
32	46237001402201624	210031506	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
33	46237001403201679	210031484	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
34	46237001404201613	210031514	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
35	46237001405201668	210033649	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
36	46237001406201611	210031379	G.V Center Hotel Ltda - ME	MG
37	46245003534201691	210602970	Nogueira Rivelli Irmãos Ltda	MG
38	47747007206201676	210757744	Serviços de Hematologia e Hemoteraria Ltda -- Hemoservice	MG
39	47747007400201651	210878843	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
40	47747007593201641	210937190	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
41	47747007599201618	210942291	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
42	47747007609201615	210942002	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
43	47747007615201672	210942151	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
44	47747007616201617	210942169	Superintendência de Limpeza Urbana	MG
45	47747006115201613	210519924	VRG Linhas Aereas S/A	MG
46	46653004123201521	207021473	Arcos Dourados Com de Alimentos Ltda	MT
47	46306000349201683	209768461	Ferreira & Klaus Ltda - ME	MT
48	46653002159201651	209563931	S.J Ind Mecanica Ltda - ME	MT
49	46653003901201645	210220139	Supermaq Com e Serv Ltda - EPP	MT
50	46653003902201690	210220147	Supermaq Com e Serv Ltda - EPP	MT
51	46653003903201634	210220155	Supermaq Com e Serv Ltda - EPP	MT
52	46653003904201689	210220163	Supermaq Com e Serv Ltda - EPP	MT
53	46318001728201732	211880167	Conceição Aparecida Del Rio Moriguchi Caetano - ME	PR
54	46212007297201704	211693952	Fratelli Ind e Com Ltda - EPP	PR
55	46293002123201794	211753807	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
56	46293002124201739	211753823	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
57	46293002125201783	211753840	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
58	46293002126201728	211753866	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
59	46293002127201772	211753874	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
60	46293002128201717	211753882	Geane Cristina Gimenes - ME	PR
61	46319001153201748	212399705	Irmãos Dalacorte Ltda - EPP	PR
62	46294000322201758	211643611	Kuka confeitaria Ltda - ME	PR
63	46294000323201701	211643882	Kuka confeitaria Ltda - ME	PR
64	46330000042201766	211297879	M.C.A Serv. Terceirizados Ltda - ME	PR
65	47533005474201405	203531396	Macasil Ind e Com de Compensados Ltda	PR
66	46293001974201710	211744816	V.L Agro Industrial ltda	PR
67	46206011808201682	210544007	VRG Linhas Aéreas S/A	RJ
68	47157001557201613	210241675	Alisul Alimentos S/A	RS
69	47157001076201616	209728388	Calçados Bottero Ltda	RS
70	46218191908201644	210947276	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
71	46218191909201699	210947292	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
72	46218191910201613	210947241	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
73	46218191911201668	210947250	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
74	46218191912201611	210947284	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
75	46218191913201657	210947268	Sul Americana Tecnologia e Informatica Ltda	RS
76	46221005659201543	025932004	José Gilson Silva Neto	SE
77	46221002358201649	209012528	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
78	46221002359201693	209012684	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
79	46221002360201618	209012706	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
80	46221002362201615	209012722	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
81	46221002363201651	209012749	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
82	46221002365201641	209012757	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
83	46221002366201695	209012587	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
84	46221002367201630	209012765	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
85	46221002368201684	209012773	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
86	46221002369201629	209012609	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
87	46221002370201653	209012676	Lider Carrocerias Ind e Com Ltda - ME	SE
88	46221006916201564	207104476	MRV Eng e Participações S/A	SE
89	46221012743201513	208421149	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
90	46221012744201568	208431136	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
91	46221012745201511	208420916	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
92	46221012746201557	208421050	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
93	46221012747201500	208421076	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
94	46221012748201546	208421084	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
95	46221012749201591	208421106	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
96	46221012750201515	208421131	Norcon Locações de Equip Ltda	SE
97	46221012751201560	208421181	Norcon Locações de equip. Ltda	SE
98	46221008394201535	207463468	Turmalina Empreend. Ltda	SE
99	46221008393201591	207463395	Turquesa Empreend. Ltda	SE
100	46266004252201663	210422416	Audac Serv Esp de Atend. Ao Cliente	SP
101	46266003856201421	204117119	Centro Espirita Nosso Lar Casas André Luiz	SP
102	46266003857201475	204117143	Centro Espirita Nosso Lar Casas André Luiz	SP
103	46266003858201410	204117071	Centro Espirita Nosso Lar Casas André Luiz	SP
104	46254001754201752	211999474	Contern - Const e Com Ltda	SP
105	46254001755201705	251999466	Contern - Const e Com Ltda	SP
106	46254001756201741	211999458	Contern - Const e Com Ltda	SP
107	46254001757201796	211868051	Contern - Const e Com Ltda	SP
108	46254001758201731	211868043	Contern - Const e Com Ltda	SP
109	46266005596201690	210884967	Empresa Jornalistica Folha Metropolitana Ltda	SP
110	46266005597201634	210885025	Empresa Jornalistica Folha Metropolitana Ltda	SP
111	46266005598201689	210885017	Empresa Jornalistica Folha Metropolitana Ltda	SP
112	46266005599201623	210885033	Empresa Jornalistica Metropolitana Ltda	SP
113	46262000223201662	208838767	GMR Gradual Reality S/A	SP
114	46266002648201676	208847065	k.f Ind e Com de Peças Eireli - Em Recupera	SP
115	46262005394201505	208647295	Limpadora Canada Ltda	SP
116	46254001514201758	211842486	LWART Lubrificantes Ltda	SP
117	46265002381201627	210254921	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
118	46265002383201616	210254947	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
119	46265002384201661	210254980	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
120	46265002385201613	210254998	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
121	46265002386201650	210255013	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
122	46265002387201602	210255072	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
123	46265002388201649	210255081	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
124	46265002474201651	210332506	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
125	46265002475201604	210332174	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
126	46265002476201641	210332239	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
127	46265002477201695	210332182	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
128	46265002478201630	210332221	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP

129	46265002479201684	210332298	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
130	46265002481201653	210332328	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
131	46265002482201606	210332379	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
132	46265002483201642	210332425	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
133	46265002484201697	210336463	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
134	46265002486201686	210336242	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
135	46265002487201621	210335963	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
136	46265002488201675	210335734	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
137	46265002490201644	210335343	Midori auto Leather Brasil Ltda	SP
Nº	PROCESSO	NDFC	EMPRESA	UF
01	47747009068201236	200038818	Banco Santander S/A	MG
02	47747009077201227	200039792	Banco Santander S/A	MG
03	46240000798201633	200746049	Marcelo Lino Coelho - ME	MG
04	46243001982201417	200306421	Paschoal Butini Ind e Com de prod Alimenticios	MG

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
01	46208001537201556	205978363	Vale do Verdão S/A açucar e Alcool	GO
02	46208001535201567	205978584	Vale do Verdão S/A açucar e Alcool	GO
Nº	PROCESSO	NDFC	EMPRESA	UF
01	46208001544201558	200453114 TR200937197	Vale do Verdão S/A açucar e Alcool	GO
02	46206005622201775	212138197	Caixa Economica Federal	GO

1.3 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
01	46208001540201570	205978185	Vale do Verdão S/A açucar e Alcool	GO
02	46319000615201718	211690031	Caixa Economica Federal	PR
03	46318002258201724	212094505	Diniz Locação de Veiculos ltda	PR

02 Em apreciação de recurso de oficio:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
01	46778002485201651	210593172	Bom Preço Bahia Sup Ltda	BA
02	46778002488201695	210593199	Bom Preço Bahia Sup Ltda	BA
03	46778002489201630	210593075	Bom Preço Bahia Sup Ltda	BA
04	46778002490201664	210593202	Bom Preço Bahia Sup Ltda	BA
05	47904012348201433	204468108	H.S dos Santos Moveis - EPP	BA
06	46778000147201685	208695214	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
07	46778000149201674	208695532	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
08	46778000153201632	208695192	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
09	46778000154201687	208695257	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
10	46778000155201621	208695354	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
11	46778000156201676	208695567	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
12	46778000158201665	208695371	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
13	46778000159201618	208695559	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
14	46778000160201634	208695362	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
15	46778000161201689	208695541	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
16	46778000162201623	208695346	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
17	46778000163201678	2086954350	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
18	46778000164201612	208695338	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
19	46778000165201667	208695401	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
20	46778000166201610	208695451	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
21	46778000167201656	2086954600	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
22	46778000168201609	208695478	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
23	46778000169201645	208695508	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
24	46778000170201670	208695290	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
25	46778000171201614	208695222	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
26	46778000172201669	208695231	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
27	46778000173201611	208695516	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
28	46778000176201647	208695303	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
29	46778000177201691	208695320	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
30	46778000178201636	208695311	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
31	46778000904201611	208695206	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
32	46778000973201624	208695494	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
33	46778000974201679	208695486	Mik Com e Serv de Auto peças Ltda - ME	BA
34	46208012135201668	210965690	Azul Linhas Aereas Brasileiras S/A	GO
35	46208007073201672	209881593	Clinica São Jeronimo Eireli - ME	GO
36	46208000863201716	211187640	Vessel - Log Serv de Engenharia S/A	GO
37	46223002645201710	211752631	Antidio Pasqual Sandri	MA
38	46223007179201769	213335280	JCF da Silva - ME	MA
39	46653001371201781	211754161	Ecopav Const e Soluções Urbanas ltda	MT
40	46653001391201752	211754153	Ecopav Const e Soluções Urbanas ltda	MT
41	46653001806201798	211944696	Ecopav Const e Soluções Urbanas ltda	MT
42	46653001807201732	211930920	Ecopav Const e Soluções Urbanas ltda	MT
43	46653001817201778	2119461840	Ecopav Const e Soluções Urbanas ltda	MT
44	46224002170201328	200682750	J E Construções ltda	PB
45	46224002171201372	200682768	JE Construções Ltda	PB
46	46212000794201773	211147648	Delsa Const Ind e Metalicas Ltda	PR
47	46215004854201705	211547735	Riotur Emp de Turismo do Municipio do RJ	RJ
48	46215004856201796	211547573	Riotur Emp de Turismo do Municipio do RJ	RJ
49	46215004857201731	211548162	Riotur Emp de Turismo do Municipio do RJ	RJ
50	46272001801201740	211912875	Congregação de Nossa Senhora	RS
51	46218017977201697	210735023	Grafica e Ed Sta Rita Ltda - EPP	RS
52	47185000011201799	211792438	GSH Gestão e Tecnologia em Saude Ltda - ME	RS
53	47191000212201715	211571491	PLZ Portaria, Limpeza, Zeladoria e Negocios ltda - ME	RS
54	46428000054201540	205951406	Daniel Carlos Duarte de Aguiar cosméticos Eireli - ME	SP
55	46473005711201761	213154277	Gaoserv Serv Gerais Ltda	SP
56	46473003740201527	207174938	Oficina de Noticias Emp Jornalística S/A - ME	SP
57	46262002210201628	210361107	Ranur Agenciamento de Cargas e Transp Ltda	SP
58	46473001307201557	206384319	RCC Serv Adm Empresariais ltda - ME	sp
59	46473005952201719	213283140	Somague Eng S/A do Brasil	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
01	46203001450201448	203221583	Andrade e Monteiro Ltda - EPP	AP
02	46205018201201633	211004651	Prontocardio Pronto Atendimento Cardiologico SC - Ltda	CE
03	46222006312201770	212612662	Pará Segurança Ltda	PA

FELIPE POVOA ARAUJO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Plano Aeroviário Nacional - PAN e estabelece premissas e objetivos para o transporte aéreo nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO a competência privativa da União para legislar sobre transportes, conforme o inciso XI, do art. 22, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO a competência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, estabelecida pelo art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, quanto ao planejamento estratégico na área de transportes;

CONSIDERANDO a competência da Secretaria Nacional de Aviação Civil, estabelecida no o inciso V, do art. 17, do Decreto nº 9.000, de 08 de março de 2017, quanto a propor o Plano Aeroviário Nacional - PAN, resolve:

Art. 1º Instituir o Plano Aeroviário Nacional - PAN como instrumento que consolida as ações de planejamento para o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, e orienta o seu desenvolvimento à médio e longo prazos.

Parágrafo único. O PAN definirá a classificação da rede de aeroportos brasileira para orientação dos investimentos e as necessidades do setor para um horizonte futuro.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O PAN será aprovado e publicado ordinariamente a cada dois anos pela Secretaria Nacional de Aviação Civil, ou extraordinariamente quando houver necessidade.

Art. 3° Os estudos, as estratégias, as projeções e as ações do PAN são orientadas por premissas, e devem buscar o alcance dos objetivos do transporte aéreo estabelecidos nesta Portaria. .

CAPÍTULO II

PREMISSAS DO PLANO AEROVIÁRIO NACIONAL

Art. 4° São premissas do Plano Aeroviário Nacional:

I - aumentar a acessibilidade e a conectividade da rede de transportes brasileira, sobretudo na Amazônia legal e nas regiões com potencial turístico;

II - proporcionar a eficiência e aumentar a integração entre os modos de transporte de toda a rede de deslocamentos interurbanos;

III - desenvolver a integração nacional, regional e internacional por meio da aviação;

IV - desenvolver e ampliar a infraestrutura de transporte aéreo, com ênfase nas oportunidades de transporte de passageiros, de turismo interno e internacional, e do transporte de cargas internas e exportação;

V - desenvolver e ampliar os serviços de transporte aéreo de passageiros e cargas;

VI - estimular o desenvolvimento econômico do setor e aumento da demanda pelo transporte aéreo buscando uma distribuição racional da matriz de transportes brasileira;

VII - garantir a proteção aos consumidores dos serviços envolvidos no transporte aéreo;

VIII - melhorar a facilitação e a qualidade dos serviços nas infraestruturas aeroportuárias;

IX - minimizar os efeitos prejudiciais no meio ambiente causados pela aviação civil;

X - promover a segurança na aviação civil;

XI - promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil; e

XII - promover o desenvolvimento econômico regional e nacional.

CAPÍTULO III

OBJETIVOS DO SETOR DE TRANSPORTE AÉREO ESTABELECIDOS NO PLANO AEROVIÁRIO NACIONAL

Art. 5° São objetivos do setor estabelecidos no Plano Aeroviário Nacional:

I - a segurança;

II - a garantia dos direitos dos usuários;

III - a qualidade e facilitação;

IV - a conservação do meio ambiente;

V - o desenvolvimento técnico e institucional;

VI - a acessibilidade;

VII - a conectividade;

VIII - a eficiência;

IX - o desenvolvimento do transporte aéreo brasileiro.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6° Os órgãos de assistência direta e imediata do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil e os órgãos específicos singulares do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil devem utilizar o PAN como instrumento orientador das ações voltadas à aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil.

Art. 7° Os órgãos colegiados e as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil devem observar o PAN, no que couber, como instrumento orientador da execução de suas atribuições.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 3.424 - Alterar a inscrição do heliponto privado Conde Francisco Matarazzo (SP) (código OACI: SDVU) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.053024/2018-44. A inscrição tem validade até 14 de Setembro de 2025. Fica revogada a Portaria nº 2401/SIA, de 9 de Setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Setembro de 2015, Seção 1, Página 5.

Nº 3.426 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Senhora Aparecida (MT) (código OACI: SNVJ) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052757/2018-61. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos;

Nº 3.427 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Lagoa Baia da Saudade (MT) (código OACI: SJIN) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052731/2018-13. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos;

Nº 3.428 - Inscrever o aeródromo privado Rancho Bela Vista (MT) (código OACI: SNUV) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052752/2018-39. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos;

Nº 3.429 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Cortezia (MT) (código OACI: SIDW) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052743/2018-48. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos;

Nº 3.430 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Marialva (MS) (código OACI: SWOM) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052555/2018-10. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos; e

Nº 3.431 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Estiva (MS) (código OACI: SIFE) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.052556/2018-64. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos;

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 3.456, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.053159/2018-18, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Portal dos Lagos;

II - código OACI: SWPU;

III - município (UF): Boituva (SP);

IV - ponto de referência do heliponto (coordenadas geográficas): 23° 16' 43" S / 047° 42' 59" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 3.461, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.052705/2018-95, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Maravilha;

II - código OACI: SWKY;

III - município (UF): Camaçari (BA);

IV - ponto de referência do heliponto (coordenadas geográficas): 12° 48' 42" S / 038° 14' 58" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 3.550, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.031728/2018-55, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Congonhas / São Paulo, SP (OACI: SBSP), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBSP, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.553, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, revisão E, aprovado pela Portaria nº 2710 de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), na Lei 9784, de 29 de janeiro de 199 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 000058.005747/2018-26, resolve:

Art. 1º Suspender de forma cautelar o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2003-08-6CFN-01-01, emitido em favor da sociedade empresária PROTAXI PRO-OESTE TÁXI AÉREO LTDA, a partir do dia 20 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
UNIDADE REGIONAL DO RECIFE-PE

DESPACHO Nº 12, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 50300.001556/2018-44. Fiscalizada: JOSÉ LUIZ NERI CALAZANS - ME, CNPJ nº 12.959.813/0001-92. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XX do art. 23 da Resolução n° 1.274/2009-ANTAQ.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.835, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Anexo II da Resolução ANTT nº 5.820, de 30 de maio de 2018, em razão o disposto no §3º do art. 5º da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II do art. 20 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, fundamentada no Voto DEB - 327, de 16 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.095041/2015-06, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo II da Resolução ANTT nº 5.820, de 30 de maio de 2018, em razão do disposto no § 3º do artigo 5º da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que passa a vigorar nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

ANEXO II
TABELAS DE FRETE

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Geral		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	2,11
101	200	1,28
201	300	1,12
301	400	1,05
401	500	1,01
501	600	0,98
601	700	0,96
701	800	0,95
801	900	0,94
901	1.000	0,93
1.001	1.100	0,93
1.101	1.200	0,92
1.201	1.300	0,92
1.301	1.400	0,91
1.401	1.500	0,91
1.501	1.600	0,91
1.601	1.700	0,91
1.701	1.800	0,90
1.801	1.900	0,90
1.901	2.000	0,90
2.001	2.100	0,90
2.101	2.200	0,90
2.201	2.300	0,90
2.301	2.400	0,89
2.401	2.500	0,89
2.501	2.600	0,89
2.601	2.700	0,89
2.701	2.800	0,89
2.801	2.900	0,89
2.901	3.000	0,89

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 3 (três) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Granel		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	2,06
101	200	1,27
201	300	1,11
301	400	1,04
401	500	1,01
501	600	0,98
601	700	0,97
701	800	0,95
801	900	0,94
901	1.000	0,94
1.001	1.100	0,93
1.101	1.200	0,93
1.201	1.300	0,92
1.301	1.400	0,92
1.401	1.500	0,91
1.501	1.600	0,91
1.601	1.700	0,91
1.701	1.800	0,91
1.801	1.900	0,91
1.901	2.000	0,90
2.001	2.100	0,90
2.101	2.200	0,90
2.201	2.300	0,90
2.301	2.400	0,90
2.401	2.500	0,90
2.501	2.600	0,90
2.601	2.700	0,90
2.701	2.800	0,90
2.801	2.900	0,89
2.901	3.000	0,89

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 5 (cinco) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Neogranel		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,87
101	200	1,15
201	300	1,00
301	400	0,94
401	500	0,90
501	600	0,88
601	700	0,86
701	800	0,85
801	900	0,84
901	1.000	0,84
1.001	1.100	0,83

1.101	1.200	0,83
1.201	1.300	0,82
1.301	1.400	0,82
1.401	1.500	0,82
1.501	1.600	0,82
1.601	1.700	0,81
1.701	1.800	0,81
1.801	1.900	0,81
1.901	2.000	0,81
2.001	2.100	0,81
2.101	2.200	0,81
2.201	2.300	0,80
2.301	2.400	0,80
2.401	2.500	0,80
2.501	2.600	0,80
2.601	2.700	0,80
2.701	2.800	0,80
2.801	2.900	0,80
2.901	3.000	0,80

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 5 (cinco) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Frigorificada		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,47
101	200	0,91
201	300	0,79
301	400	0,74
401	500	0,71
501	600	0,70
601	700	0,68
701	800	0,68
801	900	0,67
901	1.000	0,66
1.001	1.100	0,66
1.101	1.200	0,66
1.201	1.300	0,65
1.301	1.400	0,65
1.401	1.500	0,65
1.501	1.600	0,65
1.601	1.700	0,64
1.701	1.800	0,64
1.801	1.900	0,64
1.901	2.000	0,64
2.001	2.100	0,64
2.101	2.200	0,64
2.201	2.300	0,64
2.301	2.400	0,64
2.401	2.500	0,64
2.501	2.600	0,64
2.601	2.700	0,63
2.701	2.800	0,63
2.801	2.900	0,63
2.901	3.000	0,63

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 6 (seis) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Perigosa		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,64
101	200	0,92
201	300	0,77
301	400	0,71
401	500	0,67
501	600	0,65
601	700	0,64
701	800	0,63
801	900	0,62
901	1.000	0,61
1.001	1.100	0,60
1.101	1.200	0,60
1.201	1.300	0,60
1.301	1.400	0,59
1.401	1.500	0,59
1.501	1.600	0,59
1.601	1.700	0,59
1.701	1.800	0,58
1.801	1.900	0,58
1.901	2.000	0,58
2.001	2.100	0,58
2.101	2.200	0,58
2.201	2.300	0,58
2.301	2.400	0,58
2.401	2.500	0,57
2.501	2.600	0,57
2.601	2.700	0,57
2.701	2.800	0,57
2.801	2.900	0,57
2.901	3.000	0,57

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 8 (oito) eixos.

DELIBERAÇÃO Nº 949, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 139, de 13 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.343527/2017-10, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 156 da empresa ROTA DO MAR VIAGENS LTDA para incluir os mercados Fortaleza/CE - Palmas/TO, Imperatriz/MA - Trindade/GO, Piripiri/PI - Palmas/TO e Sobral/CE - Palmas/TO, em atendimento à Deliberação nº 224, de 2016 e nos termos da Deliberação nº 115, de 2017 e Portaria SUPAS nº 34, de 2017.

Art. 2º Estabelecer que os mercados após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 951, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 329, de 12 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.274370/2017-75, delibera:

Art. 1º Estabelecer, nos termos do Anexo desta Deliberação, metas anuais de segurança para o Quinquênio 2018/2022 para a Concessionária de serviço público de transporte ferroviário de cargas FERROVIA TEREZA CRISTINA, CNPJ nº 01.629.083/0001-45.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Meta de Segurança	31,81	31,81	31,81	31,81	31,81

DELIBERAÇÃO Nº 952, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 333, de 12 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.130494/2014-05, delibera:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa TRANSPORTADORA TURÍSTICA QUIRON LTDA - ME, CNPJ nº 05.258.121/0001-51, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão constante na Deliberação nº 768, de 25 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 953, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DMV - 328, de 9 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50505.008306/2018-39, delibera:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de contenção de encosta e proteção de talude no km 3,150m da Rodovia Santos Dumont, BR-116/RJ, no município de Sapucaia/RJ, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 2.3.3.

Art. 2º Fica a CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS S/A - CRT autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS S/A - CRT fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta deliberação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 954, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 328, de 7 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.329969/2018-24, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A para supressão da linha Três Lagoas (MS) - Presidente Epitácio (SP), e suas seções, prefixo nº 19-0070-00; e implantação da linha Três Lagoas (MS) - Presidente Epitácio (SP), via Panorama, com as seções Três Lagoas (MS) - Presidente Epitácio (SP) e Brasília (DF) - Presidente Epitácio (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 82 da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 955, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e fundamentada no Voto DSL - 324, de 7 de novembro de 2018, e no que consta no Processo nº 50505.008310/2018-05, delibera:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de contenção de encosta e proteção de talude no km 30,090 ao km 30,416m da Rodovia Santos Dumont, BR-116/RJ, no município de Sapucaia/RJ.

Art. 2º Fica a CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS S/A - CRT autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS S/A - CRT fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta deliberação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 956, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DSL - 325, de 8 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.740554/2017-37, delibera:

Art. 1º declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas disponibilizadas no sítio eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) às obras de recuperação do talude no km 029+400m, no Município de Araguari/MG na Rodovia BR-050/MG, conforme constam no PER - Programa de Exploração da Rodovia, item 3.1.5.

Art. 2º Fica a CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S/A - MGO autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S/A - MGO fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no anexo desta Deliberação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 957, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 327, de 13 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.343831/2018-38, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento da autorizatária VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA., CNPJ nº 95.424.735/0001-59, TAR nº 25, para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de autorização, referente ao Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 958, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 320, de 7 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.323863/2018-17, delibera:

Art. 1º Anuir à constituição de garantias, nos termos dos Incisos I e II da Cláusula Sexta, Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0402.1, celebrado entre o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES e A MRS LOGÍSTICA S/A, no valor de R$ 252.356.000,00 (duzentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais).

Art. 2º Até que seja amortizado o principal da dívida decorrente da utilização dos Subcréditos "A" e "B", tratados na Cláusula Primeira do Contrato nº 18.2.0402.1 e, na hipótese de o Índice Dívida Líquida/EBITDA se situar acima de 90% (noventa por cento inteiros) do valor máximo previsto no inciso XIV da Cláusula Oitava do Contrato nº 18.2.0402.1, deverá a MRS apresentar à ANTT, em até 30 (trinta) dias contados da data estabelecida no §2º do Artigo 1º da Resolução nº 2.495, de 2007, Plano de Ação que garanta que o Índice retorne a patamares abaixo dos 90% (noventa por cento inteiros) até a data estabelecida para a próxima aferição.

Parágrafo único. O Plano de Ação, conterá as ações, prazos e justificativas que garantam a redução do Índice Dívida Líquida/EBITDA, e será submetido à aprovação da Superintendência de Processos Finalísticos responsável pelo acompanhamento dos Contratos de Concessão de Ferrovias.

Art. 3º Determinar que a Concessionária MRS LOGÍSTICA S.A apresente à ANTT cópia autenticada dos Aditivos aos Contratos de que tratam os Incisos I e II da Cláusula Sexta do Contrato nº 18.2.0402.1, em até 10 (dez) dias da data de sua assinatura pelas partes.

Art. 4º Na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações ou vedações estabelecidas neste ato, esta autorização será cassada e a concessionária incorrerá nas penalidades contratuais cabíveis.

Art. 5º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que comunique a Concessionária MRS LOGÍSTICA S.A., da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 10.233/2001, art. 68, § 2º c/c Lei nº 9.784/1999, art. 3º, inc. II.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 959, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 323, de 13 de novembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.376499/2016-36, delibera:

Art. 1º Arquivar o processo nº 50500.376499/2016-36, instaurado em face da EMPRESA DE TRANSPORTE ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 279, DE 20 DE NOVEMBO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018; resolve:

Autorizar a implantação de equipamentos de monitoramento na faixa de domínio da Rodovia BR-060 e 153/GO, nos kms 072+400 PS, 087+800 PN, 101+700m PN em Anápolis/GO, nos kms 120+000m PS, 135+700m PN em Goiânia/GO, nos kms 522+700m PS, 527+500 PN em Hidrolândia/GO, nos kms 605+000m PS, 613+500m PN em Morrinhos/GO e nos kms 684+150m PS e 692+300m PN em Itumbiara/GO de interesse de Consórcio Monitoramento SSCB. Processo n.º 50501.329008/2018-10

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 50600.055143/2013-91 - INTERESSADO: Consórcio Grupo ISOLUX/CORSÁN, inscrito no CPF/MF sob o nº 19.029.590/0002-94. ASSUNTO: Recurso Administrativo. DECISÃO: CONHEÇO o Recurso Administrativo (SEI nº 1353651) para no mérito NEGAR PROVIMENTO, acolhendo, como razão de decidir, os fundamentos de fato e direito exarados pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, Despacho ASSJUR SEI 2078640, corroborado pela Nota nº 00905/2018/PFE-DNIT/PGF/AGU (1677747) e pelo Despacho nº 1447/2018/PFE-DNIT/PGF/AGU (1677754) da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT.

JOSÉ DA SILVA TIAGO
Diretor-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Retificação da Portaria nº 2725, de 29 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 3 de setembro de 2018, Seção 1, página 110, que publica a 2ª alteração do Programa de Trabalho do Estado de Sergipe para o exercício de 2018, referente à aplicação dos recursos relativos à contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE:

Onde se lê:

Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
Serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de revestimento asfáltico (tapa buraco ou remendo profundo) com CBUQ	1.600	7.740.187,68
Serviços de melhoramento e manutenção de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança viária na malha rodoviária estadual		7.000.064,43
TOTAL		14.740.252,11

Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
Implantação de rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à rodovia SE-175 (estaca 356 a estaca 540+7,53) no município de Nossa Senhora Aparecida	17,09	17.075.913,82
Implantação da rodovia SE-170, Trecho: SE-200 / Povoado Carro Quebrado / Povoado Escurial		
TOTAL		17.075.913,82

Leia-se:

A - Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
01. Serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de revestimento asfáltico (tapa buraco ou remendo profundo) com CBUQ	1.600,00	7.740.187,68
02. Serviços de melhoramento e manutenção de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança viária na malha rodoviária estadual	-	7.000.064,43
Total do programa		14.740.252,11

B - Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual

Descrição	Extensão (km)	Custo (R$1,00)
03. Implantação de rodovia interligando o Povoado Cruz das Graças à rodovia SE-175 (estaca 356 a estaca 540+7,53) no município de Nossa Senhora Aparecida	3,69	3.826.414,62
04. Implantação da rodovia SE-170, Trecho: SE-200 / Povoado Carro Quebrado / Povoado Escurial	13,40	13.249.499,20
Total do programa		17.075.913,82

Cronograma Financeiro
Valores em R$ 1,00

Discriminação	Trimestre				Total programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Conservação e Manutenção da Rede Estadual de Rodovias	2.797.895,58	1.640.656,678	5.150.849,95	5.150.849,91	14.740.252,11
B - Programa de Implantação de Rodovias da Rede Estadual	1.310.106,31	4.136.705,62	5.724.550,94	5.724.550,95	17.075.913,82
Total da Unidade da Federação	4.108.001,89	5.957.362,29	10.875.400,89	10.875.400,86	31.816.165,93

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 255, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018

Aplica a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses à empresa Editora NDJ LTDA.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do art. 147 da Resolução nº 20, de 1971,

Considerando que a empresa Editora NDJ LTDA, localizada na Rua Pedro Américo, 68, 5º/6º/7º andares, Centro - São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob o nº 54.102.785/0001-32, interrompeu a entrega dos periódicos objeto do Contrato 2015/075 desde outubro/2017, conforme descrito no Processo n° 103.744/2015, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, fundamentada no Parágrafo Quarto, "c", da Cláusula Quinta do Contrato, e no art. 135, III, do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, em sintonia com o art. 28 do Decreto n° 5.450/2005 e com o art. 7º da Lei n° 10.520/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 506, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso III, alíneas "d" e "h", item "1" e § 3º do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, , resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 23.931.719,00 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e um mil e setecentos e dezenove reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Ministro

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							18.694.162
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							18.474.162
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							18.474.162
			F	4	2	90	0	100	17.503.778
			F	4	2	90	0	127	970.384
		Projetos							
02 122	0569 15PF	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hambrgo - RS							50.000
02 122	0569 15PF 4989	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Novo Hamburgo - RS - No Município de Novo Hamburgo - RS							50.000
			F	4	2	90	0	181	50.000
02 122	0569 7E41	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA							170.000
02 122	0569 7E41 2068	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi - BA - No Município de Guanambi - BA							170.000
			F	4	2	90	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									18.694.162
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.694.162

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.457.273
		Atividades							
02 122	0569 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							10.000
02 122	0569 216H 6012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							10.000
			F	3	2	90	0	100	10.000
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.447.273
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							3.447.273
			F	4	2	90	0	181	2.590.000
			F	4	2	90	0	350	857.273
TOTAL - FISCAL									3.457.273
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.457.273

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							580.284
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							580.284
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							580.284
			F	4	2	90	0	100	506.685
			F	4	2	90	0	181	73.599
TOTAL - FISCAL									580.284
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									580.284

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.200.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.200.000
02 061	0569 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							1.200.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
			F	4	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							10.355.053
		Atividades							
02 122	0569 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							201.000
02 122	0569 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							201.000
			F	3	2	90	0	100	201.000
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							10.154.053
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							10.154.053
			F	3	2	90	0	100	10.104.053
			F	4	2	90	0	181	50.000
TOTAL - FISCAL									10.355.053
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.355.053

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							6.376.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							6.206.000
02 061	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							6.206.000
			F	3	2	90	0	100	1.788.343
			F	3	2	90	0	127	970.384
			F	3	2	90	0	181	2.590.000
			F	3	2	90	0	350	857.273
		Projetos							
02 122	0569 11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF							170.000
02 122	0569 11RV 5664	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF							170.000
			F	4	2	90	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									6.376.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.376.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							4.246.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							4.246.000
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							4.246.000
			F	3	2	90	0	100	3.838.000
			F	4	2	90	0	100	408.000
TOTAL - FISCAL									4.246.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.246.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.754.666
		Atividades							
02 131	0569 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							23.534
02 131	0569 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional							23.534
			F	3	2	90	0	100	23.534
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.731.132
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							1.731.132
			F	3	2	90	0	100	1.657.533
			F	3	2	90	0	181	73.599
TOTAL - FISCAL									1.754.666
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.754.666

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.200.000
		Projetos							
02 122	0569 158W	Reforma do Complexo de Imóveis do Tribunal Regional Federal da 5ª Região							1.200.000
02 122	0569 158W 1695	Reforma do Complexo de Imóveis do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - No Município de Recife - PE							1.200.000
			F	4	2	90	0	100	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

RESOLUÇÃO Nº 505, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso III, alínea "b", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, , resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 1.896.088,00 (um milhão, oitocentos e noventa e seis mil e oitenta e oito reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Ministro

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.786.696
		Projetos							
02 126	0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							1.786.696
02 126	0569 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.786.696
			F	4	2	90	0	100	1.786.696
TOTAL - FISCAL									1.786.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.786.696

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							54.696
		Projetos							
02 126	0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							54.696
02 126	0569 151W 6014	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							54.696
			F	4	2	90	0	100	54.696
TOTAL - FISCAL									54.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.696

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							54.696
		Projetos							
02 126	0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							54.696
02 126	0569 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							54.696
			F	4	2	90	0	100	54.696
TOTAL - FISCAL									54.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.696

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							164.088
		Projetos							
02 126	0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							164.088
02 126	0569 151W 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Nacional							164.088
			F	3	2	90	0	100	164.088
TOTAL - FISCAL									164.088
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									164.088

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.732.000
		Projetos							
02 126	0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							1.732.000
02 126	0569 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.732.000
			F	3	2	90	0	100	1.732.000
TOTAL - FISCAL									1.732.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.732.000

RESOLUÇÃO Nº 507, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, , resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Ministro

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				114.000			
		Atividades							
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							114.000
02 331	0569 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							114.000
			F	3	1	90	0	100	114.000
TOTAL - FISCAL									114.000
TOTAL - SEGURIDADE						0			
TOTAL - GERAL									114.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				36.000			
		Atividades							
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							36.000
02 331	0569 212B 6013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							36.000
			F	3	1	90	0	100	36.000
TOTAL - FISCAL									36.000
TOTAL - SEGURIDADE						0			
TOTAL - GERAL									36.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0569		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				150.000			
		Atividades							
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							150.000
02 331	0569 212B 6012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							150.000
			F	3	1	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE						0			
TOTAL - GERAL									150.000

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2018

PRESIDENTE: EXMO. SR. CONSELHEIRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
SECRETÁRIA: EXMA. SRA. JUÍZA FEDERAL SIMONE LEMOS FERNANDES

Às quatorze horas, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, presentes os Conselheiros MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (Vice-Presidente do CJF e Corregedora-Geral da Justiça Federal), PAULO DE TARSO SANSEVERINO, ISABEL GALLOTTI, CARLOS MOREIRA ALVES, ANDRÉ FONTES, THEREZINHA CAZERTA, MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT (Membros Efetivos) e ANTONIO CARLOS FERREIRA (Membro Suplente), bem como o Juiz Federal FERNANDO MARCELO MENDES (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe), o Dr. MARCELO LAVOCAT GALVÃO (Representante do Conselho Federal da OAB) e o Subprocurador-Geral da República AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS (Representante do Ministério Público Federal), iniciou-se os trabalhos da sessão.

Ausente, justificadamente, o Conselheiro THOMPSON FLORES, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Inicialmente, o Presidente cumprimentou os Conselheiros nominalmente.

De igual forma, ao saudar o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Ajufe, cumprimentou os magistrados presentes.

Igualmente, saudou o Dr. Marcelo Lavocat Galvão, Representante do Conselho Federal da OAB, oportunidade em que cumprimentou os advogados presentes.

Cumprimentou, ainda, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Representante do Ministério Público Federal, e, em seu nome, todos os procuradores presentes.

Saudou adicionalmente a Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal, designada, no último dia 8, para exercer essa função.

Cumprimentou, também, os servidores da Casa e da Justiça Federal.

Em seguida, declarou aberta a solenidade de posse dos Conselheiros Antonio Carlos Ferreira e Marco Aurélio Buzzi, eleitos, respectivamente, para os cargos de membros efetivo e suplente do Conselho da Justiça Federal em Sessão Plenária do Superior Tribunal de Justiça no dia 25 de setembro do ano em curso.

Posteriormente, convidou o integrante mais antigo e o mais recente do Colegiado, o Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt e a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura, respectivamente, para conduzirem o Ministro Antonio Carlos Ferreira e o Ministro Marco Aurélio Buzzi à tribuna.

Após, convidou a Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal para fazer a leitura dos respectivos termos de posse, os quais foram devidamente assinados.

Na sequência, o Presidente os declarou empossados como membros efetivo e suplente do Colegiado do Conselho da Justiça Federal.

Logo depois, convidou os Conselheiros Manoel de Oliveira Erhardt e Maria Thereza de Assis Moura para acompanharem o Conselheiro Antonio Carlos Ferreira ao lugar designado para o novo integrante do Colegiado.

Prosseguindo, convidou o Conselheiro Marco Aurélio Buzzi a retornar a seu respectivo lugar.

Na sequência, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal.

Logo após, submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada, nos termos lavrados.

J U L G A M E N T O S

1) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00108

ASSUNTO: REFERENDO DO ENCAMINHAMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL, DO REMANEJAMENTO INTERNO ENTRE AS UNIDADES DE PRIMEIRO GRAU, BEM COMO DA EDIÇÃO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2018/00491, 492, 493, 494, 495, 500 E 501.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou o encaminhamento das solicitações de créditos adicionais a serem atendidas por autorização legislativa, o remanejamento interno entre as unidades da Justiça Federal de primeiro grau, bem como a edição das Resoluções n. CJF-RES-2018/00491, 492, 493, 494, 495, 500 e 501.

2) PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00001

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00496, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADO: Conselho da Justiça Federal

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2018/00496, de 12 de setembro de 2018.

3) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00457

ASSUNTO: REFERENDO DO DESPACHO N. CJF-DES-2018/14.891, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018, QUE AUTORIZOU, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, A EXECUÇÃO DE DESPESAS PELA 5ª REGIÃO EM LIMITE SUPERIOR AO ESTABELECIDO NO § 3º DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO N. 179, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, E, CONSEQUENTEMENTE, A ALTERAÇÃO DO PLANO DE OBRAS CONSOLIDADO DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Seção Judiciária da Paraíba

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou o Despacho n. CJF-DES-2018/14.891, de 14 de setembro de 2018.

4) PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00579

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00497, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, PERÍODO 2015/2020.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2018/00497, de 27 de setembro de 2018.

5) PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00484

ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2018/00498, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00356, DE 12 DE AGOSTO DE 2018, QUE TRATA ACERCA DA APROVAÇÃO DO GLOSSÁRIO DE METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL, PERÍODO DE 2015/2020.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Resolução n. CJF-RES-2015/00356, de 12 de agosto de 2018.

6) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00508

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00386, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE MANDATO DE JUIZ FEDERAL DA 3ª REGIÃO JUNTO À TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00386, de 4 de outubro de 2018.

7) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00011

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

DECISÃO: Prosseguindo no julgamento, o Conselho, por maioria, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator, com as modificações sugeridas no voto do Conselheiro Presidente. Vencido, parcialmente, o Conselheiro André Fontes no que concerne à necessidade de ratificação, pelo Presidente do respectivo Tribunal, da indicação do representante da Ajufe para compor os comitês. Não votou a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura, em razão de o seu antecessor ser o relator da matéria.

8) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00013

ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967/2000.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto do relator, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal.

9) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00016

ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967/2000.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto do relator, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal.

10) PROCESSO N. CJF-PPP-2018/00005

ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PARA TRANSFERIR A 8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS PARA A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS/MG.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

Antes da proclamação da decisão, o Presidente informou que o Conselheiro André Fontes suscitou uma preliminar para que o Colegiado apreciasse requerimento do Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, da Seção Judiciária de Minas Gerais, que é contrário ao pleito. Porém, o Presidente ressalvou que o magistrado não será atingido com a aprovação desse ato, sendo o seu interesse meramente particular.

Não obstante, noticiou que o Conselheiro André Fontes apresentará declaração de voto acompanhando o Relator, ficando vencido apenas quanto à proposição de apreciar o requerimento do magistrado da 1ª Região.

Ainda sobre a matéria, o Presidente da Ajufe mencionou o pleito da Juíza Federal Substituta da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que requereu a sua permanência naquela Seccional.

Desse modo, o Conselheiro Carlos Moreira Alves informou que a pretensão do Tribunal é de causar o menor transtorno possível no que diz respeito aos recursos humanos disponíveis, tanto em relação a magistrados como servidores.

DECISÃO: O Conselho, por maioria, rejeitou preliminar suscitada pelo Conselheiro André Fontes para apreciar requerimento do Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, da Seção Judiciária de Minas Gerias, que é contrário ao pleito. E, no mérito, por unanimidade, aprovou a realocação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais para a Subseção Judiciária de Sete Lagoas, nos termos do voto do relator.

11) PROCESSO N. CF-PCO-2012/00008

ASSUNTO: EMBARGOS DE declaraÇÃO OPOSTOS PELO DESEMBARGADOR FEDERAL EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA, EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA PELO COLEGIADO NA SESSÃO DE 11 DE JUNHO DE 2018.

INTERESSADOS: Desembargador Federal Eustáquio Nunes Silveira e Ministério Público Federal.

RELATORA: Em mesa pela Corregedora-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por indicação da relatora, decidiu adiar o julgamento da matéria.

12) PROCESSO N. CF-ADM-2012/00334

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2014/00305, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO E A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAIS E O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADOS DATIVOS, EM CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

DECISÃO: Prosseguindo no julgamento, após o voto do Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt divergindo parcialmente do relator, pediu vista antecipada o Conselheiro Carlos Moreira Alves. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antônio Carlos Ferreira, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e João Otávio de Noronha.

13) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00412

ASSUNTO: CONSULTA FORMULADA PELO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE O MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA CONSIDERAR SEÇÕES JUDICIÁRIAS DAQUELE REGIONAL COMO UMA ÚNICA UNIDADE DE 1ª INSTÂNCIA, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

RELATOR: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

DECISÃO: O Conselho decidiu adiar o julgamento da matéria, em razão do pedido do Conselheiro Carlos Moreira Alves para examinar a questão, tendo em vista que a consulta foi requerida na gestão anterior.

Concluídos os assuntos constantes da pauta de julgamento, o Presidente agradeceu a presença de todos.

A sessão encerrou-se às quatorze horas e cinquenta minutos.

Eu, Simone Lemos Fernandes, Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente do Conselho

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO DE SECRETARIA Nº 126, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Orientação quanto ao acompanhamento processual:

a) instalar o aplicativo eproc no seu dispositivo móvel e registrar o processo como favorito. Essa operação permitirá receber informação de todo andamento processual;

b) habilitar, no cadastro do advogado, a opção para receber por e-mail informações sobre distribuição, prazos e senha.

Configure seu usuário no eproc para receber as notificações do sistema por e-mail.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

PROCESSO: 5015044-06.2016.4.04.7100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSÉ STAROSTA
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI - PR069016
PROCESSO: 2009330-47.0099.9.50.0000
REQUERENTE: DILMA ALMEIDA BRITO
PROC./ADV.: OSCARINO SANTOS VIENA - BA011215
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0534120-57.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUCILENE DA SILVA ARAUJO
PROC./ADV.: SIDNEY TEIXEIRA PINTO - AL013026
PROCESSO: 0533054-42.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FATIMA CYBELLE DE ALBUQUERQUE MARTINS
PROC./ADV.: Petrônio Oliveira Queiroz de Medeiros - AL009081
PROCESSO: 0532795-47.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO BEZERRA DE ASSUNCAO
PROC./ADV.: Walmir Valença Silva Filho - AL011233
PROCESSO: 0530526-35.2017.4.05.8013
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GABRIELA ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO DA SILVA - AL014451
PROCESSO: 0519647-96.2017.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JEOVA LOPES
PROC./ADV.: ROBERTA FACUNDO ARAÚJO - CE033610
PROCESSO: 0516732-44.2017.4.05.8013
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DA SILVA
PROC./ADV.: Lidyane Oliveira Castilho - AL007905
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0516704-43.2016.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA LUCIMAR LOPES DOS SANTOS
PROC./ADV.: Damiana Auxiliadora Rodrigues de Oliveira - CE008624
PROCESSO: 0514578-11.2016.4.05.8200
REQUERENTE: JULIO ABEL DO NASCIMENTO FILHO
PROC./ADV.: ELIEUDA DIAS MATOS - PB015188
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0512442-10.2017.4.05.8102
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RAIMUNDO BARBOSA SARAIVA
PROC./ADV.: FRANCISCO ELDO DE SOUSA - CE013330
PROCESSO: 0512272-44.2017.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA HELENA PACHECO
PROC./ADV.: Jourdanete Mendonça Lopes - CE005408
PROCESSO: 0511930-29.2014.4.05.8103
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO ALBERTINO DE BARROS
PROC./ADV.: Francisco Nelson Veras Oliveira - CE014256
PROCESSO: 0511550-10.2017.4.05.8100
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALOISIO CARVALHEDO DE BRUIN
PROC./ADV.: JULIANA CAMPOS DE OLIVEIRA - CE014192
PROCESSO: 0510703-02.2017.4.05.8102
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARLENE DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ STENIO DE ARAUJO LUCENA - PA019126A
PROCESSO: 0510578-65.2016.4.05.8103
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO CARLOS DE SOUZA
PROC./ADV.: Maria Edna Silveira - CE022193
Ricardo Pinheiro de Oliveira - CE030113
PROCESSO: 0509054-04.2014.4.05.8200
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DIRCEU MENDES DE SA
PROC./ADV.: DAVID DE OLIVEIRA LACERDA LEITE - PB019586
PROCESSO: 0508951-62.2017.4.05.8015
REQUERENTE: NADYR PEREIRA MENDES
PROC./ADV.: Ely Karine Oliveira Félix - AL008048
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
PROCESSO: 0507902-19.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DO SOCORRO DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS - CE023738
PROCESSO: 0507444-66.2017.4.05.8015
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOEL ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: Maria Edmê Gomes Dantas - AL013966
PROCESSO: 0506924-09.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ADRIANO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: BENEDITO MELO DOS SANTOS - SE001589
PROCESSO: 0506576-60.2018.4.05.8013
REQUERENTE: JOSE ROBERTO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: José Roberto Andrade de Souza - AL004279
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0506571-66.2017.4.05.8500
REQUERENTE: ANA CECILIA DAS DORES
PROC./ADV.: KAMILLE PARAIZO DANTAS FONTES - SE008132
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0506525-77.2017.4.05.8500
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA NEIDE ALVES RIBEIRO
RENATA RIBEIRO KREMPSER PTAK
PROC./ADV.: MARCIO CÉSAR FONTES SILVA - SE002767
PROCESSO: 0505878-82.2017.4.05.8500
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIANA CAVALCANTE OUVERNEY VILELLA
PROC./ADV.: JOYCE GLEYCIANE PEREIRA NASCIMENTO - SE010304
PROCESSO: 0505848-59.2017.4.05.8302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: WELLINGTON JOSE DOS SANTOS
PROC./ADV.: Lucimário Antônio da Silva - PE036934
PROCESSO: 0505705-30.2018.4.05.8013
REQUERENTE: CICERO MOREIRA BELO
PROC./ADV.: Leandro Ricardo Ferreira Gomes de Lima - AL010488
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0504128-79.2016.4.05.8500
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FABIA REGINA DOS SANTOS
JOSIETE APARECIDA DE ARAUJO DIAS
PAULO HERLAN CASTRO DOS SANTOS
REGINALDO ALVES BAZAN
PROC./ADV.: MARCEL COSTA FORTES - SE003815
PROCESSO: 0503963-89.2017.4.05.8308
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALISSON JOEL DE MACEDO RODRIGUES
PROC./ADV.: PEDRO PINHEIRO SOUSA - PB023659
PROCESSO: 0503539-05.2016.4.05.8107
REQUERENTE: LUIZ GUILHERME DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0503527-88.2016.4.05.8107
REQUERENTE: FRANCISCO ROMAO BATISTA FILHO
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0503385-59.2017.4.05.8104
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DAS GRACAS SOARES CRUZ
PROC./ADV.: VANDERSON PRUDÊNCIO DA SILVA - CE025766
PROCESSO: 0503346-71.2017.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE AIRTON CAVALCANTE
PROC./ADV.: Ygor Castro Ponciano Lima - CE026182
PROCESSO: 0503273-48.2017.4.05.8312
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IVALDO AVELINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO JOSÉ MARQUES SILVA - PE034008
PROCESSO: 0503256-24.2017.4.05.8502
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CLAUDIONOR TEMOTEO DE AMORIM
PROC./ADV.: DEISEANE SANTOS DE JESUS - SE009314
PROCESSO: 0502945-54.2017.4.05.8107
REQUERENTE: JUCELINO ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0502713-23.2018.4.05.8102
REQUERENTE: MARIA SOCORRO SOARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSE WILLIAN PEREIRA DA SILVA - CE038742
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0502475-07.2018.4.05.8101
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RODOLFO OLIVEIRA FELIX
PROC./ADV.: FÁBIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS - CE023738
PROCESSO: 0502422-42.2017.4.05.8107
REQUERENTE: MARIA RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0502413-74.2017.4.05.8303
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RENATO CRISTOVAO BARBOSA LEITE DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: HERMES ERALDO ALVES CORDEIRO - PE040690
PROCESSO: 0502407-58.2017.4.05.8306
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GRIMAURO JOSE DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JEFFERSON FERREIRA DE ARAUJO - PE044074
PROCESSO: 0502402-51.2017.4.05.8204
REQUERENTE: VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: DANILO CALIXTO DE FREITAS ROCHA - PB022740
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501936-41.2014.4.05.8308
REQUERENTE: ROBERTO WELL DE FREITAS ARAUJO
PROC./ADV.: Cícero Crispim Barbosa - PE026037
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: EDERSON LEITE BRAGA - PI007862
PROCESSO: 0501927-68.2017.4.05.8310
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE HELIO FABIANO DA SILVA
PROC./ADV.: Marta Maria Morais de Andrade - PE019726
PROCESSO: 0501644-84.2017.4.05.8103
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MANOEL RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.: Francisco Airton Vieira - CE016387
PROCESSO: 0501606-18.2016.4.05.8100
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARCIA SUELY MACAMBIRA MARQUES
PROC./ADV.: Vladia Araújo Magalhães - CE008622
PROCESSO: 0501516-52.2017.4.05.8107
REQUERENTE: MARIA CLIVANILDE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: Marciana Aires de Oliveira - CE028069
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501260-12.2017.4.05.8107
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANTONIO FRANCISCO DE MATOS
PROC./ADV.: Diego Victor Lobo Silveira - CE025815
PROCESSO: 0501227-13.2017.4.05.8304
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDIVAL FRANCISCO DO CARMO
PROC./ADV.: Raniere Souza do Nascimento - PE042638
PROCESSO: 0501219-30.2017.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EULER ROMILDO CALAZANS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILTON DAS MERCES SANTOS JUNIOR - SE010467
PROCESSO: 0501216-52.2010.4.05.8102

REQUERENTE: MARIA MARILENE ALVES DINIZ
PROC./ADV.: Luiz Claudio Santana Soares - CE012597
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0501134-59.2017.4.05.8107
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
LUCI FERREIRA BARBOSA
PROC./ADV.: ROBERLI DE LIMA ALEXANDRIA - CE024958
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0500946-03.2016.4.05.8107
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MAYARA MELKA RIBEIRO SARAIVA - CE024480
PROCESSO: 0500868-78.2017.4.05.8202
REQUERENTE: JOSEFA LOURENCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: Carlos Cicero de Sousa - PB019896
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0500555-59.2018.4.05.8307
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CARLOS ANDRE SILVA LIMA
PROC./ADV.: Élyda Danielma Veloso Bispo - PE040694
PROCESSO: 0500300-40.2014.4.05.8308
REQUERENTE: ROBERIO DAMASCENO DOS SANTOS
PROC./ADV.: Cícero Crispim Barbosa - PE026037
REQUERIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: EDERSON LEITE BRAGA - PI007862
PROCESSO: 0500116-18.2017.4.05.8102
REQUERENTE: JOSE FELIPE NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA - PE000573
REQUERIDO: BANCO PAN S.A.
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: Ronaldo Nogueira Simões - CE017801
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0152926-45.2017.4.02.5151
REQUERENTE: PAULO SANTAREM
PROC./ADV.: FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
MARIA DA GRACA SANTIAGO DE ALMEIDA -
PROCESSO: 0143060-13.2017.4.02.5151
REQUERENTE: RITA DE FATIMA COELHO MARINHO
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0141743-20.2017.4.02.5170
REQUERENTE: JOSE RILDO DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0141739-40.2017.4.02.5151
REQUERENTE: EDNEA AMANCIO ROSA
PROC./ADV.: FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0138146-49.2017.4.02.5168
REQUERENTE: MARIA DA APARECIDA GOMES JESUS
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0126454-07.2017.4.02.5151
REQUERENTE: MARIA LUCIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0124522-17.2015.4.02.5001
REQUERENTE: PATRICIA DE CASTRO MARCIANO DA SILVA
PROC./ADV.: JADER NOGUEIRA - ES004048
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0118965-16.2017.4.02.5151
REQUERENTE: ALVIM GONZAGA MURTINHO
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
MARIA DA GRACA SANTIAGO DE ALMEIDA -
PROCESSO: 0098621-14.2017.4.02.5151
REQUERENTE: JORGE LUIZ DA SILVEIRA
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0057542-37.2012.4.01.3800
REQUERENTE: PAULO ROBERTO MARTINS LOPES
PROC./ADV.: TIAGO COSTA CAMILO - MG102732
REQUERIDO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0050121-78.2007.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO FERNANDES GARCIA
PROC./ADV.: JOSUÉ ELIAS CORREIA - SP172917
PROCESSO: 0048012-81.2013.4.01.3700
REQUERENTE: ROGERIO SANTOS SOUSA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO ALMEIDA - MA006395
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0046888-97.2012.4.01.3700
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE GREGORIO SANTIAGO
PROC./ADV.: RAFAEL PEREIRA ALMEIDA - MA007459
PROCESSO: 0046883-32.2013.4.01.3800
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUIZ HENRIQUE DE VASCONCELOS QUAGLIETTA CORREA
PROC./ADV.: EDUARDO AMIN MENEZES HASSAN - BA020295
PROCESSO: 0044717-65.2015.4.01.3700
REQUERENTE: VICENTE DE CASTRO SANTOS
PROC./ADV.: IRAPOA SUZUKI DE ALMEIDA ELOI - MA008853
REQUERIDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMARANHÃO
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0044685-72.2010.4.01.3300
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA AUGUSTA PINHEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: LARA CERQUEIRA MEYER SUERDIECK - BA012915
PROCESSO: 0044234-42.2013.4.01.3300
REQUERENTE:
PROC./ADV.:
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
VLADIMIR BARROS ARAS
PROC./ADV.: ISABELA VIEIRA BORBA - P86122
YBSEN FERNANDO ARAS DO PRADO - BA026218
PROCESSO: 0044131-85.2011.4.01.3500
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ELMO JOSE DUARTE DE ALMEIDA JUNIOR
PROC./ADV.: MARIA APARECIDA DE CASTRO FERREIRA MORGADO - GO016732
PROCESSO: 0042941-03.2014.4.01.3300
REQUERENTE: JOEL PEREIRA ALVES
PROC./ADV.: CARLOS FERNANDO DE MENEZES MOREIRA - BA016770
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0040862-04.2012.4.01.3500
REQUERENTE: ELCIENE DOMINGOS DE LOIOLA
PROC./ADV.: DUCILENE VICENTE DA SILVA ARANTES - GO025764
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0035043-45.2015.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: PAULO EDGAR DIAS ALMEIDA
PROC./ADV.: SERGIO OLIVA REIS - PA008230
PROCESSO: 0033998-19.2009.4.02.5151
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE OZORIO DA SILVA
PROC./ADV.: PABLO DE SOUZA MARTINS - RJ091432
PROCESSO: 0031607-13.2017.4.02.5151
REQUERENTE: ELAINE PAZ FULCO
PROC./ADV.: FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0029801-49.2012.4.01.3500
REQUERENTE: MAURA MENEZES JONAS DAMIAO
PROC./ADV.: JOAO PAULO DAHER ALVES - GO033256
REQUERIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0029023-95.2011.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ROSENITA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ESTELA DUTRA - SP106316
NATALIA VERRONE - SP278530
PROCESSO: 0028200-43.2005.4.01.3600
REQUERENTE: ANA MARIA DE LIMA
PROC./ADV.: CIBELE SILVA PRIETCH FALCA PAGNO - MT009947B
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0020605-34.2016.4.01.3300
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: PAULA LEAL LORDELO LINO
PROC./ADV.: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS - BA011607
PROCESSO: 0020426-03.2016.4.01.3300
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HUGO NUNES DE MORAIS
PROC./ADV.: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS - BA011607
PROCESSO: 0020424-33.2016.4.01.3300
REQUERENTE: GILVAN OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS - BA011607
REQUERIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.: ANDRE CAVAS OTERO - ACO.PGU
PROCESSO: 0020389-73.2016.4.01.3300
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DEBORA MARIA LIMA MACHADO
PROC./ADV.: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS - BA011607
PROCESSO: 0016533-41.2011.4.01.3700
REQUERENTE: CLAUDETE AMARAL SERRA
PROC./ADV.: LUIZ ALEXANDRE REIS GODINHO - MA009668
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0015544-14.2015.4.01.3500
REQUERENTE: WILSON MARTINS DE REZENDE JUNIOR
PROC./ADV.: SAMI ABRAO HELOU - GO013116
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0013785-20.2012.4.01.3500
REQUERENTE: ANTONIO DIAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SÔNIA VIEIRA DA SILVA - GO029275
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0012303-39.2014.4.01.3800
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CRISTINA BATISTA DE SOUZA GOMES
PROC./ADV.: THIAGO FELIPE COTTA ARAUJO - MG117606
PROCESSO: 0010787-60.2014.4.01.3807
REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES NETO
PROC./ADV.: AURO NOGUEIRA DE BARROS - MG087344B
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590

PROCESSO: 0010630-31.2012.4.01.4301
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.:
REQUERIDO: NOE OLIVEIRA MAGALHAES
PROC./ADV.: ANDERSON MAMEDE - TO000274A
PROCESSO: 0010499-04.2012.4.01.3801
REQUERENTE: JANUARIA FAGUNDES PRATA
PROC./ADV.: DANIELE VACCARINI FERNANDES - MG102601
GUSTAVO HENRIQUE FERNANDES - MG114592
JOAO BOSCO MOREIRA - MG070689
JOSE AMAURY FERNANDES - MG053806
JOSE LUCIO FERNANDES - MG030530
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0009565-33.2014.4.01.4300
REQUERENTE: JOSE LIMA DOS REIS
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0009253-43.2011.4.01.3304
REQUERENTE: JOSENAIDO ALVES DOS REIS
PROC./ADV.: JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA JUNQUEIRA - BA018779
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0009129-84.2016.4.01.3304
REQUERENTE: JAIME FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HILNA SERAPHIM FALCÃO - BA023977
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008851-58.2013.4.01.3314
REQUERENTE: REGINALDO DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: EDKILSON DE JESUS - BA028825
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008829-15.2014.4.01.4300
REQUERENTE: SIDNEY PEREIRA AMARAL
PROC./ADV.: EUDES ROMAR VELOSO DE MORAIS SANTOS - TO004336
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008793-22.2012.4.01.3304
REQUERENTE: ROQUE FIUZA
PROC./ADV.: LEA COSTA BARBOSA DA SILVA - BA015311
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008672-14.2014.4.01.3307
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LEANDRO BATISTA COUTINHO
PROC./ADV.: CRISTIANE DE SOUSA SANTOS ARAUJO - BA026502
PROCESSO: 0008659-09.2014.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GERALDO RAIMUNDO LOPES
PROC./ADV.: VANIA FATIMA DE PAULA - MT010140O
PROCESSO: 0008455-69.2013.4.01.3900
REQUERENTE: JORGE LUIZ BRITO LEAL
PROC./ADV.: HELAINE NAZARÉ DA CRUZ SANTOS MARTINS - PA010081
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0008425-98.2017.4.01.3801
REQUERENTE: MARLENE AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: FABIOLA RAPOSO DE GIACOMO - MG172618
JOANNYRIA ROSELEI TEIXEIRA - MG046428
RODRIGO MESSIAS TEIXEIRA CAMPAGNACCI - MG103107
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0007920-55.2013.4.01.3314
REQUERENTE: LUCIMAR DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: ELAINE SOUZA DANTAS - BA025082
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0007311-82.2012.4.01.3807
REQUERENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO BOSCO COUTO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: HERBERT SOUZA NASCIMENTO - MG136821
PROCESSO: 0006949-51.2015.4.01.4300
REQUERENTE: ANAIR RENNER BURIN
PROC./ADV.: ELIANE SOUZA FERREIRA - TO004723
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006770-26.2014.4.01.3307
REQUERENTE: JUVENIL SOUZA COELHO
PROC./ADV.: SIMONE CARVALHO COSTA SAMPAIO - BA032668
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006737-30.2015.4.01.4300
REQUERENTE: MARIA DO CARMO PEREIRA ALVES
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006617-40.2012.4.01.3314
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DOMINGAS DE JESUS SILVA
PROC./ADV.: MARIA JOSE DA SILVA SOUZA - PE012678
PROCESSO: 0006366-93.2010.4.02.5050
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MANOEL ANTONIO DE JESUS
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS BARRETO - ES014129
PROCESSO: 0006286-05.2015.4.01.4300
REQUERENTE: PLECIDES SARAIVA MARTINS
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0006207-51.2013.4.01.3312
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ELSON DOS ANJOS MARTINS
PROC./ADV.: FABIANA ALVES SANTOS - BA038851
PROCESSO: 0006121-57.2016.4.01.3900
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JORGE FERRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR
PROC./ADV.: POLIANA RAYOL CHAVES - MA014666
PROCESSO: 0006064-71.2009.4.01.3807
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DENIVAL LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: ELZEAR JUNIOR OLIVEIRA SILVA - MG111632
PROCESSO: 0005893-81.2017.4.01.3307
REQUERENTE: MIGUEL CARLOS MENDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: WILLIEM DA SILVA BARRETO JUNIOR - BA031917
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0005703-20.2015.4.01.4300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EVA MARTINS BEZERRA
PROC./ADV.: ELIANE SOUZA FERREIRA - TO004723
PROCESSO: 0005697-69.2012.4.01.3701
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JANE BRASIL DE CALDAS LIMA
PROC./ADV.: MARCELO GILLES VIEIRA DE CARVALHO - MA011773
PROCESSO: 0005522-87.2017.4.02.5151
REQUERENTE: IRAN TEIXEIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: BRUNO BARBOSA PEREIRA - RJ214042
FERNANDO CAPITULINO DA SILVA - RJ133536
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: GUSTAVO FRANCO RAULINO - P11153
PROCESSO: 0005498-87.2016.4.01.3901
REQUERENTE: JOSIAS LUIZ
PROC./ADV.: MARIA DO SOCORRO PINHEIRO FERREIRA MONTANI - PA014282B
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0005380-20.2011.4.01.3600
REQUERENTE: GILMAR VIEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ALAN SEGOVIA MOREIRA - MT017140O
GABRIEL AUGUSTO CAMILO ANCHIETA - MT017687O
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES - MT018555O
REQUERIDO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0005363-23.2016.4.01.3304
REQUERENTE: EDISON DE JESUS COSTA
PROC./ADV.: INACIO PATRICIO DE ALMEIDA NETO - BA026849
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0005356-95.2011.4.01.3307
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANA MARIA DE JESUS ARAÚJO
PROC./ADV.: FRANCISCO EVARISTO RIBEIRO - BA000593B
PROCESSO: 0005343-12.2015.4.01.3807
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO BATISTA DA ROCHA
PROC./ADV.: MANOEL FREDERICO VIEIRA - MG050567
PROCESSO: 0004780-76.2014.4.01.3314
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: VALDELICE DAMASCENO
PROC./ADV.: ROSANA OLIVEIRA LIBONATI - BA015891
PROCESSO: 0004704-22.2014.4.01.3809
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GERALDA MAXIMIANA DAVANZO
PROC./ADV.: VILFRIDO SIQUEIRA DA CRUZ - MG024790
PROCESSO: 0004687-24.2011.4.03.6302
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDILON VOLPI PERES
PROC./ADV.: VERÔNICA PAULA MARTINO - SP165995
PROCESSO: 0004604-32.2011.4.01.3305
REQUERENTE:
PROC./ADV.:
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RICARDO MEDRADO SOBRINHO
PROC./ADV.: ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA - BA025289
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004603-47.2011.4.01.3305
REQUERENTE:
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EDUARDO FRANCISCO MONTENEGRO DUTRA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA - BA025289
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004566-91.2014.4.01.3312
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: TADEU HENRIQUE CAETANO TEIXEIRA ALVES - BA040361
PROCESSO: 0004422-75.2013.4.01.3305
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: SAMARA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MARIVANIA RODRIGUES OLIVEIRA - BA039418
PROCESSO: 0004331-58.2013.4.02.5050
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ETEVALDO DANIEL BARBOSA
PROC./ADV.: RODOLFO FERNANDES DO CARMO - ES013069
PROCESSO: 0004187-28.2015.4.01.3309
REQUERENTE: SANDRO LUCIO DA PAIXAO DA SILVA
PROC./ADV.: VITAL FARIAS GONCALVES - MG030829
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0004118-52.2013.4.02.5050
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARISTELA GONCALVES
PROC./ADV.: ENEIAS DO NASCIMENTO BATISTA - ES016533
PROCESSO: 0004074-94.2013.4.01.3810
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA GOMES DE SOUSA
PROC./ADV.: VIANEY STENIO SILVA - MG108540
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003943-41.2017.4.01.3823
REQUERENTE:
PROC./ADV.:
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
MARINA SILVA DE LUCCA
PROC./ADV.: DORILAYNE ABRANCHES MONTEIRO - MG111491
VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003341-11.2016.4.01.4300
REQUERENTE: DIVINA LUIZ DOS SANTOS
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003064-78.2013.4.01.3304
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS REBOUCAS ALMEIDA
PROC./ADV.: IRACIMEIGUE DOS SANTOS TELES - BA029822
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003055-48.2015.4.01.3304
REQUERENTE: JAKSON LAGO
PROC./ADV.: CRISTINE EMILY SANTOS NASCIMENTO - BA029727
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0003031-77.2016.4.01.3306
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSÉ IVANILDO DA SILVA
PROC./ADV.: KAIAN BLENER LIMA VARJÃO - BA043992
PROCESSO: 0002787-76.2016.4.01.4300
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE GODOI
PROC./ADV.: CHARLES DO LAGO COELHO - TO005603
HUMBERTO SOUSA HENRIQUE - TO005732
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002772-93.2014.4.01.3810
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA LASARA MACIEL
PROC./ADV.: LUIZ FELIPE DE LIMA PEREIRA - MG136833
MARIA HELENA DE LIMA - MG060710
PROCESSO: 0002736-20.2010.4.01.3801
REQUERENTE: GILDASIO PEREIRA DO NASCIMENTO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: HEITOR AUGUSTO PESSOA DA COSTA - MG063366
REQUERIDO:
PROC./ADV.:
PROCESSO: 0002728-40.2014.4.01.3304
REQUERENTE: SILVANO BASTOS LIMA
PROC./ADV.: INACIO PATRICIO DE ALMEIDA NETO - BA026849
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002666-09.2014.4.01.3301
REQUERENTE: VERA AIDA BASTOS BARRETO
PROC./ADV.: ANTÔNIO CARLOS AMORIM DA SILVA - BA007337
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002465-09.2014.4.01.3821
REQUERENTE: MARIO RUBENS SALLES DE MELLO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO TERRA LEITE - MG060828
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002452-59.2012.4.01.3504
REQUERENTE: WALDEMAR SOARES PIRES
PROC./ADV.: LEÍSA MUTÃO CIPRIANO - GO032749
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002215-96.2011.4.01.3815
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUIZ CARLOS MONTEIRO COSTA
PROC./ADV.: BERNARDO AUGUSTO ZANETTI PUGLIESE - MG085620
MARCELO JOSE FERREIRA REIS - MG116402
PROCESSO: 0002215-23.2015.4.01.3600
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: WALTER DE MATOS ARAUJO
PROC./ADV.: AILTON LUIZ AMARO JUNIOR - SP200129
DOUGLAS RAYEL - MT017206A
PROCESSO: 0002096-56.2015.4.01.3311
REQUERENTE: REGINA DERVINA DA SILVA
PROC./ADV.: EDUARDO BARRETO DE FREITAS - BA024828
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0002028-72.2012.4.01.3809
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IRANY APARECIDA SILVA RESENDE
PROC./ADV.: UMBELINA MARIA DE MESQUITA - MG048380
PROCESSO: 0001796-27.2016.4.01.3904
REQUERENTE: FRANCISCO SABINO FILHO
PROC./ADV.: WILLIAM VIANA DA SILVA - PA021357
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001769-45.2010.4.01.3810
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CARLUCIO PEREIRA DE CASTRO
IDEONICE PEREIRA DE CASTRO ALMEIDA
IRAMILDA DE CASTRO ALVARENGA
JOAO BATISTA NETO
RONALDO PEREIRA DE CASTRO
SANDRA APARECIDA DE CASTRO FREITAS
PROC./ADV.: SINTIA BARBOSA DUARTE WERNECK - MG063302
PROCESSO: 0001660-21.2016.4.01.4101
REQUERENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
PROC./ADV.: ANDREA LUIZA TOMAZ BRITO - RO003958
PROCESSO: 0001651-15.2014.4.01.3815
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE MARIA DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA JOSE ALVES BORGES - MG104593
SIRLAN SHERLEI DE SOUZA - MG137916
PROCESSO: 0001639-33.2015.4.01.3308
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARILENE MACARIA DE MACEDO
PROC./ADV.: TÂNIA FRAGA PIRES CARVALHO - BA017243
PROCESSO: 0001591-52.2013.4.03.6327
REQUERENTE: SANDRA REGINA DO NASCIMENTO DIAS
PROC./ADV.: LIGIA APARECIDA SIGIANI PASCOTE - SP115661
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0001553-16.2012.4.01.3810
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: THEREZA DA COSTA PANICACHI
PROC./ADV.: ANTONIO MARCOS BERGAMIN - SP275989
PROCESSO: 0001498-44.2011.4.01.3602
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: EVANIR PORTO DE SOUZA
PROC./ADV.: LUZIA STELLA MUNIZ - MT004273B
PROCESSO: 0001349-31.2014.4.01.3606
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ORMI CAMARGO DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO FERREIRA MARTINS - MT011706O
PROCESSO: 0001155-25.2015.4.01.3823
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LIDIA DE JESUS ROSSI
PROC./ADV.:
PROCESSO: 0001038-09.2015.4.01.3314
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DA PAZ SANTOS DE PAULA
PROC./ADV.: FLÁVIO RICARDO DE JESUS FREITAS - BA040244
PROCESSO: 0000980-13.2014.4.01.3808
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: HERMAN DIAS DE ANDRADE
PROC./ADV.: ITAMAR ONOFRE DA SILVA - MG053043
PROCESSO: 0000874-02.2014.4.01.3307
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANECLIDES ROCHA LIMA
PROC./ADV.: EDNA JARDIM BRAGA SANTOS - BA037502
PROCESSO: 0000838-37.2013.4.01.3810
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: GILSON BERNARDES DE REZENDE
PROC./ADV.: FLAVIA FRAGA MACEDO - MG090823
PROCESSO: 0000834-62.2011.4.01.3812
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA LUZIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDO CORREA ALVES PIMENTA LIMA - MG102095
PROCESSO: 0000780-64.2014.4.01.3821
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: CRISTOVAO INACIO
PROC./ADV.: CANDIDO JOSE MONTEIRO DE CASTRO NETO - MG089501
PROCESSO: 0000747-56.2017.4.01.3502
REQUERENTE: DIVINA OLIVEIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: LORENA DE CARVALHO OLIVEIRA - GO034913
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000727-82.2014.4.01.3304
REQUERENTE: JOSE TOMAZ PEREIRA NETO
PROC./ADV.: ODEJANE LIMA FRANCO - BA016345
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000665-12.2014.4.01.3314
REQUERENTE: JULIANA PINTO DE MATOS
PROC./ADV.: RUDSON FILGUEIRAS BARBOSA - BA034483
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000644-74.2012.4.01.4003
REQUERENTE: MARIA PERPETUA PEREIRA
PROC./ADV.: MILTON CARVALHO DE ARAGAO DUARTE - PI005785
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000609-23.2016.4.01.3309
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA FLORINDA DE JESUS
PROC./ADV.: ELIZETE MESSIAS DE BRITO - BA019390
PROCESSO: 0000484-82.2012.4.01.3604
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: IZABEL ETELVINA LEITE
PROC./ADV.: ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTANA SOUZA - MT018618O
PROCESSO: 0000466-67.2012.4.01.3602
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: DILMAR GOMES FERREIRA
PROC./ADV.: ALOISIO DA ROSA HAAS - MT0090380
NICIA DA ROSA HAAS - MT005947B
PROCESSO: 0000431-72.2015.4.03.6310
REQUERENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
MUNICÍPIO DE AMERICANA/SP
PROC./ADV.: ANA FLAVIA IFANGER AMBIEL DE CASTRO - SP202047
REQUERIDO: ANDREA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: OLAIR DOS SANTOS - SP248409
PROCESSO: 0000411-63.2014.4.01.3306
REQUERENTE: ERONDINA BARROS LIMA
PROC./ADV.: ROSANGELA SOBREIRA GOMES DA SILVA MASTRANGELI - PE015914
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000357-44.2013.4.01.3820
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JULIANA APARECIDA COSTA RODRIGUES
PROC./ADV.: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - MG101281
PROCESSO: 0000302-96.2012.4.01.3604
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA JOSE PEREIRA
PROC./ADV.: DIANI DE MORAES - MT012283O

PROCESSO: 0000293-44.2016.4.01.4300
REQUERENTE: DEMETRIO BATISTA MACHADO
PROC./ADV.: RISETE DE PAULA RIBEIRO - TO0006598B
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000288-42.2013.4.01.3810
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: BENEDITA DE FATIMA RIBEIRO
PROC./ADV.: CEILA MARIA FRANCO - MG104482
PROCESSO: 0000179-87.2016.4.01.9350
REQUERENTE: MARIA HELENA MARQUES DA COSTA
PROC./ADV.: LUCIMEIRY CORREIA DA SILVA - GO039020
REQUERIDO: Juiz Federal - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - Goiânia
PROC./ADV.:
PROCESSO: 0000145-20.2016.4.03.9201
REQUERENTE: EUSTAQUIO ANTONIO REIS ALMEIDA
PROC./ADV.: EDMILSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO - MS006503
ROBINSON FERNANDO ALVES - MS008333
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROC./ADV.:
PROCESSO: 0000114-29.2014.4.01.3315
REQUERENTE: CLEUSA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: GILBERTO ANTÔNIO ALMEIDA RÊGO SOUSA - BA014796
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA - PC018590
PROCESSO: 0000108-28.2014.4.01.3604
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: TEREZA MARIA CARDOSO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NILZA GOMES MACHRY - MT008245B
TELMO DA ROCHA MACHRY - MT008280B
PROCESSO: 0000020-10.3800.7.02.8126
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARLENE CALIL
PROC./ADV.: HUMBERTO MARCIAL FONSECA - MG055867
PROCESSO: 0000020-04.3800.7.52.3926
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LADIVAL IGNACIO PEREIRA
PROC./ADV.: JOSE LUIZ PESSOA - MG034273

VIVIANE DA COSTA LEITE BORTOLINI
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 29 DE JUNHO DE 2018

Nº 040061 - Processo nº 000969/2018. Nº Originário: 85/2016. Recorrente: FERNANDA ROTA TERRA. Recorrido: CRF-RS. Relatora: LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA. Ementa: Constitui infração ética manter farmácia ou drogaria sem observar as normas sanitárias e farmacêuticas. Violação aos preceitos de ordem ética. Decisão: À unanimidade de votos o plenário conheceu o recurso e no mérito negou provimento, mantendo a penalidade aplicada pelo Órgão Regional de advertência sem publicidade com fundamento no artigo 7º incisos I, VI e VIII; e multa de três (3) salários mínimos regionais, com fundamento no artigo 8º incisos VIII, X e XX do anexo III da Resolução 596/2014.

Nº 040062 - Processo nº 000946/2018. Nº Originário: 208/2016. Recorrente: CINTIA MARA ANDRASCHKO DUTRA. Recorrido: CRF-PR. Relatora: MARGARETE AKEMI KISHI. Ementa: Constitui infração ética manter farmácia ou drogaria sem observar as normas sanitárias e farmacêuticas. Violação aos preceitos de ordem ética. Decisão: À unanimidade de votos o plenário conheceu o recurso e no mérito negou provimento, mantendo a penalidade aplicada pelo Órgão Regional de multa de três (3) salários mínimos no valor de R$ 2.640,00(dois mil seiscentos e quarenta reais), com fundamento no artigo 8º incisos III e XX do anexo III da Resolução/CFF nº 596/2014 C/C artigo 30 inciso II da Lei 3.820/60 e artigo 1º da Lei 5.724/71, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO N° 61, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Normatiza os Procedimentos Para o Pagamento de Diárias e a Concessão de Passagens no Âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará-COREN/CE, e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ - COREN/CE, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 15, XIV c/c seu Regimento Interno, aprovado através da Decisão COREN/CE nº 021/2012.

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução COFEN nº 0471/2015, que instituiu as normas gerais para o pagamento de diárias e a concessão de passagens no âmbito do sistema COFEN/Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o que preceitua a Decisão Coren-CE nº. 036/2015, que instituiu as normas gerais para o pagamento de diárias e a concessão de passagens no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará;

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, COREN-CE integra, no seu conjunto, autarquia federal que o COFEN, criado por lei para disciplinar o exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de enfermagem com jurisdição em todo o Estado do Ceará, mantido com recursos próprios previstos no artigo 16, da Lei n. 5.905/73;

CONSIDERANDO o Acórdão AC-1280-06/12-2, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União que, no seu item 9.2.1 determinou ao Conselho Federal de Enfermagem que estabelecesse limites para a concessão de diárias, inclusive para os Conselhos Regionais, especialmente para o presidente e os conselheiros, considerando que a Resolução Cofen 312/2007, não estipulava o número limite para a concessão dessa indenização por beneficiário, de modo a impedir que tal indenização venha a se configurar como pagamento de salário, em completo desvirtuamento da ocupação de um cargo honorífico;

CONSIDERANDO que o Acórdão AC-1280-06/12-2, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, no seu item 9.2.2., determinou ao Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, que pautasse os valores atinentes às diárias pagas no âmbito do sistema COFEN/COREN´s de acordo com os princípios básicos aplicáveis a Administração Pública, em especial os da razoabilidade, da moralidade, do interesse público e economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO que por força de suas atribuições, o servidor, os conselheiros efetivos e suplentes, poderão afastar-se da sede do COREN/CE em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, farão jus as passagens e diárias destinadas a indenizar parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana; CONSIDERANDO que, a teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixado o valor máximo pelo Conselho Federal;, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 1º Os conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/CE e os colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do COREN/CE se deslocam de seus domicílios ou da sede da Autarquia Federal Corporativa, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do Estado, do território nacional ou para o exterior, farão jus a passagens e diárias, na forma prevista nesta Decisão.

CAPÍTULO II CONCESSÃO DE PASSAGENS Art. 2º Aos conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/CE e aos colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do COREN/CE, serão concedidas passagens destinadas ao deslocamento a serviço, para outro ponto do Estado, território nacional ou para o exterior.

§1º A emissão de passagem aérea ou terrestre e os pagamentos de diária, verba indenizatória e auxilio representação serão autorizados mediante ato de concessão e emissão de recibo e preenchimento do formulário anexo a esta Decisão, devidamente autorizado pelo Presidente do Conselho Regional de Enfermagem.

§2º Em caso de remarcação do bilhete de passagem o passageiro poderá solicitar o ressarcimento da despesa, devidamente justificada.

§ 3º A emissão dos bilhetes será realizada pela agência de viagens contratada, a partir da reserva solicitada pelo setor de secretaria, autorizada pela autoridade competente.

§ 4º As passagens deverão ser solicitadas com antecedência de, no mínimo, dez dias, contados da data prevista da viagem, ressalvados os casos extemporâneos cuja necessidade do serviço justifique.

§ 5º Os beneficiados com as passagens ficam obrigados a devolver os cartão de embarque ou os bilhetes rodoviários ao setor de secretaria do COREN/CE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o retorno.

§ 6º Caso o beneficiário solicite a remarcação ou cancelamento de bilhetes já emitidos, deverá apresentar autorização da Presidência e/ou atestado médico, caso contrário deverá arcar com as despesas oriundas da remarcação ou cancelamento.

CAPITULO III DAS DIÁRIAS Art. 3º A concessão de diárias para os conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/CE e colaboradores convidados, convocados, nomeados ou designados passam a obedecer às normas e critérios estabelecidos na presente Decisão.

PARÁGRAFO ÚNICO - Entenda-se por diárias a verba remuneratória destinada a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, realizadas, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, e locação urbana, a serviço fora da sede do COREN/CE.

Art. 4º A concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas. Art. 5º Farão jus à percepção de diárias as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Decisão, que se desloquem a serviço ou por atribuição de representação do COREN/CE, da localidade onde têm seus domicílios ou da sede do conselho para outras localidades distintas dentro do território estadual, nacional ou no exterior.

Art. 6º O valor da diária deverá incluir o dia da viagem de ida e de volta e ser suficiente para custear a despesa com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

§ 1º As despesas referentes ao deslocamento até o local de embarque e de desembarque do local de trabalho ou de hospedagem, e vice-versa, integram a atividade de locomoção.

§ 2º Quando da concessão de diárias, não poderá ser pago qualquer tipo de auxílio transporte.

Art. 7º As diárias serão concedidas por tempo de afastamento da sede de origem do beneficiário em razão do serviço, na seguinte proporção:

I - uma diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, com pernoite;

II - meia diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, sem necessidade de pernoite.

§ 1º No caso do deslocamento exigir mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica:

a) nos casos em que o deslocamento do domicílio e da Sede ou da Subseção ocorra dentro da respectiva região metropolitana, assim como aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituídas;

b) na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto no inciso II deste artigo, desde que acolhida à justificativa de quem solicitou o pagamento pela autoridade competente;

c)nos casos em que o deslocamento da Subseção for de até 60km (sessenta quilômetros), quando não houver região metropolitana legalmente estabelecida, e for realizado por conselheiros, assessores, empregados, representantes do COREN/CE e profissionais de enfermagem, convocados, nomeados ou designados com domicílio nos Municípios sedes das Subseções.

Art. 8º As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, com antecedência de 24 (vinte e quatro horas) da data reservada para o afastamento, desde que solicitadas antecipadamente, observando-se o seguinte:

I- as diárias serão solicitadas à autoridade competente com antecedência suficiente, capaz de poder ser cumprido o prazo estabelecido no caput deste artigo;

II- o COREN/CE deverá decidir sobre a solicitação de diárias no prazo de até 5 (cinco) dias, efetuando o pagamento das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do deferimento da concessão do pedido.

§ 1º Quando as solicitações forem de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas durante o decorrer do afastamento, hipótese em que serão pagas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas depois de deferidas.

§ 2º Quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, mas dentro do período de afastamento.

§ 3º Aquele que for beneficiado com o recebimento de diárias deverá apresentar Relatório de viagem, acompanhado de certificado ou outros documentos comprobatórios da atividade, se possível.

§ 4º A concessão de diária com afastamento a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, somente poderão ser concedidas e pagas desde que justificada a efetiva necessidade de trabalho nestes dias.

§ 5º A autorização de pagamento de despesas pela autoridade competente caracterizará a aceitação da justificativa.

Art. 9º São elementos essenciais do ato de concessão de diárias:

I - o nome, o cargo ou função do proponente;

II - o nome, o cargo ou função do beneficiário;

III - descrição objetiva do serviço a ser executado;

IV - indicação dos locais onde o serviço será realizado;

V - período provável de afastamento;

VI - o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;

VII - autorização do pagamento de despesas pelo ordenador.

§ 1º Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Decisão farão jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado.

§ 2º Serão restituídas, pelo beneficiário, em 5 (cinco) dias, contados da data de retorno ao domicílio ou à sede originária do Conselho de Enfermagem, as diárias recebidas em excesso.

§ 3° Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo estabelecido no parágrafo anterior neste artigo, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

§ 4º A restituição de diárias tratada neste artigo ocorrerá exclusivamente mediante depósito bancário na conta-corrente do COREN/CE, comprovando tal ato perante a administração.

Art. 10 Deverão compor os autos de concessão de diárias:

I - autorização de diárias;

II - relatório de viagem, cópia do cartão de embarque ou cópia do bilhete rodoviário, com o certificado do evento ou outro documento comprobatório dos serviços, se possível; e

III - cópia da requisição da passagem, mediante o preenchimento de formulário padronizado.

Art. 11 Nos casos em que o presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da diretoria, na ordem funcional decrescente, ou funcionário do COREN/CE para o qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar a autoconcessão de diárias, em prejuízo das prerrogativas do presidente de deliberar sobre os demais aspectos da viagem envolvida.

Art. 12 Para os Conselheiros do COREN/CE, o valor da diária será de R$ 531,10 (quinhentos e trinta e um reais e dez centavos), ficando o seu pagamento limitado a, no máximo, 15 (quinze) diárias mensais.

§ 1º Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de diárias, em deslocamentos a serviço no mesmo mês, desde que demonstrada inequívoca e imprescindível a sua permanência em deslocamento a serviço ou representação da autarquia corporativa, e a despesa seja autorizada pela Diretoria do COREN/CE.

§ 2º No caso de viagens dentro do território estadual o valor da diária corresponderá a 20% (vinte por cento) menos do estabelecido no caput deste artigo, ressalvada a hipótese prevista no art. 7º, § 2º, alínea a, desta Decisão.

§ 3º As diárias concedidas para deslocamento dentro do território estadual fazendo uso de veículo oficial do COREN/CE equivalerão a 40% (quarenta por cento) menos do estabelecido no caput deste artigo, ressalvada a hipótese prevista no art. 7º, § 2º, alínea a, desta Decisão.

§ 4º Na hipótese de deslocamentos para fora do País, a diária a ser paga pelo COREN/CE corresponderá ao valor de que trata o caput deste artigo devidamente acrescido de até 80% (oitenta por cento), para o atendimento dos fins a que se destina, observadas as necessidades do beneficiário diante das características e peculiaridades dos custos de cada localidade para onde haverá o deslocamento.

§ 5º Na hipótese descrita no parágrafo anterior deste artigo, o valor da diária será convertido em moeda corrente de aceitação no país para onde será realizada a viagem.

Art. 13 Os assessores, empregados e profissionais convocados, convidados, nomeados ou designados farão jus a diária no valor de R$ 424,88 (quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos).

§ 1º No caso de viagens dentro do território estadual o valor da diária corresponderá a 30% (trinta por cento) menos do estabelecido no caput deste artigo, ressalvada a hipótese prevista no art. 7º, § 2º, alínea a, desta Decisão.

§ 2º As diárias concedidas para deslocamento dentro do território estadual fazendo uso de veículo oficial do COREN/CE equivalerão a 59% (cinquenta e nove por cento) menos do estabelecido no caput deste artigo, ressalvada a hipótese prevista no art. 7º, § 2º, alínea a, desta Decisão.

Art. 14 É defeso ao COREN/CE praticar valores superiores ao estabelecido na presente Decisão, sob as penas de lei.

Art. 15 Os valores fixados nesta Decisão poderão ser majorados pelo COREN/CE uma única vez no ano, devendo ser utilizada como base de cálculo os índices do INPC acumulado no período, ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição.

Art. 16 Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, e em especial a Decisão COREN/CE nº 04/2011.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheira - Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 12ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 15, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº 2015.003.01.1.04.1 Relatora: Dra. Labibe do socorro Haber de Menezes. Revisora: Dra. Cibele Nazaré camara Rodrigues. Parte: D.A.S. (fisioterapeuta). EMENTA: INFRAÇÃO ÉTICA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O CREFITO-12. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR TRÊS ANOS OU ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar nº 2015.003.01.1.04.1 em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr. D.A.S (CREFITO-12 N° 133501.1.F), adotado o voto da Conselheira Relatora Dra. LABIBE DO DOCORRO HABER DE MENEZES, consignado em ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-12, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional por três anos ou até a satisfação dos débitos. Ficou designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora. A sessão plenária de julgamento nº 26, realizada em 09 de dezembro de 2016, teve a presença dos Conselheiros Dr. José Wagner Cavalcante Muniz, Dra. Lilian Rose de Souza Mascarenhas, Dra. Cibele Nazaré Câmara Rodrigues, Dr. Marcus Firmino da Silva, Dra. Leonilde Sousa dos Santos Oliveira, Dra. Lucrécia Monteiro Lima, Dra. Severa Romana Leão Janahú.

ACÓRDÃO Nº 17, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº 2014.010.02.1.04.1. Relatora: Dra. Labibe do socorro Haber de Menezes. Revisora: Dra. Cibele Nazaré camara Rodrigues. Parte: A.P.M (fisioterapeuta). EMENTA: INFRAÇÃO ÉTICA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O CREFITO-12. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR TRÊS ANOS OU ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar nº 2014.010.02.1.04.1 em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. A.P.M (CREFITO-12 N° 20439.1.F), adotado o voto da Conselheira Relatora Dra. LABIBE DO DOCORRO HABER DE MENEZES, consignado em ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-12, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional por três anos ou até a satisfação dos débitos. Ficou designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora. A sessão plenária de julgamento nº 26, realizada em 09 de dezembro de 2016, teve a presença dos Conselheiros Dr. José Wagner Cavalcante Muniz, Dra. Lilian Rose de Souza Mascarenhas, Dra. Cibele Nazaré Câmara Rodrigues, Dr. Marcus Firmino da Silva, Dra.Leonilde Sousa dos Santos Oliveira, Dra.Lucrécia Monteiro Lima, Dra. Severa Romana Leão Janahú.

ACÓRDÃO Nº 18, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº 2014.011.02.1.04.1. Relatora: Dra. Labibe do socorro Haber de Menezes. Revisora: Dra. Cibele Nazaré camara Rodrigues. Parte: a.m.s.T (FISIOTEPAREUTA) EMENTA: INFRAÇÃO ÉTICA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O CREFITO-12. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR TRÊS ANOS OU ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar nº 2014.011.02.1.04.1 em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. a.M.S.T (CREFITO-12 17266.1.F), adotado o voto da Conselheira Relatora Dra. LABIBE DO DOCORRO HABER DE MENEZES, consignado em ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-12, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional por três anos ou até a satisfação dos débitos. Fiou designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora. A sessão plenária de julgamento nº 26, realizada em 09 de dezembro de 2016, teve a presença dos Conselheiros Dr. José Wagner Cavalcante Muniz, Dra. Lilian Rose de Souza Mascarenhas, Dra. Cibele Nazaré Câmara Rodrigues, Dr. Marcus Firmino da Silva, Dra.Leonilde Sousa dos Santos Oliveira, Dra.Lucrécia Monteiro Lima, Dra. Severa Romana Leão Janahú.

ACÓRDÃO Nº 19, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº 2014.012.02.1.04.1. Relatora: Dra. Labibe do socorro Haber de Menezes. Revisora: Dra. Cibele Nazaré camara Rodrigues. Parte: C.S.C.G (FISIOTERAPEUTA) EMENTA: INFRAÇÃO ÉTICA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O CREFITO-12. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR TRÊS ANOS OU ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar nº 2014.012.02.1.04.1 em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. C.S.C.G (CREFITO-12 N°14778.1.F), adotado o voto da Conselheira Relatora Dra. LABIBE DO DOCORRO HABER DE MENEZES, consignado em ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-12, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional por três anos ou até a satisfação dos débitos. Ficou designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora. A sessão plenária de julgamento nº 26, realizada em 09 de dezembro de 2016, teve a presença dos Conselheiros Dr. José Wagner Cavalcante Muniz, Dra. Lilian Rose de Souza Mascarenhas, Dra. Cibele Nazaré Câmara Rodrigues, Dr. Marcus Firmino da Silva, Dra.Leonilde Sousa dos Santos Oliveira, Dra.Lucrécia Monteiro Lima, Dra. Severa Romana Leão Janahú.

ACÓRDÃO Nº 21, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº 2014.013.02.1.04.1. Relatora: Dra. Labibe do socorro Haber de Menezes. Revisora: Dra. Cibele Nazaré camara Rodrigues. Parte: C.M.L. (fisioterapeuta). EMENTA: INFRAÇÃO ÉTICA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS COM O CREFITO-12. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR TRÊS ANOS OU ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar nº 2014.013.02.1.04.1 em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. C. M. L (CREFITO-12 N° 38362.1.F), adotado o voto da Conselheira Relatora Dra. LABIBE DO DOCORRO HABER DE MENEZES, consignado em ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-12, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional por três anos ou até a satisfação dos débitos. Ficou designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora. A sessão plenária de julgamento nº 26, realizada em 09 de dezembro de 2016, teve a presença dos Conselheiros Dr. José Wagner Cavalcante Muniz, Dra. Lilian Rose de Souza Mascarenhas, Dra. Cibele Nazaré Câmara Rodrigues, Dr. Marcus Firmino da Silva, Dra.Leonilde Sousa dos Santos Oliveira, Dra.Lucrécia Monteiro Lima, Dra. Severa Romana Leão Janahú.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

Determina a Revogação da Interdição Ética da US 341 USF PANTANAL/PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA e US 347 USF PARQUE DOS MILAGRES, em decorrência da resolução dos problemas de segurança no entorno das unidades de saúde, além da designação da função de diretor técnico responsável pelas respectivas unidades.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e pela Lei nº 11.000/2004; (...) CONSIDERANDO que este Conselho é um órgão supervisor, fiscalizador e disciplinador da ética médica em todo Estado de Pernambuco (...) resolve:

Art. 1º Determinar a REVOGAÇÃO DA INTERDIÇÃO ÉTICA DO EXERCÍCIO DA MEDICINA nas US 341 USF PANTANAL/ PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA e US 347 USF PARQUE DOS MILAGRES, respectivamente localizadas na Rua Bandeirante Raposo Tavares, nº 100, Pantanal, Ibura, Recife-PE e Rua Clara Nunes nº 60, Ibura, Recife-PE.

Art. 2º A revogação da interdição ética terá início à zero hora do dia 22 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor, no ato da sua veiculação no Diário Oficial da União.

MARIO FERNANDO DA SILVA LINS
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA
3ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO N. 10.0000.2015.009615-0/SCA-TTU. Recte: SINDMETAL-Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas e Empresas Mecânicas e de Material Elétrico, Eletrônico, de Refrigeração, de Informática e nas Empresas de Manutenção de Montagem de São Luis/MA. Reptes. legais: José Maria Araújo e Valdir de Castro Silva. Recdo: L.H.F.T. (Advs: Fernanda Medeiros Pestana Teixeira OAB/MA 10551 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Maranhão. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Maranhão, que negou provimento ao recurso interposto pelo Representante, mantendo a decisão de arquivamento liminar da representação, com fundamento no artigo 73, § 2º, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. José Alves Maciel, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2015.002021-8/SCA-TTU. Repte: Conselho Federal da OAB ex officio. Repdo: I.L.P.P. (Advs: Itamar Leônidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291 e Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73003). Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Fls. 551/557. O Órgão Especial do Conselho Pleno deste Conselho Federal da OAB informa que o Recurso n. 49.0000.2015.004864-4/SCA-STU, transitou em julgado em 18/05/2018, e que os autos foram baixados à origem. (...). Ante o exposto, chamo o feito à ordem para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, na forma do precedente firmado no Recurso nº. 49.0000.2017.005793-0/SCA, indicando ao Presidente desta Terceira Turma da Segunda

Câmara a baixa definitiva dos autos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.002551-0/SCA-TTU. Recte: V.D.C.R. (Adv: Vantuir Duarte Clarindo Russo OAB/SP 197251). Recdos: Despacho de fls. 133 do Presidente em exercício da TTU/SCA e Huda Maria da Silva. Repte. legal: Lucas da Silva Rezende. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Junior (PE). Redistribuído: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de decisão monocrática do Exmo. Sr. Presidente desta Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB, que acolheu indicação deste Relator para indeferir liminarmente o recurso interposto pelo ora recorrente, porquanto não atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 75 da Lei nº. 8.906/94. (...). Ante o exposto, indico ao ilustre Presidente desta Turma o indeferimento liminar do recurso, em razão de sua intempestividade, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA), adotando os seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 17.0000.2018.004768-5/SCA-TTU. Recte: Nelson Alves da Silva. Recdo: L.C.L.A. (Adv: Luiz Carlos Lopes de Albuquerque OAB/PE 14695). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, que negou provimento ao recurso interposto pelo representante, mantendo a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, que julgou improcedente a representação em face do advogado. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 17.0000.2018.004862-2/SCA-TTU. Recte: R.L.P.L.P. (Advs: Lúcia Amair Lessa de Azevedo Rocha OAB/PE 21294 e outros). Recdo: E.M.D. (Advs: Camíla Andrade dos Santos OAB/PE 33341, Célio Avelino de Andrade OAB/PE 2726, Pedro Avelino de Andrade OAB/PE 30849 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, que deu provimento ao recurso interposto pelo Representante, para aplicar a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos da advogada, por violação ao artigo 11, do Código de Ética e Disciplina. A recorrente opôs embargos de declaração, que restaram rejeitados às fls. 400 e 407 do arquivo digital em PDF. Ocorre que, antes de adentrar com recurso a este Conselho Federal da OAB, a advogada opôs novos embargos de declaração (fls. 409/411 do arquivo digital em PDF), apresentando documento novo e reiterando os termos dos embargos anteriormente opostos, contudo, não se verifica qualquer manifestação ou decisão do Conselho Seccional acerca dos mencionados embargos. Assim, tratando-se de embargos de declaração, estes devem ser apreciados pela Segunda Câmara do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, prolator da decisão embargada. Dessa feita, determino o retorno dos autos à Seccional Pernambucana, para apreciação dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando seus jurídicos fundamentos, para determinar o retorno dos autos à Seccional da OAB/Pernambuco, para apreciação dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 138, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.008140-0/SCA-TTU-ED. Embte: G.C.L. (Advs: Daniel Guedes Araujo OAB/SP 95873 e Maria Aparecida Henrique Vieira OAB/SP 130214). Embdo: Despacho de fls. 365 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: G.C.L. (Advs: Daniel Guedes Araujo OAB/SP 95873, Maria Aparecida Henrique Vieira OAB/SP 130214 e outro). Recda: S.M.S. (Advs: Marcos Roberto da Costa OAB/SP 232658 e Valdir de Lima OAB/SP 179471). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 370/372 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 363/365. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 12 de novembro de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.008155-7/SCA-TTU-ED. Embte: M.I.G. (Adv: Wilson Manfrinato Junior OAB/SP 143756). Embdo: Despacho de fls. 159 do Presidente em exercício da TTU/SCA. Recte: M.I.G. (Advs: Cristiane Lourenço Galassi OAB/SP 180129 e Wilson Manfrinato Junior OAB/SP 143756). Recda: Damiana Agostinho. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara deste Conselho Federal da OAB, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento de embargos de declaração, quando opostos em face de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso (art. 75, EAOAB), como o recurso voluntário previsto no artigo 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB, (...). Nesse sentido, recebo os presentes embargos de declaração opostos às fls. 164/172 como recurso interposto em face da decisão monocrática de fls. 156/159. E, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da informalidade relativa do processo administrativo, concedo ao advogado o prazo de 15 (quinze) dias para que proceda às adequações e correções à petição recursal, caso queira. Após, transcorrido o prazo com ou sem manifestação, dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso. Brasília, 12 de novembro de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator".

RECURSO N. 49.0000.2018.008229-6/SCA-TTU. Recte: G.C.S. (Adv: Gilmar Conceição dos Santos OAB/RJ 107072). Recda: Marizete Teixeira do Carmo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, que negou provimento ao recurso interposto pelo advogado, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, e multa de 01 (uma) anuidade, por violação ao artigo 34, inciso XXI, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Gustavo Ramiro Costa Neto, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.008330-6/SCA-TTU. Recte: A.M. (Adv: Jefferson Lopes Galvão OAB/PR 63803). Recda: Josely Hecke de Andrade. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso interposto pelo advogado, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, e multa de 05 (cinco) anuidades, por violação ao artigo 34, inciso XXI, da Lei nº. 8.906/94, face à reincidência. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Renato da Costa Figueira, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.008335-5/SCA-TTU. Recte: M.A.J. (Adv: Marcelo Azevedo Jorge OAB/PR 20649). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Paraná, que negou provimento ao recurso interposto pelo advogado, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXIII, da Lei nº. 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma o seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Aurino Bernardo Giacomelli Carlos, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.008562-3/SCA-TTU. Recte: E.A.C. (Advs: Elisiane Alves de Castro OAB/RS 69098 e Flavio Ricardo Comunello OAB/RS 52311). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que não conheceu do recurso interposto pela ora recorrente, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XVII, da Lei nº. 8.906/94. (...). Ante o exposto, indico ao ilustre Presidente desta Turma o indeferimento liminar do recurso, em razão de sua intempestividade, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. José Agenor Dourado, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.008701-6/SCA-TTU. Recte: O.Z.O. (Advs: Luis Antonio Zamboni OAB/RS 72528 e Olimpio Zeferino Ostrowski OAB/RS 13674). Recda: A.N. (Adv: Camila Giacomel OAB/RS 79255). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que negou provimento ao recurso interposto pelo advogado Recorrente, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei nº. 8.906/94, prorrogáveis até a satisfação integral da dívida (art. 37, § 2º, EAOAB). (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.009060-4/SCA-TTU. Recte: C.J.V.S. (Adv: Caroline Jordane Vieira de Souza OAB/GO 26560). Recdo: Pedro Vitor Alves de Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Goiás, que negou provimento ao recurso interposto pela ora recorrente, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XX, da Lei nº. 8.906/94. (...). Ante o exposto, indico ao ilustre Presidente desta Turma o indeferimento liminar do recurso, em razão de sua intempestividade, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. José Alves Maciel, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.009062-0/SCA-TTU. Recte: L.E.L.M. (Adv: Luiz Eduardo Lempek Maliszewski OAB/RS 48154). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Órgão Especial do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, que não conhece do recurso interposto pelo advogado Recorrente, mantendo a decisão da Segunda Câmara do Conselho Seccional que, por sua vez, manteve a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação ao artigo 34, inciso XXII, da Lei nº. 8.906/94, com recomendação de instauração de processo disciplinar de exclusão, nos termos do artigo 38, inciso I, do mesmo diploma legal. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.009128-7/SCA-TTU. Recte: Marco de Oliveira Gomes. Recdo: I.I.F.M. (Adv: Ideraldo Ilson Ferreira de Macedo OAB/SC 7799). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). DESPACHO: "Cuida-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, que negou provimento ao recurso interposto pelo Representante, mantendo a decisão de indeferimento liminar da representação, com fundamento no artigo 73, § 2º, da Lei nº 8.906/94. (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 12 de novembro de 2018. José Alves Maciel, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

RECURSO N. 49.0000.2018.009159-5/SCA-TTU. Recte: E.D.B. (Adv: Ediney Domingues Barros OAB/MT 14282/O). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto em face de acórdão unânime do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso, que negou provimento ao recurso interposto pelo advogado Recorrente, mantendo a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, por violação aos artigos 31, 32, 33 e 34,

inciso XX, da Lei nº. 8.906/94, e artigos 2º, inciso II e 6º, do Código de Ética e Disciplina. (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, indico ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral. Brasília, 12 de novembro de 2018. Charlles Sales Bordalo, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP), adotando seus jurídicos fundamentos. Brasília, 12 de novembro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício".

Brasília-DF, 14 de novembro de 2018.
MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Turma
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Cria Coordenação Nacional de Representantes do CFT para realizar a eleição dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639 de 2018, o Regimento Interno do CFT, e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 3, realizada no dia 24 a 26 de outubro de 2018,

Considerando o que dispõe o art. 6º e ss. da Resolução nº 31 de 24 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1°. Cria a Coordenação Nacional de Representantes do CFT, que terá a função de organizar e realizar a eleição dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais.

Art. 2º. A coordenação é composta por WOLTERES ALENCAR MIRANDA (primeiro titular e coordenador da CEN), VALDIVINO ALVES DE CARVALHO (segundo titular e coordenador adjunto da CEN), TED KLEBER LIMA HOLANDA (terceiro titular), SÉRGIO SOUZA DOS SANTOS (primeiro suplente) e MARIA AMÉLIA CALHEIROS DOS SANTOS (segundo suplente).

Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Avoca responsabilidade em caráter excepcional e provisório para exercer as competências dos conselhos regionais dos técnicos industriais e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno e dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 24, 25 e 26de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO os princípios basilares da Administração Pública, sobretudo no que se refere á razoabilidade, segurança jurídica, supremacia do interesse público e eficiência e, notadamente, o princípio da continuidade dos serviços públicos, observados sobretudo na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, Art. 2º.

CONSIDERANDO a relevância, técnica, econômica, social e jurídica da questão, assim como o disposto no Art. 12, da lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO as recentes decisões judiciais as quais notadamente ratificam o perigo de dano referente a não prestação de serviços públicos essenciais, a relevância desses serviços e a sua necessidade de continuidade ininterrupta. Notadamente deve-se observar a decisão proferida pela 10ª Vara da Sessão Judiciária do Estado do Ceará (Processo Nº 0814373-44.2018.4.05.8100T) e a decisão proferida pela 6ª Vara Federal de Curitiba (Processo nº 5046539-09.2018.4.04.7000/PR).

CONSIDERANDO, que embora regimentalmente criados, os conselhos regionais: CRT-RS (Res. CFT 23/2018) , CRT-RJ (Res. CFT 22/2018), CRT-SP (Res. CFT 21/2018), CRT-MG (Res. CFT 20/2018), CRT-ES (Res. CFT 19/2018), CRT-BA (Res. CFT 18/2018), CRT-RN (Res. CFT 17/2018), CRT-04 (Res. CFT 16/2018), CRT-03 (Res. CFT 15/2018), CRT-02 (Res. CFT 14/2018), CRT-01(Res. CFT 13/2018), ainda não possuem capacidade operacional para executar suas atribuições, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos, vez que, no presente momento, sequer foram realizadas as eleições para formação de seu corpo diretor e funcional (Diretoria Executiva, Conselheiros Regionais e Suplentes); resolve:

Art. 1º. Avocar em caráter excepcional e provisório as competências dos conselhos regionais, constantes no Art. 12, da Lei 13.639, de 26 de março de 2018, incisos: III, V, VI, VII, VIII, IX, XIII, XIV, XVI;

Art. 2º Avocar em caráter excepcional e provisório a gestão dos seguintes serviços:

a.Registro de Profissional diplomado no país e no exterior;
b.Alteração de dados cadastrais;
c.Emissão de segunda via de carteira de identidade profissional;
d.Emissão de carteira de identidade profissional;
e.Emissão e baixa de Termo de Responsabilidade Técnica;
f.Cadastramento de Curso e de Instituição de Ensino;
g.Emissão de Certidão de Acervo Técnico;
h.Emissão de Certidão de Registro de Quitação de Pessoal Física e Jurídica;

Art. 3º As receitas e despesas referentes ao exercício das competências avocadas nos artigos 1º e 2º desta resolução, a partir 21 de setembro de 2018, deverão ser creditadas e debitadas de forma integral em favor do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, até que cada um dos conselhos criados manifeste expressamente a capacidade operacional para absorver as competências e os serviços que tratam esta resolução;

Parágrafo Único - Entende-se como Manifestação de Capacidade Operacional expressa a Decisão de Plenária formalmente registrada e publicada em meio de circulação oficial, que declare explicitamente o respectivo conselho capaz de absorver as competências e os serviços que tratam essa resolução;

Art. 4º Após a publicação da manifestação de capacidade operacional de cada conselho regional, as competências e a gestão dos serviços avocados nesta resolução serão transferidos ao respectivo conselho bem como as respectivas receitas passam a ser arrecadas em seu favor;

Parágrafo Único - A devolução das competências e gestão dos serviços se dará por meio de Decisão formal da Diretoria do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, devidamente publicada em meio de circulação oficial;

Art. 5º A devolução da gestão dos serviços e competências, bem como as respectivas receitas que tratam os artigos 3º e 4º desta resolução, não impedem que, em comum acordo, parte ou em sua totalidade, os serviços e as receitas sejam transferidos (as) de forma gradativa, e/ou prestados em regime provisório e/ou de compartilhamento pelo CFT e os CRTs;

Parágrafo único - Os acordos para transição dos serviços, competências e das respectivas receitas devem ser objeto de deliberação entre a Diretoria do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e a Diretoria do respectivo Conselho Regional dos Técnicos Industriais, com posterior formalização entre as partes na forma de acordo de cooperação;

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, resolve:

Art. 1º - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional dos Técnicos Industriais enquadra-se, para efeito de registro, em um dos seguintes tipos:

TIPO I - De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais no âmbito dos técnicos industriais;

TIPO II - De produção técnica especializada industrial, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais no âmbito dos técnicos industriais;

TIPO III - De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros, serviços, obras ou desenvolva atividades ligadas às áreas dos técnicos industriais.

§ 1º - As empresas públicas e sociedades de economia mista serão enquadradas, para o registro, nos tipos estabelecidos neste artigo, conforme a atividade desenvolvida.

§ 2º - Uma pessoa jurídica pode ser enquadrada simultaneamente em mais de um dos tipos relacionadas neste artigo.

§ 3º - As pessoas jurídicas enquadradas na tipos "III" deverão proceder ao registro da seção técnica mantida na mesma.

Art. 2º - Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações de direito público, que tenham atividades no âmbito dos técnicos industriais ou se utilizem dos trabalhos dessas categorias, deverão, sem qualquer ônus para os Conselho Regional dos Técnicos - CRT, fornecer todos os elementos necessários à verificação e fiscalização do exercício profissional.

Art. 3º - O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Técnicos Industriais, onde ela inicia suas atividades profissionais no campo dos técnicos industriais.

§ 1º - O registro de pessoa jurídica enquadrada nos tipos de que trata o artigo 1º, será efetivado após análise e aprovação da documentação constante do artigo 8º, do pagamento das taxas devidas e da anuidade do ano do registro, bem como da constatação da regularidade junto ao CRT de todos os profissionais do quadro técnico da empresa e/ou seção que exerça atividades nas áreas discriminadas no "caput" do artigo.

§ 2º - A pessoa jurídica enquadrada no "TIPO III", para efeito de registro, estará sujeita ao pagamento de anuidade diferenciada fixada em Resolução que disciplina as anuidades e taxas.

Art. 4º - A pessoa jurídica enquadrada em qualquer um dos tipos descritos no art. 1º, só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Técnicos Industriais.

Parágrafo único - A pessoa jurídica que não requerer o seu registro, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes, será notificada para que, em 30 (trinta) dias, promova a sua regularização perante o CRT, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão.

Art. 5º - A atividade da pessoa jurídica em região diferente daquela em que se encontra registrada, a obriga ao visto do registro na nova região.

§ 1º - O visto exigido neste artigo pode ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente, com validade a ela restrito.

§ 2º - No caso em que a atividade exceda de 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, sua agência, filial ou sucursal, obrigada a proceder com o registro na nova região.

Art. 6º - A pessoa jurídica, para efeito da presente Resolução, que requer registro ou visto em qualquer Conselho Regional, deve apresentar responsável técnico que mantenha residência em local e que, a critério do CRT, torne praticável a sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer, na jurisdição do respectivo órgão regional.

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

Art. 8º - O requerimento de registro deve ser instruído com os seguintes elementos:

I - Instrumento de constituição da pessoa jurídica, devidamente arquivado, registrado em órgão competente, bem como suas modificações subsequentes até a data da solicitação do Registro no CRT;

II - Indicação do(s) responsável(eis) técnico(s) pelas diversas atividades profissionais, bem como dos demais profissionais integrantes do quadro técnico da pessoa jurídica;

III - Prova do vínculo dos profissionais referidos no item anterior com a pessoa jurídica, por documentação hábil, quando não fizerem parte do contrato social;

IV - Comprovante de solicitação do TRT de cargos e funções de todos os profissionais do quadro técnico da pessoa jurídica.

Art. 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades, e quando seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.

Art. 10 - As pessoas jurídicas registradas na forma desta Resolução, sempre que efetuarem alterações nos seus objetivos, no quadro técnico ou na atividade de seus profissionais, deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar ao CRT.

Parágrafo único - Serão efetivadas novas TRTs, caso haja alteração nas atividades dos profissionais do seu quadro técnico.

Art. 11 - Somente ao profissional habilitado é facultado constituir-se em empresário individual para a prestação de serviços profissionais ou execução de obras, desde que proceda o registro no CRT, nos moldes desta Resolução.

Art. 12 - A responsabilidade técnica por qualquer atividade exercida no campo dos técnicos industriais é sempre do profissional dela encarregado, não podendo, em nenhuma hipótese, ser assumida pela pessoa jurídica.

Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas.

Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.

Art. 14 - As qualificações de técnicos industriais só poderão constar da razão social ou denominação de pessoa jurídica, se estas forem compostas exclusivamente por profissionais que possuam aqueles títulos.

Art. 15 - O registro de pessoas jurídicas deverá ser alterado quando:

I - Ocorrer qualquer alteração em seu instrumento constitutivo;

II - Houver a baixa da responsabilidade técnica do(s) profissional (is) dela encarregado(s).

Parágrafo único - Será procedida simples averbação no registro quando houver alteração que não implique mudança dos objetivos sociais, da Direção da pessoa jurídica, da denominação ou razão social ou da responsabilidade técnica.

Art. 16 - A responsabilidade técnica de qualquer profissional por pessoa jurídica fica extinta, devendo o registro ser alterado, a partir do momento em que:

I - for requerido ao Conselho Regional, por escrito, pelo profissional ou pela pessoa jurídica, o cancelamento desse encargo;

II - for o profissional suspenso do exercício da profissão;

III - mudar o profissional de residência para local que, a juízo do Conselho Regional, torne impraticável o exercício dessa função;

IV - tiver o profissional o seu registro cancelado;

V - ocorram outras condições que, a critério do CRT, possam impedir a efetiva prestação da assistência técnica.

1º - A pessoa jurídica deve no prazo de 10 (dez) dias, promover a substituição do responsável técnico.

2º - Quando o cancelamento da responsabilidade técnica for de iniciativa da pessoa jurídica, deve esta, no seu requerimento, indicar o novo responsável técnico, preenchendo os requisitos previstos nesta Resolução, e os documentos pertinentes.

3º - A baixa de responsabilidade técnica requerida pelo profissional só pode ser deferida na ausência de quaisquer obrigações pendentes em seu nome, relativas ao pedido, junto ao Conselho Regional.

Art. 18 - Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua empresa individual, quando estas forem caracterizadas nos tipos I, II e III do artigo 1º desta Resolução.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além da sua firma individual.

Art. 19. A Comissão de Registro e Fiscalização do CFT deverá avaliar o cumprimento desta Resolução no prazo de 90 dias, apresentando ao Plenário do CFT sua ratificação ou proposta de alterações.

Art. 20 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Equipara e valida todas as ARTs emitidas pelos técnicos industriais no sitio eletrônico do sistema CONFEA/CREA para todos os fins de direito.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno e dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO os princípios basilares da Administração Pública, sobretudo no que se refere á razoabilidade, segurança jurídica, supremacia do interesse público e eficiência e, notadamente, o princípio da continuidade dos serviços públicos, observados, sobretudo na Constituição Federal de 1988 e na Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, Art. 2º.

CONSIDERANDO as recentes decisões judiciais as quais notadamente ratificam o perigo de dano referente a não prestação de serviços públicos essenciais, a relevância desses serviços e a sua necessidade de continuidade ininterrupta. Notadamente deve-se observar a decisão proferida pela 10ª Vara da Sessão Judiciária do Estado do Ceará (Processo Nº 0814373-44.2018.4.05.8100T) e a decisão proferida pela 6ª Vara Federal de Curitiba (Processo nº 5046539-09.2018.4.04.7000/PR).

CONSIDERANDO, que o Art. 38 revogou o art. 84 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, o que torna o sistema CONFEA/CREA incompetente para a fiscalização do exercício profissional dos técnicos industriais.

CONSIDERANDO, que técnicos do Brasil inteiro permaneceram elaborando ARTs a partir do sítio eletrônico do sistema CONFEA/CREA desde 27 de março de 2018.

CONSIDERANDO, que conforme decisão proferida pela 10ª Vara Federal da Sessão Judiciária do Estado do Ceará (Processo Nº 0814373-44.2018.4.05.8100T) os técnicos poderão acessar o sítio eletrônico do sistema CONFEA/CREA e elaborar ARTs até 20 de dezembro de 2018, como opção ao TRT até que o sistema próprio do CFT esteja plenamente em funcionamento. resolve:

Art. 1º. São válidas para todos os efeitos administrativos e jurídicos, com a mesma eficácia plena do Termo de Responsabilidade Técnico - para os fins dos arts. 16º, 17, 18 e 19 da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, todas as ARTs elaboradas pelos Técnicos Industriais desde 27 de março de 2018 a 20 de dezembro de 2018 no sítio eletrônico do sistema CONFEA/CREA;

Art. 2º As taxas recolhidas em favor do respectivo CREA para elaboração das ARTs serão aceitas como comprovante de quitação, não sendo cobrado nenhum valor extra do profissional por qualquer razão pelo CFT ou CRT.

Art. 3º As baixas de ARTs elaboradas serão feitas pelo setor competente, a requerimento do interessado, sem qualquer ônus ou custo adicional;

Art. 4º Uma vez baixadas as ARTs estas integrarão normalmente o acervo técnico do profissional com a observação seguinte: "ART equiparada ao TRT para todos os fins de direito".

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Cria o Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais entre o CFT e os CRT Regionais e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, bem como o Regimento Interno e dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada de 24 a 26 de outubro de 2018,

Considerando as competências estabelecidas no art. 1º e no §3º do art. 3º da Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018;

Considerando a exigência que o registro profissional é unificado para os técnicos industriais de todo o País, que se reflete no exercício profissional em todo o território nacional conforme determina o parágrafo único do art. 26° da Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018;

Considerando a necessidade de se buscar formas mais eficientes e econômicas de atendimento às demandas dos técnicos industriais pelos CRT Regionais.

Considerando a necessidade de regulamentação do compartilhamento, entre o CFT e os CRT Regionais, da gestão, manutenção, evolução e despesas relativas ao Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais de que trata a Resolução CFT n° 003, de 23 de junho de 2018;

Considerando a necessidade de implementação na forma consorciada de operação prevista no art. 1° da Resolução CFT 003, de 23 de junho de 2018;

Considerando a economia de escala a ser proporcionada por meio de operação consorciada, que busca cumprir os princípios constitucionais da administração pública da eficiência e da economicidade;

Considerando a necessidade de definição de formas de acessos e respectivos compromissos e padrões nacionais da qualidade de atendimento por meio da Carta de Serviços ao Cidadão prevista no Decreto n° 6.932, de 11 de agosto de 2009;

Considerando a necessidade de atendimento ao determinado no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que trata da estruturação de Processo Eletrônico no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em especial no que diz respeito ao estabelecido nos artigos 1º, 4º, 8º e 22;

Considerando as premissas quanto a simplificação dos atendimentos prestados aos usuários de serviços públicos preconizado por meio do Decreto nº 9.094 de 17 de julho de 2017, que define que a administração pública se torne unificada de forma a permitir a integração das políticas dos órgãos públicos por meio do compartilhamento de informações.

Considerando a necessidade de sistematização da cobrança de inadimplentes nos termos a serem estabelecidos pelo CFT; resolve:

Art. 1° O compartilhamento, entre o Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT e os Conselhos Regionais de Técnicos Industriais - CRT Regionais, da gestão, manutenção, evolução e consequentes despesas relativas será operacionalizada através do Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais (CSC-CT) passa a reger-se pelas disposições desta Resolução.

Art. 2° O Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais (CSC-CT) compreende os serviços compartilhados essenciais e os serviços compartilhados por adesão, nos termos dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Os Serviços Compartilhados Essenciais compreendem:

I - Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Técnicos Industriais (SINCETI) nos módulos:

a) Corporativo e Ambiente Profissional;

b) Gerencial: SISCONT (Orçamentário, Despesas e Contábil), Centro de Custos, SISPAT (Patrimônio), SISPAD (Viagens, Passagens e Diárias), SIALM (Almoxarifado), SICCL (Compras, Contratos e Licitações), Gestão TCU (Geração de Relatório de Gestão ao TCU), Portal da Transparência (Gestão do Portal da Transparência) e Prestação de Contas (Gestão de Prestações de Contas e Sistema de Controle e Cobrança (SISCAF) do CFT e dos CRT Regionais);

II - Serviço de Data Center;

III - Rede de Atendimento ao Técnico (RAT), compreendendo:

a) Serviço de Teleatendimento Qualificado (TAQ);

b) Serviço Telefônico de Teleatendimento 0800 e 4007;

c) Atendente Virtual;

IV - Serviço de conferência via WEB;

V - Serviços a serem prestados pelo pessoal alocado pelo CFT e pelos CRT regionais na gestão e execução dos serviços relacionados nos incisos I, II e III deste parágrafo, compreendendo salários e respectivos encargos trabalhistas e previdenciários;

VI - Funcionamento do Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CG-CSC), compreendendo as despesas para tal fim.

§ 2º Os Serviços Compartilhados por Adesão compreendem:

I - Plataforma de Gestão Integrada, com a previsão ou possibilidade de implantação dos seguintes módulos:

a) BPM - Bussiness Process Management (Gestão de Processos de Negócio);

b) ECM - Enterprise Content Management (Gestão de Conteúdo Corporativo);

c) Social Network (Ambiente de Comunicação e Colaboração Corporativa);

d) Bussiness Inteligence (Análise de Dados Estruturados para Suporte à Gestão);

e) HCM (Gestão de Pessoas e Competências);

f) CRM (Gestão de Relacionamento com Clientes e Parceiros);

g) ERM (Gestão de Riscos Corporativos);

h) Gestão Estratégica e de Indicadores; e

i) Gestão do Conhecimento;

II - Serviços de treinamento e capacitação nas competências incorporadas no escopo da simplificação dos atendimentos prestados aos usuários de serviços públicos preconizado por meio do Decreto nº 9.094 de 17 de julho de 2017

III - serviços de treinamento e capacitação nas ferramentas da Plataforma de Gestão Integrada relacionadas no inciso I deste parágrafo;

IV - Apoio institucional ao CFT e aos CRT Regionais para assessoria técnica nas metodologias de gestão concebidas e utilizadas no âmbito do Decreto nº 9.094 de 17 de julho de 2017, compreendendo as despesas para tal fim; e

V - Serviços a serem prestados pelo pessoal alocado pelo CFT e CRT Regionais na gestão e execução dos serviços relacionados no inciso I deste parágrafo, compreendendo salários e respectivos encargos trabalhistas e previdenciários.

VI - Serviços de Compras, Licitações e Contratos a serem prestados pelo pessoal alocado pelo CFT e CRT Regionais para gestão nacional integrada e consequente execução dos serviços de Compras, licitações e contratos.

VIII - Serviços jurídicos a serem prestados por assessoria jurídica compartilhada entre CFT e CRT Regionais, na forma consultiva e sugestiva mediante demanda.

§ 3° Os serviços relacionados à Plataforma de Gestão Integrada de que trata o § 2º, inciso I deste artigo serão divididos em:

a) aquisição de licença de uso;

b) manutenção de licença de uso;

c) serviços de disponibilização, manutenção e hospedagem;

d) serviços de desenvolvimento e evolução;

e) serviços de customização.

Art. 3° A gestão e manutenção dos serviços compartilhados descritos no art. 2° serão executadas em conformidade com as regras previstas nesta Resolução, cujas alterações, quando necessárias, serão submetidas à aprovação pelo Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CG-CSC), ouvidos os Entes Institucionais do Compartilhamento.

Art. 4° A evolução dos serviços compartilhados de tecnologia da informação (TI) do Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais (CSC-CT) atenderá ao que dispuser o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CFT, tendo como princípio a unicidade e o atendimento às demandas locais e será submetido ao Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CG-CSC).

§ 1° O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborado no ano de 2019, e atualizado a cada 2 (dois) anos, deverá contemplar o compartilhamento dos acessos aos dados de forma automatizada, garantindo a utilização coletiva das soluções encontradas pelo CFT e pelos CRT Regionais, nos termos do caput deste artigo.

§ 2° Para os fins desta Resolução considera-se:

I - Colegiado de Governança: o colegiado gestor do Centro de Serviços Compartilhados criado e constituído nesta Resolução, será composto por 04 (quatro) gestores, de regiões diferentes, representantes eleitos pelos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais tendo direito a voto, e 01 (um) gestor do Conselho Federal dos Técnicos Industriais;

II - Entes Institucionais do Compartilhamento: o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e os Conselhos Regionais de Técnicos Industriais - CRT Regionais;

Art. 5° A Rede de Atendimento do Técnico (RAT) no âmbito do CSC-CT, tem o objetivo de unificar as informações e oferecer serviço qualificado de atendimento nacional.

Parágrafo único. A definição, gestão, manutenção e evolução dos serviços do caput deste artigo atenderão ao que dispuser a Rede de Atendimento do Técnico (RAT), nos termos a serem examinados e propostos pelo CG-CSC e aprovados pelos Entes Institucionais do Compartilhamento.

Art. 6° Os serviços elencados nos §§ 2º e 3° do art. 2º serão disponibilizados aos CRT Regionais mediante adesões específicas, a serem firmadas na forma dos modelos de solicitação de adesão aos serviços dos §§ 2º e 3° do art. 2º, a serem publicados no sítio eletrônico do CFT, na Rede Mundial de Computadores, juntamente com a publicação desta Resolução.

§ 1º A adesão será viabilizada nas programações orçamentárias, respeitadas suas disponibilidades.

§ 2º A partir da adesão de novos participantes, adequar-se-ão os valores relativos ao rateio das despesas conforme previsto no § 2º do art. 10 desta Resolução.

Art. 7° O CG-CSC poderá solicitar, a qualquer tempo, assessoramento técnico de especialistas lotados nos CRT Regionais a respeito dos temas de sua atribuição.

Parágrafo único. Os custos do assessoramento a que se refere o caput deste artigo correrão a cargo dos custos compartilhados por todos os participantes do Centro de serviços Compartilhados.

Art. 8° Quando houver solicitação de um Ente Institucional do Compartilhamento para ampliação ou evolução dos serviços compartilhados, com geração de impacto na estrutura dos planos existentes no Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais (CSC-CT), as respectivas proposições deverão ser submetidas ao CG-CSC, ouvidos os Entes Institucionais do Compartilhamento.

Art. 9º. O compartilhamento das despesas incorridas na gestão, manutenção e evolução dos serviços compartilhados do Centro de Serviços Compartilhados dos Conselhos de Técnicos Industriais (CSC-CT) atenderá às disposições dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Em relação aos Serviços Essenciais:

I - Caberá ao CFT o custeio de 15% (quinze por cento) das despesas com os serviços referidos no art. 2°, § 1°, incisos I, II, III, alíneas "a" e "b", IV, V e VI desta Resolução;

II - Caberá aos CRT Regionais:

a) o custeio de 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas com os serviços referidos no art. 2°, § 1°, incisos I, II, III, alíneas "a" e "b", IV, V e VI desta Resolução, de acordo com a respectiva proporção do orçamento de cada conselho regional, frente ao total dos orçamentos de todos os conselhos regionais.

b) o custeio das despesas com os serviços referidos no art. 2°, § 1°, inciso III, alíneas "a" e "b" desta Resolução, em valores correspondentes e proporcionais ao uso efetivo de cada CRT Regional, sendo que o encontro de contas será feito no primeiro mês do exercício subsequente.

§ 2º Em relação aos Serviços Compartilhados por Adesão:

I - O CFT e os CRT Regionais que aderirem aos serviços previstos no art. 2º, § 2º desta Resolução deverão arcar, obrigatoriamente, com as despesas referentes às alíneas "a" e "b" do § 3° do art. 2°, considerando a quantidade de usuários da solução em cada Ente Institucional do Compartilhamento;

II - As despesas referentes aos serviços previstos no inciso V do § 2° e nas alíneas "c" e "d" do § 3° do art. 2º desta Resolução serão custeadas proporcionalmente entre os Entes Institucionais do Compartilhamento usufrutuários dos "Serviços Por Adesão", considerando o volume de suas receitas;

III - as despesas referentes aos serviços previstos nos incisos II, III e IV do § 2º e na alínea "e" do § 3° do art. 2º desta Resolução serão custeadas pelos Entes Institucionais do Compartilhamento que solicitarem os serviços, na proporção de seu uso.

§ 3º O custeio dos serviços do Sistema de Controle e Cobrança (SISCAF) de que tratam os §§ 3° e 5° do art. 2° atenderá ao seguinte:

I - As despesas referentes aos serviços previstos no art. 2°, § 3°, alínea "b" serão custeadas pelos CRT regionais que fizerem a opção pelo serviço.

§ 4° O custeio das despesas de que tratam os §§ 1º e 3º deste artigo será efetivado pelos Entes Institucionais do Compartilhamento por meio do pagamento mensal de boletos bancários, cada um destes no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do total, a serem emitidos pelo CFT, a partir da apuração do orçamento anual dos serviços previstos nos §§ 1º e 3º do art. 2º desta Resolução, a serem compartilhados pelo CSC.

§ 5º Para as despesas com os serviços de que trata o § 2º deste artigo serão emitidos boletos bancários próprios com parcelas mensais, específicos aos Entes Institucionais do Compartilhamento que aderirem, em valores correspondentes a 1/12 (um doze avos) do total discriminado no orçamento anual dos serviços previstos no § 2º do art. 2º desta Resolução, a serem compartilhados pelo CSC.

§ 6° A quitação dos boletos bancários referidos nos §§ 4° e 5º antecedentes deverá ser realizada por meio de agendamento eletrônico de todas as parcelas (boletos bancários) pelos Entes Institucionais do Compartilhamento com a instituição financeira.

§ 7° A não quitação da parcela duodecimal na data prevista determinará a atualização do débito pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) correspondente ao período do atraso.

Art. 10. Os recursos referentes aos serviços compartilhados disponibilizados nas modalidades "por adesão" previstos nos §§ 2º e 3° do art. 2º desta Resolução, serão mantidos e geridos em conta corrente específica.

Art. 11. Será mantido em conta corrente específica do CSC um fundo de reserva formado por recursos adicionais necessários para cobrir eventuais contingências no custeio dos serviços essenciais relacionados no § 1º do art. 2º desta Resolução e gerenciados pelo CSC.

§ 1° O montante do fundo de reserva de que trata o caput deste artigo corresponderá a 10% (dez por cento) do orçamento anual dos serviços essenciais do CSC, a ser arcado pelos Entes Institucionais do Compartilhamento em conjunto com as parcelas devidas mensalmente conforme previsto nos §§ 4° e 6° do art. 10.

§ 2° O valor referente ao fundo de reserva a ser cobrado nos orçamentos anuais dos anos subsequentes deverá ser calculado de modo a manter o fundo de reserva no limite de 10% (dez por cento) do orçamento anual dos serviços essenciais em curso, de modo a garantir a continuidade dos serviços ao CFT e ao CRT Regionais.

§ 3° O valor do teto do fundo de reserva de que trata o § 2° antecedente será acompanhado trimestralmente pelo CG-CSC, que poderá sugerir ajustes em função de seus rendimentos financeiros e da necessidade de sua utilização.

§ 4° A cobrança dos recursos referentes ao fundo de reserva de que trata este artigo tem seu termo inicial em 20 de setembro de 2018.

Art. 12. Na execução do disposto nesta Resolução serão observados os seguintes procedimentos:

I - A administração orçamentária e financeira da totalidade dos recursos alocados ao CSC-CT, incluindo os aportes dos serviços essenciais e dos serviços por adesão e as parcelas destinadas ao fundo de reserva de responsabilidade do CFT e dos CRT Regionais, ficará sob a responsabilidade do CFT;

II - As despesas de responsabilidade do CFT serão lançadas à conta dos centros de custos em que os valores estejam alocados, sendo como tal lançados nas contas gerais do CSC-CT;

III - os recursos de que trata o inciso I serão creditados e movimentados em conta corrente bancária específica;

IV - Os aportes de responsabilidade de cada Ente Institucional do Compartilhamento serão apurados pelo Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CG-CSC), respeitados os parâmetros de rateio do compartilhamento nos termos do art. 10;

V - O Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (CG-CSC) será competente para opinar em todas as questões relacionadas ao compartilhamento;

VI - O CFT prestará contas trimestralmente ao CG-CSC da gestão dos contratos e das despesas realizadas com o CSC-CT;

VII - o CG-CSC apresentará trimestralmente, aos Entes Institucionais do Compartilhamento, indicadores de desempenho do cumprimento de metas e desenvolvimento dos serviços executados.

Art. 13. Os valores referentes ao custeio do CSC-CT de cada exercício deverão constar das diretrizes orçamentárias para elaboração do plano de ação e orçamento anual em cada CRT Regional e no CFT

§ 1° Os valores estimados referentes ao custeio do CSC-CT, para o exercício de 2018, serão orçamentariamente os aprovados pelo Plenário do CFT, na Reunião Plenária n° 003, realizada de 24 a 26 de outubro de 2018, cujas alterações, quando necessárias, ficarão dependentes da análise pelo CG-CSC, ouvidos os Entes Institucionais do Compartilhamento, para encaminhamento à deliberação em Reunião Plenária do CFT.

§ 2° O CFT providenciará a publicação, no sítio eletrônico do CFT, na Rede Mundial de Computadores, juntamente com a publicação desta Resolução, das tabelas de valores de serviços essenciais e por adesão vinculados ao Centro de Serviços Compartilhados.

Art. 14. Caso os serviços previstos nos §§ 2º e 3º do art. 2º desta Resolução alcancem todos os CRT Regionais como usufrutuários, será providenciada a sua inclusão, pelo CG-CSC, no escopo dos serviços essenciais do CSC-CT.

Art. 15. Fica autorizada a adesão aos serviços descritos no § 2º do art. 2º desta Resolução, a partir do início da vigência deste instrumento, dos seguintes Entes Institucionais do Compartilhamento:

I - CFT;

II - CRT Regional; e

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as atribuições técnicas do Técnico Industrial em Eletrotécnica em instalações elétricas com demanda de energia de até 800kva.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º e 37, parágrafo único, ambos da Lei nº 13.639, de 06 de fevereiro de 1995, e

CONSIDERANDO a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio;

CONSIDERANDO o Art.4º, §2º do Decreto nº 90.922/85 que regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968;

CONSIDERANDO o Art. 37, Parágrafo Único, de Lei 13.639/2018 de 26 de março de 2018, resolve:

Art. 1º - Os técnicos em eletrotécnica podem projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kva, bem como exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

Art. 2º - As atribuições previstas no art. 1º independem do nível de tensão.

Art. 3º - Com arrimo no art. 37, parágrafo único, da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, fica sem efeito todos os atos normativos, assim como todas as decisões plenárias do sistema CONFEA/CREA com disposições em contrário a esta resolução.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o Termo de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º da Lei nº 13.639/2018, de 26 de março de 2018, e

Considerando os arts. 16º, 17, 18 e 19 da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, que institui a Termo de Responsabilidade Técnica na execução de obras e na prestação de serviços de técnicos industriais; resolve:

Art. 1º Fixar os procedimentos necessários ao registro, baixa, cancelamento e anulação do Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, ao registro do atestado emitido por pessoa física e jurídica contratante e à emissão da Certidão de Acervo Técnico - CAT, bem como aprovar os modelos de TRT e de CAT, o Requerimento de TRT e Acervo Técnico e os dados mínimos para registro do atestado.

DO TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 2º O TRT é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema CFT/CRT.

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema CFT/CRT fica sujeito ao registro do TRT no CRT em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema CFT/CRT.

DO REGISTRO DO TRT

Art. 4º O registro do TRT efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do CRT e o recolhimento do valor correspondente.

§ 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor do TRT ensejará as sanções legais cabíveis.

§ 2º Após o recolhimento do valor correspondente, os dados do TRT serão automaticamente anotados no Sistema de Informação dos Conselhos dos Técnicos Industriais - SINCETI

Art. 5º O cadastro do TRT será efetivado pelo profissional de acordo com o disposto nesta resolução, mediante preenchimento de formulário eletrônico, conforme o Anexo I, e senha pessoal e intransferível fornecida ao profissional, que dela fará uso sob sua inteira responsabilidade.

Art. 6º A guarda da via assinada do TRT será de responsabilidade do profissional e do contratante, com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Art. 7º O responsável técnico deverá manter uma via do TRT no local da obra ou serviço.

Art. 8º O Termo de Responsabilidade Técnica pode ser definido como:

I - TRT de atividades técnicas que contemplem obra ou serviço, quando se tratar da execução de obras ou prestação de serviços de competência dos profissionais Técnicos Industriais registrados nos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais;

II - TRT das atividades técnicas de rotina e pequeno valor dos contratos, e se denominará TRT múltiplo, porque permite o registro de diversos contratos; e

III - TRT de cargo ou função técnica, estabelecendo o vínculo de Técnico Industriais com pessoa jurídica para desempenho de atividades técnicas a ela vinculadas.

Art. 9º O Termo de Responsabilidade Técnica registrado poderá vir a ser substituído ou complementado, quando ocorrer alteração no contrato original firmado pelo profissional ou empresa com o seu contratante.

Art. 10 O TRT poderá ser registrado pelo profissional indicando que sua participação na execução dos serviços se dá de forma individual, em corresponsabilidade ou em equipe.

§ 1º O registro do TRT individual ocorre quando os serviços são executados por um único profissional.

§ 2º A corresponsabilidade é caracterizada no TRT quando o profissional desenvolve sua atividade técnica em conjunto com um outro profissional que possui as mesmas atribuições profissionais que as suas.

§ 3º O TRT de equipe é aquele através do qual o profissional registra a execução de atividades onde vários profissionais de competências diferentes atuam de forma complementar.

DA BAIXA DO TRT

Art. 11 O TRT somente terá sua baixa perante o CRT, após concluída a participação do profissional na atividade pela qual ele tenha efetuado o registro da sua responsabilidade correspondente.

Parágrafo único. A baixa do TRT não exime o profissional ou a pessoa jurídica contratada das responsabilidades administrativa, civil ou penal, conforme o caso.

Art. 12. O profissional fica obrigado a efetuar a baixa do TRT no término da atividade técnica desenvolvida, ou seu afastamento dela por qualquer motivo.

Art. 13. O profissional deve requerer ao CRT a baixa do TRT, instruindo seu pedido com o motivo, descrevendo as atividades concluídas e, nos casos de baixa em que seja caracterizada a não conclusão das atividades técnicas, a fase em que a obra ou serviço se encontra.

Art. 14. O contratante poderá requerer ao CRT a baixa do TRT, desde que instruído com informações suficientes que comprovem a inércia do profissional em requerê-la.

Art. 15. Após efetuar análise do pedido e eventual verificação das informações apresentadas, o CRT poderá se manifestar sobre o requerimento de baixa de TRT por não conclusão das atividades técnicas, ou acatar de ofício o referido pedido.

Art. 16. O CRT deverá efetuar a baixa automática do TRT quando:

I - o profissional que registrou o TRT tenha falecido ou teve o seu registro cancelado ou suspenso;

II - o profissional deixar de fazer parte do quadro técnico da pessoa jurídica a que se refere o TRT.

Parágrafo único. Quando a baixa do TRT ocorrer por motivo de falecimento do profissional, a referida baixa será processada administrativamente pelo CRT mediante documento hábil ou de informações acerca do óbito.

DO CANCELAMENTO DO TRT

Art. 17. O TRT será cancelado quando não forem executadas as atividades técnicas nele descritas ou o contrato não for executado.

Art. 18. O cancelamento do TRT deve ser requerido ao CRT pelo profissional, pela pessoa jurídica contratada ou pelo contratante, e ser instruído com o motivo da solicitação.

Art. 19. Havendo divergência de uma das partes sobre o consentimento do cancelamento do TRT, a Comissão competente decidirá acerca do processo administrativo do cancelamento solicitado.

Art. 20. Após o cancelamento do TRT, o motivo e a data de cancelamento serão automaticamente anotados no SINCETI.

DA NULIDADE DO TRT

Art. 21. O TRT terá nulo seus efeitos quando:

I - for verificado erro ou inexatidão insanáveis de qualquer dado do TRT;

II - for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro do TRT;

III - for verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas no TRT, após decisão transitada em julgado;

IV - for caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão;

V - for caracterizada a apropriação de atividade técnica desenvolvida por outro profissional habilitado; ou

VI - for indeferido o requerimento de regularização da obra ou serviço a ela relacionado.

Art. 22. A anulação do TRT será decidida em processo administrativo, por uma Comissão relacionada à atividade desenvolvida.

§ 1º No caso em que a atividade técnica descrita no TRT caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas Comissões competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do CRT para decisão.

§ 2º O CRT deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação do TRT.

DO TRT DE OBRA OU SERVIÇO

Art. 23. O TRT relativo à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrado antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

§ 1º No caso de obras públicas, o TRT pode ser registrado em até dez dias após a liberação da ordem de serviço ou após a assinatura do contrato ou de documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade.

Art. 24. Toda subcontratação ou a subempreitada de parte ou da totalidade da obra ou do serviço obriga ao registro de TRT pelo profissional ou empresa competente.

Art. 25. Deverá ser registrado TRT quando ocorrer a substituição, a qualquer tempo, de um ou mais responsáveis técnicos pela execução da obra ou prestação do serviço, devendo ser vinculado ao TRT anteriormente registrado.

Art. 26. É de obrigação do profissional, efetuar o cadastro do TRT de obra ou serviço no sistema eletrônico e efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no CRT em cuja circunscrição for exercida a atividade, nos seguintes casos:

I - quando o profissional for contratado como autônomo diretamente por pessoa física ou jurídica; ou

II - quando o profissional for o proprietário do empreendimento ou empresário.

Art. 27. Compete à pessoa jurídica contratada efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no CRT em cuja circunscrição for exercida a atividade, quando o responsável técnico desenvolver atividades técnicas em nome da pessoa jurídica com a qual mantenha vínculo.

DO TRT MÚLTIPLO

Art. 28. É facultado ao profissional que execute obras ou preste serviços de rotina anotar a responsabilidade técnica pelas atividades desenvolvidas por meio de TRT múltiplo, até o limite de 50 (cinquenta), caso não deseje registrar diversos TRTs específicos.

Art. 29. Poderá ser objeto de TRT múltiplo, contrato cuja prestação do serviço seja caracterizada como periódica.

Art. 30. As atividades técnicas relacionadas a obra ou serviço de rotina que poderão ser registradas via TRT múltiplo serão objeto de relação unificada.

Parágrafo 1º. Poderá ser registrado em TRT múltiplo, as atividades técnicas de rotina cujo valor de contrato seja até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo 2º. Os serviços serão limitados em até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por TRT múltipla.

Art. 31. O TRT múltiplo deve relacionar as atividades referentes às obras e aos serviços de rotina contratados ou desenvolvidos no mês calendário.

Art. 32. O TRT múltiplo deve ser registrado até o décimo dia útil do mês subsequente à execução da obra ou prestação do serviço de rotina, no CRT em cuja circunscrição for exercida a atividade.

Art. 33. É vedado o registro de atividade que tenha sido concluída em data anterior ou iniciada posteriormente ao período do mês de referência a que corresponde ao TRT múltiplo.

Art. 34. Compete ao profissional cadastrar o TRT múltiplo no sistema eletrônico e pessoa jurídica efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no CRT da circunscrição onde for exercida a atividade, quando o responsável técnico desenvolver atividades em nome da pessoa jurídica com a qual mantenha vínculo.

DO TRT DE ATIVIDADES EM CIRCUNSCRIÇÕES DE DIVERSOS CRT's

Art. 35. O TRT referente à execução de obras ou à prestação serviços que abranjam mais de uma circunscrição de CRT pode ser registrado em qualquer dos CRTs onde for realizada a atividade.

Art. 36. O TRT referente à prestação de serviço cujo objeto encontra-se em outra unidade da federação pode ser registrada no CRT desta circunscrição ou no CRT onde for realizada a atividade profissional;

Art. 37. O TRT referente à prestação de serviços executados remotamente a partir de um centro de operações deve ser registrada no CRT em cuja circunscrição se localizar o centro de operações.

DO TRT DE CARGO OU FUNÇÃO

Art. 38. O vínculo para desempenho de cargo ou função técnica, tanto com pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, obriga ao termo de responsabilidade técnica no CRT em cuja circunscrição for exercida a atividade.

Parágrafo único O TRT relativo ao desempenho de cargo ou função deve ser registrado após assinatura do contrato ou publicação do ato administrativo de nomeação ou designação, de acordo com as informações constantes do documento comprobatório de vínculo do profissional com a pessoa jurídica.

Art. 39. O registro do TRT de cargo ou função de profissional integrante do quadro técnico da pessoa jurídica não exime o registro de TRT de execução de obra ou prestação de serviço - específica ou múltipla.

Art. 40. O registro do TRT de cargo ou função somente será efetivado após a apresentação no CRT da comprovação do vínculo contratual.

Parágrafo único. Para efeito desta resolução, o vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, portaria ou outro documento que comprove a nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

Art. 41. Compete ao profissional cadastrar o TRT de cargo ou função no sistema eletrônico e à pessoa jurídica efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro no CRT da circunscrição onde for exercida a atividade.

DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL

Art. 42. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CRT por meio de termos de responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujos TRTs correspondentes atendam às seguintes condições:

I - tenham sido baixados; ou

II - não tenham sido baixados, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nele consignadas.

Art. 43. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

Art. 44. A Certidão de Acervo Técnico - CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CRT sob a responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.

Art. 45. A CAT deve ser requerida ao CRT pelo profissional por meio de formulário próprio, com indicação do período ou especificação do número dos TRTs que constarão da certidão.

Art. 46. O CRT manifestar-se-á sobre a emissão da CAT após efetuar a análise do requerimento e a verificação das informações apresentadas.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao CRT, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

Art. 47. A CAT, emitida em nome do profissional, deve conter as seguintes informações:

I - identificação do responsável técnico;

II - dados do TRT;

III - observações ou ressalvas, quando for o caso;

IV - local e data de expedição;

V - autenticação pelo CRT competente.

Parágrafo único. A CAT poderá ser emitida pela Internet desde que atendidas as exigências de análise de documentação relativa ao caso especifico.

Art. 48. A CAT é válida em todo o território nacional.

§ 1º A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação do TRT.

§ 2º A validade da CAT deve ser conferida no site do CRT ou do CFT.

Art. 49. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Art. 50. A CAT deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.

Parágrafo único. Após a emissão da CAT, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao SINCETI.

DO REGISTRO DE ATESTADO

Art. 51. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida por contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

Art. 52. As informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado devem ser declarados pelo contratante, devendo os referidos dados estarem compatíveis com as informações contidas no contrato e no TRT registrado pelo profissional.

Art. 53. O registro de atestado deve ser requerido ao CRT pelo profissional por meio de formulário, e instruído com original e cópia, ou com cópia autenticada, do documento fornecido pelo contratante.

§ 1º Para efeito desta resolução, somente será objeto de registro pelo CRT o atestado emitido sem rasuras ou adulteração, e que apresentar os seguintes dados mínimos:

I - Dados do contratante;

II - Dados da obra ou serviço e descrição dos serviços realizados, identificando os quantitativos e período da execução dos serviços;

III - Dados do contratado;

IV - Dados do responsável técnico;

V - Identificação do signatário.

§ 2º O requerimento deverá conter declaração do profissional corroborando a veracidade das informações relativas à descrição das atividades constantes dos TRTs especificados e à existência de subcontratos ou subempreitadas.

§ 3º Será mantida no CRT uma cópia do atestado apresentado.

Art. 54. O atestado que referenciar serviços que foram parcialmente concluídos deve explicitar o período e as etapas executadas.

Art. 55. O atestado que referenciar serviços subcontratados ou subempreitados deve estar acompanhado de documentos hábeis que comprovem a anuência do contratante original ou que comprovem a efetiva participação do profissional na execução da obra ou prestação do serviço, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras ou documento equivalente.

Art. 56. O atestado que referenciar serviços de supervisão, coordenação, direção ou condução de equipe técnica deverá relacionar os demais profissionais da equipe e seus respectivos TRTs.

Art. 57. No caso de obra própria, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou serviço expedido pela prefeitura, por agência reguladora ou por órgão ambiental, entre outros.

Art. 58. O CRT manifestar-se-á sobre o registro do atestado após efetuar a análise do requerimento e a verificação dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do CRT relativos aos TRTs registrados.

§ 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução.

§ 2º Compete ao CRT, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

§ 3º Em caso de dúvida, o processo será encaminhado à Câmara Técnica competente para apreciação.

§ 4º Em caso de dúvida quando a atividade técnica descrita no TRT caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas Câmaras Técnicas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do CRT para decisão.

Art. 59. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente os TRTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CRT.

§ 3º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. As cópias dos documentos exigidos nesta resolução devem ser autenticadas em cartório ou objeto de conferência atestada por servidor do CRT, desde que apresentados os respectivos originais.

Art. 61. Compete ao CRT, sempre que necessário, averiguar as informações apresentadas e adotar as providências necessárias ao caso.

Art. 62. Os critérios e os procedimentos para regularização de obra ou serviço concluído sem o Termo de Responsabilidade Técnica serão objeto de resolução específica.

Art. 63. Os valores de registro e de serviços disciplinados nesta resolução serão objeto de legislação específica.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 64. Até que a implantação da infraestrutura tecnológica e a adaptação do SINCETI se efetivem, os procedimentos previstos para o registro e a baixa da TRT poderão ser disponibilizados ao profissional por meio de formulário impresso nos moldes instituídos pelo CRT.

Art. 65. Até que a implantação da infraestrutura tecnológica e a adaptação do Sistema de Informação dos Conselhos dos Técnicos Industriais - SINCETI se efetivem, a CAT poderá ser emitida manualmente e assinada pelo presidente ou por empregado do CRT, desde que conste da certidão referência expressa a esta delegação.

Art. 66. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Dá nova redação aos artigos 77, 78 e 79 do Regimento Interno do Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Dar nova redação ao Art. 77 do Regimento Interno do CFT, 23 de junho de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. As comissões ordinárias serão compostas por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) conselheiros titulares do CFT.

Art. 2 º. Dar nova redação ao Artigo 78 do Regimento Interno do CFT, de 23 de junho de 2018, passando ao vigorar com a seguinte redação:

Art. 78. A partir do ano de 2019, os mandatos dos membros de comissões terão duração de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução, iniciando-se na primeira reunião plenária ordinária do ano e encerrando-se na primeira reunião plenária ordinária do ano seguinte.

Art. 3 º. Dar nova redação para renomear o Parágrafo Único para §1º e incluir o §2º ao Artigo 78 do Regimento Interno do CFT, de 23 de junho de 2018, passando ao vigorar com a seguinte redação:

§2º: Transitoriamente, no ano de 2018, a comissão terá mandato vigente até a primeira reunião plenária de 2019.

Art. 4 º Dar nova redação ao Artigo 79 do Regimento Interno do CFT, de 23 de junho de 2018, passando ao vigorar com a seguinte redação:

Art. 79. Os membros das comissões serão eleitos pela Plenária do CFT.

Art. 5º Revoga o §2º do art. 80, os parágrafos únicos dos arts. 81, 82 e 83 do Regimento Interno do Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 42 DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Institui a Tabela de Títulos Profissionais do Conselho de Técnicos Industriais.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do art. 8º da Lei n° 13.639 de 2018, o Regimento Interno do CFT, e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 3, realizada nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2018.

Considerando o disposto no art. 8º da Lei nº 13.639, de 2018, que prevê: "XV - instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais ou o Cadastro Nacional dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso";

Considerando a necessidade de relacionar os diversos títulos profissionais, com características curriculares idênticas, similares ou resultantes de micro áreas do conhecimento, para instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais;

Considerando que compete ao sistema de ensino a formação profissional e ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais a habilitação para o exercício profissional, através de registro do técnico industrial junto ao mesmo;

Considerando a diversidade e o grande número de títulos profissionais existentes, tornando necessária a normatização dos procedimentos de grafia dos registros profissionais, subsidiando os serviços de fiscalização e de definição de competência profissional, resolve:

Art. 1º Instituir a Tabela de Títulos Profissionais do Conselho de Técnicos Industriais, contendo:

a) código de controle,

b) título profissional, e

c) quando for o caso, a respectiva abreviatura.

Art. 2º Os Conselhos de Técnicos Industriais deverão utilizar as terminologias constantes da Tabela de Títulos, em todos os seus documentos e registros informatizados, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 3º Compete ao Conselho Federal de Técnicos Industriais proceder a atualização anual da Tabela de Títulos através de nova edição, dando ciência aos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais.

Art. 4º Compete a Comissão de Educação e Exercício Profissional do CFT a caracterização do perfil e título profissional, objetivando a inserção na Tabela de Títulos.

Art. 5° Quando do registro de instituição de ensino ou atualização deste em função de novos cursos, o CFT definirá, além de atividades/atribuições de seus egressos, o respectivo título profissional e abreviatura.

Parágrafo único. O título profissional é definido com base na regulamentação vigente podendo ser adotado o título do diploma.

Art. 6º Os Cartões de Identidade Profissional deverão obedecer à titulação constante da Tabela de Títulos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do Conselho

ATENÇÃO PARA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NORMAS DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUE JÁ ESTÃO VALENDO COM A ENTRADA EM VIGOR DA PORTARIA Nº 283, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Formatação de textos, tabelas e imagens
- O texto deverá ser formatado em fonte Calibri e corpo 9
- As tabelas passarão e ser em largura de 12 ou 25 centímetros
- No tratamento de imagens, os novos padrões são largura de 12 ou 25 centímetros e altura máxima de 37 centímetros
- Arquivos em formato JPG passam a ser aceitos para envio de imagens, enquanto o EPS não poderá mais ser encaminhado

Envio de matérias
- O horário limite para transmissão ou sustação dos atos para publicação na edição seguinte será estendido até as 19 horas
- Os atos para o INCom poderão ser transmitidos por sistemas de processo eletrônico de órgãos e entidades da administração pública, como o Sistema Eletrônico de Informação - SEI

Pagamento/isenção das publicações
- Não serão mais cobradas as republicações e retificações de atos normativos e de pessoal originários de órgãos da administração direta

Cadastramento no INCom
- Os formulários para cadastramento de órgãos e entidades no INCom, bem como do gerente, estão disponíveis apenas no portal da Imprensa Nacional e não mais como anexo à portaria

IMPRENSA NACIONAL 1808